CADERNO ESPAÇO FEMININO

— Maria Dirce Ribeiro —

CADERNO ESPAÇO FEMININO **ISSN 1516-9286**

EDITORA
Profa. Dra. Vera Lúcia Puga

CONSELHO EDITORIAL
Profa. Dra. Eliane S. Ferreira (Dep. Ciências Sociais/UFU)
Profa. Dra. Jane de Fátima Silva Rodrigues (Uniminas/UDI)
Prof. Dr. João Bosco Hora Góes (UFF/Rio de Janeiro)
Profa. Dra. Kênia M. de Almeida Pereira (Unitri/UDI)
Profa. Dra. Maria Lygia Quartim de Moraes (Unicamp/SP)
Profa. Dra. Mirian Goldenberg (UFRJ/Rio de Janeiro)
Profa. Dra. Mônica Chaves Abdala (Dep. Ciências Sociais/UFU)
Profa. Dra. Vera Lúcia Puga (Inst. História/UFU)
Profa. Dra. Suely Gomes Costa (UFF/Rio de Janeiro)
Profa. Dra. Suely Kofes (Unicamp/SP)
Profa. Dra. Eli Bartra (Universidad Autônoma Metropolitana/México)
Profa. Dra. Margara Millan (UNAM/México)

CONSELHO CONSULTIVO
Profa. Dra. Eni de Mesquita Sâmara (FFLCH/USP)
Profa. Dra. Luzia Margareth Rago (IFCH/Unicamp)
Profa. Dra. Maria Izilda Santos de Matos (PUC/SP)
Profa. Dra. Rachel Soihet (UFF/RJ)
Profa. Dra. Sônia Missaggia Mattos (UFES/ES)
Profa. Dra. Tânia Navarro Swain (UNB/DF)
Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC/SC)
Profa. Dra. Glória Careaga (PUEG/México)
Profa. Dra. Sonia Montecino Aguirre (CHILE/ Fac.Ciências Sociales)

COMITÊ EDITORIAL
Profa. Ms. Dulcina Tereza Bonati Borges
Prof. Ms. Edmar Henrique Dairell Davi
Profa. Ms. Cláudia Costa Guerra
Profa. Ms. Vânia Aparecida Martins Bernardes

TRADUÇÃO: Sandra Chaves Gardellari

NEGUEM
Av. João Naves de Ávila, 2160, Bloco Q – CDHIS
Campus Santa Mônica – Uberlândia – Minas Gerais
Cep: 38400-902 – Telefones (34) 3229-2276, 3239-4236 e 3239-4240
E-mail: neguem@inhis.ufu.br ; cdhis@ufu.br
Site publicações: www.neguem.ufu.br

CAPA: Maria José da Silva **IMAGEM DA CAPA:** Maria Dirce Ribeiro
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Eduardo M. Warpechowski

CADERNO ESPAÇO FEMININO é uma publicação do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), da Universidade Federal de Uberlândia – EDUFU.

Revista Indexada no Data Índice de Ciências Sociais – IMPERJ
Qualificada pela CAPES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

REITOR: Arquimedes Diógenes Cilone
VICE-REITOR: Elmiro Santos Resende

DIREÇÃO EDUFU: Maria Clara Thomaz Machado

EDUFU – Editora da Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco A, Sala 1A – Santa Mônica
Cep 38408-100 – Uberlândia-MG
Telefax: (34) 3239-4293 / Fone: 3239-4512
www.edufu.ufu.br / e-mail: livraria@ufu.br

SUMÁRIO

Apresentação 5

ARTIGOS

Elites oligárquicas e o ensino religioso feminino no Espírito Santo 11
Sebastião Pimentel Franco

Mujeres migrantes latinoamericanas en el trabajo sexual de Barcelona, España: la relación simbólica entre cuerpo y sociedad desde los estudios de género contemporáneos 29
Carlos Fonseca Hernández , Luisa Quintero Soto

Imagens e representações nos crimes de sedução .. 61
Jane de Fátima Silva Rodrigues

Macho a qualquer custo. Investigação das relações de gênero através da análise de processos criminais. Uberlândia, 1975 85
Edmar Henrique Dairell Davi

O exame ginecológico na perspectiva da mulher idosa .. 109
Tatiana Carneiro de Resende

As políticas neoliberais implementadas no Brasil nos anos 90 e as repercussões na vida das trabalhadoras 125
Maria da Consolação Rocha

Integrando o gênero à teoria econômica: breves reflexões 143
Rosângela Saldanha Pereira

ISSN 1516-9286

O matrimônio nas partigas de Afonso X e estudos de gênero: novas perspectivas pós-estruturalistas 167
Marcelo Pereira Lima

DOSSIÊ: GÊNERO E LITERATURA

A nova literatura brasileira: personagem masculina, escritura de mulher 197
Eliane Ferreira de Cerqueira Lima

Luisinha e Vidinha: protótipos femininos na literatura brasileira do século XIX 211
Edwirgens Aparecida Ribeiro Lopes de Almeida

Cartografias literárias em devir: mulheres, escrita e subversão 223
Olívia Candeia Lima Rocha

O discurso argumentativo e polifônico de Celestina ... 245
Eleni Nogueira dos Santos

BIOGRAFIA

Maria Dirce Ribeiro 259
Jane de Fátima Silva Rodrigues

ENTREVISTA

Entrevista com Martha Pannunzio Azevedo 277
Giselle Pereira Vilela

ISSN 1516-9286

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de História
Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS
Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher – NEGUEM

Periodicidade: Semestral
Tiragem: 600 exemplares

Pede-se permuta
Pédese cange
On demande échange
We bitten um austausch
Si richiede lo scambio

CADERNO ESPAÇO FEMININO, v. 14, n. 17, Ago./Dez. 2006
Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), NEGUEM.

Semestral (vol. 14, n. 17, publicada em Janeiro de 2006)

APRESENTAÇÃO

Ao consolidar-se pela qualidade e diversidade de suas publicações e também por seus Conselhos e Comitê Editorial e Consultivo, o Caderno Espaço Feminino traz uma nova edição com as sessões de artigos, dossiês, biografia e entrevista, compondo um leque de discussões sobre as relações de gênero em várias áreas. Essa Revista tem tido alcance local, regional, nacional e internacional, tendo recebido publicações de várias localidades, o que a torna ainda mais instigante, profunda e abrangente.

Na sessão ARTIGOS verifica-se em "*Elites oligárquicas e o ensino religioso feminino no Espírito Santo*" de Sebastião Pimentel Franco, uma análise que a partir do século XIX e, sobretudo com a ascensão dos republicanos ao poder, amplia-se a possibilidade das mulheres terem acesso à escolarização. A visão de que o acesso à escolarização tiraria o país da incivilidade e do atraso, aliada a idéia de que as mulheres eram educadoras por excelência, vai garantir a estas a possibilidade de maior acesso à instrução. Para tanto, era necessário, existirem escolas para as mulheres.

Em "*Mujeres migrantes latinoamericanas en el trabajo Sexual de Barcelona, Espanã: la relación simbólica entre cuerpo y sociedad desde los estudios de género contemporáneos*", Carlos Fonseca Hernández e Ma. Luisa Quintero Soto tecem uma reflexão e debate sobre os aspectos humanos relacionados ao serviço sexual que revela a vulnerabilidade dos setores mais desfavorecidos da sociedade. A discriminação e o estigma são elementos de conflito para o desenvolvimento de estratégias organizativas e, em alguns casos, causa de depressão, enfermidades psicossomáticas, baixa auto-estima, e aliciamento por parte destes segmentos. Com isto, surge a necessi-

dade de fortalecer o suporte social das mulheres migrantes trabalhadoras sexuais e a implementação de programas que promovam a sua autogestão. Este estudo mostra um progressivo poder das trabalhadoras sexuais migrantes que se preparam para um movimento associativo.

Jane de Fátima Silva Rodrigues no artigo "*Imagens e representações nos crimes de sedução*", desenvolve uma pesquisa fruto de um trabalho que integra o projeto 'Repensando as Relações de Gênero nos Processos Crimes em Uberlândia – 1970-1980', em desenvolvimento no Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, da Universidade Federal de Uberlândia, desde 2004 com previsão de término em 2006. Outros recortes temáticos nesta área estão sendo abordados por outros(as) pesquisadores(as) que integram a equipe do NEGUEM. Optou-se por trabalhar os crimes de sedução compreendidos no primeiro lustro da década de 70 do século passado.

Em "*Macho a qualquer custo. Investigação das relações de Gênero através da análise de processos criminais. Uberlândia, 1975*" Edmar Henrique Dairell Davi aborda a violência, objeto de estudo nos mais diversos espaços do planeta em várias épocas, presente nas sociedades humanas. Cientistas de áreas de conhecimentos às vezes divergentes vêm tentando provar a preponderância, sobre esse tema, ora do fator biológico, ora do mental e ainda o estudo do meio, como fator que poderia corromper o indivíduo. Uns/umas tantos/as pesquisadores/as chegaram a associar alguns desses fatores, porém não chegam a uma conclusão unânime sobre tais agressões. Este trabalho faz parte do projeto do NEGUEM com os processos-crimes cedidos pelo Fórum Abelardo Penna com o intuito de integrar a pesquisa feita na universidade à comunidade, construindo e recuperando parte da memória local e preenchendo lacunas importantes sobre o tema.

No artigo "*O exame ginecológico na perspectiva da mulher idosa*" Tatiana Carneiro de Resende, objetiva buscar o

significado do exame ginecológico para as mulheres idosas. Na análise dos depoimentos estas mulheres sentem vergonha, dor, protelam seus exames e possuem dificuldade em aceitar a realização do mesmo quando feito por profissional masculino. Isto dificulta o diagnóstico precoce de doenças, especialmente do câncer e o posterior tratamento com maiores chances de sucesso.

No artigo "*As práticas neoliberais implementadas no Brasil nos anos 90 e as repercussões na vida das trabalhadoras*", Maria da Consolação Rocha aborda como o projeto neoliberal foi colocado em prática tardiamente no país, porém com uma base de sofisticação maior, se comparado com outros países da América Latina. O programa neoliberal brasileiro baseou-se na abertura comercial, na privatização de empresas públicas e de serviços, na desregulamentação dos mercados de bens, de capitais e de trabalho, além de planos de estabilização monetária serem uma constante. Nesse contexto, o trabalho e a participação das mulheres no mercado passaram por mudanças importantes que têm repercussão nos dias de hoje.

No artigo "*Integrando gênero à teoria econômica: breves reflexões*", Rosângela Saldanha Pereira reflete sobre a evolução da incorporação da questão da mulher e de gênero no pensamento econômico e sobre suas contribuições para a formulação de políticas públicas de promoção à equidade de gênero.

Marcelo Pereira Lima no artigo "*O matrimônio nas partidas de Afonso X e estudos de gênero: novas perspectivas pós-estruturalistas*", analisa as relações entre o matrimônio e as fontes de caráter jurídico do reinado de Afonso X (1252-1284), no período medieval, além de investigar as conexões entre História Medieval, Estudos Feministas e Estudos de Gênero. Para tanto faz indagações a partir de alguns exemplos qualitativos que, de maneira nenhuma, constituem elementos típicos ou esgotam a multiplicidade, instabilidade e subjetividade de atitudes jurídicas do período e das documentações estudadas.

A sessão dossiê GÊNERO E LITERATURA compõe-se de quatro artigos cujas narrativas expõem a representação do masculino e do feminino no ideário de seus respectivos(as) autores(as).

As análises efetuadas através destas representações permitem refletir sobre a construção das relações entre os sexos, o discurso misógino e a incorporação destes elementos à prática cotidiana em todos os níveis da sociedade.

Por fim, na sessão BIOGRAFIA o Caderno conta novamente com a contribuição da historiadora Jane de Fátima Silva Rodrigues, agora para trazer à luz da história local um pouco da vida e das experiências duramente adquiridas de "*Maria Dirce Ribeiro*", uma mulher de expressão na cidade de Uberlândia-MG.

A entrevista desde número foi feita com a escritora uberlandense Martha Azevedo Pannunzio, premiada no Brasil e no exterior pela excelência de suas estórias infanto-juvenis. A entrevista foi concedida à Giselle Pereira Vilela, bacharel do curso de Pedagogia – Gestão e Tecnologia Educacional da Uniminas, e orientanda da profa. Dra. Jane de Fátima Silva Rodrigues.

Reforçamos o convite para que as pessoas que se debruçam sobre os estudos e pesquisas sobre a mulher e relações de gênero possam se utilizar desse veículo sério e de credibilidade que é a *Revista Caderno Espaço Feminino*, democratizando as publicações e possibilitando o acesso a outros/as estudiosos sobre o assunto e a comunidade em geral, num importante tripé entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Cláudia Costa Guerra
COMITÊ EDITORIAL

ARTIGOS

Elites oligárquicas e o ensino religioso feminino no Espírito Santo

Sebastião Pimentel Franco

Resumo: A partir do século XIX e, sobretudo com a ascensão dos republicanos ao poder, amplia-se a possibilidade das mulheres terem acesso à escolarização. A visão de que o acesso à escolarização tiraria o país da incivilidade e do atraso, aliada a idéia de que as mulheres eram educadoras por excelência, vai garantir a estas a possibilidade de maior acesso à instrução. Para tanto, era necessário, existirem escolas para as mulheres.

Palavras-chave: Republicanos, Escolarização, Escolas para as Mulheres.

Abstract: Since the 19th century and the ascension of the republicans to power control, women's possibility was enlarged to have school access. The vision that school access would relieve the country from rudeness and delay, allied to the idea that women were excellent educators, guaranteed them with the possibility of more instruction. For that it was necessary to have schools for women.

Keywords: Republicans, School, Women.

Sebastião Pimentel Franco. Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo e Professor do Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas.

Introdução

O presente artigo discute o projeto republicano para a educação evidenciando o esforço pela expansão da oferta de escolarização primária e à forma como essa ação se transformou numa abertura para as mulheres. Evidencia-se que a expansão da escolarização tem ligação direta com a questão da urbanização e da industrialização, aliada à visão dos governantes republicanos que consideravam a educação uma possibilidade de tirar o país do atraso e da falta de civilidade.

Aborda-se ainda a estreita ligação entre as elites oligárquicas e a Igreja Católica no sentido de garantir a escolarização às mulheres através da criação de colégios religiosos, aqui evidenciado pelo Colégio Nossa Senhora da Auxiliadora existente em Vitória no Espírito Santo.

Por fim, revela-se o projeto de educação destes colégios religiosos para as mulheres.

O projeto republicano para a educação e ação do estado na região do Espírito Santo

Com o advento da República, aumentou a oferta de escolarização em nível do ensino primário. As condições econômicas e o início das atividades industriais e de urbanização que passavam a tomar conta do País e, em conseqüência, do Espírito Santo, aliados à visão dos republicanos sobre a instrução como forma de promover o desenvolvimento do povo e da nação, possibilitaram a um contingente da população o direito de se instruir.

Não se pode esquecer que, com o projeto de instrução, havia por parte do governo republicano a intenção de efetuar o controle da população, sobretudo das populações pobres no espaço da cidade.

Assim como Nagle[1], Carvalho[2], diz que o processo crescente de industrialização e de urbanização por que passou o país na Primeira República previa que as

[1] NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo: EDU, 1980.

[2] CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde Nacional e fôrma cívica*: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: Edusf, 2000, p. 273.

cidades se tornassem uma atração para as populações do campo.

Moralizar os costumes passou a ser o objetivo maior do programa modernizador da instrução. Para tanto, procurou-se evitar o êxodo rural e levar a escola para os rincões mais longínquos do país.

Nesse sentido, o projeto propunha uma reforma da educação que ajustasse os homens às novas condições e valores de vida, promovendo uma mudança de mentalidade[3].

Assim, depreende-se que a nova sociedade devia ser dirigida pelo Estado de compromisso, regulamentado por um extenso corpo legal escrito. Para tanto, o país deveria se constituir de cidades modernas e urbanas[4].

No contingente que passou a ser beneficiado com esse processo, incluíam-se as mulheres. Surgia, efetivamente, a oportunidade delas ingressarem na escola para se instruir.

Entretanto, para atender à demanda de escolarização, era necessário que houvesse cada vez mais professores. Nessa época, ganhou força uma corrente que pregava o magistério como atividade essencialmente feminina, embora é verdade, que desde o século XIX, começava a prevalecer à idéia da necessidade de se instruírem as mulheres, pois, uma vez que eram as responsáveis pela educação dos filhos, poderiam ser, também, pela formação de bons cidadãos. No início da fase republicana, os ideólogos da República defendiam a idéia de que a mulher era a responsável pela constituição das gerações futuras e, em conseqüência, pelo futuro da nação. A nação dependeria, portanto, da forma como as mulheres educavam seus filhos e seus alunos.

Dessa forma, abriram-se as portas das escolas para formá-las como profissionais do magistério, de modo que pudessem assumir a missão de educar.

No Espírito Santo, como ocorria no restante do país, era forte o discurso sobre a expansão e melhoria

[3] Idem, Ibidem, p. 273.

[4] SIQUEIRA, Elisabeth Madureira. *Luz e sombras*: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889). Cuiabá: Inep, 2000, p. 12.

do sistema educacional.

Além de tentar expandir a oferta da escolarização primária no seio da população, as mulheres como já foi dito, passaram a ser o alvo das atenções do Estado e das elites oligárquicas que envidaram esforços no intuito de criar escolas especialmente para elas, uma vez que estas escolas especiais, poderiam oferecer uma educação diferenciada. Vejamos como ocorreu esse processo.

Estado e Igreja e a preocupação com a educação das mulheres

A estreita ligação entre as elites oligárquicas que estavam no poder e a Igreja Católica explica a proliferação dos colégios religiosos no Brasil após o advento da República.

Apesar de o Estado ter-se desvinculado do catolicismo após a proclamação da República, deixando inclusive a religião católica de ser a religião oficial do Estado, elites dominantes e Igreja Católica nunca romperam definitivamente seus laços. Acontecia, às vezes, em razão de interesses particularizados, diferenças momentâneas, que não criavam rupturas definitivas entre eles.

A Igreja, a partir do século XIX, passou a enxergar as mulheres sob uma perspectiva utilitarista e a incentivar a sua escolarização, uma vez que, sendo consideradas "base da família, era necessário que elas adquirissem uma formação cristã através da escola"[5], para reproduzi-las nos lares cristãos. A proposta educacional desses colégios religiosos femininos era modelar, portanto, o caráter das alunas nos preceitos e valores morais católicos para que fossem reproduzidos em futuras famílias.

O ideal de instruir as mulheres em colégios próprios, onde as moças não fossem vistas como futuras religiosas, segundo Margotto, teria surgido a partir do século XVII, com as irmãs Ursulinas, as quais viam as

[5] MARGOTTO, Lílian Rose. *Igreja católica e educação feminina nos anos 60*: o Colégio Sacre Couer de Marie. Vitória, 1960-1969. Vitória: Edufes, 1997, p. 24.

educandas como mulheres que viveriam no mundo e que teriam de ter um estudo voltado para elementos da vida cotidiana, quando já fossem mulheres casadas. Formavam, enfim, moças para freqüentar a sociedade e não os conventos.

A educação ministrada às mulheres, portanto, tinha de necessariamente ser diferente da ministrada aos homens.

O primeiro colégio religioso do Brasil surgiu em São Paulo, em 1859, com a vinda das Irmãs de São José de Chamberry.

Daí em diante, urna rede de escolas se estabeleceu no País, sob a direção das mais diferentes ordens religiosas. Essas escolas, na sua maioria, funcionavam em regime de internato, mas algumas delas também atendiam a uma clientela que não precisava internar suas filhas.

De acordo com Nadai, essas escolas foram expressão de amplo movimento das oligarquias, que ansiavam por espaços duradouros e estáveis para educarem suas filhas, diferentemente do que até então lhe haviam sido oferecidos pelas escolas laicas, escolas essas que fossem conservadoras e resistentes as inovações indesejadas[6].

Combatendo a laicização do ensino, por entender que esse formaria mulheres sem religião e sem Deus, a Igreja tentou estabelecer uma rede de ensino no Brasil e, para tanto, teve de buscar o apoio das oligarquias.

As elites oligárquicas desejavam um ensino conservador, que mantivesse os padrões de comportamento condizentes com suas aspirações e não comprometesse a estrutura social vigente.

Por serem contrárias à idéia da emancipação feminina, apoiaram um projeto educacional que tinha por proposta dar ao gênero feminino ensinamentos que formassem mulheres prendadas e boas donas-de-casa.

Esse projeto lhes era duplamente favorável, primeiro porque lhes reservava a função de dirigentes da

[6] NADAI, Elza. A educação da elite e a profissionalização da mulher brasileira na primeira república: discriminação ou emancipação. *Revista da Faculdade de Educação de São Paulo*. São Paulo, v. 17, n. 17, p. 5-34, jan./dez. 1991.

sociedade, cabendo-lhes, assim, a produção das idéias norteadoras do conjunto social; segundo, porque o discurso antimoderno do catolicismo ultramontano tanto lhes garantia a execução de um projeto educacional não comprometedor e uma doutrina de passividade, quanto, de fato, não obstava os necessários avanços e modernização no âmbito das forças produtivas[7]. O Espírito Santo não fugiu á regra do que acontecia no restante do País e, no principio do século XX, começaram aqui a se instalar colégios religiosos, um deles foi o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

[7] MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919)*: uma fase do conservadorismo. São Paulo: Unesp, 1996.

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. O Carmo na Primeira República

A partir da segunda metade do século XIX, tendeu a crescer o número de mulheres a ter acesso à instrução, inclusive ao ensino secundário, possibilitando que algumas delas viessem a se dedicar ao magistério. Para Manoel[8], a vinda da Família Real, a abertura dos portos para o mercado mundial, o processo de urbanização que começou a se acelerar, a "penetração do capitalismo e a gravitação do universo do neocolonialismo" possibilitaram maior abertura da sociedade, afrouxamento na estrutura social, maiores perspectivas de uma participação ativa da mulher e exigiram, conseqüentemente, uma redefinição social em relação à educação feminina.

[8] Op. Cit. p. 22.

Já havia algum tempo, criticava-se a falta de escolas para as mulheres, sendo esse fato apontado como um dos fatores do grande atraso em que o País vivia. As elites dominantes começaram a alterar seu comportamento, procurando garantir às mulheres direito à instrução.

Se havia o desejo de se garantir a instrução da mulher, como implementar isso na prática, dada a inexistência de pessoal habilitado que pudesse exercer a profissão do magistério? Como não se concebia que as meninas pudessem estudar (ensino primário)

com professores, começou a crescer a idéia de se criarem escolas que habilitassem as mulheres para serem mestras. Eram as chamadas "Escolas Normais", que começaram a se espalhar pelo país. Estava lançado o caminho para a feminização do magistério.

Foi nesse cenário que iniciou o processo de formação de professoras para que pudessem os republicanos efetivaram a expansão da oferta da escolarização do ensino primário. Assim foram sendo criadas escolas de formação de magistério, procurando dotar a região de professores aptos para exercício do magistério.

Dentre as escolas de formação de magistério que existiram no Espírito Santo uma das principais foi o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, popularmente chamada de "O Carmo".

A oligarquia no poder subvencionou incondicionalmente as Irmãs Carmelitas que aqui fundaram esse colégio.

Foi graças à ação do bispo Dom João Nery que em 20 de novembro de 1889, pode ser firmado com a visitadora das filhas de São Vicente de Paulo, por intermédio da superiora Irmã Chantrel, um acordo para que as irmãs pudessem vir dirigir um educandário na capital do Estado. No ano seguinte, chegaram a Vitória três religiosas, que se estabeleceram no velho prédio do Carmo[9]. Dispunham inicialmente de apenas uma sala com pouco mobiliário, constituído de um sofá. seis cadeiras e um piano velho, que teriam sido ofertados pelo Presidente do Estado[10].

Os esforços do Bispo tornaram-se realidade com a fundação do educandário, que recebeu a denominação de Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Em 1° de março de 1901, o colégio já estava funcionando. Contava com 9 alunas internas, 80 alunos externos, entre os quais 23 meninos[11].

Gradativamente a escola foi crescendo, o que possibilitou a vinda de mais religiosas, que, em 1902, passaram a ser em número de 6.

[9] Vieram à superiora Irmã Filomena Destinou e as irmãs Maria e Vicência.

[10] Marcelino Pessoa de Vasconcelos.

[11] O valor da mensalidade das internas era 35$000 e dos meninos, 5$000. O Carmo nos primeiros anos aceitava meninos como alunos. Essa experiência, no entanto, durou pouco.

O ano de 1902 foi um marco na vida do Carmo. Nesse ano, iniciou-se o episcopado de D. Fernando de Souza Monteiro, que "elegeu o Carmo a pérola de sua diocese..."[12].

[12] NOVAIS, Maria Stella de. *O Carmo*, Vitória, 1949.

Apesar de estar aumentando a cada ano a clientela, o sucesso do Colégio do Carmo esteve ligado ao apoio que a associação Igreja e Estado lhe destinou. Em 1905, por exemplo, o Colégio passou a receber da Assembléia Legislativa uma subvenção mensal de 250$000 para ajudar a manter o funcionamento da Escola.

Em 1907, os exames do Colégio já eram oficialmente reconhecidos. Dois anos mais tarde, pelo Decreto n° 334, de 2 de abril de 1909, ocorreu à equiparação desse estabelecimento à Escola Normal. Com isso, as alunas diplomadas passaram a ter os mesmos direitos e vantagens que os alunos da Escola Normal, o que significou um grande impulso para o colégio, uma vez que passou a atrair maior clientela, sobretudo vinda de cidades do interior e de estados vizinhos do Espírito Santo, como Rio de Janeiro e Minas Gerais. O Presidente do Estado do Espírito Santo, em 1909, atendendo solicitação do bispo local[13] equiparou o Colégio do Carmo à Escola Normal.

[13] O bispo D. Fernando era irmão do Presidente do Estado, Dr. Jerônimo de Souza Monteiro.

Apesar do sucesso que já fazia o Colégio do Carmo nas classes média e abastada do Estado, um pouco antes da sua equiparação à Escola Normal, o governo federal passou a exigir que as irmãs devolvessem o prédio, sob alegação de que a edificação pertencia à União[14]. Mais uma vez, o bispo D. Fernando interveio e, com a ajuda do Presidente do Estado, conseguiu prorrogar o prazo de devolução da edificação, até que se pudesse esclarecer a quem de fato esta pertencia.

[14] Foi dado o prazo de 10 dias para que o estabelecimento voltasse às mãos da União.

A Igreja e o Estado se movimentaram e mobilizaram a sociedade local em favor do bispado. Por fim, a decisão foi favorável à ordem religiosa.

Vencida essa batalha, as religiosas, auxiliadas pela Congregação das Filhas de Maria, conseguiram criar um externato para crianças pobres, num pavilhão anexo ao edifício.

O Colégio prosseguiu em sua expansão[15] e, em 1910, sofreu uma grande reforma, que assim foi noticiada pela imprensa local:

> *Pelas reformas completas por que está passando, esse Colégio dispõe de vistas e higiênicas salas para aula, de espaçoso e bem arejado dormitório, de grandes salões para refeitório e recreio, de banheiros determinados pela higiene e terapêutica modernas e outras dependências indispensáveis; tudo de conformidade com as sábias e adiantadas exigências da Prefeitura desta Capital.*[16]

Apesar de possuir alunas externas e orfanato, o forte das escolas religiosas foi à organização dos internatos, que, a partir do século XX, se expandiram enormemente. Assim garantiam a possibilidade de as mulheres terem acesso ao processo de instrução. Os colégios internos religiosos eram a coqueluche da época e o Carmo não fugiu a essa regra. Nesses colégios, a educação das meninas requeria [...] a influência da educação conventual não só pelo papel desempenhado pelas religiosas educadoras, como também pela proposta de um curso diferenciado entre os sexos movido pelas expectativas da sociedade"[17].

Para Ivan Manoel, a utilização do sistema de internato, externato e orfanato significava a ampliação da esfera social dos colégios religiosos, "se o objetivo mais amplo dessa educação era formar mulheres cristãs, a escola externa e o orfanato permitiriam abarcar meninas de todas as classes sociais, desde os estratos mais ricos da oligarquia, até as mais pobres meninas sem família"[18].

O internato tinha por objetivo isolar as moças do mundo externo. Isso era possível com impedimento da entrada de pessoas não autorizadas pelos colégios, das leituras proibidas e com censura de correspondência.

Segundo ainda Ivan Manoel[19], as internas,

> ... *retiradas da vida corrente* [...], *absorviam um conjunto de*

[15] Os recursos financeiros aumentavam a cada dia, o que possibilitou que as irmãs pudessem adquirir chácara na Praia Comprida. Essa servia de local de lazer para as internas, nos feriados e domingos.

[16] Diário da Manhã, 20 de fevereiro de 1910.

[17] Algranti, 993, p. 261

[18] Manoel, Op. Cit. p. 57.

[19] Idem, Ibidem, p. 52.

> *normas e preceitos educativos planejados pelo centro do ultramontanismo, concretizando o projeto de formação de um alicerce religioso sobre o qual reconstuítíria uma sociedade segundo os critérios e propostas da Igreja conservadora: uma sociedade católica, ordeira, hierarquizada, moralizada, antimoderna, antiliberal e antifeminista.*

A formação oferecida a essas moças era rígida e seguida os preceitos católicos, os valores morais conservadores. Oferecia-se ainda uma cultura geral refinada e procurava-se dar a elas uma sociabilidade polida. As disciplinas como Geografia e Ciências Físicas e Naturais eram ministradas como forma de garantir a cultura geral das alunas, nunca como centro da instrução. No entanto dedicavam grande espaço para ministrar a disciplina História — sobretudo a Sagrada e a Antiga recebiam atenção especial. Isso se explica em razão de que esses colégios não objetivavam garantir a profissionalização da mulher, mas prepará-la para ser boa dona-de-casa, esposa e mãe.

Na documentação existente sobre o Colégio do Carmo no arquivo das escolas extintas da Secretaria Estadual de Educação[20], não foi incomum verificar que muitos moradores de Vitória também adotaram a prática de colocar suas filhas no internato.

[20] O número de alunos desse colégio refere-se há alguns anos apenas.

Havia todo um ritual de preparação das moças para ingresso no Colégio. Com esmero eram preparados os enxovais, que, segundo o estatuto da época, eram assim constituídos: 10 pares de meias, 10 camisas, 10 anáguas, 2 pares de botinas, 1 caixa de folha (baú) para miudezas e outra para costura.

Alunas internas e externas estudavam juntas, mas eram proibidas de conversar entre si. No horário de recreio, inclusive, iam para pátios diferentes, para evitar que as internas tivessem contato com o mundo externo. A separação ocorria dentro de salas de aulas e até na hora da refeição.

Os internatos eram locais que precisavam afastar o mal que vinha do mundo externo e para isso tinha de

haver uma rigorosa vigilância sobre as alunas internas. Regras severas de disciplina e obediência eram impostas. O cultivo do silêncio, o controle das correspondências. A vigilância sobre as conversas das meninas, a distribuição do tempo entre atividades escolares e os exercícios de prática de devoção e de piedade faziam com que houvesse por parte do colégio um controle total sobre tudo e todos. Existiam regras de comportamento, de linguagem de gestos. Controlava-se o comportamento das meninas na hora do banho, no momento das orações, nas salas de aula, nos recreios nos dormitórios, enfim, de todo jeito. Sem contar que, além da fiscalização por parte das freiras, passava-se o imaginário de que, se essas moças escapassem da vigilância do colégio, não fugiriam da vigilância da Deus.

A todos os instantes, os movimentos, os atos públicos e particulares, eram vigiados, eliminando a privacidade e as características próprias das internas. Desejava-se que as internas fossem sem individualidade e sem marcas pessoais.

Embora o controle fosse muito grande, muitas normas eram quebradas. As internas encontravam mecanismos para resistirem às normas impostas. Conviviam com as alunas externas, mandavam bilhetes de namoricos, sabiam notícias do mundo externo, enfrentavam as religiosas com ações e palavras, fugiam das tarefas para que eram designadas.

Ao quebrarem normas, se descobertas, havia pronta punição, que variava de acordo com a gravidade da falta cometida. O castigo tido como o pior era o de ficarem expostas embaixo do relógio, sendo humilhadas, servindo de exemplo para as demais alunas, pois por ali passavam todas as irmãs e as colegas.

Várias eram as razões que poderiam levar uma aluna para esse tipo de castigo: correr pela escada, fazer algazarra, responder às Irmãs, contestar normas, urinar na cama, falar após o recolhimento no dormitório (internas), discutir com colegas, conversar na fila de entrada ou na hora da missa, discutir com o professor

contestá-lo, contestar os preceitos da igreja católica.

Além do castigo sob o relógio, existiam ainda outros tipos de punição, como ficar sem recreio, ser suspenso das aulas por um ou mais dias e até ser expulso.

Nos internatos, punia-se quem cometesse falhas, mas garantia-se a premiação pelas boas ações. Aliás, isso contribuía enormemente para que houvesse no colégio um elevado grau de competição entre as alunas internas. "Estimulavam o estudo e aperfeiçoamento moral das alunas adolescentes, canalizando suas energias para a consecução dos objetivos propostos pelo projeto educacional, premiando os que obtinham melhores resultados"[21].

[21] Manoel, Op. Cit. p. 94.

Como recompensa, eram oferecidas medalhas tomando-se como referência o comportamento e não a nota. Tal fato permite perceber que o ideal, antes de mais nada, era formar moças educadas, recatadas e comportadas.

Como, em geral, a maioria das alunas era proveniente de regiões mais distantes da capital do Estado e tinha que viver separada de familiares e amigos, certamente muitas das internas encontravam dificuldades de adaptação à nova vida.

Embora a educação na família fosse ainda nessa época pautada por padrões rígidos de vigilância — não se pode esquecer o controle que existia sobre as mulheres —, nunca se comparava à vida que teriam no internato. Dai muitas estranharem completamente a nova vida.

A estreita ligação das oligarquias com a Igreja fomentou o crescimento dos colégios religiosos femininos. Ao oferecer uma educação mais condizente com as aspirações das elites conservadoras, que não desejavam uma educação mais liberal para suas filhas, os colégios religiosos passaram a receber uma clientela cada vez mais numerosa e endinheirada.

Os dados levantados demonstraram que crescia a cada dia o número de alunas no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Embora o número de alunas externas superasse o número de internas, este era razoavelmente grande, uma vez que o internato era a única possibilidade de estudo para as moças que moravam fora da capital.

O sistema de internato nas escolas impunha às moças um isolamento total ou parcial. Para Nadai[22], esse isolamento justificava-se por dois pressupostos: primeiramente, pela visão da época de que toda criança era inclinada para o mal; depois pela concepção de que o mundo vivia em permanente crise Esses dois fatores constituíam um perigo para a formação da criança[23].

[22] Nadai, Op. Cit. 1991.

[23] Idem, Ibidem.

Em geral as meninas da capital entravam no internato muito cedo. No caso das alunas do curso normal, algumas ingressavam com 12 anos de idade, mas a média levantada foi de 15 anos.

Com o gradativo crescimento, foi-se ampliando a possibilidade do oferecimento de outro tipo de ensino diferente do que era oferecido no curso normal. Surgiu, assim, o curso complementar e o curso primário, inclusive. A partir dos anos 20, o número de alunos externos suplantou o das internas. Graças às boas condições financeiras, pôde o colégio abrir um orfanato para atender à pobreza da cidade e do interior, recebendo crianças que ali mesmo tinham acesso à instrução. Algumas alunas se diplomavam com 16 anos de idade, mas, em geral, tornavam-se normalistas aos 18 anos.

A rotina diária do Colégio variava de acordo com a situação da aluna. Se fosse externa, as aulas aconteciam das 8 às 12 horas, Existiam ainda alunos que entravam no turno da tarde. A rotina das internas, no entanto, era bem diferente. Acordavam às 5h 30min e iam para a missa. Logo após, tomavam café. As 19h 30min tinham que se recolher. O dormitório era dividido em cômodos onde ficavam de 4 a 5 internas, que era agrupadas por idade ou por tamanho. Após o toque de recolher, as luzes eram apagadas, ninguém podia levantar ou conversar. As irmãs inspecionavam os cô-

modos com batidas rotineiras, para verificar se reinava a "ordem" esperada.

As internas, aos sábados e domingos, eram obrigadas a se dedicar a orações e missas. Às vezes algumas recebiam autorização para freqüentarem casas de colegas.

Diferenças socioeconômicas entre as alunas devido às classes sociais a que pertenciam acarretavam discriminação por parte das religiosas.

Além da discriminação motivada por fatores socioeconômicos, existia a discriminação com as alunas que se insuflavam contra as normas da escola. As alunas mais dóceis, mais "comportadas" eram sempre mais bem tratadas, enquanto as menos "comportadas" eram sempre perseguidas.

No curso primário, os professores eram exclusivamente do sexo feminino. No curso normal, a maioria dos professores era do sexo masculino.

A educação oferecida pautava-se por uma visão mais conservadora e rigorosa. A obediência era vista como sinal de boa conduta. Segundo depoimento de ex-alunas, as religiosas mais velhas eram mais exigentes e rigorosas, enquanto as mais novas eram mais compreensivas e mais cordiais no relacionamento com as alunas.

O ensino era baseado na memorização. A grande maioria acabava adotando a prática do ponto, que era cobrado impiedosamente nas avaliações.

A prática da memorização, apesar de já receber duras criticas desde o final do século XIX, foi utilizada em larga escala na primeira metade do século XX. Esse cenário só começou a mudar quando entraram em voga os preceitos da Escola Nova ou da Escola Ativa, assim mesmo não eliminando aquela prática.

Falando da crítica que vigorou quanto ao processo de memorização na entrada do século XX, nas escolas, Souza comenta que, a partir de Rui Barbosa, principalmente.

... a memorização começou a ser julgada uma pseudo-aprendizagem. Não se questionava o fato de que, por serem mal preparados, esses professores não compreendiam o que ensinavam, o que determinava consequentemente que a única forma de ensinar era obrigar a memorização. As lições tinham que ser aprendidas de cor não porque as crianças não tivessem outra forma de aprender, mas porque os professores não tinham outra forma de ensinar.[24]

[24] SOUZA, Maria Cacília Cortes Christiano de. *Escola e memória*. Bragança Paulista: Edusf, 1999.

No Carmo, as provas escritas eram mensais. No final do ano existiam os exames finais constituídos de uma prova escrita e uma oral. O exame oral, para o qual se constituía uma banca[25], era individual, sendo o ponto sorteado na hora[26]. Aqui os exames não podiam ser assistidos pelo público. Pelo que se pôde levantar com as entrevistadas e pelos livros de registro de notas, no Carmo era elevado o número de aprovação.

[25] A banca era constituída pelo professor da disciplina e duas religiosas do colégio.

[26] Segundo uma das entrevistadas, era sempre uma aluna que sorteava o ponto.

A "cola" era muito utilizada pelas alunas, que recorriam a esse método quando estavam em apuros. Sanfonas, olhar a prova da colega, escrever nas pernas eram alguns dos recursos utilizados.

Toda aluna tinha que estar com o uniforme sempre em ordem. Este era constituído de uma saia pregueada azul marinho, blusa azul marinho de manga comprida com gola branca. As meias e os sapatos eram pretos.

Se, inicialmente, essas escolas funcionaram de forma tímida e a procura por elas era inexpressiva, a partir da Primeira República esse quadro começou a se alterar. Escolas foram abertas, sobretudo por iniciativa do Estado. Mesmo as escolas particulares, que quase sempre eram confessionais, recebiam subvenção do Estado para funcionar.

Apesar de preparar as moças para o exercício do magistério, essas escolas jamais se descuidaram de prepará-las para ser boas donas de casa, para cuidar dos filhos e do marido. Por isso mesmo, no currículo de sua formação dava-se um peso relativo aos ensinamentos de disciplinas como música, língua estrangeira, ou de habilidades práticas domésticas, como bordar, costurar e cozinhar.

Conclusão

A partir da segunda metade do século XIX e sobretudo durante a Primeira República tendeu a crescer o acesso da população a escolarização, em especial as mulheres foram amplamente beneficiadas. A visão de que o acesso à escolarização tiraria o país da incivilidade, aliada a idéia de que as mulheres eram educadoras por excelência, mais a necessidade de se ampliar o número de professores foram os principais motivos que resultaram na possibilidade dessa ampliação do acesso a escolarização para as mulheres.

Inúmeras escolas femininas foram abertas nesse período, sobretudo as escolas de formação de magistério. Dentre estas escolas, as de orientação religiosa foram as mais beneficiadas, envidando o Estado envidado todos os esforços para que estas fossem criadas.

Ao abrirem estas escolas, as oligarquias locais e a Igreja Católica se aliam no sentido de sedimentarem uma instrução mais conservadora, que mais preparassem as mulheres para serem mães, esposas e donas de casa, do que para profissionalizá-las efetivamente. Os ensinamentos nelas ministradas se caracterizaram por uma proposta educacional mais conservadora objetivando formar o caráter das alunas nos preceitos e valores morais católicos para que fossem reproduzidos nos lares, projeto educacional que valorizava a passividade e conseqüentemente impeditivo para a proliferação de idéias inovadoras.

Referências

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde Nacional e fôrma cívica*: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: Edusf, 2000.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919):* uma fase do conservadorismo. São Paulo: Unesp, 1996.

MARGOTTO, Lílian Rose. *Igreja católica e educação feminina nos anos*

60: o Colégio Sacre Couer de Marie. Vitória, 1960-1969. Vitória: Edufes, 1997.

NADAI, Elza. A educação da elite e a profissionalização da mulher brasileira na primeira república: discriminação ou emancipação. *Revista da Faculdade de Educação de São Paulo*. São Paulo, v. 17, nº 17, p. 5-34, jan./dez. 1991.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EDU, 1980.

NOVAIS, Maria Stella de. *O Carmo*, Vitória, 1949.

SIQUEIRA, Elisabeth Madureira. *Luz e sombras:* modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889). Cuiabá: Inep, 2000.

SOUZA, Maria Cacília Cortes Christiano de. *Escola e memória*. Bragança Paulista: Edusf, 1999.

Mujeres migrantes latinoamericanas en el trabajo sexual de Barcelona, España: la relación simbólica entre cuerpo y sociedad desde los estudios de género contemporáneos

Carlos Fonseca Hernández
Ma. Luisa Quintero Soto

Resumo: A reflexão e o debate sobre os aspectos humanos relacionados ao serviço sexual revela a vulnerabilidade dos setores mais desfavorecidos da sociedade. A discriminação e o estigma são elementos de conflito para o desenvolvimento de estratégias organizativas e em alguns casos causa de depressão, enfermedades psicosomáticas, baixa autoestima, e aliciamento por parte destes seguimentos. Com isto, surge a necessidade de fortalecer o suporte social das mulheres migrantes trabalhadoras sexuais e a implementação de programas que promovem a sua autogestão. Este estudo mostra um progresivo poder das trabalhadoras sexuais migrantes que se preparam para um movimento associativo.

Palavras-chave: Serviço Sexual, Mulheres Migrantes, Movimentos Associativos.

Carlos Fonseca Hernández. Doctor en sociología por la Universidad Complutense de Madrid, actualmente se desempeña como Profesor en el Postgrado de Economia de la Escuela Nacional de Estudios Profesionales ENEP Aragón de la Universidad Nacional Autónoma de México.

Ma. Luisa Quintero Soto. Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad Iberoamericana, es profesora y tutora del Postgrado de Economia de la Escuela de Estudios Profesionales ENEP Aragón de la Universidad Nacional Autónoma de México.

Abstract: The reflection and the debate on the human aspects related to sexual work reveal the vulnerability of society less favored sections. Discrimination and stigma are conflict elements for the development of strategies and in some cases, cause of depression, psychosomatic diseases, low self-steam and allurement. Because of that there is an emergence of a need to strength migrant women's social support — for the ones who are sexual workers — as well as the implementation of programs to promote self-managing. This study shows a progressive power of migrant sexual workers who are getting ready for an associative movement.

Keywords: Sexual Work, Migrant Women, Associative Movement.

Introducción teórica

Desde hace algún tiempo, ciertos colectivos y movimientos intelectuales han tratado de dar otro sentido al Trabajo Sexual para producir un cambio en el autoconcepto de las mujeres y su capacidad para exigir respeto y equidad. Desde la Sociología se considera que cualquier Cambio Social es un proceso complejo que comienza por conocer las realidades de las mujeres dedicadas al servicio sexual, sus condiciones sociales y humanas; generándose un debate entre las propias mujeres, y posteriormente, hacer una transformación de significado a un concepto históricamente tan arraigado y lleno de valoraciones morales.[1] Como se sabe, de muchas maneras se ha tratado de controlar la sexualidad femenina. Ya sea a través de la injuria, el estigma, el rechazo o el control legal. Sin embargo, el trabajo sexual representa un reto para la investigación porque supone innumerables cuestionamientos. Por un lado, puede ser considerado una forma de violencia económica porque coacciona a una determinada

[1] CORSO, Carla (1990): *"La lucha por los derechos de las prostitutas"* y OSBORNE Raquel: "Comprensión de la prostitución desde el feminismo" en *Debates feministas*. Madrid: Comisión anti-agresiones y Coordinadora de Grupos de Mujeres de Barrios y Pueblos del Movimiento Feminista de Madrid.

persona a trabajar en algo que no desea: en la venta de sus servicios sexuales. Desde luego que existen algunas personas que están en esta situación, por ejemplo las inmigrantes sin papeles y las mujeres transexuales que se ven forzadas a trabajar en la industria del sexo para sobrevivir pues no acceden a otros puestos laborales. Sin embargo, generalmente se cree que todas son esclavas sexuales que hacen este trabajo en contra de su voluntad.[2] Esta aproximación, formulada desde un sector fundamentalista el feminismo, considera la sexualidad de las mujeres como una forma de esclavitud por parte de los hombres. Los argumentos de Kathleen Barry (1998) fueron muy bien acogidos por las feministas norteamericanas; pero totalmente rechazados por sus informadoras, las prostitutas. La posición de Barry es claramente determinista sobre la sexualidad de las mujeres, considerándolas víctimas del patriarcado. Margo St. James fue la primera prostituta contemporánea en Estados Unidos que se manifestó públicamente por los derechos de las trabajadoras del sexo[3], fue también informadora de Barry para su trabajo de investigación. St. James desmiente que las prostitutas sean esclavas del orden masculino; al contrario, sugiere que el trabajo sexual les permite independizarse de ellos y ganar dinero a través de sus servicios. Esencialmente, lo que verdaderamente ataca a la moral pública y genera tristeza entre las propias mujeres es que las prostitutas puedan recibir dinero a cambio de sus favores sexuales. Puesto que en el modelo de la sexualidad "buena" el sexo se hace por amor, con una única pareja estable y sin dinero de por medio. Sin embargo, el intercambio económico se ha producido desde siempre, incluso en la institución matrimonial muchos hombres pagan dotes por la esposa (la boda, el banquete, el anillo, etcétera) y ofrecen mantener a las mujeres a cambio del acceso a su sexualidad y el trabajo doméstico; la diferencia es que hacen el trabajo — sexual y doméstico — no remunerado. Es decir, no existe el intercambio de dinero por placer sexual.

[2] Véase BARRY, Kathlenn (1988): *Esclavitud sexual de la mujer*. Barcelona: La Sal.

[3] PHETERSON, Gail (comp.); prefacio de ST. JAMES, Margo: (1989): *Nosotras las putas*. Madrid: Talasa.

PHETERSON, Gail (2000): *El prisma de la prostitución*. Madrid: Talasa.

Juliano (2002) cuestiona ¿Por qué el progreso económico de las prostitutas y no el de otros sectores como los empresarios, soldados o clérigos — por poner cualquier ejemplo — causa tantas medidas represivas y rabia entre las mujeres?[4] El propósito de este apartado es analizar la complejidad de la actividad sexual remunerada.

[4] JULIANO, Dolores (2002): *La prostitución: el espejo oscuro*. Barcelona: Icaria, p. 16.

Pheterson (1989) asegura que la etiqueta de "puta" se atribuye a toda persona que trabaja o ha trabajado en la industria del sexo como prostituta, modelo pornográfica, bailarina de strep-tease, masajista, remplazado sexual o teleoperador de llamadas eróticas, o cualquier otro entretenimiento o servicio de carácter sexual.[5] Sin embargo, no sólo las prostitutas pueden ser mar-cadas con el estigma; cualquier mujer puede ser considerada puta dentro de un contexto social y lingüístico, en el cual se atente contra su dignidad, especialmente si es trabajadora independiente, víctima de una violación, pobre, o de otra raza; con el objeto de deshumanizar su persona y hacerla blanco de la discriminación misógina, racial, laboral, legal y sexual. La mancha que provoca entre las mujeres, constituye la mayor forma de estigmatización de una conducta que cuestiona potencialmente el orden establecido. De tal forma, las fobias generalizadas contra la prostitución no son más que una máscara que oculta el temor que la sociedad patriarcal siente ante estas mujeres fuera de la norma. Recela de ellas porque pueden ser tomadas como modelo a seguir por otras mujeres. Asimismo, desconfía de las prostitutas porque las considera como esencialmente poseedoras de cierto conocimiento sobre las debilidades del sexo fuerte. Restrepo (1997) asegura que no hay mucha diferencia entre lo que hace la prostituta y lo que efectúa la gente decente. Lo que realmente sucede, es que ésta realiza de forma pública lo que los demás practican de manera privada. Y por ello se convierte en acto objeto de reproche.[6]

[5] PHETERSON, *Op. cit.*, p. 38.

[6] RESTREPO, Luis (1997), *El derecho a la ternura*, Barcelona: Península, p. 112.

En los países latinos en los que existe el carácter alegal de la prostitución, el orden social atribuye un estigma a la trabajadora sexual, que por una extraña razón, no alcanza al cliente; incriminándola por su presunta inmoralidad, mientras que tal mancha no alcanza al usuario; liberándolo de la identidad deteriorada. En Austria, donde existe una regulación arbitraria del comercio sexual, la persona que vende servicios sexuales en la calle no es perseguida; mientras que el cliente puede ser detenido y procesado por comprar sexo. Esta situación perjudica aún más a las trabajadoras sexuales autónomas puesto que laboran en condiciones de ilegalidad. De esta forma, al hostigar a los clientes, las mujeres tienen menos oportunidad de conseguir un trabajo sexual, cobran menos dinero y son más vulnerables a aceptar prácticas no protegidas puesto que el consumidor se encuentra en una situación vulnerable y exige mucho más por arriesgarse a ser detenido; con lo cual, se incrementa el poder de los clientes hombres sobre las mujeres. Además, los dueños de hoteles, burdeles, clubes, proxenetas y demás personas relacionadas con la industria del sexo, que simplemente proveen de una cama o un espacio para el coito sexual, se enriquecen gratuitamente del trabajo de las mujeres.

En el mundo capitalista, la motivación económica se considera totalmente legítima en el colectivo de hombres — empresarios, profesionales e incluso, prestamistas. Mientras que se ve en las trabajadoras sexuales como perversión (Juliano, 2002:28). En la sociedad contemporánea, el trabajo es la base de la integración social, el prestigio y la autoestima personal. Al negar a estas personas la condición de trabajadores, no sólo se las margina a la clandestinidad y al cuarto mundo,[7] sino que les aparta de la sociedad normalizada y se les atribuye un concepto de sí mismo fundamentalmente negativo.

Una de las explicaciones de la prostitución se centra en el análisis del dominio económico de los hombres

[7] VENTOSA OLIVERAS, Lluis (2000): *El mal lladre. Teología des del Quart Món*, Barcelona, Claret.

sobre las mujeres. Para Varela (1995) el inicio del trabajo asalariado en la Edad Media y la imposición del matrimonio monógamo dio origen a que muchas mujeres que intentaban acceder a puestos de trabajo limitados por hombres, ingresaran a los burdeles como salida a su necesidad laboral y como refugio a la institución matrimonial.[8] El desarrollo de las ciudades desde siglo XII al XIV atrajo a un voluminoso número de mujeres y hombres de las zonas rurales a los centros urbanos, que buscaban nuevas oportunidades de ganarse la vida fuera del control feudal. El control de los puestos de trabajo en manos de los hombres hizo que rápidamente las incipientes organizaciones gremiales limitaran el acceso a las mujeres, dejando sus opciones laborales fuertemente restringidas. Entonces, el trabajo sexual surgió como acceso a los medios económicos para las mujeres, en respuesta a su necesidad económica y de trabajo, e indirectamente como protección a la institución matrimonial para aquellas que preferían incorporarse al mercado laboral que entrar a un convento. Por tanto, la institucionalización de la prostitución es consecuencia histórica de la lucha de las mujeres por conseguir bienes económicos, expresados en dinero a través del trabajo remunerado; y, además, a la resistencia al matrimonio como agente de control a sus cuerpos y sus sexualidades. A eso se debe quizá, el número tan alto de mujeres lesbianas en el trabajo sexual y el de las activistas feministas lesbianas que luchan por los derechos de las prostitutas. Mientras se mantenga la diferencia de género para el acceso a los recursos económicos, la prostitución se manifiesta como una estrategia redistributiva entre los hombres y las mujeres.

Sin embargo, aunque no resulte tan conocido, los hombres también ofrecen servicios sexuales a otros hombres. Este tema alude al tabú de la homosexualidad y la poca importancia que se le da al tema. Muchos de los clientes que utilizan los favores sexuales de los prostitutos son hombres que quieren vivir un episodio homosexual en su cotidiana existencia heterosexual.

[8] VARELA, Julia (1995), "La prostitución, el oficio más moderno", en *Archipiélago*, n. 21, *Pobreza y peligro*.

Algunos de ellos tienen una doble vida, están casados y tienen una inmaculada familia con hijos. Otros son hombres maduros exclusivamente homosexuales que utilizan la prostitución porque durante su juventud la homosexualidad fue duramente perseguida, como en el franquismo. Otros clientes son personas que quieren acceder a valores como la juventud, la belleza, la masculinidad y lo hacen con fines totalmente recreativos. No todos los clientes son homosexuales reprimidos, ni viejos frustrados, también existen hombres jóvenes que les excita sexualmente pagar a un prostituto.

Como la prostitución masculina no llama tanto la atención en la calle, es fácil que pasen desapercibidos los clientes y los trabajadores. La barrera entre trabajo sexual masculino y trabajo no sexual es más permeable. Un chico puede esporádicamente hacer algún un servicio cuando tiene necesidad económica y volver por la tarde a otro trabajo, o alternar la prostitución con un trabajo convencional. La prostitución masculina está menos mal vista, simplemente porque no es tan notoria. En parte, porque los chicos utilizan los valores más apreciados de la masculinidad para captar a sus clientes. Situación que es totalmente contraria a la prostitución transexual. En ella, la condición sexual hace que a la vista pública sea sumamente escandalosa y perturbadora. En algunos casos, la mujer transexual prostituta puede actuar en un rol penetrativo o simplemente apreciada como una mujer con "algo" más. En esencia, los clientes de la prostitución homosexual y transexual, acceden a comportamientos prohibidos como el homoerotismo, la fantasía de un cuerpo andrógino que une a un hombre y una mujer al mismo tiempo, o también aproxima a los clientes a valores tan subjetivos como la masculinidad, la feminidad, la juventud o la belleza. El intercambio económico abre la puerta a un momento que en otras circunstancias sería difícil de acceder.

Sin embargo, el tratamiento social que se da a los hombres y a las mujeres que trabajan en la industria

del sexo es muy diferente. Los hombres que ejercen la prostitución no son objeto de la persecución policíaca que son objeto las mujeres. No se les considera desviados morales, sino que *sólo* tienen motivaciones económicas. Por el contrario, en el caso de las mujeres y las transexuales se les supone que su ocupación se debe a su inclinación al vicio y no a la falta de oportunidades laborales que las conduce al trabajo sexual.

Pese a que la feminización de la pobreza incide directamente sobre las mujeres, no se puede afirmar que actualmente en España las mujeres españolas sean las que trabajan en la calle como prostitutas. La incorporación de las mujeres a los puestos de trabajo ha generado que otros colectivos ingresen en el mercado sexual. Mujeres inmigrantes (ecuatorianas, colombianas, rumanas, nigerianas) ocupan la mayoría de los lugares desocupados por las prostitutas autóctonas, las españolas están representadas por otro grupo marginado: las drogodependientes que utilizan el trabajo sexual para pagar sus adicciones. La prostitución está integrada en su mayoría por personas que pertenecen a algún gueto particularmente complejo. Tal es el caso de las transexuales. Aunque casi en algún momento de su vida la mayoría de las transexuales españolas han trabajado en la industria del sexo, la reciente incorporación de las transexuales españolas al trabajo convencional ha generado que otros colectivos ocupen el lugar en el mercado sexual que demanda mujeres con pene. Tal espacio está siendo ocupado por transexuales y travestíes extranjeras principalmente de Ecuador y Colombia.

La situación de la prostitución es continuamente cambiante, así como hace no muy poco abundaban las transexuales brasileñas, de un momento a otro puede cambiar la situación de la industria del sexo.[9]

Depende de factores sociales y económicos de los países de origen y de las leyes de extranjería. Cuanto más restrictivas sean las políticas de inmigración, la incidencia de inmigrantes en el mercado sexual se verá

[9] Sobre la Prostitución en México véase: BRONFMAN, Mario; URIBE, Patricia; HALPERIN, David; HERRERA, Cristina Herrera (2002): "Trabajo sexual: la espiral del riesgo", en *LETRA S*, Julio 4 de 2002, México, D.F.

CORNEJO, Jorge Alberto (2002): "Cuando las *magdalenas* devolvieron las pedradas", en *LETRAS*, Julio 4 de 2002. México, D.F.

CÓRDOVA PLAZA, Rosío (2002): "Entre chichifos, mayates y chacales", en *LETRA S*, Julio 4 de 2002, México, D.F.

acrecentada. Situación que únicamente favorece a los clientes, puesto que tienen una fuente inagotable de mercancía donde escoger, la posibilidad de rebajar los precios por la excesiva oferta de mano de obra en el mercado de trabajo y la oportunidad de realizar relaciones sexuales sin protección que otras personas con menos necesidad económica, no aceptarían. Además, al haber tantas personas en busca de trabajo sexual, se generan conflictos entre ellas/os por los espacios de trabajo, y competencia por conseguir más clientes.

Como se ha dicho, la situación es permanentemente variable. La prostitución masculina es aún más difícil de abordar si no se conocen los códigos para acceder a ella. En el caso de los hombres trabajadores sexuales, el mercado se divide en locales cerrados (pisos, saunas, discotecas) y lugares abiertos como plazas, parques y playas. Los que trabajan en locales están menos marginados y a simple vista parece que pertenecen a la clase media. En los pisos de relax se encuentran españoles, franceses, colombianos y ecuatorianos. Quienes trabajan en estos lugares tienen cuerpos moldeados en el gimnasio, con ropa, zapatos y accesorios de marca. También están mejor remunerados, aunque comparten la mitad de su sueldo con los propietarios de los locales. En las saunas y discotecas generalmente ejercen trabajadores autónomos que atraen a los clientes potenciales que saben que en esos lugares se ofrecen servicios sexuales. Los europeos occidentales están un poco menos representados, abundando más los trabajadores extranjeros de Iberoamérica, el Magreb y Europa del Este.

En cambio, los lugares públicos se caracterizan por la gran diversidad de los trabajadores. La edad puede ser algo mayor, sin embargo existen chicos mayores de 35 años con la apariencia de un paisano común. Muchos de los que trabajan en plazas y parques provienen de los países árabes como Marruecos y Argelia; otros proceden de Europa del Este, particularmente Rumania. Una creciente parte de la prostitución mas-

culina callejera la integran jóvenes de Sudamérica, generalmente Ecuador y Colombia. Sin embargo, en las playas cercanas a Torremolinos y Málaga se encuentran muchachos de España y otras regiones de Europa, además de los marroquíes, rumanos y ecuatorianos. Dado a que la prostitución masculina es más compleja y difusa, en la calle se pueden encontrar hombres de muchas nacionalidades, desde los autóctonos — que generalmente son jóvenes que han escapado de casa o con problemas de drogas — hasta los innumerables inmigrantes que engruesan la capa de la pobreza. Sin embargo, existe muy poca incidencia de hombres de los países subsaharianos, debido quizá a la idea que tienen sobre la homosexualidad considerada una especie de locura y las diferencias culturales entre las conductas africanas y la occidental.

Puesto que los hombres autóctonos disponen de más recursos económicos que las mujeres y las/los inmigrantes, se genera un mercado que proporciona una serie de servicios no sólo sexuales a los clientes que están dispuestos a pagar. La oferta y demanda utiliza los imaginarios colectivos desde una lógica capitalista y procura además de sexo, atención, escucha y compañía sustituyendo temporalmente las relaciones personales basadas en el trato y la confianza.

Según Juliano (2002) los hombres pagan por lo que podrían obtener gratis por las siguientes razones:

- Porque se impone en el acto sexual una relación de poder de tipo económico y de virilidad.
- Porque les ahorra a los hombres tiempo y esfuerzo.
- Porque evita implicaciones emocionales,
- Porque les permite condicionar la relación establecida a las exigencias de sus propias necesidades sexuales, afectivas y de comunicación sin tener en cuenta las necesidades de su interlocutor/a, ni considerarlo/a como sujeto.

Estos componentes disponen la demanda de

servicios sexuales como una sexualidad substitutiva, funcional para el cliente aunque frecuentemente negada. En cambio, las/los trabajadoras/es sexuales determinan una relación exclusivamente instrumental con sus clientes. Observándolos, no como seres humanos, sino como una fuente potencial de recursos económicos que puede ser explotada; considerando su gestión como una representación teatral, en la que adoptan el papel que el otro desea a cambio de dinero sin la necesidad de implicarse como personas. También hay excepciones, algunas veces las/los prostitutas/os se convierten en pareja de sus clientes, estableciéndose lazos afectivos entre ellos. Sin embargo, el tenor general señala que la mayoría son esporádicas, cortas y limitadas a un intercambio de orgasmo por dinero.[10]

Durante la Guerra Civil Española, la desvalorización del trabajo sexual estaba basada en la idea que el intercambio económico va en contra de la dignidad humana, puesto que el acto de dar una moneda a cambio de un momento de placer es la profanación del amor, de la naturaleza y del género humano, puesto que el cuerpo es el templo sagrado que no debe ser corrompido.[11] Gallardo (1932, citado por Juliano y Nash) considera que el cuerpo "sagrado" femenino es para el uso gratuito de los hombres, por tanto, declara la disponibilidad sexual y gratuita de las mujeres. El autor consideraba que la virginidad voluntaria de las mujeres debería ser considerada como un delito social, como un atentado contra la salud reproductora y la tranquilidad de los hombres.[12]

Como se ha mencionado, la palabra más fuerte de todos los idiomas se refiere a la mujer que se atreve a sostener relaciones fuera del matrimonio sin la aprobación del juez y del cura. En tanto, las palabras más valoradas aluden a las características masculinas y la capacidad de los hombres de emplear su cuerpo libremente.[13] En consecuencia, el cuerpo es la primera imagen de nuestra identidad, cada miembro tiene un significado que refleja un cierto sentido.

[10] JULIANO, D. *Op. cit.*, p. 145. Además: "Trabajadoras sexuales: Memorias vivas". Asociación de Trabajadoras Autónomas "22 de junio" de El Oro, Machala-Ecuador, 2002.

AGUSTÍN, Laura (2001) "Mujeres inmigrantes ocupadas en Servicios Sexuales" en Colectivo Ioé (2001): *Mujer, inmigración y trabajo.* Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales – Instituto de Migraciones y Servicios Sociales.

[11] NASH, Mary (1983), *Mujer, familia y trabajo en España 1875-1936*, cap.: "La prostitución", Barcelona, Anthropos. Véase también: NASH, Mary (1999): "El fascismo de la naturaleza, prostitución y enfermedades venéreas" y "Libertad a las prostitutas", en R*ojas. Las mujeres republicanas en la Guerra Civil*, Madrid, Taurus.

[12] Juliano D., *Op, cit.*, p.27.

[13] BULLRICH, Silvina (1982), *La mujer postergada,* Buenos Aires, Editorial Sudamericana, p. 123.

En este apartado nos interesa abordar el tema de la cabellera en el imaginario colectivo. En la cultura occidental contemporánea la presentación pública del cabello tiene una división sexual: la cabellera larga para las mujeres y el pelo corto para los hombres. La moda un tanto reciente de varones que usan la cabeza rapada para mostrar más masculinidad, se contrapone con la idea que a mayor cabello, más feminidad. La frase "cabello largo ideas cortas" sugiere que las mujeres son más tontas que los hombres por el hecho de tener más pelo. La cabeza está situada en la parte superior del cuerpo, alude directamente a lo superior, lo divino, el lugar de la inteligencia y el pensamiento. Cubrir la cabeza con largos cabellos sugiere enclaustrar su capacidad pensativa. La cabellera está asociada con la naturaleza, mientras su ausencia se relaciona a la cultura. La fórmula sexual de la cabellera revela que entre menos cabello, más hombre-cultura se es, en tanto a más cabello más mujer-naturaleza se es.

Juliano (2002) asegura que en todo el ámbito mediterráneo se ha considerado que la cabellera suelta es un intenso estímulo sexual. Las diosas y mujeres seductoras de la *Odisea* — Afrodita y Helena — tienen su principal atractivo en sus largas cabelleras. Mientras que Atenea es representada con el neutro pelo corto. El significado de la imagen de María Magdalena — la pecadora arrepentida que emplea su larga cabellera para secar los pies de Cristo — se transforma totalmente. Del atributo de mujer mala pasa a mujer santa por postrarse ante el Señor. En consecuencia, el dominio sobre la cabellera humana es claramente un elemento fundamental del control simbólico de la sexualidad. La exigencia de cubrir la cabeza a las monjas, a las antiguas católicas para entrar a la iglesia y a las mujeres musulmanas tiene el propósito de desexualizarlas. De esta forma, se pretende evitar la tentación sexual que generan las mujeres a través de su cabello. Si la melena se asocia con la facultad de provocar sexualmente, las mujeres que no la tienen quedan sim-

bólicamente fuera del deseo masculino. Por tanto, las calvas desprenden una imagen repulsiva, mientras que las monjas y las mujeres islámicas al obligarlas a cubrirse la cabeza; son arrebatadas de la mirada masculina, invisibilizándolas. En el caso de las religiosas que se cortan el pelo en el rito de iniciación, se interpreta subjetivamente la privación de sexualidad con la ausencia de cabellera. Pese al control de la cabellera humana, existen medios de resistencia para este tipo de dominación.

Los hombres afiliados al movimiento del *rock* aseguran que dejarse crecer el pelo es un acto de rebeldía al orden establecido. La frase "soltarse la melena", alude a la liberación de los condicionamientos sociales, librándose de las restricciones morales. El hecho de soltarse el pelo representa a mujeres autónomas, libres para tomar sus propias decisiones y sexualmente seductoras para provocar las miradas. Determinando que la propia persona es libre de hacer con este atributo simbólico lo que le dé la gana, simplemente con el acto de soltarse el cabello y permitir que su pelo caiga libremente. Las prostitutas están conscientes de esta consideración social, usando muchas veces pelucas, generalmente rubias como parte de su indumentaria de trabajo.[14] La exigencia sobre las mujeres de acicalar sus largas cabelleras es un intento por controlar su sexualidad y dividir a las mujeres buenas de las malas, a través de su presentación pública.

Juliano asegura que para que a las mujeres se les considere sujetos socialmente aceptables, deben manifestarse como *no prostitutas*. Esto genera la necesidad de profundizar la diferencia, recalcando la jerarquización. La operación da como resultado el rompimiento de la solidaridad entre las propias mujeres. El *pacto entre hermanas* que plantean las teóricas del empoderamiento, es una estrategia de unión para enfrentarse a la dominación masculina. La caída del muro entre mujeres prostitutas y aquellas que no lo son es una estrategia de unión ante un problema que afecta a to-

[14] JULIANO, Dolores, *Op. cit.*, p. 80-81. Véase: SÁNCHEZ ORTEGA, María Elena (1995): *Pecadoras de verano, arrepentidas de invierno,* Madrid, Alianza Editorial. BORNAY, Erika (1994), *La cabellera femenina*, Madrid, Catedra, Ensayos, Arte.

das. El tema del trabajo sexual no debería ser ajeno para nadie, puesto que el estigma "puta" es un instrumento socialmente desarrollado para controlar a todas las mujeres. Por tanto, la liberación de la amenaza a ser estereotipadas por un comportamiento sexualmente activo, dejaría de ser un obstáculo para que las mujeres asuman el control de su propia sexualidad. Y dejen de ser coaccionadas por los deseos sexuales de los hombres, mediante un modelo de sexualidad monógamo, subordinado y reproductivo.[15]

[15] JULIANO, Dolores, *Op. cit.*, p.41.

Sin embargo, en este punto es importante preguntar ¿Cuál es la solución del problema? La perspectiva conservadora, basada en las ideas judeocristianas, con fuertes prejuicios contra la sexualidad y la de las mujeres particularmente, plantea negar el asunto, proponiendo la abstinencia como un medio de conclusión. Otros enfoques señalan la complejidad del tópico. No obstante, el punto de partida para una posible vía de solución se encuentra en acceso a los recursos económicos para las mujeres y los colectivos marginados. El desenlace del problema de la prostitución no está en hacer leyes más opresivas en contra de las/los trabajadores sexuales, sus clientes, los drogadictos o los inmigrantes. Sino, en una reflexión de todos los sectores de la sociedad sobre la igualdad de oportunidades laborales entre hombres y mujeres, extranjeros y autóctonos. La cuestión del trabajo sexual, es ante todo eso, una cuestión, una pregunta sobre la equidad — que garantiza la ley — para todas las personas en el acceso a los puestos de trabajo.

Cualquier acción que comprenda abordar la solución del trabajo sexual deberá tomar en cuenta la opinión de las implicadas. El Colectivo de Trabajadoras Sexuales de Cataluña propone dejar de considerar a las mujeres como sectores marginales y verlas como trabajadoras autónomas, a las que es necesario proteger sus derechos. El enfoque contempla acciones que promuevan el reconocimiento de su labor como un trabajo más y permitir que administren ellas mismas

las condiciones laborales, en respuesta a los proyectos que pretenden beneficiar a los dueños de los clubes donde la prostitución estaría invisibilizada y en manos del control masculino.

Propuesta en torno a la Prostitución por las propias mujeres

El siguiente apartado se sustenta en el trabajo mostrado en el Foro virtual *La Industria del sexo* donde el Colectivo de Transexuales de Cataluña generan una Proposición de No Ley. A continuación se transcriben algunos párrafos:

> *"La prostitución podría definirse de forma simplista como un acuerdo, donde uno compra y otro vende sexo. Es como todo acuerdo algo pactado. La prostitución tiene que ver con el comercio, pero también y sobre todo con la autonomía y el derecho al propio cuerpo, con la libertad de elegir en lo personal. Desde un punto de vista utópico, la prostitución ideal es aquella en la cual ambas partes se sienten conformes con el acuerdo realizado en condiciones de igualdad, en un trato justo. No obstante, la realidad suele ser muy distinta debido a las condiciones sociales de discriminación que sufre una de las partes, la trabajadora sexual. De hecho, nuestra sociedad es responsable de situaciones de injusticia, de marginación y represión cultural, de la lesión económica de las prostitutas. Injusticias que caen como una losa sobre determinados grupos sociales, los más indefensos, dejando la puerta abierta para la explotación, la injuria, la estigmatización y extorsión de dichos grupos, convirtiendo una práctica honesta e inocente, en algo sobre lo que se ejerce una gran tiranía.*[16]

> *"En la actualidad, la situación de contratante y contratado es desequilibrada. La prostituta parte en lo general de una posición desfavorable, de discriminación y marginación, de situaciones límite que normalmente provoca acceder a la prostitución como algo impuesto. Siendo raro que se acceda a este oficio, al trabajo sexual, de una forma libre y voluntaria, salvo casos excepcionales donde el ejercicio del trabajo sexual proporciona beneficios*

[16] Colectivo de Transexuales de Cataluña (2002): *Prostitución - Proposición de No Ley*. Barcelona: CTC.

sustanciosos, ascensos laborales o prestigio social: casarse con un millonario, ser una actriz o una reconocida modelo, prostituta de lujo, etc. Pero a pesar de ello, existen trabajadoras del sexo que acaban contemplando y reivindicando su oficio como un trabajo más, cambiando la primera visión auto culpabilizadora de sí mismas por un orgullo y talante equivalente al de las trabajadoras de otro oficio. Dicho concepto normalizado por propio trabajo de parte del colectivo de las trabajadoras sexuales contrasta con la visión social estigmatizada que se tiene de ellas.

"En la actualidad, la composición social de las trabajadoras sexuales de España, y concretamente de Cataluña, está integrada en un 50% de mujeres extranjeras. El 50% nacional se divide entre prostitución de lujo, prostitución transexual y otras mujeres de edad avanzada. La prostitución masculina, por otra parte, es minoritaria respecto de la femenina, pero también real y a tener en cuenta, tanto la orientada a un público homosexual como la heterosexual que es esta última menos vistosa.

"Se da la paradoja de que muchos análisis realizados desde fuera de la prostitución consideran a la prostituta que trabaja en la calle como aquella que atraviesa una situación más difícil, mientras que la realidad, en cambio, muestra muy a menudo un cuadro contrario, siendo como trabajadora autónoma y gracias al control de su trabajo y de su beneficio la que obtiene mayor satisfacción, en contraposición a la trabajadora en clubes y locales de alterne, que ve una parte sustancial de sus ingresos apropiada por los propietarios de dichos locales, proxenetas y de las redes de tráfico de personas. Además, algunos ven a dicha trabajadora callejera y autónoma con disgusto, de forma que la tendencia general de las propuestas legislativas es erradicarla. Por extensión, también se pretende en ocasiones erradicar a otras trabajadoras autónomas que desde sus propias viviendas o domicilios habilitados para este negocio, venden sus servicios sexuales. Proposiciones altamente contradictorias para quienes dicen y postulan el trabajo sexual como — un trabajo más. ¿Por qué debería ser pues vergonzoso su ejercicio en la calle o en domicilios privados?

"Algunos argumentos esgrimidos contra la prostitución autónoma

son conllevar falta de seguridad médica, con riesgo de transmisión de enfermedades, al estar asociada con delincuencia (hurtos, robos, tráfico de drogas) y finalmente el ocasionar alarma y deterioro de la imagen social del barrio donde se desarrollan. Argumentos falaces y sin demostrar que son utilizados de forma demagógica con el propósito de discriminar a dicho colectivo. Por el contrario los locales son presentados, a menudo como garantes de la seguridad médica del cliente, de pulcritud respecto a la moral social, hallando su principal problema en la difusión comercial y promoción de sus actividades que contradice la moralidad a la que parecen servir. Se cierra así un ciclo argumental totalmente falso que oculta la realidad de dichos locales como centros de explotación sexual de personas, normalmente extorsionadas, para utilizarlas en sus redes prostibularias, con el único fin del lucro personal de los proxenetas.

"Cuando consideramos una regulación u ordenación sobre el trabajo sexual no puede soslayarse sus características singulares que lo convierten en algo especial y prácticamente único, respecto de las actividades laborales tradicionales. La trabajadora sexual aporta al comercio, además de trabajo, la disponibilidad de su cuerpo, su vida sexual y afectiva. Tampoco puede olvidarse que con independencia de que exista una regulación de la prostitución ello no conllevará su normalización social. La estigmatización social de la prostitución hace difícil su reglamentación normal como — otro trabajo más. Debe tenerse en cuenta, así mismo, la libertad sexual como un bien de obligada protección. La prostituta, al igual que el resto de los ciudadanos, tiene derecho a contactar con otras personas para establecer con ellas el acuerdo que considere necesario. Cualquier posible legislación, debe respetar este derecho.[17]

"Finalmente, la presente proposición revaloriza a la trabajadora de la calle desde el realismo, pues en una sociedad democrática en la que existan personas marginadas, su erradicación es una utopía que provoca únicamente la represión de las prostitutas a quienes se pretende favorecer. Pero también desde la corresponsabilidad de las administraciones locales para proporcionar los ambientes y lugares en condiciones adecuadas para que dicha

[17] *La Propuesta de No Ley* contiene artículos que definen el comercio sexual como una actividad libre y consentida. El tráfico de personas y el proxenetismo está duramente condenado por aprovecharse de la necesidad de las mujeres. Igualmente, pretende organizar el Trabajo Sexual y fomentar medidas de formación y reinserción laboral para las mujeres autóctonas y extranjeras que deseen abandonar tal actividad. Sin embargo, para aquellas que decidan continuar en la Industria del Sexo, el Estado deberá garantizar que se realicen en las mejores condiciones.

actividad se ejerza con seguridad, comodidad y con el menor perjuicio posible de otros intereses ciudadanos."

Discusión teórica

Como se ha visto, el trabajo sexual es una de las profesiones que contiene a los sectores más vulnerables de la sociedad: las mujeres, inmigrantes, drogodependientes, jóvenes en situación precaria, etc. En su mayoría trabajan por necesidad para cubrir necesidades básicas. Aunque la prostitución tiene una función social, la sociedad conservadora no ha querido atribuir el carácter de trabajo a esta actividad económica. Los intentos por regularizarla están enfocados a beneficiar a los empresarios de clubes y desaparecer a las mujeres de la calle, en una clara actuación misógina, machista y a favor de los intereses económicos masculinos. Las mujeres han elaborado una propuesta de Ley que resulta novedosa.

Como se ha visto, la *Propuesta de No Ley* que se ha presentado rompe con la idea de que la mujer prostituida actúa en contra de su voluntad. Más bien se desarrolla en una serie de valoraciones sobre lo que ella desea conseguir a través de su profesión. La principal demanda de las mujeres es que se considere su labor como un trabajo más. No obstante, llama la atención que la propuesta surge precisamente de las trabajadoras sexuales enfrentándose a la visión desvalorizadora de la sociedad. Igualmente, destaca la situación real de la calle en el territorio español con la llegada de inmigrantes a la industria del sexo y el cambio en el escenario por esta situación. Sin embargo, es importante mencionar que los datos exactos de inmigrantes y autóctonos son difíciles de contabilizar porque al igual que el comercio ambulante o el trabajo doméstico no son regulados eficazmente por el Estado.

Las mujeres organizadas reivindican el derecho al Trabajo Autónomo en la Calle que las libera de horarios inflexibles y jefes explotadores. Se dicen sentir más

satisfechas que las mujeres que trabajan en clubes, al ver mermados sus ingresos por los empresarios. No obstante; aunque es sumamente revelador, el enfoque de las trabajadoras sexuales tiene puntos contradictorios entre sí: por un lado promueve que su actividad se considere como un trabajo más y por otro pretende que se contemple como un oficio con características especiales y únicas por el hecho de que se pone a disponibilidad algo tan subjetivo como el cuerpo. Además, utilizan el concepto de libertad sexual sin observar que tal libertad no existe, puesto que al formular una proposición de ley no están más que generando que el Estado controle la libertad sexual de los ciudadanos.

Los artículos que llaman la atención sobre la regularización del trabajo sexual propuesto por las propias mujeres son aquellos en los que se establece el tipo de actividad y servicio que se pone a la venta y las condiciones que beneficiarían a las trabajadoras autónomas. Se destaca en esta propuesta la ausencia de las obligaciones de las trabajadoras sexuales, donde aparecen únicamente los derechos pero no los compromisos a los que estarían sujetas. Posiblemente porque no están dispuestas a hacerlo. En Holanda, por ejemplo, donde la prostitución está regulada no sin insuficiencias, el 90% de las mujeres registradas como trabajadoras sexuales por la Administración no paga impuestos. Si se desea que se considere como un trabajo más tiene que tener las mismas obligaciones que cualquier trabajador.

En perspectiva se observa que las cuestiones legales son sumamente complejas. Se caracterizan por un profundo silencio o por un tratamiento desigual al empleo convencional. El trabajo sexual constituye un tabú que el Estado no desea afrontar como propio, delegando su función a los servicios asistenciales para que se encarguen de solucionar los problemas.

Metodología de la Investigación

El grupo de discusión entre Mujeres Migrantes se realizó en el marco del Encuentro Internacional sobre *Derechos Humanos y Trabajo Sexual* celebrado en Barcelona del 8 al 14 de julio del 2002, en el C.C. Pati Llimona, organizado por el colectivo LICIT. Las jornadas del encuentro se desarrollaron paralelamente al *Congreso Mundial de Sida*; aprovechando la reunión de personas para esta causa y el hecho tener la mirada internacional puesta en la ciudad de Barcelona. Por lo cual, uno de los objetivos del encuentro fue poner al debate en la opinión pública el tema del Trabajo Sexual, como otra de las cuestiones con alto grado de estigma, al igual que el sida. La participación de las mujeres estuvo becada con una aportación de 120 euros. El grupo estuvo formado por mujeres dedicadas al servicio sexual españolas y extranjeras, (principalmente de Brasil, Ecuador y Colombia), mujeres transexuales, investigadoras, y trabajadoras en proyectos de atención a personas que ejercen la prostitución. Se fomentó la participación de las participantes a través de la toma de decisiones sobre cómo se quería llevar a cabo las actividades del taller de manera flexible, resultando un involucramiento de las asistentes en el desarrollo de la sesión.

El taller tuvo las siguientes características y objetivos: Fue dirigido a trabajadoras sexuales, sobre sus experiencias y necesidades en el ejercicio del trabajo sexual y la relación entre el poder y negociación como una herramienta para la resolución de conflictos en el ámbito personal y laboral. Aunque el grupo no estaba formado exclusivamente por trabajadoras sexuales, las discusiones fueron hechas como si todas las asistentes lo fueran, evitando las diferencias entre mujeres trabajadoras sexuales de las que no lo eran.

La estructura de la actividad estuvo basada en la reflexión de ideas como:

– "Mujeres Trabajadoras, no víctimas ni esclavas",

– "El poder de trabajar en lo que cada persona quiere, en las mejores condiciones",
– "Cómo manejar el dolor que me produce la actividad y transformarlo",
– "Cómo tomar conciencia de lo que soy y lo que somos",
– "Soy fuerte, soy potente, soy poderosa".

Estos contenidos fueron tratados en 4 subgrupos a los que fueron asignados los temas:
– El Poder ¿qué fuerza tengo como trabajadora sexual en mi vida?,
– La Autoestima ¿cuál es el concepto que tengo de mí misma?,
– La Negociación ¿cómo resuelvo los conflictos relacionados con mi labor?,
– El Sufrimiento ¿cómo manejo la soledad y el aislamiento ante el rechazo y la discriminación social?

Cada equipo expresó las aportaciones de sus miembros a través de su vocero. Aunque se partía con el conocimiento de que el trabajo sexual causaba dolor y sufrimiento para algunas personas; no se comenzó por este tema, con el fin de evitar caer en situaciones de victimismo y de auto conmiseración.

Resultados

El taller fue introducido con un juego de movimiento e intercambio de lugar a través del contacto físico. Se halló que algunas mujeres revelaban que sus cuerpos estaban cansados y con poca disposición de hacer contacto físico entre ellas. En algunos casos, manifestaron que el cansancio era fruto de las condiciones laborales como permanecer mucho tiempo de pie durante periodos prolongados, o por invitar a sus compañeras a asistir a los talleres o participar a la manifestación del día anterior para defender sus derechos humanos.

Curiosamente, pese a que el instrumento de trabajo de las mujeres es su propio cuerpo, se notó miedo a ser tocado por sus compañeras; producto quizá de la relación mental de contacto-físico-sexo. También se notó la dificultad de algunas participantes para moverse con fines recreativos o para sí mismas; lo cual generó un debate sobre la motivación económica como generador de movimiento. Se halló que para algunas mujeres el dinero es un motor que acciona un comportamiento y sin este elemento, no hay movilidad. Como ya se ha señalado, la beca recibida por las mujeres de 120 euros sirvió para compensar el tiempo sin trabajar. De cualquier forma se encontró que existen dificultades para animarse con fines lúdicos, ya sea por un cansancio crónico de cuerpos maltratados, por las condiciones relacionadas al trabajo; o por la falta de la motivación del dinero; agregándose la relación de ser tocada con un fin sexual.

Un aspecto que las mujeres deben trabajar con las asociaciones, es justamente el valor que se le da al dinero; puesto que en algunos casos hay verdadera necesidad económica y el dinero es sumamente importante, pero en otros, la acción sin dinero es imposible. Lo cual ocasiona que no se den comportamientos activistas o relacionados con la organización del grupo, puesto que no existe la estimulación económica. En muchas ocasiones las asociaciones realizan comportamientos paternalistas, o mejor dicho maternalistas, puesto que el Tercer Sector, el de las ONG's está mayoritariamente compuesta por mujeres. El maternalismo provoca que las asociaciones trabajen *para* ellas, no *con* ellas. La auto gestión y la toma del control de ellas mismas es un aspecto a tratar en los programas relacionados con las trabajadoras sexuales.

Puesto que el contacto sexual se da de forma remunerada, salvo en las áreas de la vida privada; este aspecto se reproduce en otros ámbitos, donde el dinero, al parecer, se convierte en un generador de acción. Y por otro lado el contacto físico entre ellas causa

conflicto por su relación con acercamiento sexual y los tabúes relacionados con la homosexualidad y el lesbianismo.

Análisis

Poder: una cuestión de trabajo

Para las trabajadoras sexuales el poder es un concepto complejo. Por un lado el poder está unido al dinero, a la capacidad de hacer y tener todo lo que desean. El dinero, para las mujeres, las condiciona cuando no pueden cubrir necesidades básicas. Cuando un cliente desea un servicio sin preservativo, la decisión adecuada, dependerá del grado de necesidad económica. Ante una situación de este tipo se recomienda, cuando la escasez es muy grande, realizar entre las prácticas de riesgo, la que menor peligro conlleve para ellas. Por ejemplo, una mujer puede aceptar una felación sin preservativo, pero no una penetración.

Las mujeres reconocen que la inteligencia es un instrumento importante de poder. Para ellas una persona es poderosa si tiene buenas ideas. En este sentido, reconocen que existe el poder de creer en ellas mismas, de confiar en sí mismas. Por lo cual, el poder de decidir es crucial, puesto que las convierte en sujetos con decisiones propias, no marionetas del destino; en este sentido el poder es apreciado como la capacidad de hacer unas cosas en lugar de otras. Implicando cuestiones biológicas y sociales; pues señalan que existe el poder de hablar y relacionarse con los demás.

Un aspecto importante que las trabajadores sexuales mencionaron en el taller, fue que tienen el poder de dominar a otros, ya sea con la mirada, con su sexualidad, o con su propia mente para hacer lo que ellas desean. Es decir, reconocen el poder que tienen para movilizar a otros para ciertos fines. Argumentan que en la calle tienen que aprender a conocer quién de las compañeras tiene más poder que otra.

Al respecto se mencionó que: "Una cosa es imponer mediante el temor y otra muy diferente el poder. Todas podemos tener *poder* y dominio en algo que tenemos mayor conocimiento y habilidad. El poder del conocimiento teórico es superior al que proviene de la vida. Pero nosotras somos unas expertas en el conocimiento de la vida".

Ante la cuestión de cómo adquirir poder, las trabajadoras sexuales señalan que la clave está en valorar, tanto las situaciones, las cosas y a ellas mismas; en fijar metas y luchar por una cosa. Las mujeres reconocen que para ello es necesario aceptar las propias limitaciones. Un aspecto relacionado con el poder es el grado de voluntad que ellas mismas tengan en hacer lo que se han propuesto y conseguirlo mediante la voluntad. Finalmente reconocen que para ellas, el poder también es saber controlarse ante situaciones difíciles y resolver conflictos inteligentemente.

Capacidad de negociar
A través de un acuerdo
Observando objetivos

En el trabajo sexual, las mujeres observan que han desarrollado, o necesitan desarrollar aún más, la capacidad de negociar ante la propuesta extraña de un cliente, para realizar prácticas protegidas, para rebajar el precio del servicio etc. Algunas de ellas aseguran que su seguridad está en juego. Asimismo, advierten la forma en qué las demás se dejan vencer y la experiencia de una compañera puede servir de ejemplo.

El papel del dinero
Representa una necesidad básica
Seguridad económica
Para pagar deudas
Proporciona poder

Para la mayoría de las personas que ofrecen servi-

cios sexuales la ganancia económica que representa el dinero es un factor por el cual ponen en riesgo su seguridad física y su "buen nombre". Generalmente, han entrado a la industria del sexo por necesidad y por factores relacionados a la independencia de los hombres y la familia.

En el caso de las personas transexuales, el rechazo social condiciona que un 90% de las mujeres se dediquen o se hayan dedicado al trabajo sexual en algún momento de su vida. En tanto, las mujeres no nacionales, acceden a la industria del sexo para pagar deudas de viaje, realizar proyectos en sus respectivos países, como construir una casa, pagar los estudios de sus hijos, mejorar su situación económica, estableciéndose este trabajo como una actividad temporal. Por tanto, su identidad permanece "inmaculada" en el sentido que ellas no son "putas" de verdad, ni lo hacen por vicio, sino como una labor pasajera, que dejarán de hacer en el momento en que regresen a su país. En cambio, las mujeres nacionales son las más afectadas por el estigma de mujer buena-mujer mala. Una participante aseguró que el dinero condiciona cuando no se pueden cubrir las necesidades básicas.

El dinero ocasiona
Corrupción
Pérdida de dignidad

Las mujeres están conscientes que su trabajo conlleva importantes consecuencias sobre el concepto de sí mismas. La mayoría considera que su trabajo es una forma de corrupción que conlleva a la pérdida de dignidad; pero a la vez consideran que lo que están vendiendo son sus servicios, no su cuerpo ni su dignidad.

Estigma	
Mujer buena	Mujer mala
Ama de casa	Prostituta

Una mujer expresó que gracias a su actividad había dado de comer a sus hijos y les había comprado pañales ante la pasividad de su marido. Otra consideraba que el ser prostituta no le quitaba que fuera mala madre y que hubiera dado una carrera a su hijo. Sin embargo, creía que su hijo se sentía avergonzado de ella. El grupo veía cómo la mujer aparentemente fuerte y decidida, lloraba ante la desesperanza de aceptar que nada podía hacer ante la idea que su hijo sentía bochorno por ella. Sin embargo, alguien dijo que quizá su hijo sentía vergüenza, pero no de ella, si no de su trabajo, y que ambas cosas eran muy diferentes.

> "Si el poder es la capacidad para hacer mover a otra persona hacia lo que deseo que haga. Entonces todas tenemos poder".

Otra mujer consideró que debido a su trabajo, su poder estaba disminuido por el estigma. Sobre este punto se discutió lo que era poder, consideraron que existen varios tipos de poder:

– "Poder relacionado con el dinero y solamente con él."
– "El poder de la inteligencia, tener buenas ideas para solucionar problemas, ideas clave"
– "Existe el poder de creer en uno mismo."
– "Poder de decidir si hacer una cosa en vez de otras."
– "El poder de hablar y relacionarme."
– "El dinero sólo condiciona cuando no se pueden cubrir necesidades básicas"
– "Existe el poder de dominar a otro con la mente o la mirada"
– "Ser capaz de aceptar las propias limitaciones"
– "Poder de saber controlarse."
– "Una cosa es imponer y otra el poder, por medio del temor."
– "Poder es la voluntad que nosotros tengamos de

hacer una cosa y conseguirlo con la voluntad".
– "Todos podemos tener poder en algo, que es aquello de lo que tenemos más dominio y conocimientos; si se reconoce esta situación todos compartirán el poder; aunque el poder del conocimiento teórico es superior al que proviene de la vida".
– "¿Cómo adquirir el poder?, Valorar, fijar metas, tener que lucha por una cosa."

Se observó que existe una idea desvalorizadora de sí mismas por lo que saben, una mujer considera que es inferior a un conocimiento teórico. No obstante alguna dijo que poder era la capacidad de hacer que otra persona hiciera lo que ella quería. Ante esta definición se dieron cuenta que todas eran muy poderosas porque lograban que los hombres cumplieran sus deseos para obtener sus favores. El consenso sobre este tema fue que las trabajadoras sexuales eran sumamente superiores a los hombres y a otras mujeres porque lograban conseguir sus deseos y movilizarlos hacia sus propios fines.

> "Para evitar el sufrimiento lo mejor es mentalizarse que estoy actuando, separo el momento en el que estoy en el escenario de mi vida personal".

Más adelante, en el grupo de trabajo se tocó el tema del sufrimiento y cómo evitarlo. En primer lugar, se habló de la necesidad de considerar la prostitución como un *trabajo*. Un mecanismo para evitar el sufrimiento era tomar conciencia del carácter *laboral*. En segundo lugar, las mujeres discutieron cómo encontrar una vía para poder paliar el sufrimiento y descubrieron la idea del teatro. Es decir, considerar que cuando se trabaja es como si se estuviese *actuando*. Disociar cuándo se está en el escenario y cuándo en la vida cotidiana. Es importante *mentalizarse* de que uno está representando un papel ajeno a mí misma para no ver la prostitución como un trauma.

Fuentes del Sufrimiento
Lucha constante
Control
Soledad
Desprecio de la sociedad
Rechazo
Consideración como objeto sexual

Algunas de las causas por las cuales las mujeres sufren son:

– "El sentimiento de tener que estar en constante lucha, de estar controlando, por ejemplo las propuestas de los clientes por no usar preservativo."

– "El sufrimiento proviene fundamentalmente de la *sociedad*, que te desprecia y te baja la autoestima. Esta es la principal causa del sufrimiento."

– "El rechazo de los hombres, que te quieren de noche y no de día."

– "El rechazo de los padres y la familia."

– "No se deja la oportunidad a que le conozcan a uno. La sociedad está cerrada al encuentro."

– "Cuando te conocen, sí se abren y te aprecian, por ejemplo, los vecinos."

> "El sufrimiento es una elección, tú decides si decides quedarte sufriendo en casa o te vas a trabajar con la cabeza muy alta".

La discusión de este tema terminó en las estrategias para llevar el trabajo de la mejor manera posible sin amargura o tristeza:

– "Para evitar el sufrimiento es importante también *una misma* tener la capacidad de elegir. El sufrimiento depende de la posibilidad de *elección*."

De la misma manera, se discutió la necesidad de respetarse las unas a las otras, evitar hablar mal de las compañeras y establecer el sentimiento de *cooperación entre hermanas*:

– "Tenemos que aprender a respetarnos primero

entre nosotras mismas, para que se nos empiece a respetar. Porque entre nosotras mismas nos intentamos reprimir, y de hecho, nos reprimimos: la una es vieja, la otra es un *travestón*, la otra lo hace por menos dinero y por eso trabaja más."

– "Aparte de todo esto tienen que pasar muchos años más para que la gente se *conciencie* y nos llegue a respetar y eso será cuando nosotras mismas nos respetemos y no tengamos que esconder nuestra condición de ser trabajadoras del sexo."

Dignificación del Trabajo sexual
Respeto a sí mismas
Respeto entre ellas

Una mujer transexual brasileña con muchos años de experiencia en la industria del sexo dice:

– "Me cuido muchísimo. En cuanto a la higiene, soy muy limpia y me cuido mucho, ningún tipo de enfermedad hasta el día de hoy. Todo lo hago con preservativo. Yo hago la prostitución limpiamente, dignamente, con mucha clase, con trato humano. Sin drogas, sin alcohol y súper honesta, sin problemas. Evito las personas borrachas y drogadas para evitar problemas."

Soluciones
Realizar el trabajo en las mejores condiciones laborales.
Si se desea, buscar otras alternativas laborales.

Reflexiones finales

El grupo de discusión finalizó cuando las mujeres tomaron conciencia de colectivo y establecieron acuerdos sobre la realidad social de su actividad. De esta forma, plantearon pautas de conducta que podrían establecer para mejorar su calidad de vida.

Líneas de actuación:
1 – "Aumentar la autoestima frente a la discriminación."
2 – "Mejorar el vocabulario y la manera de expresarse."
3 – "Seguir explicando la autoestima en el colectivo."
4 – "Buscar alternativas laborales diferentes a la prostitución como la peluquería, hacer ropa, belleza."
5 – "Respeto a las demás compañeras, las viejas, las *yonkis*[18], las extranjeras, las trans, todas."
6 – "Intentar no ser sometidas por los demás."
7 – "Es muy importante quererse así mismo."
8 – "En el trabajo, usar siempre preservativo con el cliente."
9 – "Considerar que no hay mujeres feas, sino mal arregladas."

[18] *Yonki*: drogadicto(a).

A manera de conclusión; como se ha visto, trabajar con este colectivo fue un reto apasionante. La concepción de sí mismas cambió de ser consideradas víctimas a mujeres con la capacidad de decidir y encontrar soluciones a la realidad del trabajo sexual. De la misma forma que se discutieron los temas de derechos humanos, se ventilaron problemas de soledad y autoestima. Aunque no era con fin terapéutico, las participantes desahogaron muchas de sus emociones y angustias. Pese a que la mayoría no se conocía, al final de la sesión el grupo consiguió el sentido de *nosotros*, es decir, de identidad colectiva con problemas comunes. Es importante realizar continuidad a estas actividades con el fin de lograr objetivos de visibilización y diálogo con la comunidad.

Al final de la actividad una mujer de unos cincuenta y pico de años, transexual de Brasil, con el pelo rubio platinado y vestida muy de forma muy elegante, me entregó una pequeña hoja donde escribió unas ideas que se le habían ocurrido cuando se estaba hablando del sufrimiento, ella había expresado que no padecía

para nada con su trabajo; que al contrario, lo disfrutaba mucho y manifestó en la discusión que quien dijera que alguna vez no había gozado, estaría mintiendo. El documento personal que escribió decía:

> *"Yo personalmente no sufro con la prostitución. Soy libre, trabajo cuando quiero, en donde quiero y voy con quien me da la gana. Pero hay cosas peores en la vida. Yo siempre he trabajado para mí. Sin chulos y sin mafias. Así que estoy bien, solamente la edad es un poco injusta con nosotras y la sociedad falsa, hipócrita e incomprensiva."*

Referências

AGUSTÍN, Laura (2001): Mujeres inmigrantes ocupadas en Servicios Sexuales, en Colectivo Ioé (2001): Mujer, inmigración y trabajo. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales – Instituto de Migraciones y Servicios Sociales.

Asociación de Trabajadoras Autónomas "22 de junio" de El Oro (2002): *Trabajadoras sexuales:* Memorias vivas. Machala-Ecuador.

BARRY, Kathlenn (1988): *Esclavitud sexual de la mujer.* Barcelona: La Sal.

BORNAY, Erika (1994): *La cabellera femenina.* Madrid: Catedra, Ensayos, Arte.

BRONFMAN, Mario; URIBE, Patricia; HALPERIN, David; HERRERA, Cristina Herrera (2002): Trabajo sexual: la espiral del riesgo, en *Letras*, Julio 4 de 2002. México, D.F.

BULLRICH, Silvina (1982), *La mujer postergada,* Buenos Aires, Editorial Sudamericana

CÓRDOVA, Rosío (2002): Entre chichifos, mayates y chacales, en *Letras*, Julio 4 de 2002. México, D.F.

CORNEJO, Jorge Alberto (2002): Cuando las *magdalenas* devolvieron las pedradas, en *Letras*, Julio 4 de 2002. México, D.F.

CORSO, Carla (1990): La lucha por los derechos de las prostitutas, en *Debates feministas.* Madrid: Comisión anti-agresiones y Coordinadora de Grupos de Mujeres de Barrios y Pueblos del Movimiento Feminista de Madrid.

JULIANO, Dolores (2002): *La prostitución:* el espejo oscuro. Barcelona: Icaria.

NASH, Mary (1983): *Mujer, familia y trabajo en España 1875-1936*, capítulo: La prostitución. Barcelona: Anthropos.

NASH, Mary (1999): El fascismo de la naturaleza, prostitución y enfermedades venéreas y Libertad a las prostitutas, en *Rojas*. Las mujeres republicanas en la Guerra Civil. Madrid: Taurus.

OSBORNE Raquel (1990): Comprensión de la prostitución desde el feminismo, en *Debates feministas*. Madrid: Comisión anti-agresiones y Coordinadora de Grupos de Mujeres de Barrios y Pueblos del Movimiento Feminista de Madrid.

PHETERSON, Gail (2000): *El prisma de la prostitución*. Madrid: Talasa.

PHETERSON, Gail (comp.); prefacio de ST. JAMES, Margo: (1989): *Nosotras las putas*. Madrid: Talasa.

RESTREPO, Luis (1997): *El derecho a la ternura*, Barcelona, Península.

SÁNCHEZ, María Elena (1995): *Pecadoras de verano, arrepentidas de invierno,* Madrid, Alianza Editorial.

VARELA, Julia (1995), La prostitución, el oficio más moderno, en *Archipiélago*, núm. 21, *Pobreza y peligro.*

VENTOSA, Lluis (2000): *El mal lladre*. Teología des del Quart Món. Barcelona: Claret.

Imagens e representações nos crimes de sedução

Jane de Fátima Silva Rodrigues

Resumo: Este trabalho integra o projeto de pesquisa 'Repensando as Relações de Gênero nos Processos Crimes em Uberlândia – 1970-1980', em desenvolvimento no Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, da Universidade Federal de Uberlândia, desde 2004 com previsão de término em 2006. Outros recortes temáticos nesta área estão sendo abordados por outros(as) pesquisadores(as) que integram a equipe do Neguem. Optou-se por trabalhar os crimes de sedução compreendidos no primeiro lustro da década de 70 do século passado.

Palavras-chave: Crimes de Sedução, Gênero, Uberlândia (MG).

Abstract: This work integrates the research project '*Repensando as Relações de Gênero nos Processos Crimes em Uberlândia – 1970-1980*', which is in development in the '*Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher*' of the *Universidade Federal de Uberlândia*, since 2004 to be accomplished in 2006. Other thematic subjects in this area are being approached by other researcher(s) that integrate the group of Neguem. We decided to work seduction crimes in the beginning of the 70s of last century.

Keywords: Seduction Crimes, Gender, Uberlândia (MG).

Dedico este artigo aos meus professores do Curso de Direito da Uniminas: Dr. Alexandre Walmott Borges, Ms. Anderson Rosa Vaz e Ms. Luiz César Machado de Macedo.

Jane de Fátima Silva Rodrigues. Doutora em História Social pela USP e integrante do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, da Universidade Federal de Uberlândia. É estudante do 2º período do Curso de Direito da Uniminas,Instituição onde também é professora e Coordenadora da Pós-Graduação.

Embora o tema[1] não seja objeto de investigação desta pesquisadora, a mesma se viu extremamente desafiada frente ao volume de processos envolvendo as relações de gênero naquele período. Assim sendo optou-se por trabalhar os crimes de sedução compreendidos no primeiro lustro da década de 70 do século passado.

O viés escolhido para tanto se centrou nas imagens e representações que juízes, delegados, advogados, médicos, dentre outros, construíram sobre os réus e as vítimas. Também se atentou para os caminhos e o tempo percorrido pelos processos desde o seu início, com a abertura do inquérito policial até o seu encerramento.

Foram contabilizados 81 processos no período de 1970 a 1975 e analisados conforme critérios estabelecidos pelo Neguem, segundo as informações consideradas relevantes, descritas em uma ficha própria.

Dado o volume de material optou-se, nesse primeiro momento, trabalhar com os dados colhidos com mais facilidade nos processos e pontuados no decorrer deste texto. A apresentação da queixa pelo(a) responsável da menor; o detalhamento da confissão; o depoimento do réu e das testemunhas; o discurso dos(as) advogados(as) de ambas as partes e a sentença do juiz, são por demais extensos e importantes. Neste sentido, serão estudadas com mais propriedade em outro momento, embora há que se mencionar alguns deles pelo caráter que possuem.

O primeiro contato que a pesquisadora manteve com os processos foi assustador, no que se refere ao número de páginas e a composição dos mesmos. Em média um processo conta com 50 a 70 folhas, entre documentos anexados, laudos, inúmeras assinaturas e carimbos. Mais da metade enquadra-se nesta média. A outra se soma até 100 folhas devidamente enumeradas e às vezes com recortes de jornais e cartas de amor.

Para se ter uma real idéia sobre o processo é melhor descrevê-lo na ordem em que os documentos nele aparecem:

[1] O Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS, que abriga o Neguem, recebeu do Fórum Abelardo Penna aproximadamente 20 mil processos crimes datados de 1890 a 1984. Estes estão sendo catalogados em fichas próprias por estagiários(as) do Curso de História e Têm motivado inúmeras monografias, dentre as quais: CASTRO E COELHO, César. *Violências de gênero*: o estudo de processos criminais de sedução – Uberlândia 1940/1950. 2004. 68 f. Monografia – Universidade Federal de Uberlândia, 2004. GUIMARÃES, Janaína B. *Moral e cultura em processos crimes*. Uberlândia, 1930/1953. 2005. 64 f. Monografia – Uberlândia, 2005. CASTRO, Ana P. C. *Violência de gênero*: família e crime contra os costumes em Uberlândia, 1900/2000. 68 f. Monografia – Universidade Federal de Uberlândia, 2000. MARQUES, Eliane G. R. *Atrações, encantos e promessas*: crimes contra os costumes. Uberlândia, 1960/1970. 2000. 62 f. Monografia – Universidade Federal de Uberlândia, 2000.

· Capa;
· Folha de denúncia contra o réu assinada pelo promotor de justiça;
· Apresentação da queixa feita pelos pais ou parentes da vítima ao delegado de polícia;
· Despacho dos autos com toda a documentação ao juiz de direito;
· Certidão de nascimento do réu e da vítima;
· Auto do exame de corpo delito[2] assinado pelo perito;
· Termo de declaração prestada pela vítima, datilografado pelo escrivão, assinado por ambos, além do denunciante e delegado;
· Termo de declaração prestada pelo indiciado, datilografado pelo escrivão e assinado por ambos, uma testemunha e o delegado;
· Atestado de pobreza da vítima;
· Declaração datilografada das testemunhas de ambas as partes, assinada por estas, pelo delegado e escrivão;
· Relatório assinado pelo delegado ao juiz de direito;
· Folhas com despacho do relatório com carimbos de envio e recebimento;
· Formulário-protocolo (impresso) encaminhando o processo;
· Mandato para comparecimento do indiciado e testemunhas;
· Auto de qualificação e interrogatório do indiciado com sua assinatura, do seu advogado, escrivão e juiz de direito;
· Folhas de vistas dos autos pelo advogado do indiciado com assinaturas do escrivão e juiz de direito;
· Mandato de comparecimento da vítima e testemunhas devidamente por estas assinado;
· Depoimento da vítima;
· Depoimento do indiciado;
· Depoimento das testemunhas de ambos;
· Relatório do advogado da vítima;
· Relatório do advogado do indiciado;
· Parecer final do juiz de direito com a sentença.

[2] Neste continham os dados da vítima: nome, natural, cor, profissão, residente, idade, estado civil. Em seguida consta: Colocada em posição ginecológica, notaram o seguinte: monte de Vênus; grandes lábios; pequenos lábios; clitóris; meato urinário; fúrcula; fossa navicular; hímen; exame especular; toque de explorador. Perguntas: 1º) houve conjunção carnal? 2º) Houve ruptura do hímen? 3º) Qual a data provável dessa ruptura? 4º) Há lesão corporal ou outro vestígio indicando ter havido emprego de violência, e, no caso positivo, qual o meio empregado? 5º) Da violência resultou lesão corporal de natureza grave? 6º) Da violência resultou a morte da paciente? 7º) A paciente é maior ou menor de 14 anos? 8º) A paciente é alienada ou débil mental? 9º) Houve qualquer outra causa que tivesse impossibilitado a paciente de oferecer resistência?

Além de toda esta documentação, mormente acrescentavam-se cartas e bilhetes de amor, recortes de jornais, dentre outros. O percurso do processo desde o início da apresentação da queixa durava de seis meses a dois anos.

Inúmeros eram os profissionais envolvidos: delegados, escrivões, médicos, peritos, juízes, advogados, detetives, arquivistas, pessoal de apoio administrativo da delegacia e do fórum, além de familiares das vítimas e indiciados, amigos(as), vizinhos(as), parentes e testemunhas.

Todo um esquema contendo pessoas, documentos e tempo, estava envolto em um crime que com raras exceções houve punição. A maioria dos indiciados foi absolvida, por falta de provas contundentes, pela retirada da queixa ou por expiração do próprio processo.

Outro aspecto relevante: qual o custo financeiro de tudo isto, já que imobilizavam tantos profissionais? Por sua vez, as vítimas ao apresentarem a queixa juntavam imediatamente o atestado de pobreza. Este lhes garantia um processo sem ônus. Das 81 declarantes apenas duas não dispuseram do referido atestado.

Pergunta-se: por que os legisladores insistiam em criminalizar a sedução, uma vez que a absolvição do indiciado era a sentença mais comum? Qual era a eficácia e a vigência deste crime? Tentar-se-á ao longo deste ensaio encontrar as respostas plausíveis.

O artigo 217 do Código Penal Brasileiro de 1940 consta como crime de sedução: *seduzir mulher virgem, menor de 18 anos e maior de 14, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificada confiança: Pena — reclusão de dois a quatro anos.*

Cunha[3] oferece uma explicação para os termos que aparecem neste artigo. **Seduzir** significa persuadir, dominar, viciar a vontade. Neste sentido, com raras exceções, as vítimas contabilizaram inúmeras relações sexuais com os indiciados.

A **conjunção carnal** é a cópula vagínica que pode ser completa ou não, com rompimento do hímen ou

[3] CUNHA, Roberto Salles. *Os novos direitos da mulher*. São Paulo: Atlas, 1990, p. 139-140.

não. Embora haja hímen complacente ou rompido traumaticamente, ele não é prova absoluta da virgindade. Nos processos analisados o exame de corpo delito sempre acusava o rompimento do hímen. Houve apenas um caso de hímen complacente.

O **sujeito ativo** é somente o homem e o **passivo** só a moça virgem e menor de 18 anos e maior de 14. Havendo dúvida quanto à menoridade da ofendida, o crime não poderia ser considerado configurado. Isto aconteceu em três casos e os réus foram absolvidos.

A vítima devia ser **inexperiente** ou ter justificável confiança no sedutor. De fato isto pode ser confirmado uma vez que a grande maioria declarava-se em namoro, às vezes até por dois anos, e em alguns casos vítimas e réus estavam noivos.

A **promessa de casamento** devia ser aferida objetivamente, ou seja, dita antes da consumação da relação. Todas as vítimas alegaram isto.

Era com estes ingredientes — seduzir, conjunção carnal, sujeito ativo e passivo, menoridade e inexperiência da vítima e, a promessa de casamento — que se consumava o crime de sedução.

Em torno destes elementos, sobretudo a virgindade e o casamento, que as sociedades ocidentais formataram um modelo cristão de mulher. É por isso que em plena década de 1970, eles resolutamente teimavam em existir, mas não nas mentes de inúmeras mulheres que "desviaram" do modelo da "santa mãezinha". Duas nos processos em questão pagaram com a vida. As demais "caíram" na vida ou foram "resgatadas" pelo casamento, na doce prisão da mulher honesta.

Como argumenta Cunha[4], a sociedade ocidental patrilinear sempre defendeu e valorizou a virgindade da mulher, protegida contra o ato sexual, até o casamento. A moral estava ligada a isto.

A religião, principalmente a católica, cujo um dos pilares é a virgindade de Maria e de inúmeros santos e santas, que pregavam a castidade em toda a sua extensão.

[4] CUNHA, op. cit. p.73.

O Direito acolhia a idéia da virgindade feminina e a protegia, por isso, nos Códigos Penais de inúmeros países, há punição contra crimes de defloramento, rapto e estupro.

Uma interessante discussão sobre a virgindade foi realizada por Ercília Nogueira Cobra, quando publicou através de uma editora parisiense o livro *Virgindade inútil e anti-higiênica em 1924*. Diz a autora:

> *Tenho observado que o falso sentimento de pudor que fez do ato de amor uma vergonha para a mulher, é um sentimento medieval criado pelo misticismo dos sacerdotes que, ignorantes como eram, nada entendiam de fisiologia e não ligavam a devida importância à nobre função do amor. O amor físico é tão necessário à mulher como o comer e o beber.*[5]

Como foi recebido este libelo no Brasil? As mulheres brasileiras tiveram acesso a ele? A psicanalista e sexóloga Regina Navarro Lins[6] aponta que a expressão *perda da virgindade* para os rapazes é imprópria, já que a experiência sexual é um ganho, reflexo de sua capacidade masculina. Para as moças a história era outra.

A repressão à sexualidade feminina tem sido motivo de inúmeras publicações e, por isso, não será aqui discutida. Mas, é inegável como para muitos(as) um pedaço de tecido humano forjou um imaginário coletivo de repercussões e alcances inimagináveis.

A virgindade passou a ser exigida para persuadir as mulheres de qualquer relação sexual fora do casamento e como controle para uma prole com descendência patrilinear. Vários indiciados relutaram em reconhecer a paternidade nos processos estudados e, muitos deles afirmaram não serem os primeiros a manter relações sexuais com a vítima. Até mesmo os advogados dos réus induzem a isto:

> *Alega que a maneira como se introduziu o pênis no órgão genital de C. já demonstrava se tratar de mulher acostumada nas práticas sexuais.*[7]

[5] COBRA, Ercília N. *Virgindade inútil e anti-higiênica*. Paris: Societé D'Edition Oeuvres des Maitres Cèlebres, c. 1924. p. 7.

[6] LINS, Regina N. *A cama na varanda*: arejando nossas idéias a respeito de amor e sexo. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 263-267.

[7] Processo n. 1758, nov. 1969.

C. tinha 15 anos, era analfabeta e namorava com A. há oito meses. Em que pese as testemunhas de C. declararem que era "*moça boa e trabalhadeira, e um tanto ingênua*", A. foi absolvido pela suspeita que levantou contra C. A. tinha 20 anos e sabia ler e escrever.

Em um outro processo onde o indiciado disse não ter sido ele o responsável pelo desvirginamento, o seu advogado fez a seguinte defesa:

> *Ora, poltrona é um objeto de uso individual, com assento, encosto e duas braçadeiras, não dando margem para qualquer conforto, principalmente no que se fala em relação sexual de virgem, onde a mão-de-obra é maior e como foi dito pela própria vítima, que só foi uma vez. Numa poltrona, que é um lugar sem conforto, moça virgem não seria deflorada de uma única vez, ainda mais ela alega que não teve hemorragia e o macho foi carinhoso.*[8]

[8] Processo n. 2366, fev. 1975.

Na exposição de motivos afirmou que seu cliente não fora o autor da sedução e o desvirginamento da vítima, "*deve quanto muito ter tido uma relação incompleta, devido ao lugar e posição.*"

Neste caso o exame de corpo delito constatou a conjunção carnal com a devida comprovação do rompimento do hímen. Houve a condenação a dois anos de reclusão, mas o réu fugiu e não cumpriu a pena. O advogado escreveu que desvirginizar virgem dava uma "mão-de-obra" e que ocorrera uma "relação incompleta". Queria ele que a perda da virgindade se desse através de um ato violento?

Alguns aplicadores do direito em suas declarações procuravam desqualificar e inferiorizar as vítimas e, com isto, conseguiam a absolvição de seus clientes:

> *... chegou a ser apelidada pelos soldados de Maria Batalhão que é sinônimo de mulher de soldado no sentido pejorativo, isto é, mulher de um número considerável de homens insaciáveis, que vivem privados do contato feminino grande parte do tempo.*[9]

[9] Processo n. 1748, mar. 1970.

O acusado A. era militar e negou que tivesse

tido relações com N. Esta declarou que se relacionaram sexualmente durante seis meses. A. foi absolvido.

Outro caso que segue este mesmo comportamento envolveu J. de 29 anos, casado e M. de 17 anos. Namoraram durante um ano. O advogado fez a seguinte defesa e o réu foi inocentado:

> *... moça que desde os seis anos de idade vem sendo criada por pessoas estranhas, jamais poderia ter um bom caráter, uma educação de berço, uma religião, e, assim, abandonada em idade infantil... só poderia ter, como de fato teve, o fim evidenciado.*[10]

[10] Processo n. 1853, jul. 1970.

Inúmeras vezes os advogados dos indiciados, em seus argumentos, citavam outros juristas e médicos para a justificativa de suas idéias moralistas, conservadoras e preconceituosas. Laudos e mais laudos com uma linguagem culta e erudita declinavam em favor do seu sexo, evocando os instintos incontroláveis do masculino:

> *Todo homem tem um pouco de Dom João, instinto peculiar à sua função genética, que o faz sempre interessar por qualquer mulher. Todavia se assediado por elas, resiste muito menos, porque dele é a atividade sexual...*[11]

[11] Processo n. 2240, fev. 1974.

Em outros casos, os defensores invertiam a questão: nos tempos atuais quem é o sedutor? E, novamente páginas e páginas de digressões as mais refinadas:

> *... a própria mulher com as suas atividades e atuais vestes, provoca-o* (o homem) *de manhã à noite. Pernas de fora, coxas à mostra, saias acima do joelho, nádegas salientes pelo aperto das vestes, seios à vista pelos decotes exagerados, calças colantes moldando as formas, lábios vermelhos esperando beijos, são constantes estímulos aos instintos, são incitamento aos desejos sexuais, são desafios à seriedade do homem, são provocações e, mais do que isso são seduções, invertendo-se os papéis, passando — elas a sedutoras e eles a seduzidos.*[12]

[12] Processo n. 2240, fev. 1974.

Com estes argumentos julgou-se por bem, absolver o réu. É indiscutível nestes casos, que os operadores do direito suscitem juízes de valor tendo uma atitude discriminatória em relação à moral sexual feminina.

Como definir a moral feminina? Esta já estava dada culturalmente: o pudor, o recato, a honra. As representações que as diferentes ciências elaboraram sobre a sexualidade pautadas em políticas de controle dos corpos visavam à defesa da família e a proteção do mais "frágil": a mulher.

Para reprimir comportamentos tidos como imorais ou perigosos ao desenvolvimento social, a sociedade encontrou no direito, guarida para a formatação de condutas humanas desejáveis. O repertório de leis que, à época, compunha o Código Penal brasileiro, reafirma os valores morais imputados às relações entre os sexos.

No caso em pauta, os crimes de sedução buscavam no campo da lei a reparação para uma conduta indesejável e altamente repreensível: o ato sexual antes e fora do casamento. A sanção acenava com a prisão ou o casamento reparador. Mas, se esta não era efetivada qual era a validade da norma?

A discussão desta questão arrastaria sobremaneira a extensão deste artigo e implicaria numa reflexão sobre a filosofia, a sociologia e a ciência do direito. Entretanto, faz-se necessário apontar para a construção conceitual das palavras norma, validade e eficácia.

O eminente criador do purismo jurídico, o austríaco Hans Kelsen[13] dedicou um volume de suas obras para esta reflexão. Em *Teoria geral das normas*, especifica que as regras jurídicas são prescrições para a conduta humana, elas direcionam como se deve se conduzir. É a expressão da idéia de que algo deve ocorrer, por isto, a sua validade.

Nesta perspectiva a validade ou vigência de uma norma jurídica é a sua própria existência, isto é, que todas as pessoas devam conduzir-se como o prescrito

[13] KELSEN, Hans. *Teoria geral das normas*. Tradução José Florentino Duarte. Porto Alegre: Fabris, 1986. 509 p.

pela norma. A eficácia da mesma, diz respeito à sua efetiva aplicação. Por conseguinte, a norma é eficaz quando aplicada pelos órgãos jurídicos e respeitada pelos que a ela estão subordinados(as).

Kelsen conclui que é eficaz tanto a norma obedecida e não aplicada, como a desobedecida, mas aplicada. Em outras palavras, uma norma é válida se a ordem à qual pertence é como um todo eficaz. A norma ao regular a conduta humana torna-se válida no tempo e espaço. Ao absolverem os réus, os aplicadores do direito estariam utilizando-se da premissa kelseniana de que uma norma pode ser válida, mas não eficaz?

> *... uma norma eficaz não significa que ela, sempre e sem exceção, é cumprida e aplicada; significa somente que ela geralmente é cumprida e aplicada... A validade das normas gerais que regulam a conduta humana — e, portanto, especialmente as normas jurídicas — é uma validade têmporo-espacial, conquanto essas normas tenham como conteúdo fenômenos têmporo-espaciais.*[14]

[14] KELSEN, op. cit., p. 177; 183.

Para a professora titular de direito civil na PUC-SP Maria Helena Diniz:

> *A norma moral tem por fim provocar um comportamento. Postula uma conduta que, por alguma razão, se estima valiosa, ainda que de fato possa produzir-se um comportamento contrário; prescreve um dever. Exprime o que deve ser, manda que se faça algo, e talvez não seja cumprida, isto porque o suposto filosófico de toda norma é a liberdade dos sujeitos a que abriga.*[15]

[15] DINIZ, Maria Helena. *Conceito de norma jurídica como problema de essência*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 99.

Estariam os advogados dos réus aplicando norma jurídica ou norma moral? O jurista André Franco Montoro[16] classifica as normas sociais em quatro categorias. As normas morais fundam-se na consciência; as religiosas na fé; as consuetudinárias nos costumes e as jurídicas nas leis. Estas se distinguem das demais porque constituem o campo do direito e estão protegidas pela eventual aplicação coercitiva do poder social. Essa característica separa visivelmente a norma jurídica das

[16] MONTORO, André Franco. *Introdução à ciência do direito*. 25. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 305 e ss.

morais oriundas apenas da consciência pessoal.

Nesta linha de raciocínio, a norma jurídica pressupõe o princípio da universalidade, qual seja, o da igualdade de todos perante a lei. Ora, o que se relatou até o presente momento implica na desigualdade entre os sexos, já que a norma jurídica, protege a mulher, ao criminalizar a sedução. Portanto, não há o princípio da universalidade, já que a relação sexual feminina exercida na idade de 14 a 18 anos torna-se um caso de polícia e de desonra familiar.

Em um único processo a declarante afirmou que manteve relações com o atual namorado de quem estava grávida, mas não era mais virgem. De posse da confissão de que já praticara sexo, o advogado do réu expressou um conceito moral ... *bastou que lhe estiolasse o hímen, para de imediato, se entregar a outro homem que lhe satisfizesse a volúpia carnal.*[17]

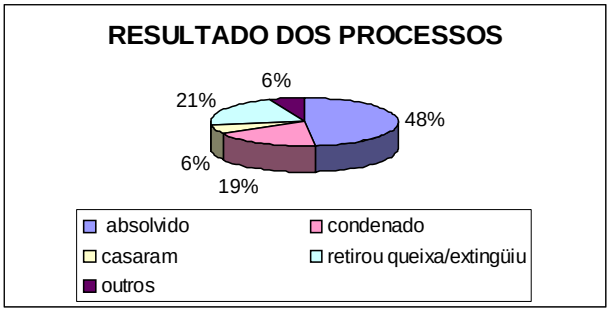
[17] Processo s. n., out. 1970.

Montoro alude que toda norma jurídica busca realizar a justiça. É, portanto, a justiça que dá sentido à norma jurídica, que poderá ser mais ou menos justa, mas não será uma norma de direito se não estiver orientada no sentido da realização da justiça. Partindo-se deste pressuposto, qual era a justiça realizada pelos aplicadores do direito nos crimes de sedução em pauta?

Para Michel Foucault o judiciário enquanto sistema que regulamenta os conflitos e litígios termina por uma vitória ou um fracasso. *Há sempre alguém que ganha e alguém que perde; o mais forte e o mais fraco; um desfecho favorável ou desfavorável. ... A autoridade só intervém como testemunha da regularidade do procedimento...*[18]

[18] FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução Roberto C. de M. Machado; Eduardo J. Morais. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 1999. p. 61.

A vigilância, o controle e a correção, segundo este autor, é o tripé no qual a sociedade contemporânea forjou o seu ordenamento disciplinar sobre os indivíduos. Na forma de vigilância individual e contínua, de controle de punição e recompensa e, de correção, foram estes os elementos que integraram as histórias aqui contadas.



Fonte: Análise de 81 processos de crime de sedução, ocorridos entre 1970-1975 em Uberlândia-MG.

É nesta perspectiva que já àquela época o crime de sedução perderia a sua eficácia, conforme gráfico acima e de acordo com as citações abaixo:

> *Não há mais supor que uma jovem beirando os 17 anos de idade e identificada com hábitos e costumes citadinos se deixe deflorar por não possuir clara noção das coisas do sexo. Por isso se tem invariavelmente decidido pela insubsistência da figura penal da sedução, quando a vítima não sendo excepcionalmente nenhuma ingênua se entregue ao primeiro aceno de seu namorado.*[19]

[19] Processo n. 2294, maio 1974.

Neste caso em específico os envolvidos namoravam há mais de dois anos quando ocorreu a primeira relação sexual. Portanto, não pode ser configurado o ato como um "mero aceno".

Outro caso de absolvição do indiciado com 24 anos e a menor com 17 foi "*não haver provas suficientes contra o réu*". Eram namorados há mais de um ano, tinham praticado várias relações e a vítima estava grávida. Entretanto, o advogado do réu ponderou que:

> *... a mulher de hoje não é mais a inexperiente e crédula daquela época. A evolução dos costumes opera-se rapidamente. A imprensa, o cinema, o teatro, o rádio, a TV, ... trazem, hoje à mulher, bem cedo, conhecimento, percepção, senso de realidade, etc, que dantes não gozava. Nosso código tutela, pois, a donzela e inexperiente o que não é o caso em tela.*[20]

[20] Processo n. 2164, nov. 1973.

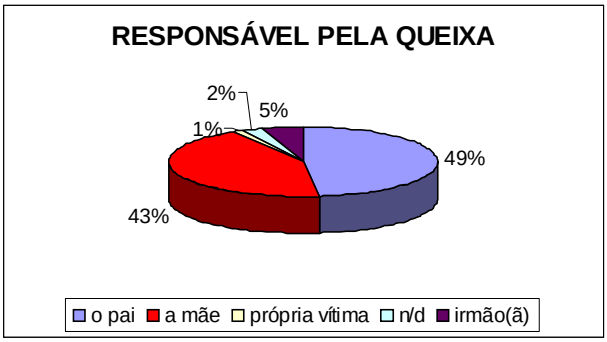
A despeito de tal afirmativa é importante interrogar até que ponto as personagens reais destas tramas aqui narradas, tinham acesso à imprensa, ao cinema, teatro, rádio e TV?

Dulcília Buitoni[21] em sua pesquisa sobre a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira durante os anos 70 do século XX, afirma que o produto mais veiculado nas revistas femininas ou masculinas foi o sexo. Este se constituía no principal produto editorial vendido nesta década.

[21] BUITONI, Dulcília H. S. *Mulher de papel.* A representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Loyola, 1981. 150 p.

As revistas Cláudia, Desfile, Capricho, Nova, Sétimo Céu, Carícia abriam espaços em relação às questões sexuais. Matérias sobre insatisfação sexual, masturbação, virgindade, orgasmo já faziam parte do rol destas revistas e, eram dirigidas às donas de casa e às mulheres mais liberadas. Mas, qual o acesso que as jovens pobres e desvirginizadas uberlandenses tinham a elas? Até que ponto estas "novidades" podiam fazer a cabeça de moças que sonhavam em se casar e foram frustradas ante a cessão de seu corpo ao amado?

É possível afirmar que a experiência vivenciada pelas jovens e seus namorados, bem como familiares e amigos(as) não deve ter sido fácil. Nota-se uma profunda indignação por parte dos responsáveis pela queixa, na maioria os pais ou as mães, quanto à quebra da confiança depositada naquele que por meses ou anos freqüentara suas residências e compartilhara da intimidade familiar.



Fonte: Análise de 81 processos de crime de sedução, ocorridos entre 1970-1975 em Uberlândia-MG.

... lançou sobre a família que o tinha em grande estima e consideração, o cruel estigma da amargura e da revolta. Ele (o indiciado) nem de leve poderá avaliar a extensão do mal causado à inexperiente e prendada W., ou calcular as conseqüências que esse choque emocional poderá acarretar à austera família.[22]

[22] Processo n. 2242, ago. 1971.

O mencionado sedutor foi namorado de sua filha, no período de um ano e seis meses, e freqüentava sua casa todas as noites e era bem recebido por todos da sua família, pois parecia ser um rapaz direito.[23]

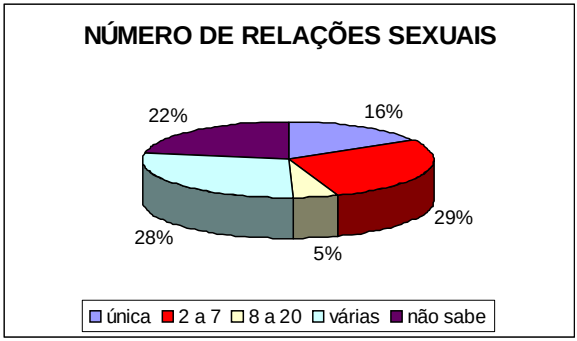
[23] Processo n. 1917, abr. 1972.

Por outro lado, nos relatos das vítimas e réus devassa-se a sua intimidade. Estes descreviam em detalhes as relações sexuais pormenorizando-as: o local e a hora onde ocorreu a relação; a posição em que a mesma foi realizada; se ambos estavam nus ou parcialmente vestidos; se o ato foi violento ou precedido por carinhos; após a primeira vez, quantos outros foram mantidos, etc.

Nos testemunhos das moças em sua quase totalidade, a promessa de casamento; a entrega por amor; a confiança que depositavam em seus namorados e até mesmo noivos foram uma constante. Poucas revelaram que foram ameaçadas e, por isto, se entregaram.

Em suas narrativas as vítimas frisavam a dor e a quantidade de sangue após o ato. Algumas queixaram dor por vários dias. Era como se sem estes dois elementos elas não pudessem confirmar o desvirginamento. A falta da hemorragia foi o álibi utilizado pelo advogado do réu no processo n. 2366, conforme já citado.

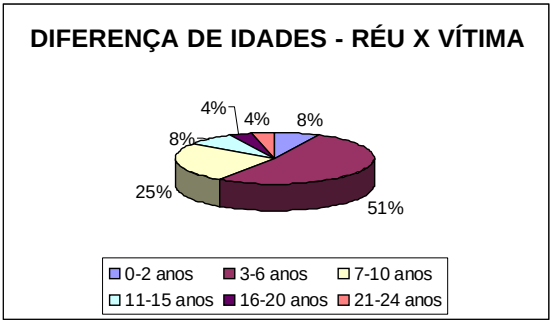
Detectou-se também como uma característica comum à quase totalidade dos processos, com raras exceções, que após a primeira relação, inúmeras outras se sucederam. Entrementes a queixa só era formulada em duas circunstâncias: gravidez ou o rompimento do namoro ou noivado. Enquanto isto não ocorria, as moças consentiam em manter a situação sob silêncio.



Fonte: Análise de 81 processos de crime de sedução, ocorridos entre 1970-1975 em Uberlândia-MG.

Em inúmeros processos, as vítimas justificavam este silêncio dizendo temer o abandono, por repressão da família, porque foram ameaçadas pelos acusados ou por acreditarem que iriam se casar como afirmavam seus noivos e namorados a cada relação sexual. O dia tão esperado para as bodas realizou-se somente em cinco casos dos 81 processos.

Um dado também importa para desmistificar que o crime de sedução ocorria entre *jovens na flor da idade*, 14 a 18 anos e, homens mais maduros. É baixa a porcentagem que se enquadra nesta faixa. Apenas 4% dos réus apresentavam uma diferença grande de idade em relação às vítimas com as quais mantiveram relações sexuais, sendo 51% 3 a 6 anos mais velhos que suas namoradas ou noivas, conforme gráfico abaixo.

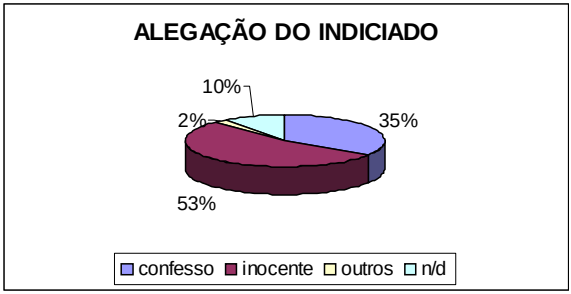


Fonte: Análise de 81 processos de crime de sedução, ocorridos entre 1970-1975 em Uberlândia-MG.

Dos 81 indiciados, 83% eram solteiros contra 16% casados e 1% desquitados, o que cai por terra a crença de que os casados figurariam como os protagonistas na maioria destes crimes.

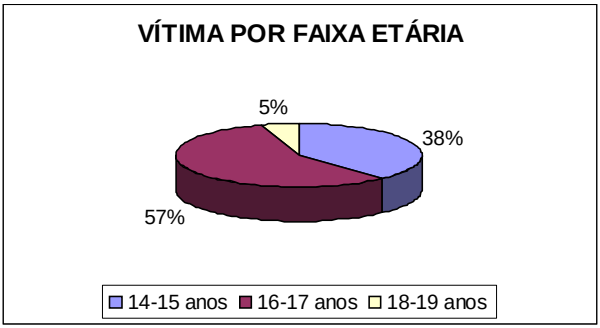
Outro aspecto não menos importante é a cor declarada pelos réus: 45% branca; 32% morena; 12% negra, 11% não disponível e, pelas denunciantes: 41% branca; 41% morena; 17% negra e parda e 1% indisponível. Em apenas dois casos registrou-se um réu negro com uma vítima branca e um réu branco com uma vítima negra. Pequenas variações entre pardos e negras, morenos e negras foram observadas. Uma análise mais acurada poderia fornecer um recorte de gênero e raça nos processos em questão.

Com raríssimas exceções os indiciados confessaram que haviam sido os primeiros a manterem relações sexuais com as vítimas. Alegavam na sua quase totalidade que elas não eram mais virgens ou que sequer tinham tido relações com as mesmas.



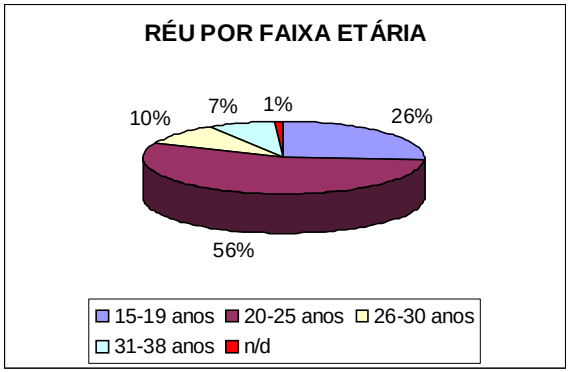
Fonte: Análise de 81 processos de crime de sedução, ocorridos entre 1970-1975 em Uberlândia-MG.

Seriam estas estratégias para se safarem, tendo em vista que a grande maioria das vítimas tinha entre 16 e 17 anos? As moças teriam começado suas atividades sexuais antes desta idade sem que seus pais e mães percebessem já que apenas 28% confirmaram apenas uma relação sexual enquanto 52% declararam que tiveram inúmeras?



Fonte: Análise de 81 processos de crime de sedução, ocorridos entre 1970-1975 em Uberlândia-MG.

Excetuando um indiciado menor de 18 anos, todos os demais eram maiores e, provavelmente com diversas experiências sexuais anteriores. Portanto, para obterem acesso aos corpos das mulheres restavam apenas duas alternativas já que dentre os 81, apenas quatro eram casados. A primeira através do pagamento em casa de prostituição ou o livre trânsito aos corpos de suas namoradas e noivas. Com promessas de casamento e juras de amor decidiram-se pela segunda opção.



Fonte: Análise de 81 processos de crime de sedução, ocorridos entre 1970-1975 em Uberlândia-MG.

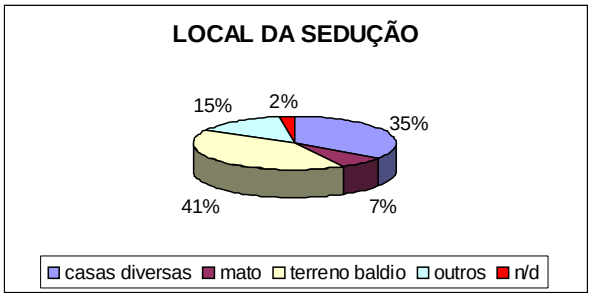
Quanto à profissão 81% das moças declararam-se com prendas domésticas; 17% estudantes e 2% trabalhavam no comércio. Entre os rapazes 5% eram mecâ-

nicos; 5% lavradores, 6% militares; 9% motoristas; 10% estudantes, 19% comerciários e 44% executavam ofícios diversos, como pedreiros, açougueiros, entregadores, eletricistas, fotógrafos, pintores, etc.

Com uma faixa etária de 56% entre 20 e 25 anos e com profissões pouco rentáveis é de se supor que os acusados não se sentissem à vontade para constituírem responsabilidades familiares e, sobretudo econômicas[24]. Este fato pode ser comprovado pelo número deles que fugiram; trocaram de endereços dificultando a sua localização para o préstimo de declarações; mudaram de cidades ou até mesmo alegaram não conhecerem a denunciante. Se dentre os 81 indiciados apenas 16% eram casados contra 83% de solteiros, o estado civil não seria um impedimento para honrarem o compromisso da promessa de casamento ou o término de namoros e noivados com até dois anos de duração.

[24] No processo n. 1770, mar. 1970, tem-se a seguinte declaração: *O indiciado se responsabilizou pelo ato. Após algum tempo como não conseguiram dinheiro para casar foram morar juntos e a vítima como não vinha recebendo o necessário (vestuário e alimentação) resolveu ir para São Paulo, deixando o filho do casal com o pai. Depois eles se casaram, pois senão W. seria preso.*

Não se trata de uma conclusão feminista apressada. Há que se pontuar também em que circunstâncias as relações sexuais foram realizadas. A sua grande maioria aconteceu em espaços públicos, fora das residências das vítimas e dos indiciados. Isto significa que havia uma mobilidade muito grande das vítimas. Veja-se o gráfico a seguir:



Fonte: Análise de 81 processos de crime de sedução, ocorridos entre 1970-1975 em Uberlândia-MG.

As moças trabalhavam, estudavam e passeavam. Iam às festas, às casas de amigos e parentes e, eram nestas

brechas que o ato sexual se consumava. Circulavam com certa desenvoltura pelo espaço urbano, e até mesmo fora deste perímetro. Registram-se cópulas em locais como a represa de Sucupira, que dista do centro de Uberlândia aproximadamente em 20 Km; em estradas como a que leva à cidade de Araguari; próximo ao Aeroporto, que àquele tempo considerava-se um local ermo, devido à baixa densidade populacional, ou mesmo perto da estação da Mogiana, nas imediações do Aeroporto.

Os depoimentos das testemunhas de defesa das vítimas reiteravam que estas eram *"moças honestas, recatadas, inexperientes e de boa família*". Um advogado de um dos réus, aliás, advogada, raras nestes casos, assim se pronunciou em defesa de seu cliente:

> *Testemunhas e mesmo os pais de V. alegam que sempre fora muito vigiada. Se assim era, então como tal fato teria ocorrido? O certo é que atualmente ninguém dá conta de vigiar moça alguma... quem é muito vigiada, por conseqüência torna-se agourada...*[25]

[25] Processo n. 2242, ago. 1971.

Em vários depoimentos as vítimas disseram aproveitar a ausência de alguém da família para consumarem a relação ali mesmo, dentro ou fora de casa:

> *I. declarou que todas as relações sexuais que mantivera com V. seu namorado há oito meses foram realizadas no quintal de sua residência enquanto sua genitora dormia.*[26]

[26] Processo s. n., dez. 1970.

> *A. de 14 anos declarou que pulava a janela de seu quarto para se encontrar com L. 23 anos e que teve inúmeras relações com ele.*[27]

[27] Processo s. n., mar. 1971.

Levando-se em consideração que as moças gozavam de uma livre circulação na geografia da cidade, os locais que mais serviram para a experiência sexual foram os terrenos baldios, matos, ruas desertas, dentro de carros e quintais. Bem menos da metade das víti-

mas tiveram sua iniciação em suas residências ou de outras pessoas.

Alguns relatos evidenciam com detalhes como se deu a primeira vez. "*M. levou V. até o portão de sua casa, como normalmente fazia, e ali mesmo manteve relação com ele de pé*".[28] Nestas narrações as vítimas estavam sempre vestidas tendo tirado apenas a calcinha para o ato.

[28] Processo s. n., abr. 1971.

Em outros depoimentos as declarantes relataram que foram beijadas e apalpadas por todo o corpo e que praticaram o "coito normal". O interessante é que esta expressão "coito normal" está presente em todas as declarações prestadas pelas vítimas. É de se supor, portanto, que havia um interrogatório padrão feito pelo delegado e registrado pelo escrivão para obter com detalhes as circunstâncias em que ocorreram os fatos.

Algumas relações realizaram-se em casas de encontros, pensões e *rendez-vous*. A residência do indiciado poucas vezes fora mencionada. Já a da vítima mais vezes.

> *... o pai da declarante havia saído e sua mãe se encontrava acamada, P. aproveitando que estava quase a sós com a declarante, deitou-a no sofá da sala de sua casa e ali mesmo manteve pela primeira vez a relação sexual; que o fato se deu no período de 20,00 horas a 20,30 horas. P. somente praticou o coito normal com a declarante.*[29]

[29] Processo n. 2242, ago. 1971.

A quase totalidade das relações sexuais aconteceu à noite, talvez no horário que uma boa parte das vítimas estudava e também saía com mais freqüência:

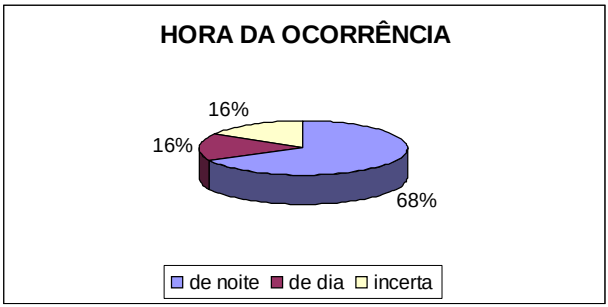
> *... quando voltavam de uma festa em casa de família na vila Tubalina, por volta de duas horas da madrugada, logo na saída da casa foi por ele convidada para manter relações sexuais... entraram em um lote vago perto da casa onde foi realizada a festa e praticaram o coito normal.*[30]

[30] Processo n. 1917, abr. 1972.

> *A vítima declarou que manteve com seu namorado várias relações sexuais sempre dentro do carro deste e, no período da noite*

quando deixava de ir à escola para se encontrar com ele.[31]

[31] Processo n. 2016, abr. 1972.



Fonte: Análise de 81 processos de crime de sedução, ocorridos entre 1970-1975 em Uberlândia-MG.

Por meio dos relatos é de se perguntar sobre a qualidade destas relações. A pressão sofrida, uma vez que inúmeros lugares eram públicos ou inóspitos, como matos, casas abandonadas, perto do cemitério. Como era possível repeti-las por inúmeras vezes? Havia prazer? Como se sentiam ambos por não desfrutarem da intimidade com um certo conforto? Onde ficava o romantismo? Este era superior aos hormônios?

Claro que são perguntas sem respostas. Várias destas pessoas com certeza devem estar vivas, por isso a pesquisadora omitiu os nomes, colocando apenas as suas iniciais. Como viveram diante de tudo isso? Como estão seus filhos e suas filhas oriundos de relações que foram parar em uma delegacia de polícia? Superaram a dor, o sofrimento e a vergonha a que foram submetidos(as)?

Ao final das contas qual foi a reparação para o exercício da sexualidade fora do casamento? A união forçada, o nascimento de filhos(as) não desejados(as), o aborto a que muitas se submeteram, o desespero de pais e mães com a "honra perdida" de suas filhas, a frustração com a traição em quem depositaram confiança e amaram como um filho.

Saffioti e Almeida ressaltam que:

Necessário se faz romper com a ideologia do vitimismo e discutir

como homens e mulheres participam da definição dos seus lugares e compactuam com a diferenciação e hierarquização de papéis que se constroem em múltiplos espaços societários; e ao mesmo tempo, como lhes é possível romper este esquema estratificado e de sujeição.[32]

[32] SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, S. *Violência de gênero — Poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995, p. 185.

A idéia de que as mulheres eram sempre as vítimas da opressão masculina tem sido posta em questão com a nova abordagem de gênero. Cabe salientar que as mulheres expostas à violência carregaram o rótulo ora de vítimas, ora de rés, ora de heroínas. O processo de vitimização e culpabilização é utilizado tanto pelo masculino quanto pelo feminino. Porém é necessário rever nos processos criminais cada caso em particular para que se possa transpor essas formas de pensar e agir, implícita entre os gêneros.

É possível concluir que essas histórias de amor tiveram, na sua esmagadora maioria, um final trágico e infeliz. Marcadas pelo abandono, pela execração pública, pela humilhação e desonra, atingiram a todos(as) que dela fizeram parte.

Se não fosse em Uberlândia, interior de Minas Gerais, com uma população de 124.895 habitantes, na época, teria sido diferente? Somente outras histórias poderiam trazer as respostas.

Referências

BESSA, Karla A. M. O crime de sedução e as relações de gênero. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, n. 2, p. 175-196, 1994.

BUITONI, Dulcília H. S. *Mulher de papel*. A representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Loyola, 1981. 150 p.

COBRA, Ercília N. *Virgindade inútil e anti-higiênica*. Paris: Societé D'Edition Oeuvres des Maitres Cèlebres, c. 1924. 212 p.

CUNHA, Roberto Salles. *Os novos direitos da mulher*. São Paulo: Atlas, 1990, p. 139-140.

DEL PRIORE, Mary. Mulheres seduzidas e mães abandonadas. In: _____. *Ao sul do corpo*: condição feminina, maternidade e

mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Ednub, 1993. p. 68-90.

DINIZ, Maria Helena. *Conceito de norma jurídica como problema de essência*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 162 p.

_____. Norma jurídica. In: _____. *Compêndio de introdução à ciência do direito*. 11. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1999.p. 327-406.

DÓRIA, Carlos A. A tradição honrada. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, n. 2, p. 47-112.

DUARTE, Luis C. Amigado com fé, casado é. *Revista Espaço Feminino*. Uberlândia: Edufu/NEGUEM, n. 7/8. p. 79-104, 1999/2000.

ESTEVES, Martha de A. *Meninas perdidas*: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 212 p.

FERRAZ JR., Tércio S. *Teoria da norma jurídica:* ensaio de pragmática da comunicação normativa. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 181 p.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução Roberto C. de M. Machado; Eduardo J. Morais. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 1999. 158 p.

FORRESTER, John. Estupro, sedução e psicanálise. In: TOMASELLI, Sylvana; PORTER, Roy (Coord.). *Estupro*. Tradução Alves Calado. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992, p. 67-90.

KELSEN, Hans. *Teoria geral das normas*. Tradução José Florentino Duarte. Porto Alegre: Fabris, 1986. 509 p.

_____. A ordem jurídica. In: _____. *Teoria geral do direito e do estado*. Tradução Luis C. Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 161-180.

LEAL, Ondina F.; BOFF, Adriane de M. Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina M. (Org.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p. 119-135.

LINS, Regina N. *A cama na varanda*: arejando nossas idéias a respeito de amor e sexo.Rio de Janeiro:Rocco, 1997. 337 p.

MONTORO, André Franco. *Introdução à ciência do direito*. 25. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. 620 p.

RODRIGUES, Jane de F. S. *Perfis femininos*: simbologia e representação na sociedade uberlandense 1920-1958. 1995. 418 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciên-

cias Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 1995.
SEED, Patrícia. Narrativas de Don Juan: a linguagem da sedução na literatura e na sociedade hispânica do século dezessete. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, n. 2, p. 7-46.
SOUZA, Vera L. P. de. *Paixão, sedução e violência, 1960/1980*. 1998. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo,USP, 1995.

Obs. Gostaria de agradecer particularmente as alunas do curso de História da UFU estagiárias deste projeto pela pacienciosa catalogação e descrição dos processos: Daiane, Lílian, Elisângela, Thaís e Jaqueline. E ao meu marido David pela digitação, confecção dos gráficos e troca de idéias.

Macho a qualquer custo. Investigação das relações de gênero através da análise de processos criminais. Uberlândia, 1975*

Edmar Henrique Dairell Davi

Resumo: Este trabalho tem o intuito de discutir a relação entre violência e masculinidade a partir da análise de dois processos criminais, do ano de 1975, arquivados no Centro de Documentação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Os processos são significativos, pois apresentam concepções sobre o que é ser macho em nossa cultura e em que situações a violência surge como recurso para a manutenção do status masculino. A manutenção desse status social geralmente ocorre com o domínio ou submissão de outros grupos sociais como mulheres, crianças, velhos e homossexuais. Criam-se hierarquias de valores a partir das diferenças sexuais e essas diferenças acabam por se transformar em desigualdades de onde surge a violência.

Palavras-chave: Violência, Processos Criminais, Masculinidade.

Abstract: This work intends to discuss the relationship between violence and manliness. It works on the analysis of two criminal processes of 1975, which are filed in the Center of Documentation in History of the *Universidade Federal de Uberlândia*. These processes are significant because they present conceptions on what is to be a 'male' in our

Edmar Henrique Dairell Davi. Psicólogo, mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia e membro do Núcleo de Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – Neguem/UFU.

* Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa Repensando as Relações de Gênero nos Processos Crimes em Uberlândia – 1970/1980, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

culture and in which situations violence appears as a resource for the maintenance of the masculine status. The maintenance of that social status usually happens with the domain or submission of other social groups such as women, children, old people and homosexuals. Hierarchies of values are created from sexual differences and those differences become inequalities from where violence emerges.

Keywords: Violence, Criminal Processes, Manliness.

Seja duro consigo mesmo,
Casto na intensidade de sua força
e na paixão de sua sexualidade,
Amor e luxúria devem ser mantidos separados.
Assim como vida e morte são opostos.
Mas vida e honra formam uma só coisa.
Josef Weinheber (poeta alemão)

Introdução

Simone de Beauvoir diz que as mulheres não nascem, mas se tornam mulheres. Este raciocínio serve para os homens? Então o que define um homem "macho"? Como se forma o conceito de masculinidade? Porque a violência está constantemente relacionada ao comportamento masculino? Este trabalho tem o intuito de discutir a relação entre violência e masculinidade a partir da análise de dois processos criminais, do ano de 1975, arquivados no Centro de Documentação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Os processos são significativos, pois apresentam concepções sobre o que é ser macho em nossa cultura e em que situações a violência surge como recurso para a manutenção do status masculino.

Em um primeiro momento, procura-se discutir o conceito de violência e suas implicações para as relações entre homens e mulheres, homossexuais e hete-

rossexuais. A seguir discute-se a análise da violência em processos criminais, sua repercussão na sociedade, os motivos dos crimes, as representações sociais que envolveram homens e mulheres presentes nestes processos. Por fim, são feitas análises de dois casos para ilustrar o trabalho com processos criminais enquanto fontes históricas.

O tema da violência é assunto corrente na mídia, nas conversas, nas universidades e em diferentes setores da sociedade[1]. Muito se tem falado e mostrado com relação ao número de mortos em conflitos, como no Oriente Médio, e em chacinas, assassinatos e seqüestros nas grandes e médias cidades brasileiras. Os debates sobre segurança pública apresentam-se como pontos centrais em discussões políticas tanto no Brasil quanto na comunidade internacional como um todo.[2]

A violência, porém, não nos cerca somente como algo longínquo ou abstrato, acompanha-nos até mesmo, às vezes, nas expressões estéticas, como nos filmes e músicas. A violência se converteu em algo cotidiano, que podemos encontrar em toda parte, na rua, no *shopping center*, diante de casa e na família[3]. Por que, então, permitimos que ela nos rodeie? Quais são as suas causas? Como podemos sobrepujá-la? Essas questões têm mobilizado a sociedade, mas não suscitam respostas fáceis.

A compreensão de outros tempos históricos, através do referencial teórico-metodológico da História Cultural e das questões de Gênero, nos ajudam a refletir sobre o significado que atribuímos na atualidade à violência. O olhar do (a) historiador (a) para além de seu tempo faz perceber que cada cultura estabelece parâmetros a partir dos quais caracteriza as condutas como violentas ou não[4]. Assim, temos condições de compreender porque hoje falamos da violência e por ela somos rodeados no nosso cotidiano.

No entanto, escrever sobre essa temática é tarefa difícil, uma vez que não se trata de um conceito específico, datável, nem se resume a um ou mais fatos. É

1 VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, G. e ALVITO, M. (Org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

2 PINHEIRO, P. S. Entrevista. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 15, nº 1, 2002, p. 3-5.

3 VÁRIOS AUTORES. A violência no cotidiano. *Cadernos Adenauer*, n. 1, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, mar. de 2001.

4 DAVIS, N. Z. Ritos da violência. In: _____. *Culturas do povo*. Sociedade e cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 129-156.

um tema que se presta a múltiplas interpretações e combinações, permitindo sua localização — temporal e espacial — em qualquer época ou lugar. Para alguns (mas) autores (as) trata-se de um assunto incomensurável, enquanto outros (as), consideram que o conceito do que seja violência, leva a diferentes respostas que encaminhariam a pesquisa em direções as mais diversas.

Muitos estudiosos têm buscado fontes diferentes para entender a violência na sociedade brasileira. Uma dessas fontes são os processos criminais que se encontram arquivados nos Fóruns de Justiça de diversas cidades. Existem projetos que visam organizar estes documentos e disponibilizá-los para diferentes investigadores que se ocupam da discussão da violência e do crime.[5]

A análise de processos crimes constitui-se numa preciosa fonte de conhecimento para o (a) historiador (a). Neles pode-se buscar tanto a identidade das pessoas envolvidas como suas falas, hábitos e crenças, freqüentemente alcança-se grupos sociais que deixaram pouquíssimos registros. Existe também a multiplicidade de métodos e temas que os arquivos podem oferecer e o número de questões ainda por resolver.

Através da investigação dos processos criminais podemos recuperar as concepções das pessoas sobre os crimes cometidos, sobre a violência, sobre a justiça e seu papel. Como também, conhecer alguns de seus costumes a partir de sinais que se mostram nas falas[6], nos resquícios históricos e que não encontramos em outros documentos.

Em relação aos processos criminais, enquanto fontes documentais, outras questões devem ser também colocadas. Desde a década de 80 do século XX, vem ocorrendo um crescimento do número de estudos que se valem dos autos criminais dentro das Ciências Humanas. Há várias razões para se desconfiar das informações que são obtidas a partir dessas fontes: os depoimentos dos (as) envolvidos (as) são filtrados pelos

[5] Ver por exemplo os trabalhos de PUGA DE SOUSA, V. L. *Entre o bem e o mal* (Educação e sexualidade – Anos 60 – Triângulo Mineiro). Dissertação de Mestrado, USP, mimeo, 1991.

[6] BRETAS, M. L. As empadas do Confeiteiro Imaginário. A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 15, nº 1, 2002.

técnicos do judiciário, esses depoimentos podem se basear em informações errôneas ou serem manipulados a favor de determinadas pessoas. É claro que precauções devem ser tomadas quanto à leitura de processos criminais como fonte de informação sobre valores culturais, principalmente, quando se trata da violência. Contudo, acredito que os autos deixam entrever, como nenhuma outra fonte documental, o modo concreto de funcionamento de uma agência de controle social encarregada de distribuir sanções penais e que, por isso mesmo, concentra poder.

Por outro lado, os processos penais expressam um momento de tensão nodal das relações interpessoais — a supressão física de uma pessoa por outra põe a nu alguns pressupostos das relações sociais, permitindo visualizar a sociedade em seu funcionamento. O jogo pelo qual, no torvelinho de conflitos e tensões subjetivas se materializa a ação de uns sobre os outros em pontos críticos das articulações sociais, transformando o drama pessoal em social.

Sendo assim, torna-se possível encontrar nas entrelinhas diversos relacionamentos e condutas que os (as) envolvidos (as) consideram corretos ou erradas, como, por exemplo, a homossexualidade, que figura nos autos sob o signo de "relações anômalas". Assim, mesmo quando as personagens mentem ou inventam posturas morais, fazem-no de uma forma que acreditam ser verossímil e, portanto, ajudam a traçar os limites da moralidade comum e da aceitação de comportamentos tidos como imorais.

O discurso jurídico apresenta a violência como algo anormal ou patológico. Um fenômeno isolado que surge nas práticas entre os sujeitos sociais. Contudo, conforme observaram diferentes autores (as), a violência na cultura brasileira se mostra como uma característica comum nas relações entre as classes, raças e sexos. Ocorre a incorporação da violência que não é mostrada ou discutida pelas instâncias oficiais. A violência branca, segundo Régis de Morais, é a violência institu-

cionalizada e que não percebemos como agressiva por que já foi por nós naturalizada[7].

Um aspecto desta violência é a "superioridade" dada ao homem heterossexual que se mostra como machão e que tem por "direito" violentar sua esposa, seus filhos ou outros considerados socialmente inferiores. Neste grupo encontram-se as minorias sexuais, muitas vezes retratadas como "depravadas ou pessoas doentes". Nos processos crime o homem que se mostra como trabalhador, bom pai de família, é visto como estando dentro do seu papel social, dentro daquilo que se espera de todo homem. Enquanto que gays são considerados anormais, doentes ou sem-vergonhas.

[7] MORAIS, R. *O que é violência urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Em busca da masculinidade "perdida"

Nas discussões a respeito das questões de gênero, até há bem pouco tempo, o conceito de masculinidade era considerado óbvio[8]. Tornando-se assim, o ideal de uma sociedade estabelecida e ordenada. Como a noção de homem normal era clara e objetiva, a atenção voltou-se, em vez disso, para os (as) excluídos (as) ou marginalizados (as) pela sociedade, pois eles (as) haviam sido ignorados (as) pelos (as) historiadores (as). Mas atualmente diversos (as) pesquisadores (as) tratam de investigar em maior profundidade a imagem histórica da masculinidade, tão marcante na sociedade moderna[9], e também o papel que os (as) excluídos (as) ou marginalizados (as) tiveram na construção dessa imagem. Os(as) que estão dentro e os(as) que estão fora não podem ser separados(as) facilmente; historicamente, vinculam-se entre si. "Normais e anormais", "degenerados(as) e sadios(as)" fazem parte de um mesmo contexto.

[8] MOOSE, G. L. Masculinidade e decadência. In: PORTER, R. (Org.). *Conhecimento sexual, ciência sexual*. A história das atitudes em relação à sexualidade. São Paulo: Edunesp, 1998.

[9] NOLASCO, S. (Org.). *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993; e ALBUQUERQUE JR, D. M. Os nomes do pai: a edipianização dos sujeitos e a produção histórica das masculinidades. In: RAGO, M., ORLANDI, L. B. L. e VEIGA-NETO, A. (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze:* ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

> *A masculinidade foi a rocha sobre a qual a sociedade burguesa construiu boa parte de sua auto-imagem, mas a imagem idealizada da masculinidade parece igualmente importante para a evolução da chamada sexualidade anormal, em grande parte*

determinada pela contra-imagem que faziam representar. Todos os marginalizados da sociedade, sejam judeus, homossexuais ou ciganos, compartilham muitos dos mesmos estereótipos e atitudes no que concerne à sociedade.[10]

[10] MOOSE, G. L. Masculinidade e decadência, *op. cit.*, p. 304.

Nossa cultura, pelo menos até finais do século XX, é permeada por valores machistas e heterossexistas. Aos homens cabe o controle da sociedade, enquanto às mulheres, é reservado o espaço privado do lar. Essa perspectiva ambivalente é encontrada no cerne das situações de violência, pois os machos aprendem que para serem "verdadeiros machos" não podem ser confundidos com as fêmeas ou com os "maricas". A busca pela virilidade é demonstrada na procura incessante por substâncias afrodisíacas que melhoram o desempenho sexual como a pílula Viagra, por exemplo.

A afirmação constante da virilidade torna-se um traço de personalidade nos homens. Ocorre então, a transformação de uma identidade, constituída historicamente em essência social e em "destino"[11]. Na cultura brasileira, vemos freqüentemente o uso da virilidade: na violência conjugal, na homofobia, nas brigas de torcida. Contudo, devemos perceber também, que não só os (as) homossexuais e as mulheres são vítimas do machismo, mas os próprios homens se tornam prisioneiros dessas representações e valores.

[11] BOURDIEU, P. A dominação masculina. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

A virilidade, deve ser percebida, como uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo.[12]

[12] BOURDIEU, P. *A dominação masculina.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 67.

A celebração dos valores viris tem sua contrapartida nos medos e nas angústias que o feminino faz emergir. Assim, a busca constante pelo ideal de virilidade, pode tornar-se o princípio de uma enorme fragilidade, e esta leva, paradoxalmente, ao recurso, obrigatório por vezes, à violência ou uso das agressões físicas.

É significativo que os homens brasileiros associ-

em o pênis a armas de diferentes tipos. Freqüentemente observamos vocábulos como "pistola", "pau", "cassete", referindo-se ao órgão masculino e ouvimos a afirmação "Eu sou espada" demonstrando a co-relação entre penetração e dominação. Conforme Richard Parker, essas ligações explicitam a relação entre a virilidade e a violência na tradição brasileira[13]. Estes aspectos são significativos para a análise do nosso primeiro caso.

[13] PARKER, R. *Corpos, prazeres e paixões*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

1º Caso

Em Uberlândia no ano de 1975, quatro mulheres foram encontradas mortas em bairros da periferia da cidade. Os crimes, como afirma o Delegado,

> *"deixaram os habitantes desta Comarca, em especial os do sexo feminino, com medo e vivenciando dias de inusitada angústia, terrível incerteza e justificada inquietação"(sic).*[14]

[14] Depoimento do Delegado. Processo nº 702010315316, de 27/10/1975. 1ª Vara Criminal. Arquivado do no Centro de documentação em História da Universidade Federal de Uberlândia, p. 8.

Tanta inquietação surgiu porque os crimes ocorreram em apenas 15 dias: quatro corpos femininos foram encontrados sem roupa e violados. Após muita investigação e *dias e noites de trabalho insano, de buscas e diligências*; o assassino foi encontrado e preso. Muitos pensavam que fosse um matador em série, alguém sem escrúpulos ou sentimentos. Mas as características do suspeito não eram estas e os motivos dos crimes foram algo, infelizmente, bastante comum em nossa sociedade: a defesa da honra ou da masculinidade.

O pintor Pedro, de 39 anos, confessou três dos quatro crimes e não se lembrava ou não sabia que havia matado a primeira vítima. Conforme o acusado, após o trabalho ele ficava bebendo em um bar de um colega e depois pegava seu carro e dava voltas pela cidade. Ao perceber alguma mulher, procurava abordá-la e propunha realizarem um programa. As quatro vítimas aceitaram passear com o acusado e realizar a troca sexual. Pedro então, levava as mulheres para bairros

afastados do centro, onde poderia ter privacidade e não ser visto por ninguém uma vez que era casado e tinha filhos.

Ao iniciarem prática sexual algo "estranho" acontecia com Pedro M., conforme aponta ele em seu depoimento:

> *"Ao descerem e o interrogado convidar para ter relação sexual, seu "pau" não subia; que o interrogado muito embora tentava abraçar, apertar a vítima, mas de nada adiantava, que diante disto, novamente o seu estado ia aumentando cada vez mais em uma maneira desesperada; que ficava nervoso, trêmulo, suarento, acompanhado de uma dor de cabeça e ato contínuo também esse novo crime, que no tocante a essa vítima o interrogado ainda quer acrescentar que sentiu como se estivesse com maleita, pois os dentes começaram a bater numa velocidade impressionante e quanto mais ele tentava se controlar, menos conseguia"(sic).*[15]

[15] Depoimento de Pedro. Processo nº 702010315316, *op. cit.*, p. 4.

Todos os crimes ocorreram, conforme os depoimentos do acusado, da mesma maneira: ao perceber que não teria ereção, ele ficava nervoso e começava a sufocar a vítima até a morte. Depois, ele colocava objetos em suas vaginas. Os objetos encontrados foram galhos de árvores, o macaco mecânico do carro e a chave de rodas de seu veículo.

E aqui, nos propomos a discutir, não utilizando os mesmos pressupostos que os jornais da época, os motivos desse crime que obteve grande repercussão. Que razões teriam o acusado para agir de forma brutal contra uma pessoa da qual poderia se desvencilhar facilmente? O que o comportamento da vítima suscitou no assassino? O que aconteceu para que emergisse tanta violência?

O algoz das vítimas era "macho", ou se consideravam como tal, na dupla acepção da palavra: no sentido biológico e no sentido sócio-cultural. Este último interessa mais à nossa discussão. O significado socialmente aceito do "ser homem" está ligado a um conjunto de atitudes, idéias, valores, símbolos e compor-

tamentos. Se portar de forma masculina é tomar a frente das coisas, agir com razão e tomar decisões, ser sujeito de seu destino e não ser dominado pelos outros. Às condutas adequadas ao homem, cabem também, a defesa de sua honra e a de sua família, a proteção de seu prestígio, fama e reputação. Conforme Peter Gay, a virilidade deve ser entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, e também como aptidão ao combate e ao exercício da violência, sobretudo em caso de vingança[16]. Assim, o que o acusado tentou, ao assassinar as vítimas, foi recuperar ou não deixar que sua masculinidade fosse manchada por não ter ereção e não conseguir realizar o ato sexual. Ao convidar as vítimas para um programa, Pedro deu uma amostra de quem dominaria a situação. A iniciativa na busca do contato sexual como também, a ereção e a potência sexual são prerrogativas masculinas. Ao perceber que não conseguiria realizar o ato sexual sentiu-se humilhado.

[16] GAY, P. *O cultivo do ódio* — A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Ora, será que não conseguir ter ereção é motivo para suscitar a violência? Pierre Bourdieu coloca que muitos atos de covardia surgem quando se tem medo de perder a estima ou a consideração do grupo ao qual a pessoa pertence; seja de trabalho ou de amigos. "Quebrar a cara" diante dos companheiros e se ver remetido à categoria, tipicamente feminina, dos "fracos", dos "delicados", dos "mulherzinhas", dos "veados", dos "brochas", são situações que levam os homens a agirem de forma agressiva e em muitos casos, com crueldade.

> *Por conseguinte, o que chamamos de "coragem" muitas vezes tem suas raízes em uma forma de covardia: para comprová-lo, basta lembrar todas as situações em que, para lograr atos como matar, torturar ou violentar, a vontade de dominação ou de opressão baseou-se no medo "viril" de ser excluído do mundo dos "homens" sem fraquezas, dos que são por vezes chamados de "duros" porque são duros para com o próprio sofrimento e sobretudo para com o sofrimento dos outros* (...).[17]

[17] BOURDIEU, P. *A dominação masculina*, op. cit., p. 66.

Se retomarmos aqui o conceito de álibi social para a agressão, conforme Peter Gay, e as suas três modalidades; a da concorrência, do outro conveniente e do culto da masculinidade, poderemos considerar que os acusados agiram orientados pela última justificativa. O citado autor considera que os valores ligados ao culto da masculinidade receberam extraordinária valorização na história do Ocidente, perdurando a partir de crenças e valores até a atualidade[18]. Desde a Antigüidade Clássica que a educação dos homens está pautada pela busca da defesa da honra pessoal, pelas atitudes de coragem e bravura e pela recusa dos aspectos ligados ao universo feminino. A exibição destes aspectos para corroborar a imagem masculina deve ser uma constante para que não se perda o status social de "macho". A exacerbação da masculinidade pode, contudo, levar ao medo descontrolado contra aqueles segmentos que vão contra ou não se caracterizam pelo comportamento viril.

[18] GAY, P. *O cultivo do ódio*, op. cit.

Muitos homens consideram que possuir uma mulher ou agir de forma ativa numa relação hetero ou homossexual, reforça a alteridade desejada, afastando o espectro negativo da identidade masculina: ter uma mulher para não ser uma mulher. Para alguns, o fato de não ser homossexual basta como garantia de masculinidade. Assim, o fato de não ter ereção e de não poder "comer" as vítimas, deixou o pintor transtornado.

Segundo Badinter, no meio masculino existe a convicção de que a atividade sexual confirmaria o gênero: o homem é homem quando está em ereção. Portanto, qualquer dificuldade com seu pênis é uma fonte de profunda humilhação e desespero, um indício da perda da masculinidade[19]. Assim, Pedro M. deve ter se sentido "meio homem" quando percebeu que seu pênis não ficava ereto. O "nunca aconteceu comigo" é um sinal de que o homem deve ser homem a todo o momento e jamais deve falhar.

[19] BADINTER, E. *XY*. A identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

Para quebrar a identificação entre desempenho sexual e mascu-

linidade é preciso aprender a dissociar sexualidade e sentimento de virilidade. A confirmação da masculinidade não é obrigatoriamente um pênis ereto.[20]

[20] Idem, p. 129.

Durante o processo, discutiu-se sanidade mental do acusado. O defensor do réu pediu para que ele fosse avaliado por uma junta psiquiátrica em um manicômio judiciário. Este argumento é um sinal de outros aspectos que se exigem do homem em nossa cultura: a racionalidade e o controle das emoções.

Conforme argumento do defensor em suas alegações finais:

Estamos diante de doente mental. Basta um ligeiro estudo dos autos, confrontando-o com a personalidade do indiciado, para chegar-se a um único julgamento: trata-se de um insone mental. As suas reações foram momentâneas, exatamente quando procurava manter congresso sexual e não o conseguindo era tomado impulsivamente, ficava incontrolável, daí, para seu alívio e seu desafogo, destruir o sexo oposto. Nos ensina Freud, em uma de suas obras relativas ao sexo que o homem, dentre todos os animais, é o que mais valoriza a capacidade "coenundi" e quando a perde, dizia ele 'é capaz de tudo e até mesmo de degenerar-se' (sic).[21]

[21] Alegações do Defensor Público. Processo nº 702010315316, op. cit., p. 45.

Percebe-se através da fala do advogado que o homem tem que ter controle de suas reações e de seus impulsos. Não pode ser como as mulheres que entram em contado mais facilmente com suas emoções e sentimentos. Há em nossa cultura a necessidade dos homens de se mostrarem sempre fortes e capazes; de limitarem a expressão de seus sentimentos, viverem quase exclusivamente em campos competitivos, de serem permanentes provedores, de se ocuparem apenas de aspectos sérios, como trabalho, política, etc; e de perderem o contato sensível com o que os rodeia: filhos, amigos, natureza, estando proibidas entre os homens expressões tais como "fracassei", "não sei", "me equivoquei", "não posso".

Sócrates Nolásco considera que é nas relações familiares, escolares e sociais que se aprende que ser homem significa ser macho:

> *"o cotidiano dos meninos está permeado por observações tais como: 'isso é brinquedo de menina'; 'menino não chora'; 'você é medroso, parece mulher'. Enfim, uma gama de afirmações vindas em um primeiro momento da família, posteriormente da escola e das relações sociais, fará crer aos meninos que existe um homem viril, corajoso, esperto, conquistador, forte, imune a fragilidades, inseguranças e angústias".*[22]

[22] NOLASCO, S. (Org.). *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 12.

A guerra que os homens empreendem em seus próprios corpos é inicialmente uma guerra contra eles mesmos, contra seus medos e sentimentos. Depois, numa segunda etapa, é uma guerra com os outros. O masculino é, ao mesmo tempo, submissão ao modelo e obtenção de privilégios desse modelo.

É importante a análise feita pelo advogado a partir da teoria psicanalítica. Não que concordemos com a sua análise da personalidade do criminoso. Mas sim, pelo aspecto simbólico apontado por ele ao dizer que para alívio da tensão o réu assassinou as vítimas. Simbolicamente o réu tentou recobrar a sua virilidade, o seu poder de penetração, ao colocar objetos fálicos nas vaginas das vítimas. A psicanálise tem trabalhado com a interpretação de vários símbolos ao longo da história da humanidade. E objetos como espadas, lanças, dentre outros sempre estiveram ligados a símbolos de poder e dominação.

Ao colocar objetos nas vaginas de suas vítimas, o assassino tentava recobrar sua virilidade e potência sexual. Contudo apesar da estratégia de considerar o réu uma pessoal mentalmente doente, não deu certo e ele foi condenado a 48 anos de prisão em regime fechado.

O medo de ser considerado ou percebido como homossexual também pode levar a conseqüências irracionais. Isso pode ser visto na violência exacerbada

que freqüentemente caracteriza os crimes contra homossexuais: torturas gratuitas e mais de uma centena de facadas. Se dez golpes bastam para matar, que explicação dar às outras facadas e atos violentos que são característicos de crimes homofóbicos.

Os homicídios de homossexuais foram identificados, segundo Luis Mott, como *overkill*, isto é, chamados "sobre morte" ou crimes de ódio.[23] Os assassinos procuram matar aquilo que está além do corpo da vítima: o medo que a homossexualidade ou a efeminização representa para o macho. Quando o medo se transforma em impotência, quando os machos não vêem saída, geralmente, a resposta é a violência. E isto, nós veremos no próximo caso.

[23] MOTT, L. Os homossexuais: as vítimas principais da violência. In: VELHO, G. e ALVITO, M. (orgs.). *Cidadania e violência*, op. cit.

2º Caso

Este segundo caso também ocorreu no ano de 1975 e mostra outros aspectos que envolvem a masculinidade. Percebemos que a noção da masculinidade surge também ligada à questão da atividade sexual, isto é, da necessidade, culturalmente determinada, do homem ser ativo nas relações eróticas. Contudo não surge apenas nas relações entre homem e mulher mas também entre dois homens.

Dentro da cultura brasileira, como investigou Richard Parker, a noção de homossexualidade assume aspectos diferentes daqueles encontrados em outros países. Nos EUA, por exemplo, alguém é considerado gay ou homossexual por ter contato erótico e afetivo com outros homens inobstante a sua conduta — ativa ou passiva. No Brasil, esta dicotomia entre ativos e passivos assume um aspecto curioso e determinante não só das relações sexuais como também das sociais.

Célio, um jovem de 18 anos, que trabalhava como tapeceiro, caminhava em direção a sua casa após o trabalho. Foi abordado por José, um comerciante de 61, que lhe perguntou se ele trabalhava em uma determinada loja de peças pois, neste local conhecia uma

pessoa que costumava sair com ele. Célio respondeu que não, mas recebeu o convite do comerciante para passear em sua camionete pela cidade. Durante o passeio, Célio declarou que:

> *"o indivíduo lhe perguntou se fumava e respondeu que sim; que então"sacou" que tal pessoa era "bicha" e o mesmo estava com sua carteira recheada de dinheiro, que então pensou que além de "trepar" no mencionado elemento iria "levantar uma nota" (sic).*[24]

O comerciante então, dirigiu seu veículo para fora da cidade e

> *"após parar o veículo, a vítima começou a alisar o interrogando e começou a tirar para fora o seu membro já duro e começou a querer manter relação sexual com o interrogando, que disse à vítima que ele interrogando, não era daquilo e que havia aceitado o seu convite por haver suposto que ele fosse "bicha", que em seguida a vítima agarrou o interrogando e começou a enforcá-lo e passou por cima dele, tudo isto dentro da camioneta"(sic).*[25]

Célio para defender a sua honra e masculinidade pegou então uma faca que estava em cima do painel e esfaqueou a vítima nas costa, aproveitando o momento em que esta se abaixou para pegar um objeto no chão. O acusado saiu correndo da camioneta e fugiu para sua casa. A vítima tentou retirar a faca das costas mas não resistiu ao ferimento e morreu no local. Célio foi preso um dia depois quando voltou para sua casa para buscar roupas para viajar. A polícia chegou rapidamente ao criminoso pois este esquecera seus documentos no assoalho do veículo.

Que conclusões podemos retirar deste processo? Em um primeiro momento, é preciso analisar qual concepção prevalece sobre a homossexualidade. Pelos depoimentos do acusado e pelos testemunhos de outras pessoas que depuseram no processo, percebemos que a homossexualidade da vítima foi considerada

[24] Depoimento de Célio. Processo nº 702010331792, de 15/11/1975. 1ª Vara Criminal. Arquivado do no Centro de documentação em História da Universidade Federal de Uberlândia, p. 5.

[25] Depoimento de Célio. Processo nº 702010331792, op. cit., p. 5.

como um pecado, um crime, algo bem vergonhoso e anormal.

Em seu depoimento, o sobrinho da vítima afirmou que:

> *"o seu tio tinha hábitos sociais normais, inclusive freqüentando bons ambientes e a roda de amigos conceituados nesta cidade, que sinceramente nunca teve conhecimento de nada que pudesse desabonar a sua conduta"(sic).*[26]

[26] Depoimento de Marcio. Processo nº 702010331792, op. cit., p. 34.

No depoimento do detetive que acompanhou o caso, também percebemos a condenação da homossexualidade da vítima:

> *"com referência ao passado da vítima, o depoente não pode fazer qualquer afirmação categórica, porquanto nada viu que recomendasse mal, entretanto, por ouvir dizer, soube que a vítima era dada a encontros sexuais anômalos com rapazes, sendo um homossexual masculino"(sic).*[27]

[27] Depoimento do detetive Osvaldo. Processo nº 702010331792, op. cit., p. 32.

A homossexualidade da vítima foi colocada em questão e passou a ser debatida. Apontaram-se elementos para se caracterizar a conduta da vítima como anormal ou doentia: um senhor de idade que tinha o costume de fazer sexo com rapazes.

Nos depoimentos de Célio observamos também muitos elementos significativos: a "bicha" é aquele que é passivo na relação, que se deixa penetrar. Neste caso a inversão dos papéis resultou na morte da vítima pois o acusado enquanto macho não se deixou penetrar e não conseguiu encontrar outra saída para a situação, a não ser a violência.

O homossexual é visto também como aquele que paga pelo sexo e do qual se pode retirar dinheiro. No Brasil, observamos ainda hoje, uma série de crimes que envolvem garotos de programa ou michês. Isso demonstra que desde a década de 70 do século XX, os homossexuais constituem um grupo vulnerável à violência pois não possuem o direito de experimentar

a sua sexualidade e sua afetividade livremente.

Por outro lado, o acusado procurou retirar sobre sua conduta qualquer indício que o identificasse como homossexual. Nos depoimentos de várias pessoas aparece a tentativa de mostrar que Célio é uma pessoa boa, trabalhadora e que não possui costumes estranhos. Sobre a sua idéia de fazer sexo com a vítima para ganhar dinheiro, como ele colocou no seu primeiro depoimento, há também a tentativa de desmentir e de desconstruir este aspecto. No seu depoimento ao juiz, Célio diz que é um amigo seu que fazia estes programas e que ele nunca havia feito isso.

Que sentido tem essas "pequenas modificações" no depoimento do acusado? Teriam elas influência na decisão do júri? Conforme Sérgio Adorno, devemos perceber os processos criminais como territórios onde se desenvolvem sutis jogos de poder revestidos do saber jurídico. Para Adorno, nestes terrenos não está em pauta a severidade dos procedimentos judiciários ou a justeza das leis, mas a construção de verdades a partir dos depoimentos dos (as) acusados (as) e testemunhas e do trabalho dos "manipuladores técnicos".[28] Estes seriam os (as) juízes, advogados (as), promotores (as), investigadores (as) e outros indivíduos envolvidos nos procedimentos de apuração dos fatos para compor os processos.

[28] ADORNO, S. Crime, justiça penal e desigualdade social. As mortes que se contam no tribunal do júri. *Revista USP*. Dossiê Judiciário, nº 24, 1994.

No caso em questão, podemos observar que a estratégia da defesa se orientou no sentido de adequar o principal acusado ao modelo heterossexual e denegrir a imagem da vítima. O que acabou dando certo pois o acusado foi condenado apenas a 4 anos de prisão em regime semi-aberto.

Percebemos que não é apenas o crime ou a pessoa do réu que constitui matéria privilegiada dos tribunais, mas o maior ou menor ajustamento dos personagens a modelos de comportamento considerados legítimos e naturais, como sejam, o de pai provedor do lar, boa esposa, filho prodígio, vizinho solidário. É desse maior ou menor ajustamento que se retiram as razões para

condenar ou absolver. Conforme Boris Fausto:

> *Esse modelo de culpa e de inocência apresentado aos julgadores não se constrói arbitrariamente, mas segundo uma lógica ordenadora constituída por um conjunto de normas sociais. Tais normas abrangem tanto aquelas cuja violação acarreta uma sanção penal como outras que dizem respeito à conformidade com identidades sociais — a conduta adequada segundo sexo, segundo o papel exercido na família etc. Se o comportamento desviante não implica de per si a aplicação da pena, ele é trazido à baila quando as normas do primeiro tipo são transgredidas, transformando-se nessa atualização em "preceito penal". Ou seja, o comportamento inadequado pode importar em condenação ou em exasperação da pena, produzindo o comportamento oposto o resultado inverso.*[29]

[29] FAUSTO, B. *Crime e cotidiano.* A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 32.

As representações que são construídas sobre a homossexualidade nos processos podem ser consideradas como sinais de um tipo específico e implícito de violência. Se considerarmos, conforme Roger Chartier[30], que as representações são construções imagéticas e discursivas e que enunciam ou presentificam o outro e acabam por recriar o real; a evocação do comportamento homossexual, não precisa ter correspondência direta com as práticas ou com as pessoas representadas. Ou seja, a adequação das representações não se mede por critérios de autenticidade ou veracidade, mas pela sua capacidade mobilizadora, de motivar práticas sociais e de conquistar credibilidade, indo ao encontro dos valores e das crenças sociais estabelecidos.

[30] CHARTIER, R. *A história cultural:* entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Difel, 1988.

Observamos então a "angústia" que a subtração da masculinidade, ou a sua possibilidade de perda, suscita nos homens. O contato homoerótico causa medo aos "ditos" machos heterossexuais e estes se sentem "inferiorizados" diante das demais pessoas se forem identificados como sendo amantes dos homossexuais.

Considerações finais

A noção de violência deve ser investigada a partir do contexto histórico onde foi produzida. Apesar de todas as épocas partilharem de algum tipo de violência, seja ela regrada ou espontânea, implícita ou explícita, entendemos que, de certa maneira, existe um limite de aceitação para determinadas formas que acabam por singularizar ou serem características de momentos específicos da História. A aceitação ou não de certos tipos de violência estaria ligada à cultura e às sensibilidades de cada época. Devemos perceber como a violência é assimilada por uma sociedade e a partir de que crenças e valores ela é justificada. De que modo ela é definida e entendida, em função de quais valores que constituem o "sagrado" do grupo de referência.

O tipo de violência que uma cultura reforça ou pune, legaliza ou bane, obviamente depende, segundo Peter Gay, dos tempos e das circunstâncias, dos riscos e vantagens percebidos, dentre outros fatores. Algumas culturas desenvolvem álibis para a agressão. Estes são justificativas, crenças e princípios, que legitimam a luta verbal ou física em terrenos religiosos, políticos, ou, melhor que tudo, científicos. Toda cultura, classe ou época constrói seus próprios álibis para a agressão. Assim, o autor diz que os vitorianos possuíam como justificativas para a violência, o álibi da concorrência; da construção do outro conveniente e do culto da masculinidade. Todas essas três modalidades tinham o mesmo efeito: cultivavam o ódio daquela sociedade ou faziam-no correr em canais determinados[31].

Em nossa sociedade prevalece ainda a violência relacionada ao culto da masculinidade. Onde os homens são autorizados exercerem seu poder através de medidas coercitivas ou agressivas para manterem seu status de macho. A manutenção desse status social geralmente ocorre com o domínio ou submissão de

[31] GAY, P. *O cultivo do ódio*, op. cit.

outros grupos sociais como mulheres, crianças, velhos e homossexuais. Criam-se hierarquias de valores a partir das diferenças sexuais e essas diferenças acabam por se transformar em desigualdades.

A questão da diferença é extremamente delicada entre os grupos sociais brasileiros. Na sociedade moderna, o que podemos perceber de uma maneira geral, é que permanentemente há a conversão das diferenças em desigualdades e assim, dos diferentes em desiguais. Estabelece-se um pólo positivo e outro negativo, um ativo, outro passivo, um que domina, outro que é dominado. Assim, instauram-se relações desiguais de poder, relações hierarquizantes do tipo dominação/ subordinação e de aceitação/ rejeição.

O passivo ou efeminado é sempre visto pela maioria como "inferior", "um homem que não deu certo" e este se manterá subordinado aos outros, os ativos. Essa visão machista e hierarquizante das condutas na sociedade determinam por sua vez que os "ativos" se encontram em um patamar acima dos "passivos", numa relação assimétrica. As diferenças são colocadas como desigualdades e, estas, passam a ser percebidas como uma inferioridade natural, no caso das mulheres, índios e negros, ou como monstruosidade, no caso dos gays.

Apesar de todo conservadorismo existente na sociedade brasileira, pode se vislumbrar algumas mudanças com relação aos padrões sexuais estabelecidos para homens e mulheres. As transformações atuais que vem ocorrendo em torno dos comportamentos masculinos e femininos podem ser creditados aos movimentos feminista e homossexual. As mulheres se tornaram mais atuantes na vida pública fazendo que os homens se sentissem ameaçados no seu terreno. Os(as) homossexuais, por sua vez, vêem construindo novas possibilidades para a construção do masculino. Um homem mais nuançado, mais flexível, preocupado com a beleza interna e externa é fruto dos novos tempos. A *Revista Veja* trouxe uma matéria de capa discutindo

esta questão: o novo homem heterossexual moderno e urbano. Um sujeito tão ou mais vaidoso do que as mulheres, que freqüenta butiques, usa cremes e loções para a pele, é refinado na cozinha e não se sente por fora em uma conversa sobre decoração de ambientes. Algumas pessoas perceberam nestas mudanças certa influência dos gays sobre os machos heterossexuais[32].

Isso vem demonstrar que os modelos para os comportamentos masculino e feminino são culturalmente construídos e que se modificam com o tempo e com a influência dos diferentes movimentos e sujeitos históricos. Contudo, estas mudanças se encontram em setores localizados da sociedade, geralmente, nas classes média e alta.

Em contraste com a reportagem sobre o "novo homem", a mesma edição da *Revista Veja* trouxe uma entrevista com o pastor evangélico R. R. Soares que passa cerca de 60 horas por mês pregando em uma rede de televisão brasileira. Em seu depoimento, o pastor deixou claro seu conservadorismo e salientou que dentre aqueles *que não herdarão o reino de Deus*, se encontram *os efeminados e os sodomitas*[33]. Percebemos que as mudanças que ocorrem em determinados setores não chegam a atingir a sociedade como um todo. A permanência de certos valores e crenças acaba por reforçar a intolerância, mas, as transformações culturais que se iniciam podem gerar novos valores mesmo que demorem longos períodos de tempo.

[32] O homem em nova pele. *Revista Veja*, São Paulo: Abril, 1º out. 2003.

[33] Pregador reacionário. *Revista Veja*, São Paulo: Abril, 1º out. 2003.

Referências

ADORNO, S. Crime, justiça penal e desigualdade social. As mortes que se contam no tribunal do júri. *Revista USP*. Dossiê Judiciário, nº 24, 1994.

ALBUQUERQUE JR, D. M. Os nomes do pai: a edipianização dos sujeitos e a produção histórica das masculinidades. In: RAGO, M., ORLANDI, L. B. L. e VEIGA-NETO, A. (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze:* ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BADINTER, E. *XY*. A identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRETAS, M. L. As empadas do Confeiteiro Imaginário. A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 15, n. 1, 2002.

CHARTIER, R. *A história cultural:* entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Difel, 1988.

DAVIS, N. Z. Ritos da violência. In: _____. *Culturas do povo*. Sociedade e cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 129-156.

FAUSTO, B. *Crime e cotidiano*. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

GAY, P. *O cultivo do ódio* — A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORAIS, R. *O que é violência urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOOSE, G. L. Masculinidade e decadência. In: PORTER, R. (Org.). *Conhecimento sexual, ciência sexual*. A história das atitudes em relação à sexualidade. São Paulo: Edunesp, 1998.

MOTT, L. Os homossexuais: as vítimas principais da violência. In: VELHO, G. e ALVITO, M. (Org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

NOLASCO, S. (Org.). *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PARKER, R. *Corpos, prazeres e paixões*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

PINHEIRO, P. S. Entrevista. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 15, n. 1, 2002, p. 3-5.

PUGA DE SOUSA, V. L. *Entre o bem e o mal* (Educação e sexualidade – Anos 60 – Triângulo Mineiro). Dissertação de Mestrado, USP, mimeo, 1991.

_____. *Paixão, sedução e violência – 1960-1980*. Tese de Doutorado, USP, 1998, mimeo.

Revista Veja, São Paulo: Abril, 1º out. 2003.

VÁRIOS AUTORES. A violência no cotidiano. *Cadernos Adenauer*, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, n. 1, mar. 2001.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, G. e ALVITO, M. (Org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

O exame ginecológico na perspectiva da mulher idosa

Tatiana Carneiro de Resende

Resumo: Esse estudo objetiva buscar o significado do exame ginecológico para as mulheres idosas. Na análise dos depoimentos as mulheres sentem vergonha, dor, protelam seus exames e possuem dificuldade em aceitar a realização do mesmo quando feito por profissional masculino. Isto dificulta o diagnóstico precoce e o posterior tratamento com maiores chances de sucesso.

Palavras-chave: Exame Ginecológico, Câncer, Idosa.

Abstract: This objective study to search the meaning of the gynecological examination for the aged women. In the analysis of the depositions the women feel shame, pain, postpone its examinations and possess difficulty in accepting the accomplishment of the same one when made by a professional of the masculine sex. This makes it difficult the precocious diagnosis and posterior treatment with bigger possibilities of success.

Keywords: Gynecological Examination, Cancer, Aged women.

Tatiana Carneiro de Resende. Bacharel em Enfermagem pela UFU e Mestranda do Curso de Medicina da UFU.

Introdução

Esse estudo objetiva buscar o significado do exame ginecológico para as mulheres idosas atuantes no Centro de Tecelagem do Bairro Patrimônio. Para tanto, utilizou-se da pesquisa qualitativa com abordagem fenomenológica com a seguinte questão norteadora: "Como é para você o exame ginecológico?" Na análise dos depoimentos, observa-se que as mulheres sentem vergonha, dor, protelam seus exames e têm dificuldade de aceitar a realização do mesmo quando feita por profissional masculino. Isto dificulta o diagnóstico precoce e posterior tratamento com maiores chances de sucesso. Esses sentimentos fazem com que as mulheres adiem ou até mesmo deixem de fazer o exame para não terem que passar por situação tão constrangedora.

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer[1], o câncer configura-se nacionalmente como um problema de saúde pública sendo definido como um crescimento desordenado de células invasoras que podem espalhar-se para outras regiões do corpo.

Barbosa[2] expressa que esse crescimento desordenado tende a ser agressivo e incontrolável, determinando a formação de tumores que além de ser algo dispendioso para a sociedade traz consigo um alto custo emocional.

Seja qual for o tipo de câncer, ele é um diagnóstico de certa forma assustador que possibilita medo, insegurança e sofrimento aos seus portadores e familiares[3]. Trata-se uma doença democrática, pois, pode atacar qualquer pessoa independente de raça, etnia, sexo e classe social[4].

O câncer de colo do útero é uma relevante causa de morte no Brasil, mesmo sendo na maioria dos casos, passível de prevenção por intermédio do exame preconizado por Papanicolaou ou colpocitopatológico. Este tipo de doença tem uma fase pré-clínica extensa onde poderá ser detectável[5]. Com esse exame feito

[1] BRASIL. Instituto Nacional do Câncer – INCA. *Estimativas da incidência e mortalidade por câncer no Brasil*. Rio de Janeiro, 2002, 90 p.

[2] BARBOSA, A. M. *Câncer, direito e cidadania*. São Paulo: ARX, 2003, 317 p.

[3] RIBEIRO, L.; OLIVEIRA, C.; LEITE, R. C. *Câncer de mama, prevenção e tratamento*. São Paulo: Ediouro, 2002, 231 p.

[4] Barbosa, A. M., *op. cit.*

[5] BRASIL. Instituto Nacional do Câncer – INCA, *op. cit.*

periodicamente, o câncer de colo uterino pode ser diagnosticado antes mesmo de aparecerem sintomas clínicos[6].

Desde 1998 o Ministério da Saúde preconizou por meio do Instituto Nacional do Câncer, com uma reunião de consenso, que no Brasil, o exame colpocitopatológico deveria ser realizado em mulheres, que já tenham iniciado sua atividade sexual, uma vez por ano e, após dois exames anuais consecutivos negativos, a cada três anos[7].

Dentre alguns fatores de risco identificados para o câncer de colo do útero estão o tabagismo, a idade e o início da atividade sexual precoce. Considerando que o vírus do papiloma humano (HPV) e o Herpes Vírus Tipo II têm papel importante no desenvolvimento da displasia das células cervicais e em sua conseqüente transformação em células cancerosas[8].

As doenças crônico degenerativas (DCD) são predominantes na população adulta e sua mortalidade, incidência e prevalência aumentam a medida que a população tem sua média de vida aumentada.

Nos últimos trinta anos observa-se o envelhecimento populacional brasileiro tendo dobrado o percentual do grupo etário de 65 anos ou mais. Devido tal fator, aumenta-se a incidência das DCD e conseqüentemente, o número de pessoas que compõem as faixas etárias com maior risco de desenvolver o câncer[9].

Segundo Rouquayrol[10], o aumento da esperança de vida implica não só uma chance de exposição aos diversos fatores de risco presentes no ambiente para determinada doença levando em conta a relação entre causa e efeito, como também uma exposição mais prolongada a estes fatores respeitando a relação entre dose e efeito. O envelhecimento da população também oferece oportunidade para o aparecimento de doenças geneticamente determinadas que só se expressam mais tardiamente, com provável interferência de fatores ambientais.

Quando encarado como uma experiência de rotina,

6 AYOUB, A. C. et al. *Planejando o cuidar na enfermagem oncológica*. São Paulo: Marina, 2000, 292 p.

7 Idem, Ibidem.

8 Idem, Ibidem.

9 BRASIL. Instituto Nacional do Câncer – INCA. *Ações de enfermagem para o controle do câncer*. Rio de Janeiro: Pro-onco, 1995, 240 p.

10 ROUQUAYROL, M. Z. et al. *Epidemiologia e saúde*. 3 ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1988.

o exame pélvico anual com um colpocitológico é um método indolor e relativamente barato. Smeltzer & Bare[11], entendem que:

[11] SMELTZER, S. C. & BARE, B. G. BRUNNER & SUDDARTH. *Tratado de enfermagem médico-cirúrgica*. vol. III, 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

> *os profissionais de saúde podem encorajar as mulheres a seguir essa prática de saúde por fornecer exames não estressantes que são educacionais e de suporte além de oferecer uma oportunidade para que a paciente faça perguntas e esclareça as informações errôneas. Se mais mulheres compreenderem que o exame pélvico e o esfregaço de Pap não devem ser desconfortáveis ou embaraçosos, as taxas de detecção precoce melhorariam indubitavelmente, e vidas seriam salvas.*

Observamos então a importância do exame preventivo para o câncer de útero, cientes de que por meio do mesmo estaremos bem mais próximos de uma vida saudável.

Referencial teórico

Reis[12] enfatiza que a prevenção baseia-se basicamente no rastreamento (*screening*), no diagnóstico preciso e no tratamento adequado.

[12] REIS, A. F. F.; COSTA, M. C. E.; ALMEIDA, N. C. Prevenção do câncer cervico-uterino — princípios epidemiológicos e avaliação dos programas de screening. *J. Bras. Ginecol.*, v. 102, n. 11/12, p. 445-47, 1992.

De acordo com o INCA (1995):

> *ao analisar-se a composição etária da população brasileira, observa-se o seu envelhecimento: o percentual do grupo etário de 65 anos e mais praticamente dobrou nos últimos trinta anos. Assim sendo, está havendo um aumento progressivo das doenças crônico degenerativas e conseqüentemente, no número de pessoas que passam a compor as faixas etárias que apresentam maior risco de desenvolver câncer.*

O discurso de Rouquayrol[13] diz que:

[13] Rouquayrol, *op. cit.*

> *o aumento da esperança de vida implica não só uma maior chance de exposição aos diversos fatores de risco presentes no ambiente para determinada doença (relação entre causa e efeito), como também uma exposição mais prolongada a estes fatores (relação*

entre dose e efeito). O envelhecimento da população também oferece oportunidade para o aparecimento de doenças geneticamente determinadas que só se expressam mais tardiamente, com provável interferência de fatores ambientais.

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (1985), o principal objetivo dos programas de prevenção do câncer de colo uterino é prevenir o carcinoma invasivo através da detecção, diagnóstico e tratamento precoce da patologia quando a cura ainda pode ser alcançada.

Trajetória da pesquisa

No caminhar pela Fenomenologia, o pesquisador preocupa-se com a natureza do que vai investigar, no sentido de compreendê-la e não explicá-la, sendo que a investigação surge com um interrogar. A pesquisa fenomenológica lida com a interrogação ou pergunta dirigida para a consciência, e não com fatos, mas com aquilo que se mostra à consciência quando interrogada[14].

Seguindo esta perspectiva, esse trabalho direcionou-se a partir da seguinte interrogação: **O que é para você o exame ginecológico?**

Buscar o significado dessa experiência por meio das falas de mulheres, que reúnem-se em um Centro de Tecelagem de Uberlândia-MG, representa um caminho para o real significado da vivência por elas experimentada com relação ao exame preventivo de câncer do colo do útero. Assim, optamos por atuar neste local subvencionado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia e que presta serviço à 23 mulheres, sendo que 13 delas, o equivalente a aproximadamente 56,52%, têm acima de 60 anos.

Inicialmente entramos em contato com os possíveis colaboradores, relatando o nosso objetivo e solicitando sua participação voluntária no estudo mediante a apresentação e assinatura do termo de consenti-

[14] BOEMER, M. R. Empatia-Proposta de abordagem fenomenológica. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 23-29, 1984.

mento livre e esclarecido, de acordo com as diretrizes da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde no Brasil, garantindo-lhes o sigilo e a utilização de nomes fictícios, visando assim salvaguardar os direitos dos sujeitos da pesquisa[15].

O Centro de Tecelagem foi criado com o objetivo de aumentar a renda da família das mulheres que vieram da zona rural para a cidade de Uberlândia na década de 70 abandonando seus teares. Na década de 80 foi realizada uma pesquisa pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social percebendo a mão de obra especializada disponível. Essas senhoras sabiam tear como poucas outras, mas eram desqualificadas em outros serviços e por isso estavam desempregadas.

Uma parceria da Prefeitura Municipal de Uberlândia com a Secretaria de Estado e Desenvolvimento aliadas aos recursos do BID (Banco Internacional de Desenvolvimento) fez surgir o Centro de Tecelagem. O mesmo tem objetivo de empregar essas mulheres e atender a demanda dos produtos manufaturados. O prédio onde funciona o Centro de Tecelagem é da Prefeitura Municipal e conta com 37 teares. As mulheres reúnem-se lá de segunda a sexta-feira sendo que algumas exercem atividade como tecelãs e outras como fiandeiras. O local também oferece oficinas de Saúde Mental devido a parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e também cursos de tecelagem para a comunidade visando qualificar mão de obra.

Para a coleta dos depoimentos, utilizamos entrevistas individuais para buscar o significado do exame ginecológico para as participantes do estudo. Os horários e locais foram de acordo com a disponibilidade das entrevistadas. Os depoimentos ocorreram em salas privativas do próprio estabelecimento. Durante os depoimentos, as entrevistadas falavam livremente, com raros comentários feitos pela pesquisadora a titulo de esclarecimentos de modo a não interferir nos depoimentos e na autenticidade do relato.

[15] BRASIL. Instituto Nacional do Câncer – INCA. *Estimativas da incidência e mortalidade por câncer no Brasil*. Rio de Janeiro, 2002, 90 p.

BRASIL. Instituto Nacional do Câncer – INCA. *Periodicidade de realização do exame preventivo do câncer do colo do útero*. Revista Brasileira de Cancerologia, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, jan./fev./mar. 2002, 167 p.

No decorrer das falas houve grande empatia entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador, portanto, apesar do assunto abordado ser para elas motivo de grande constrangimento foi possível ouvir seus depoimentos de forma clara e plena.

A simplicidade e a falta de conhecimento do que é e de como é feito o exame ginecológico mostra-se na maneira sucinta de relatar o que o mesmo significa para elas.

Houve convergência nas descrições obedecendo ao critério de repetição, segundo o método fenomenológico observado. As mulheres descreveram sua experiência de acordo com sua vivencia pessoal e uma delas recusou-se a participar da pesquisa.

Os depoimentos foram gravados após aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa e autorização das participantes do estudo sendo as transcrições apresentadas na integra, em anexo.

Para favorecer uma visão global de algumas características do estudo foi apresentado um quadro com nomes fictícios dos sujeitos da pesquisa, idade, e categoria profissional.

Nome	Idade	Categoria Profissional
Ana Paula	71	Tecelã
Juliana	62	Fiandeira
Adriana	66	Fiandeira
Fernanda	77	Fiandeira
Letícia	75	Fiandeira
Fabrisa	73	Tecelã
Nivanda	77	Fiandeira
Mara	72	Tecelã
Sônia	69	Fiandeira
Andressa	72	Fiandeira
Andréa	66	Fiandeira
Ludmila	68	Fiandeira

Quadro 1. Nomes fictícios dos sujeitos da pesquisa, idade, e categoria profissional.

Utilizamos nesse trabalho a pesquisa qualitativa com enfoque na Fenomenologia, visando assim trilhar um caminho mais próximo do sentir, do pensar de quem vivencia, de modo exclusivo, a experiência desse exame. De acordo com Graça[16], a experiência está inserida no mundo subjetivo de cada mulher e só pode ser conhecida por meio do que é revelado sobre ela, quando interrogamos a seu respeito. A fenomenologia possibilita isto, o desvelar das sensações vividas pelos sujeitos da pesquisa.

A utilização do método fenomenológico contribui para ampliar as vivências humanas, situadas no cotidiano profissional de nossa categoria, abrindo horizontes para a assistência, em todas as dimensões da Enfermagem, seja voltada para o ensino, administração e pesquisa[17].

Bicudo (1994) afirma que o rigor da pesquisa fenomenológica é não ter conceitos pré-estabelecidos e ir-às-coisas-mesmas. Não há preocupação em levantar hipóteses nem explicações sobre o fenômeno indagado e situado no nosso cotidiano; tal preocupação deve ser dirigida para expressões claras sobre as percepções que o sujeito tem daquilo que está sendo pesquisado[18]. Para os mesmos, a descrição deverá facilitar ao ouvinte ou ao leitor reconhecer o objeto descrito, criando uma reprodução tão clara quanto possível desse objeto, sendo esta uma das etapas fundamentais da trajetória da pesquisa fenomenológica.

[16] GRAÇA, E. M. Pesquisa quantitativa e a perspectiva fenomenológica. *Revista Mineira de Enfermagem*, Belo Horizonte: v. 4, n. 12, p. 28-33, 2000.

[17] BIFFI, E. F. A. *O Fenômeno Menopausa*: uma perspectiva de compreensão. 1991. 120 p. Dissertação Mestrado, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

[18] MARTINS, J.; BICUDO, M.A.V. *A pesquisa qualitativa em psicologia*: fundamentos e recursos básicos. São Paulo: Editora Moraes, 1969. 110 p.

O revelar das falas

Após leitura e análise de cada descrição enfatizamos o que era significativo para nossa visão de pesquisadoras.Sintetizamos as categorias com objetivo de atingir a conversão, dando inicio à redução fenomenológica.

O exame ginecológico na perspectiva da mulher idosa que pude entrevistar significa:

– Vergonha;

– Dor;

– Protelar o exame ginecológico;
– Dificuldade de aceitar a realização do exame por profissional do sexo masculino.
Essas categorias serão analisadas a seguir:

O exame ginecológico significa vergonha

E isso vem de encontro ao desconhecimento do próprio corpo e dos procedimentos a serem realizados o que contribui para a não realização do exame ginecológico, ficando claro nas falas abaixo:

"... *não sinto à vontade não. Tenho vergonha...*" (Ana Paula, relato 1)
"... *Eu evito ir. Eu sei que preciso mas eu evito. É muito vergonhoso...*" (Fernanda, relato 2)
"... *Eu evito ir lá para mim fazer porque eu tenho vergonha... Não gosto de mostrar lá em baixo. É duro viu, é duro. Tem pessoas que não incomodam não, mas para mim é pesado demais. Tenho muita vergonha, pelo amor de Deus. Deitar na cama lá e abrir as pernas é ridículo...*" (Adriana, relato 3)
"... *Muitas vezes eu tenho vergonha, mas é preciso fazer, é necessário eu faço...*" (Fernanda, relato 4)
"... *Sinto friagem desde os pés até a cabeça. Acho ruim. É uma coisa necessária de fazer mas é vergonhoso...*" *(Letícia, relato 5)*
"... *Aquele hum... uai, os médicos enfiam aquele trem lá dentro. Fiz há muitos anos mas medo eu não tenho não. Tenho vergonha...*" (Fabrisa, relato 6)
"... *Sinto vergonha de arreganhar a perereca lá para eles olharem. Sinto vergonha de arreganhar lá...*" (Nivanda, relato 7)
"... *É muito vergonhoso. Eles passam a mão lá dentro... Diz que a moça quando casa perde a metade da vergonha e depois que casa, que adoece aí perde o resto porque tem que ficar mostrando para os outros...*" (Mara, relato 8)
"... *Deus é o doutor e peço a Deus não deixar eu precisar de ir não. Tenho vergonha...*" (Sônia, relato 9)
"... *Tem vergonha. É muito ruim. Nossa Senhora!...*" (Andressa, relato 10)
"... *É o papanicolau, nê? Tenho vergonha, nê...*" (Andréa, relato 11)

"... *Eu falo mesmo. Eu sou assim despachada. Todo mundo sabe que eu falo mesmo. Ainda sou muito boba, mas antes eu punha babador de plástico. Agora vergonha a gente tem sempre...*" (Ludmila, relato 12)

A vergonha esta intimamente ligada com o desconhecimento do próprio corpo. O corpo pode ser descrito a partir de várias concepções diferentes variando de cultura para cultura e de acordo com o tempo vivido e deve ser explorado para ser entendido. Para Merleau-Ponty[19], o corpo é definido pela existência em si, ou seja:

[19] MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 662.

"*o corpo tem seu mundo e é eminentemente um espaço expressivo, o nosso meio geral de ter um mundo. Ser corpo é ser-no-espaço, a espacialidade do corpo é o desdobramento de seu ser no corpo, a maneira pela qual ele se realiza como corpo*" (1994, p.206).

O exame ginecológico significa protelar

Vale ressaltar o impacto negativo que este fato provoca no controle do câncer ginecológico em especial do colo do útero. Sentindo vergonha da exposição do corpo, as entrevistadas tendem a se resguardar da exposição corporal, tendo como conseqüência a impossibilidade de descobrir o câncer em seu estagio inicial.

De acordo com o INCA (2002) o câncer do colo do útero é o segundo tipo de câncer que mais mata mulheres em todo o país. Isto se revela nas falas a seguir:

"... *A gente morava na roça e não preocupava com essas coisas. Depois que eu vim preocupar. Mas ainda passei um tempo sem fazer. Achei difícil mas resolvi.... mas não sinto à vontade não. Depois de ser preciso a gente faz mesmo depois de enrolar um pouco...*" (Ana Paula, relato 1)

"... *Faço porque tem que fazer, vem um corrimento, umas coisas, nê... Graças a Deus eu com essa idade nunca tive nada.*

Fora corrimento eu nunca tive nada. Sinto muito medo, tremedeira, a pressão cai. Só isso. Eu evito de ir. Eu sei que preciso mas eu evito..." (Juliana, relato 2)
"*... Sei que toda mulher de idade tem que fazer, nê? Mas eu evito de ir lá para mim fazer porque eu tenho vergonha...*" (Adriana, relato 3)
"*... Sempre tenho medo de ir fazer e vou deixando para fazer depois, vou deixando para fazer mais tarde...*" (Letícia, relato 5)
"*... Faço porque é obrigada fazer. Sinto vergonha...*" (Nivanda, relato 7)
"*... Deve ter uns cinco anos que eu não faço esse exame. Fico assim... amanhã eu vou, amanhã eu vou...*" (Andressa, relato 10)
"*... Fiz esse ano mas tenho vergonha. A gente enrola um pouco pra ir fazer...*" (Andrea, relato 11)
"*... Até sei um pouquinho mais das coisas, sei que precisa, mas a gente acaba evitando...*" (Ludmila, relato 12)

A questão do pudor esta intimamente ligada com a não realização do exame. Cabe então aos profissionais de saúde auxiliarem essas mulheres esclarecendo a necessidade deste exame visando a importância de sua realização, elevando-o a um patamar mais alto do que a vergonha do próprio corpo.

O exame ginecológico significa dor

De acordo com Smeltzer & Bare[20], a dor é uma experiência sensorial e emocional desagradável que incapacita e angustia mais as pessoas que qualquer doença isolada. Profissionais de saúde devem entender as conseqüências psicológicas da dor para melhor trata-las. Vale ressaltar que ao avaliar a dor, os fatores como experiência previa, ansiedade e idade também devem ser avaliados.

Para isso devem ser implantadas medidas de alívio da dor e identificar quando a mesma advém de um desconhecimento do exame abordado gerando uma grande tensão e levando o nível da mesma.

[20] Smeltzer&Bare, *op. cit.*

"... *Sinto medo e dor. Sinto uma dor quando coloca aquele aparelhinho lá. Para mim esta rasgando tudo...*" (Leticia, relato 5)
"... *Eu já fiz há muitos anos atrás porque eu tava com um problema no útero aí tirou uns pedacinhos e dói demais...*" (Nivanda, relato 7)
"... *É assim, ele é dolorido demais, nê. Eu já fiz tantas vezes mas dói, nê. Tira um pedacinho lá do útero...*" (Mara, relato 8)

Deve-se fazer uma abordagem preventiva da dor deixando o paciente tranqüilo e esclarecendo quaisquer dúvidas antes da realização do exame, visto que a ansiedade pode afetar a resposta de um paciente à dor. Em alguns casos pode-se ainda fazer essa abordagem por meio de analgesia como estratégia terapêutica. Smeltzer & Bare diz que as alterações fisiológicas em idosos exigem que os analgésicos sejam ministrados com cautela.

Pode ser observado também que a dor é mais visualizada pelo paciente quando o procedimento realizado é mais complexo que apenas uma coleta do exame colpocitopatológico e deve ser esclarecido que não é sempre que material para biopsia também será colhido.

Dificuldade de aceitar a realização do exame por profissional do sexo masculino

Em todos os relatos vimos que a vergonha é algo que impede muitas mulheres de fazer os exames em tempo hábil para que o diagnóstico seja feito mais rapidamente e a doença ainda esteja em seu estagio inicial. Como a desinformação ainda é presente em nosso meio e vivemos em um mundo onde o machismo é algo ainda arraigado, torna-se ainda mais difícil para essas mulheres que viveram em épocas ainda mais complexas quanto ao pudor exponham seus órgãos genitais à profissionais do sexo masculino sem que isso lhes cause enorme constrangimento. Veremos isso nas falas que se seguem:

"... *É triste viu. Ainda mais se for um ginecologista homem. A mulher ainda vai, mas o homem...*" (Adriana, relato 3)
"... *É. Pode ser mulher, pode ser homem, mas homem é bem pior...*" (Nivanda, relato 7)
"... *Também nunca fiz com mulher. Tenho azar e só caio com homem. Eles põe a gente lá com as pernas abertas e a gente sente até o calor da boca deles lá...*" (Andressa, relato 10)
"... *A gente fica assim, acanhada, nê. Principalmente se for médico. A sensação não é boa não...*" (Andréa, relato 11)

A vergonha apresenta-se presente em todos os relados analisados. Com isso pudemos perceber que ela é proveniente do desconhecimento do próprio corpo, da educação e cultura, da falta de informação que ainda é tão deficiente. Essas mulheres não sabem o que acontecem quando deitam em uma mesa ginecológica. Por isso é tão conflitante a realização do exame e os números de casos de câncer continuam elevados. Fica claro o desconhecimento do próprio corpo, o desconhecimento do procedimento realizado e da necessidade de nós profissionais de saúde intervirmos no sentido de melhorarmos este quadro.

Considerações finais

Para as mulheres, sujeitos dessa pesquisa, o exame preventivo de câncer de colo do uterino é um exame que desencadeia muita vergonha, medo, ansiedade e estresse.

O significado desse exame para elas revela, em suas falas, a compreensão do seu mundo com o surgimento de novos mitos, símbolos e valores. Embora o conhecimento sobre a necessidade do mesmo tenha mostrado avanços, o tema ainda é tratado com muita complexidade e pudor. Isto nos leva a perceber que a necessidade do mesmo ainda não é abrangida em sua totalidade.

Embora as informações sejam de fundamental importância para a mulher, faz-se necessária também a

criação de espaços e eventos onde elas possam trocar experiências e tirar dúvidas.

Acreditamos que, devam ser feitos maiores investimentos técnicos e científicos para que a mulher tenha maior acesso à sua assistência integral, considerando todos os aspectos da saúde.

Percebemos que faz-se necessária a continuidade dessa pesquisa no intuito de aprofundar a compreensão dessa temática.

A Enfermagem é uma das categorias profissionais que pode auxiliar a mulher possibilitando a criação de grupos que contribuirão para seu discernimento.

Referências

AYOUB, A. C. et al. *Planejando o cuidar na enfermagem oncológica*. São Paulo: Marina, 2000. 292 p.

BARBOSA, A. M. *Câncer, direito e cidadania*. São Paulo: ARX, 2003, 317 p.

BIFFI, E. F. A. *O Fenômeno Menopausa:* uma perspectiva de compreensão. 1991. 120 p. Dissertação Mestrado, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

BOEMER, M. R. Empatia-Proposta de abordagem fenomenológica. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 18, nº 1, p. 23-29, 1984.

BOEMER, M.R. *O fenômeno morte:* o pensar, o conviver e o educar. 1989. 111 p. Tese Livre-Docência. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

BRASIL. Instituto Nacional do Câncer – INCA. *Ações de enfermagem para o controle do câncer*. Rio de Janeiro: Pro-onco, 1995. 240 p.

BRASIL. Instituto Nacional do Câncer – INCA. *Estimativas da incidência e mortalidade por câncer no Brasil*. Rio de Janeiro, 2002. 90 p.

BRASIL. Instituto Nacional do Câncer – INCA. *Periodicidade de realização do exame preventivo do câncer do colo do útero*. Revista Brasileira de Cancerologia, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, jan./fev./mar. 2002. 167 p.

BRASIL. Instituto Nacional do Câncer – INCA. *Relatório anual 2001*. Rio de Janeiro, 2001. 111 p.

BRASIL, Ministério da Saúde Conselho Nacional da Saúde. *Ma-*

nual Operacional para comitês de ética em pesquisa. Brasília, 2002, p. 11.

GRAÇA, E. M. Pesquisa quantitativa e a perspectiva fenomenológica. *Revista Mineira de Enfermagem,* Belo Horizonte: v. 4, n. 12, p. 28-33, 2000.

MARTINS, J.; BOEMER, M. R.; FERRAZ, C. A. A fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa. Algumas considerações. *Cadernos da Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativos,* v. 1, n. 1, p. 33-47, 1990.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. *A pesquisa qualitativa em psicologia:* fundamentos e recursos básicos. São Paulo: Moraes, 1969. 110 p.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 662.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Epidemiologia do câncer cérvico uterino. *Manual de normas e procedimentos para o controle do câncer cérvico-uterino*. Washington, D.C., 1985.

REIS, A. F. F.; COSTA, M. C. E.; ALMEIDA, N. C. Prevenção do câncer cervico-uterino — princípios epidemiológicos e avaliação dos programas de screening. *J. Bras. Ginecol.*, v. 102, n. 11/12, p. 445-47, 1992.

RIBEIRO, L.; OLIVEIRA, C.; LEITE, R. C. *Câncer de mama, prevenção e tratamento.* São Paulo: Ediouro, 2002. 231 p.

ROUQUAYROL, M. Z. et al. *Epidemiologia e saúde*. 3. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1988.

SMELTZER, S. C. & BARE, B. G. BRUNNER & SUDDARTH. *Tratado de enfermagem médico-cirúrgica*. v. III, 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

As políticas neoliberais implementadas no Brasil nos anos 90 e as repercussões na vida das trabalhadoras brasileiras

Maria da Consolação Rocha

Resumo: O artigo analisa as políticas econômicas implementadas desde os anos 90 e as repercussões das mesmas na vida das trabalhadoras brasileiras. Para isso, aborda a relação entre mulher e trabalho no Brasil, pois os estudos sobre a participação feminina no mercado de trabalho cresceram e diversificaram os modelos de análise. Contextualiza as políticas neoliberais no Brasil nos anos 90 considerando que o projeto neoliberal foi implementado tardiamente no país com uma base de sofisticação maior se comparado com outros países da América Latina. Por fim, analisa as repercussões dessas políticas no trabalho feminino brasileiro considerando que a participação das mulheres no mundo do trabalho tem passado por mudanças importantes que têm repercussão nos dias de hoje.

Palavras-chave: Gênero, Trabalho Feminino, Política Econômica, Neoliberalismo.

Abstract: The article analyzes the economic policies that were implemented from the nineties and their repercussions on the lives of women who are Brazilian workers. For that, it approaches the relationship between women and work in Brazil, as studies about women's participation in the job market have made analysis models to expand and diversify. It contextualizes neo-liberal politics in Brazil in the nineties considering that the neo-liberal project was late imple-

Maria da Consolação Rocha. Formada em Pedagogia pela UFMG e Pós-graduada em Psicologia da Educação pelo CEXPIEMG, Mestra em Educação pela FAE/UFMG e doutoranda da FEUSP.

mented in the country on a basis of larger sophistication if compared to other countries of Latin America. Finally, it analyzes the repercussions of those political actions on the work of Brazilian women considering that their participation in the market place has presented important changes which have a repercussion in the current days.

Keywords: Women's work, Economic Policies, Neo-liberal.

O projeto neoliberal foi implementado tardiamente no país, porém com uma base de sofisticação maior, se comparado com outros países da América Latina. O programa neoliberal brasileiro baseou-se na abertura comercial, na privatização de empresas públicas e de serviços, na desregulamentação dos mercados de bens, de capitais e de trabalho, além de planos de estabilização monetária.

Neste contexto, o trabalho e a participação das mulheres no mercado passaram por mudanças importantes que têm repercussão nos dias de hoje.

Mulher e trabalho

Os estudos sobre a participação da mulher no mercado de trabalho cresceram e diversificaram os modelos de análise que buscam compreender a sua inserção no mercado de trabalho.

Durante os anos 50 e 60, conforme D'ÁLBORA[1], esses estudos baseavam-se na concepção de que o desenvolvimento da força de trabalho feminina estava em estreita relação com a evolução da economia capitalista, originando duas vertentes. Uma visão mais pessimista sinalizava que o desenvolvimento do modo de produção capitalista marginaliza a força de trabalho feminina, sendo as mulheres um exército de reserva mobilizado e desmobilizado segundo as necessidades da indústria da produção. A outra visão, mais otimista,

[1] D'ALBORA, Adriana Munõz. Fuerza de trabajo femenina; evolución y tendencias. In: LUNA, Lola G. (Org). *Género, clase y raza en América Latina — algunas aportaciones*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, 1991.

assinalava a existência de uma estreita relação entre modernização e força de trabalho feminina, pois, a primeira influiu diretamente na expansão do sistema educacional, na extensão dos benefícios sociais prestados pelo Estado do Bem Estar Social, na redução da família, na simplificação das tarefas domésticas, permitindo às mulheres, maiores possibilidades de acesso ao mercado de trabalho.

A autora critica essas duas vertentes por considerar a-histórica as análises onde a força de trabalho feminina é vista como residual à dinâmica de acumulação capitalista e às suas reestruturações. Entretanto, considera como um ponto positivo dessas perspectivas o fato de demonstrarem que a maior escolaridade feminina não foi traduzida na incorporação das mulheres em profissões "mais valorizadas" socialmente.

Nos anos 70, a presença do feminismo nos movimentos sociais e a conquista de espaços na academia para a temática das mulheres, levaram as/os pesquisadoras/es a incorporarem o conceito de reprodução em seus estudos. Nesse conceito, a noção central para a análise da especificidade feminina na sociedade e no mercado de trabalho está vinculada ao papel específico da mulher na reprodução e às implicações desse papel na sua forma de incorporação no mercado de trabalho. Assim, o debate sobre a relação família–trabalho doméstico–produção alcançou grande expressão nesse período. No entanto, um dos limites dessa análise, segundo D'ÁLBORA, é a compreensão do patriarcado como um sistema separado das relações de produção, onde a esfera produtiva e a esfera reprodutiva são vistas como paralelas, separadas e não articuladas entre si.

Esse debate sobre o público e o privado, a produção e a reprodução, a relação família- trabalho-doméstico-produção, bem como as transformações ocorridas na prática política e social do movimento feminista internacional, durante os anos 70, orientaram a reflexão e a prática investigativa sobre mulher e traba-

lho, iniciando nos anos 80, uma discussão sobre a necessidade desses estudos terem como centro

> *"el énfasis puesto en la comprensión y el análisis del complejo proceso de construcciones sociales derivadas de la condición que ideológica y culturalmente se ha signado a la mujer en el proceso de reprodución y en la familia y cómo éste deviene en um conjunto de relaciones de género que se expresan e inciden en la estructura y organización de proceso productivo en su conjunto y en el mercado de trabajo en particular".*[2]

[2] D'ALBORA, *op. cit.*, p. 69.

Atualmente, os estudos sobre mulher e trabalho buscam analisar a presença da mulher no mercado de trabalho integrando as dimensões ideológico-culturais de segregação de gênero presentes nesse espaço social.

Desta forma, o aumento da força de trabalho feminina no mercado formal de trabalho, no mundo, pode ser entendido como

> *"un fenómeno que ocurre sobre la base de um complejo proceso de transformaciones estructurales ocurrido en las últimas tres décadas — fundamentalmente en los últimos 15 años — y de un importante reordenamiento del conjunto de la sociedad en función de estas transformaciones. Ellas se han expresado también en un proceso de profundización y/o readecuación de las relaciones de género con respecto a la nueva situación que se observa en el conjunto de la sociedad".*[3]

[3] Idem, Ibidem, p. 70.

BRUSCHINI[4] afirma que no Brasil, a presença das mulheres no mercado de trabalho é intensa, diversificada e apresenta uma tendência de não retroceder, apesar das crises econômicas. Entre as razões para as mulheres trabalharem estão a necessidade econômica e a ampliação e diversificação da cesta de consumo[5] familiar, além da profunda transformação do papel social da mulher brasileira.

[4] BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Seminário Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho, IPEA*, Rio de Janeiro, maio de 1994.

[5] Cesta de consumo é a composição de itens de despesas domésticas que, conforme o DIEESE, agrega: alimentação (ração essencial), habitação, equipamentos domésticos, transporte, vestuário, educação e leitura, saúde, recreação, despesas pessoais e despesas diversas.

Nos anos 1970, a consolidação da industrialização brasileira trouxe crescimento econômico e o aumento do emprego, apesar de ter como custo o aumen-to das

desigualdades sociais e da concentração de renda.

Nesse período, a luta das mulheres contra as discriminações sociais, a queda da fecundidade e a expansão da escolaridade feminina provocaram profundas transformações no papel social da mulher e podem ser percebidas na persistência da atividade feminina na década de oitenta. Essa persistência, entretanto, está vinculada à divisão sexual do trabalho, concentrando as mulheres em guetos ocupacionais, como o setor de serviços. Prova disso é que em 1980, 70% da População Econômica Ativa (PEA) feminina estava concentrada em trabalhos "femininos".

Na década de 1980, a recessão econômica provocou um deslocamento da PEA para o setor terciário. Esse setor é marcado pela heterogeneidade e abriga

> *"tanto atividades não-organizadas e de baixa produtividade, quanto mais dinâmicas e modernas, decorrentes da externalização de serviços industriais, da diversificação do comércio e dos serviços pessoais, da expansão das atividades bancárias e financeiras, bem como de atividades decorrentes da atuação direta e indireta do setor público, este último responsável por uma fatia considerável dos empregos gerados".*[6]

[6] BRUSCHINI, *op. cit.*, p. 2.

Concordamos com BRUSCHINI que para compreendermos a participação feminina no mercado de trabalho devemos considerar, além das condições gerais de emprego, o papel que a mulher ocupa na reprodução, pois, a sua inserção na PEA passa por uma combinação de papéis familiares e profissionais. Assim, a idade, a escolaridade, o estado civil, a prole, a estrutura familiar e o ciclo de vida das mulheres interferem na sua participação no mercado de trabalho.

Contextualização das políticas neoliberais implementadas no Brasil nos anos 90

As modificações ocorridas na sociedade brasileira nos anos noventa podem ser compreendidas através

de três mudanças estruturais articuladas entre si: o programa neoliberal, a reestruturação técnico-organizativa das empresas e a renovação do autoritarismo sob o manto da democracia burguesa formal.

A história recente foi de grandes desacertos econômicos. No período de 1986 a 1994, foram implementados seis planos de "estabilização": Cruzado I, Cruzado II, Bresser, Verão, Brasil Novo e o Real. O país conviveu ainda com cinco mudanças na moeda: cruzeiro, cruzado, cruzado novo, cruzeiro novo e por fim o real.

De 1986 a 1989, a atividade econômica oscilou entre aquecimento e recessão. Vivemos um deslocamento da mão-de-obra do setor industrial para o setor informal, crescimento lento do emprego, pequeno aumento do trabalho formalizado, redução nos níveis de salário real, recessão econômica e altíssimas taxas inflacionárias[7].

[7] CODAS, Gustavo. *A economia brasileira nos anos 90 e a opção FHC*. São Paulo: SOF, 1999.

Para BRUSCHINI, a década de 80, chamada por alguns especialistas econômicos de "década perdida", apresenta alguns indicadores sociais demonstrando não ter sido inteiramente perdida, pois houve uma melhoria no acesso da população pobre aos serviços públicos; expansão do atendimento público, através de infraestrutura básica como água, luz e esgoto; acesso das classes baixas ao consumo de bens duráveis, em particular os eletrodomésticos; e um processo de reorganização da sociedade civil e redemocratização do país.

Com o governo Collor, no início dos anos 90, foram implementadas novas diretrizes econômicas: início da implementação de medidas neoliberais; abertura do mercado nacional aos importados provocando uma aceleração nas mudanças tecnológicas e organizacionais nas empresas, particularmente no setor industrial e financeiro. Esse processo combinou uma produtividade alta com queda do emprego industrial, com conseqüência para outros setores da economia.

Em 1992, o país viveu um momento político importante com o impeachment do Presidente Collor.

Com o seu sucessor houve um refreamento da crise e uma pequena recuperação de postos de trabalho, sem, contudo, retornar aos patamares de 1990. No final do governo Itamar Franco, houve a implementação do Plano Real que teve por objetivo controlar a inflação e estabilizar a moeda[8].

[8] Idem, Ibidem.

Em 1994, foi eleito o governo de Fernando Henrique Cardoso, cujo pilar básico era o Plano Real, que combinava o processo de abertura econômica com uma sobrevalorização do real sobre o dólar. Essa política teve como conseqüência um desequilíbrio nas contas internas e externas; um baixo nível de crescimento do produto industrial; um aumento de empregos precários, sobretudo no setor de serviços, responsável pela absorção da maior parcela da população economicamente ativa (PEA) excluída do setor industrial, com produtividade mais baixa e pagamento de salários menores.

Neste período, os chamados setores bons, com empregos formalizados, passaram a empregar menos e essa tendência se agravou com o Plano Real: a indústria passou por um processo de reestruturação, o setor financeiro foi automatizado, as estatais privatizadas demitiram funcionários, e a administração pública iniciou um processo de redução de pessoal, através dos programas de demissão voluntária (PDV) e incentivo a aposentadorias etc. Houve aceleração no processo de precarização das relações de trabalho; aumento do trabalho assalariado sem carteira assinada ou por conta própria; aumento das diferenças sociais entre trabalhadores/as quanto a salários, benefícios, tipos de contrato; insegurança de setores especializados quanto à manutenção do emprego e direitos conquistados; aumento dos conflitos entre trabalhadores/as devido às diferenças de inserção no mercado de trabalho.

A intensificação desse processo resultou em novos desempregados, acompanhada do aumento do contingente de trabalhadores/as por conta própria, provocando maior flexibilização das relações trabalhistas.

No plano político, a palavra de ordem foi a exacerbação do individualismo ideológico, destruição de direitos sociais conquistados no processo da Constituinte em 1988 baseados no princípio da solidariedade coletiva. Através de decretos, medidas provisórias e reformas constitucionais, sem consulta popular e realizadas a toque de caixa para atender às exigências de organismos internacionais como o FMI, o governo Fernando Henrique impôs as reformas "político-econômicas e sociais".

Em seu primeiro mandato, o governo Fernando Henrique conseguiu aprovar três reformas de grande impacto sobre as condições de vida do conjunto da população brasileira.

A primeira foi a Reforma Administrativa, com a qual o governo criou condições para a privatização de serviços e empresas públicas a partir da justificativa da não obrigatoriedade do Estado em garantir serviços como saúde, educação, produção científica, alegando que os mesmos seriam melhor ofertados pelo setor privado.

Também foram caracterizadas pelo governo como atividades tipicamente empresariais aquelas ligadas à telecomunicação, água, luz etc, que receberam tratamento neoliberal clássico. Para o governo, estas funções estatais deveriam ser integralmente transferidas para a iniciativa privada através de processo sumário de venda das empresas, já que a função de suporte ao desenvolvimento, antes cumprida por este setor estava superada.

Neste sentido, o processo de privatização de empresas públicas atingiu todo o setor mineral, a produção de aço, as telecomunicações e parte do setor elétrico e de saneamento básico. Atualmente está em curso outro processo de repasse das responsabilidades públicas para o setor privado através das Parcerias Público Privadas – PPP's.

A reforma da Previdência Social, do período FHC abriu caminho para a quebra do princípio da solidarie-

dade e o rompimento com o conceito de seguridade social. Na reforma, o governo atacou duramente o direito à aposentadoria e à pensão por morte através da alteração do conceito de tempo de serviço para tempo de contribuição, ampliando o tempo de contribuição e estabelecendo ainda a idade mínima como critério combinado para o direito desse benefício. A reforma da previdência do governo Lula impôs novas perdas. Ambas as reformas romperam com o conceito do direito adquirido e as pessoas que estavam perto de se aposentarem, às vezes, faltando apenas um dia isso, passaram a ser subordinadas às novas regras.

Aposentados/as e pensionistas também perderam com a reforma da Previdência Social a partir da redução da aposentadoria por invalidez, da pensão por morte e do arrocho de seus salários com o rompimento da paridade entre ativos e inativos.

Junto com as reformas o governo federal aprovou leis, medidas provisórias e portarias que alteraram as regras da previdência social quanto aos benefícios de auxílio-doença comum e auxílio-doença acidentário entre outros, bem como alterações na legislação trabalhista desregulamentando diversos benefícios previdenciários.

A Reforma Educacional compreendeu novos critérios de financiamento, imposição de novos parâmetros curriculares, novas formas de acesso às vagas, novo forma de organização dos sistemas escolares nas esferas federal, estadual e municipal.

Essas reformas educacionais levaram à precarização da ampliação do sistema escolar, particularmente do Ensino Médio, da Educação Infantil e da EJA. Os estados se desresponsabilizaram pela Educação Infantil, fechando escolas e acabando com o financiamento para o setor. O governo federal passou a tarefa da escola básica para estados e municípios, mas manteve o controle dos recursos financeiros através do Fundo de Estabilização Fiscal e da forma de cálculo do FUNDEF.

Outro aspecto das mudanças foi o autoritarismo implementado sob os argumentos da democracia formal, seja de maneira sutil através de algumas reformas e programas de governo, ou direta com centenas de medidas provisórias no campo econômico e dos direitos de organização da sociedade. Os exemplos são muitos: uso de tanques de guerra na greve dos petroleiros em 1995, prisões arbitrárias e assassinatos de Sem Terra, a exemplo de Eldorado dos Carajás, Corumbiara etc., e dezenas de medidas contra a organização popular, como multas aplicadas aos sindicatos pela realização de greves.

Os efeitos das políticas neoliberais no trabalho feminino

Na década de 90, observou-se um crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, no qual as mulheres chegaram a representar cerca de 40% da PEA urbana e 30% da PEA rural.

No período de 85 a 95, houve uma ampliação da presença feminina na população economicamente ativa (PEA) na ordem de 63%, enquanto que o crescimento da PEA masculina manteve-se com poucas alterações. Uma das justificativas para esse crescimento pode ter sido o novo conceito de trabalho adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, ao incluir, a partir de 1992, atividades como o autoconsumo, a produção familiar e outras até então não consideradas como trabalho. Com essa medida, as trabalhadoras brasileiras se tornaram mais visíveis, passando a representar, em 1995, 40% da PEA.

Conforme BRUSCHINI[9], o crescimento da presença das mulheres brasileiras no mercado de trabalho, neste período, apresentou algumas características interessantes, como aumento de mulheres casadas, mais velhas, mais escolarizadas e com responsabilidades familiares. A maior taxa de atividade feminina foi encontrada entre as mulheres de 30 a 39 anos, com uma

[9] BRUSCHINI. Gênero e trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? Brasil, 1985 a 1995. *Seminário Trabalho e Gênero*: mudanças, permanências e desafios, ABEP e NEPO, Campinas, abril de 1998.

participação superior a 66%, sendo que entre as mulheres de 40 a 49 anos mais de 63% eram ativas. No entanto, permaneceram as situações que dificultam a dedicação das mulheres ao trabalho, colocando-as conseqüentemente em desvantagem no mercado de trabalho.

Nesse cenário, a responsabilidade das mulheres pelos cuidados com a casa e com a família continuou sendo um dos fatores determinantes na posição secundária ocupada por elas no mercado de trabalho, sendo a maternidade a que mais interferiu no trabalho feminino, principalmente quando as crianças são pequenas.

A idade dos/as filhos/as constitui um fator que interfere na participação no mercado de trabalho, pois, enquanto pequenos, a mãe tem sido a maior responsável por elas/es. Quando os/as filhos/as crescem, a mãe tem na escola um espaço de ajuda e de cuidado com as crianças, conforme sugerem os dados de 1980 em que 41% de mães com filhos/as com mais de 7 anos participavam da PEA[10].

Para a autora, a insuficiência ou ausência de equipamentos coletivos como creches, sobrecarregam as mulheres no cuidado com as crianças, sendo que, em 1985, nas áreas metropolitanas, cerca de 80% das crianças de 0 a 6 anos ficavam sob o cuidado das mães, sendo que apenas 23% freqüentavam creches ou pré-escolas.

Porém, devido às necessidades econômicas, são realizados arranjos com a rede de parentesco para coletivizar o cuidado das crianças, principalmente entre mulheres muito pobres ou em famílias chefiadas por mulheres. Desta forma, a atividade informal, com jornada irregular e o trabalho domiciliar e rural, permitem o arranjo entre família e trabalho, embora não haja acesso a direitos trabalhistas.

Para compreendermos o impacto da maternidade na PEA feminina basta observarmos que entre as mulheres de 20 a 24 anos, 61% trabalhavam em 1995,

[10] BRUSCHINI, Cristina. O Trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Seminário Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho, IPEA*, Rio de Janeiro, maio de 1994.

sendo que entre as que tiveram filhos esta taxa cai para 50%. Entre as de 25 a 29 anos, a taxa cai de 63% para as que não têm filhas/os para 56% entre as mães. Porém, o número de jovens mães economicamente ativas mostra uma mudança interessante na PEA feminina dos anos noventa, sendo que a partir de 30 anos de idade é praticamente igual o percentual de mulheres ativas entre aquelas que não têm filhas/os e as mães.

Outro fator que influenciou a presença das mulheres no mercado de trabalho é a escolaridade. Em 1990, 64% das mulheres com 9 anos ou mais de escolaridade eram ativas comparativamente a 28% daquelas que não tinham instrução. Além disso, as mulheres brasileiras têm mais tempo de escolaridade que os homens, sendo que na PEA com até 11 anos de escolaridade, elas representam 25% enquanto os homens 17%. Entre aquelas que têm mais de 15 anos de estudo observou-se a maior participação feminina no mercado de trabalho, sendo 80% delas ativas.

Entretanto, isso não significou alterações no seu rendimento se comparado aos homens com mesmos níveis de escolaridade. Entre a PEA com 11 a 14 anos de escolaridade, 50% dos homens percebiam até 5 S.M contra apenas 23,5% das mulheres. Para aqueles/as com 15 anos ou mais de escolaridade, 2/3 dos homens se encontravam na faixa de até 10 S.M, contra apenas 1/3 das mulheres na mesma situação.[11]

[11] BRUSCHINI, *op. cit.*, 1998.

A divisão sexual do trabalho também está presente na forma de incorporação das mulheres ao mercado de trabalho. Em 1990, os dados da PNAD mostram que

> *"apesar do crescimento da participação feminina em ocupações de maior prestígio, como as de nível superior e gerencial, manteve-se ao longo dos anos oitenta a concentração ocupacional das mulheres: em 1990, 18,6% delas eram trabalhadoras domésticas, 11% eram balconistas, vendedoras ou comerciantes por conta própria, 9,6% desempenhavam funções administrativas, 6,7% eram costureiras e 4,8% eram professoras de 1º grau".*[12]

[12] BRUSCHINI, *op. cit.*, 1994.

A autora destaca que ao considerarmos a participação econômica de homens e mulheres por grupos ocupacionais verificamos que a PEA feminina vem sendo empurrada para fora do setor industrial, bem como de setores tradicionalmente ocupados pelas mulheres como as ocupações administrativas e as ocupações técnico-científicas e assemelhadas.

O perfil do emprego entre as mulheres mostra uma igualdade entre o emprego formal e precário. Os números revelam que 42% das mulheres são empregadas e assalariadas, 17% trabalhando por conta própria e 40% em relações precárias de trabalho.

Ao considerarmos o local de trabalho da PEA percebemos que, embora mais da metade das mulheres ocupadas trabalhassem em lojas, oficinas ou escritórios, o percentual daquelas que trabalhavam no domicílio (12,4%) ou no domicílio do patrão (17,5%) era bem mais elevado do que o masculino na mesma situação.

Além disso, dentro da PEA feminina, 14,4% de ocupadas não eram remuneradas e apenas 8,2% dos homens estavam na mesma situação. A maioria destas mulheres trabalhava principalmente no setor agrário e no comércio em menor escala, sendo na imensa maioria jovens ou idosas. Isto indica que metade das trabalhadoras realizava atividades precárias, situando-se no segmento informal da economia.

BRUSCHINI observou que permaneceu a discriminação sexual através da manutenção de baixos rendimentos ocasionados pela desigualdade entre os gêneros. Segundo ela, mesmo entre os/as trabalhadores/as com rendimento de até 2 salários mínimos (S.M), apareceu de forma acentuada a desigualdade entre mulheres e homens. Na faixa de até 2 S.M encontravam 45% das mulheres contra 36% dos homens. Até 1 S.M encontrávamos 25% das mulheres contra 16% dos homens. A partir de 90 cresceu também, de 13% para 24%, o número de mulheres que declararam trabalhar sem receber nenhuma remuneração, enquanto os homens, nesta situação, passaram de 10,0% para 13,3% no mesmo período.

Mas, as diferenças salariais continuam mais alarmantes quando combinamos sexo/cor. De acordo com os dados do PNAD 1990, enquanto os homens ganhavam em média 4,9 salários mínimos, as mulheres ganhavam 2,8. Essa disparidade tende a se ampliar uma vez que o sistema social ainda discrimina de forma profunda o gênero, mas também a raça. Ao considerarmos a questão racial, podemos verificar que a média salarial entre os homens brancos era de 6,3 SM e entre os homens negros de 2,8 SM. Ao agregarmos à raça a questão de gênero, ficava visível a situação de maior precarização das mulheres negras, pois, enquanto a média salarial entre as mulheres era de 3,6 SM, entre as mulheres negras esta média alcançava apenas 1,6 SM. As mulheres negras são assim, as mais atingidas pela interferência da combinação sexo/cor na distribuição salarial percebendo os menores salários no mercado de trabalho.

Apesar das mulheres concentrarem-se em atividades de baixo valor social e mal remuneradas, como as atividades domésticas que absorvem 25% da PEA feminina e acabam puxando para baixo a média salarial das mulheres, verificamos um processo de mudança para aquelas atividades que exigem maior escolaridade e qualificação profissional.

Durante os anos 90, aumentou a presença feminina em cargos de diretoria, chefia na administração pública, gerentes, empresários, empregadores. Na indústria, apesar de permanecer em setores tradicionais como vestuário e têxtil, houve um crescimento do número de mulheres trabalhando como mestres, contramestres, técnicos industriais e na prestação de serviços, o de proprietários/as e outros. Nas funções técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas cresceu o número de mulheres em ocupações de prestígio como a arquitetura, odontologia, medicina, jornalismo, engenharia, na área jurídica como a advocacia, defensoria pública, procuradoria, promotoria, juízas. Mesmo em nichos femininos como a educação, houve um crescimento da participação no ensino médio e superior.

Entretanto, apesar da grande presença no mercado de trabalho, o desemprego feminino continuou maior que o masculino. Analistas afirmam que o desemprego entre as mulheres pode ser compreendido não apenas pela sua exclusão do mercado, mas também pelo aumento da demanda feminina de participação na PEA[13].

Além disso, a política econômica dos últimos anos impôs enormes perdas para as mulheres através da fragilização de direitos sociais conquistados. Exemplos como, o contrato temporário de trabalho e o banco de horas, impuseram grandes perdas de direitos sociais para as mulheres, conforme demonstra quadro elaborado por FREITAS[14], a seguir.

[13] DIEESE. Anuário dos Trabalhadores, 1996-97. São Paulo, 1996.

[14] FREITAS, Carlos. Trabalhadoras brasileiras e desregulamentação do trabalho no governo FHC, mimeo, s/data.

Direitos conquistados em negociações coletivas	Lei 9.601/98 Contrato Temporário	Lei 9.601/98 Banco de Horas
Gestação		
Estabilidade Gestante	**Anulada**: a trabalhadora não gozaria da estabilidade porque o contrato teria um prazo certo para terminar, não havendo limites ao direito do empregador em encerrar o contrato no prazo pré-determinado	
Função Compatível à Gestante	**Ameaçada**: já que não haveria proteção sob a forma de estabilidade, e tendo em vista que o contrato tem um prazo pré-determinado, o direito ao exercício de uma função compatível não seria sequer reconhecida ao longo do contrato.	
Liberação da Gestante antes do Término da Jornada de Trabalho		**Anulada**: todos os períodos de tempo fora do trabalho seriam compensados, e a liberação da gestante é um destes casos, posto que o empregador ficaria livre para utilizar este tempo "liberado" em um outro momento.

Quadro demonstrativo dos efeitos da Lei 9.601/98

Direitos conquistados em negociações coletivas	Lei 9.601/98 Contrato Temporário	Lei 9.601/98 Banco de Horas
Maternidade		
Licença Maternidade		**Anulada**: pelos motivos acima expostos, a licença igualmente seria reposta em um outro momento.
Garantias à Lactante	**Ameaçada**: não existiriam garantias durante um contrato temporário, vez que o prazo pré-determinado para o seu encerramento se daria independente do exercício de outros direitos, que, no caso, seriam sacrificados.	
Licença Amamentação		**Anulada**: pelos mesmos motivos da anulação da cláusula que prevê licença maternidade
Intervalos para a Amamentação		**Anulada**: pelos mesmos motivos da anulação da cláusula que prevê licença maternidade
Jornada de Trabalho da Lactante		**Anulada**: pelos mesmos motivos da anulação da cláusula que prevê licença maternidade
Acompanhamento de Filhos		**Anulada**: pelos mesmos motivos da anulação da cláusula que prevê licença maternidade
Garantias na Adoção	**Ameaçada:** pelos mesmos motivos da anulação da cláusula que prevê garantias à lactante	
Licença à Mãe Adotante		**Anulada**: pelos mesmos motivos da anulação da cláusula que prevê licença maternidade
Estabilidade Adotantes	**Anulada**: pelos mesmos motivos da anulação da cláusula que prevê estabilidade gestante	
Saúde da Mulher		
Licença Aborto	**Anulada**: pelos mesmos motivos da anulação da cláusula que prevê estabilidade gestante	**Anulada**: pelos mesmos motivos da anulação da cláusula que prevê licença maternidade
Estabilidade Aborto		

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Contratações Coletivas – SACC.

Na área da previdência, as perdas das mulheres foram imensas com a alteração do conceito de aposentadoria por tempo de serviço para tempo de contribuição. Sabemos que a presença feminina é maior no mercado informal, o que reduz em muito o direito à aposentadoria por tempo de contribuição. As propostas governamentais, ao combinarem o tempo de contribuição com a idade mínima, 55 anos para as mulheres, obrigam que essas tenham um tempo maior de trabalho para adquirirem esse direito.

Observamos ainda que a participação das mulheres nos benefícios previdenciários se diferencia dos homens. Enquanto os homens se aposentavam, em sua maioria, por tempo de serviço (33,6%), as mulheres aposentavam por idade (62,7%). Ao considerarmos os beneficiados da previdência segundo a chefia familiar, verificamos que os homens aparecem mais como aposentados (76,6%) e as mulheres como pensionistas (95%).

Diante disso, podemos considerar que:

a) a implementação das políticas neoliberais, nos anos 90, aumentou a pobreza feminina. Os índices da pobreza feminina podem ser medidos, entre outros aspectos, pelos baixos salários e pela dificuldade de acesso ao trabalho formal e ao gozo de direitos trabalhistas e previdenciários.

b) o retorno do investimento em escolarização é mais homogêneo entre os homens, pois a maior escolarização das mulheres não tem revertido diretamente em melhoria no seu rendimento.

c) a ausência de políticas públicas de socialização do cuidado das crianças permanece sendo um dos elementos dificultadores do investimento das mulheres em suas profissões, particularmente se considerarmos o aumento de famílias chefiadas por mulheres, que entre 1970-89 saltou de 13% para 20%.

d) a permanência do racismo, agregada à discriminação sexual, aumenta a fragilização das relações de trabalho para as mulheres não brancas.

e) os cortes nos gastos públicos dos serviços básicos de saúde, educação, habitação e saneamento básico, obrigam as mulheres a buscarem melhores condições de vida para o seu conjunto familiar, impondo uma sobrecarga do seu trabalho.

Portanto, é urgente que o debate sobre a distribuição de renda no país, políticas de emprego, formação e qualificação da mão-de-obra, considerem as particularidades vivenciadas pelas mulheres a fim de garantir políticas públicas que combatam a discriminação de gênero e raça refletidos nos dados da participação feminina no mercado de trabalho.

Referências

BENJAMIM, César e outros. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BOTELHO, Virgínia. Um novo conceito de proteção social. *Estudos Feministas*, ano 4, n. 2, 2. sem./1996, p.420-479.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Seminário Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho, IPEA*, Rio de Janeiro, maio de 1994.

_____. Gênero e trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? Brasil, 1985 a 1995. Seminário Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios, ABEP e NEPO, Campinas, abril de 1998.

CODAS, Gustavo. *A economia brasileira nos anos 90 e a opção FHC*. São Paulo: SOF, 1999.

D'ALBORA, Adriana Munõz. Fuerza de trabajo femenina; evolución y tendencias. In: LUNA, Lola G. (Org). *Género, clase y raza en América Latina* — algunas aportaciones. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, 1991.

DIEESE. Anuário dos Trabalhadores, 1996-97. São Paulo, 1996.

FREITAS, Carlos. Trabalhadoras brasileiras e desregulamentação do trabalho no governo FHC. Mimeo, s/data.

ROCHA, Maria da Consolação. *Magistério primário*: uma fotografia da rede municipal de ensino de Belo Horizonte. Fae. UFMG, 1996. (Dissertação de Mestrado).

Integrando gênero à teoria econômica: breves reflexões

Rosângela Saldanha Pereira

Resumo: Refletir sobre a evolução da incorporação da questão da mulher e de gênero no pensamento econômico e sobre as suas contribuições para a formulação de políticas públicas de promoção à equidade de gênero, são os objetivos deste artigo.

Palavras-chave: Evolução, Mulher, Gênero, Políticas Públicas.

Abstract: This article brings a reflection about evolution in what concerns the incorporation of women's issues and gender in the world of economics, as well as its contributions to the development of public policies to promote gender justness.

Keywords: Evolution, Women, Gender, Public Policies.

Introdução

A partir de final da década de 60 surge, especialmente nos países avançados, um forte questionamento ao pensamento econômico hegemônico androcêntrico. Este questionamento vai redefinir a esfera de investigação econômica tradicional, oportunizando o surgi-

Rosângela Saldanha Pereira. Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso.

mento da economia feminista que vem fazer a crítica à invisibilidade das mulheres nas diversas escolas de pensamento econômico.

A Economia Feminista argumenta que existem diferenças de comportamento econômico entre os sexos e que as políticas econômicas têm efeitos diferenciados sobre homens e mulheres. Os primeiros trabalhos das Economistas Feministas abordam principalmente o mercado de trabalho e, mais recentemente, o debate tem evoluído para área de "gênero nas políticas macroeconômicas", especialmente os efeitos das políticas monetárias e fiscais sobre a eqüidade de gênero. Na área fiscal, assiste-se à emergência de uma série de trabalhos principalmente em relação aos gastos públicos, com orçamentos sensíveis a gênero. Mais do que ampliar temas, a economia feminista tem a intenção de promover uma mudança radical na análise econômica, em seus pressupostos básicos e metodologias. É a partir desta perspectiva que muitas economistas feministas elaboram novas categorias de análise, além de promoverem uma revisão minuciosa dos paradigmas existentes.

"Gênero" é a principal categoria de análise hoje usada pelas economistas feministas, da mesma forma que o indivíduo e a classe representam as categorias fundamentais adotadas por economistas neoclássicos e marxistas, respectivamente, informam Çagatay, Élson & Grown[1].

Discussões sobre gênero são freqüentes e erroneamente entendidas como questões sobre mulheres. Gênero, não deve ser compreendido apenas como "aquilo que diz respeito às mulheres", mas como aquilo que diz respeito às relações socialmente construídas entre homens e mulheres. Como o conceito de classe, gênero é uma categoria analítica para compreender processos sociais. Devemos enfatizar que gênero não é construído apenas no âmbito da cultura e da ideologia. Também é reproduzido e reformulado nas práticas materiais cotidianas, no processo de "ganhar a vida".

[1] Çagatay, Nilufer; Elson, Diane; Gown, Caren (1996), "Introduction", Special issue on gender, adjustment and macroeconomics. *World Development*, 23(11), 1827-1938.

Em contrapartida, gênero também influencia o resultado dessas mesmas práticas.

O gênero estratifica a vida social de uma forma semelhante a conceitos análogos como classe, raça e etnia. Desta forma, fundamenta uma divisão do trabalho na maioria das sociedades — a divisão entre atividades produtivas e reprodutivas. As atividades produtivas são aquelas geradoras de remuneração ou renda direta, a maioria das quais estão relacionadas ao mercado. As atividades reprodutivas[2], por sua vez, incluem trabalhos não remunerados que têm como função o cuidado para o desenvolvimento de pessoas — sejam elas crianças, idosos, doentes ou adultos saudáveis.

Nas Humanidades e nas Ciências Sociais chamadas leves, as *soft sciences*, a produção científica feminista determinou importantes transformações tanto nos temas investigados quanto nas disciplinas e currículos. E, mais recentemente, os estudos feministas também começaram a lançar importantes desafios para a Economia, identificada como *hard science*.

Este trabalho corrobora com a tese defendida por Benería[3] de que a categoria analítica gênero está, finalmente, começando a ser contemplada pela Economia, ainda que, não necessariamente sob uma ótica feminista. O expressivo crescimento na produção científica sobre a problemática das mulheres verificada na economia, a partir dos anos sessenta, deve-se, segundo Carrasco[4], a dois fatores: o crescente acesso das mulheres ao mercado de trabalho e a academia e ao desenvolvimento do pensamento feminista que pressiona as diversas disciplinas.

O artigo foi organizado em três seções: a primeira, dedica-se a breve revisão de como as questões relacionadas à mulher foram tratadas pela economia clássica, marxista e neoclássica. Em seguida, trata-se de apresentar a gradual incorporação da questão de gênero na literatura econômica, especialmente sobre mercado de trabalho. Por fim, realiza-se um balanço do processo

[2] Para Benería a reprodução indica um processo dinâmico de mudança ligado à perpetuação de sistemas sociais. Ela ressalta ainda que, enquanto apenas as mulheres são capazes de reprodução biológica, a maioria das sociedades também delegam às mulheres a tarefa de reproduzir a força de trabalho. Benería, Lourdes (1995), "Toward a greater Integration of Gender and Economics". *World Development*, 23(11), 1839-1850.

[3] Idem, Ibidem.

[4] Carrasco, Cristina (1999), *Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria Editorial.

de construção da visibilidade das questões de gênero na teoria econômica, iniciado na década de 80.

As mulheres no pensamento econômico

No fim do século XVIII e início do século XIX, a economia clássica e seus pensadores viveram a ascensão do capitalismo industrial. Adam Smith e David Ricardo debruçavam-se sobre dois temas centrais da teoria econômica: a expansão da riqueza e a distribuição da renda entre as classes sociais (proprietários de terra, capitalistas e trabalhadores).

Os economistas clássicos, de certa forma, reconheciam o trabalho desenvolvido pelas mulheres na esfera da produção, mas não deram conta de incluí-lo em seus modelos macroeconômicos. Para Smith, o "produtivo" era unicamente o trabalho que agregava valor a um objeto material ou cujo resultado constituía uma mercadoria tangível, armazenável. Dessa forma, resolveu a questão da atividade das mulheres qualificando-a como não trabalho. Para o trabalho, Smith constrói um conceito produtivista e de valor de mercado. Nessa concepção, produzir serviços não era produtivo, só a produção de bens voltados para o mercado era considerada produção de riqueza.

David Ricardo, por sua vez, reconhecia a importância da reprodução da família e dos trabalhadores como parte essencial da reprodução do capital, mas ignorou a participação do trabalho doméstico na reprodução da força de trabalho.

John Stuart Mill foi o único pensador clássico que argumentou contra a exclusão das mulheres. Desenvolveu sua teoria da desigualdade de gênero em estreita colaboração com Harriet Taylor, com a qual se casou e que foi a autora principal de um ensaio publicado em 1851, 'Enfrainchismente of Women', e que teve uma enorme influência no texto 'Princípios da Economia Política' de Mill.

Mill teve a influência tanto socialista como femi-

nista de Taylor. Para ambos, as instituições e leis patriarcais eram resíduos de uma ordem feudal obsoleta e obstacularizavam o progresso econômico e social. Diferentes de seus contemporâneos que, seguindo a tradição de Hobbes e Locke, acreditavam em um modelo hierárquico de matrimônio e de família, que conferia a autoridade ao marido/pai, Mill e Taylor

> *"argumentaram a favor do matrimônio como uma relação de companheiros iguais onde as decisões fossem tomadas democraticamente e nenhum membro do casal se visse obrigado a depender economicamente do outro".*[5]

[5] Carrasco, *op. cit.*, p. 67.

Inspirado nesse princípio, Mill fez as conexões entre a subordinação das mulheres no casamento e as restrições impostas a seu aceso ao emprego, afirmando que as restrições impostas ao emprego feminino se perpetuavam devido ao temor dos homens de que as mulheres rejeitassem o matrimônio como vocação principal e também de perder seu poder sobre elas no casamento.

Mill questionou intensamente a idéia de especialização do processo de trabalho de Smith, considerando que a motivação e a formação dos trabalhadores eram mais importantes que a organização e divisão do processo de trabalho na definição do que é eficiência. Além disso, foi o único economista da época a reconhecer a influência do gênero no processo de produção. O posterior desenvolvimento do marginalismo como escola dominante do pensamento econômico fez com que este se distanciasse do interesse clássico pela organização da produção, o crescimento econômico e a distribuição de renda, para centrar-se no intercâmbio e no mecanismo dos preços. O trabalho doméstico voltou a ficar excluído da corrente dominante.

O marxismo, por outro lado, refaz a idéia dos indivíduos como *homo economicus*, ao afirmar que eles não são iguais e que fazia grande diferença se um deles era proprietário do capital ou proprietário da força de tra-

balho, no comportamento geral do sistema econômico. Isso contraria o que defendia a economia clássica e a neoclássica, segundo as quais o comportamento econômico dos produtores e consumidores é justificado como se eles fossem iguais e tivessem as mesmas condições de acesso para o atendimento de suas necessidades ilimitadas. Marx contrapõe-se a esse argumento, afirmando que numa economia de mercado os indivíduos não eram iguais, pois pertenciam a classes sociais diferentes, e, portanto, com poder desigual para satisfazer suas "necessidades".

Marx desvela as relações sociais de produção do ponto de vista dos mecanismos internos de funcionamento do modo de produção capitalista. Nesse cenário, o trabalho doméstico ficou fora de suas análises da dinâmica de funcionamento do capitalismo, e considera o trabalho doméstico não remunerado, como improdutivo.

A despeito do reconhecimento das importantes contribuições do marxismo para a economia feminista, permanece a crítica à economia marxista por suas noções de proletariado, exploração, produção e reprodução, como se estas fossem isentas em relação ao gênero, além da suposta convergência natural de interesses econômicos entre homens e mulheres.

Portanto, os economistas clássicos apesar de reconhecerem a importância da atividade doméstica das mulheres (cuidados familiar, educação dos filhos, etc...) para a formação de "trabalhadores produtivos" e para a "riqueza das nações", não outorgaram a esta atividade valor econômico, negando às mulheres o status de agente econômico.

A abordagem neoclássica veio a se chamar assim nas décadas de 1930 e 1940, antes era denominada marginalista. Autores como Jevons e Alfred Marshall aportaram importantes contribuições na consolidação do conceito de indivíduo enquanto consumidor racional. A economia neoclássica reduziu as ciências econômicas ao estudo da inter-relação entre oferta e de-

manda no mercado, representando uma profunda mudança em relação às abordagens clássica e marxista que priorizavam a dimensão da produção e da distribuição.

Segundo Carrasco:

> *"el foco de atención se desplazó de las relaciones entre las clases sociales a las relaciones entre vendedores y compradores individuales. El trabajo doméstico y la posición de las mujeres dentro de la economía quedaron marginados, por consiguiente, debido a que la atención se centró en los mercados y los precios como medida del valor".*[6]

[6] Carrasco, *op. cit.*, p. 38.

Marshall advogou a tese de impor restrições ao emprego das mulheres, a fim de garantir sua dedicação prioritária ao casamento e à maternidade. Defendeu, também, que "trabalho" fosse considerado apenas aquelas atividades que eram fonte de renda. Assim sendo, o que se concebia por trabalho doméstico era o desenvolvido por trabalhadores domésticos que recebiam remuneração por ele.

Entretanto, Marshall, apesar de descartar a possibilidade de incluir o trabalho doméstico não remunerado na renda nacional, reconheceu que a prosperidade da economia dependia de que as mulheres sacrificassem seu próprio interesse pessoal, posto que quem se beneficiaria desse investimento seriam seus filhos e seus empregadores, e não elas.

A crítica feminista à escola marginalista concentra-se no viés de gênero que leva a caracterizar as mulheres como pessoas com filhos, dependentes dos maridos, donas de casa, improdutivas e irracionais[7]. Este viés androcêntrico é identificado através de dois processos: o primeiro, é a tese defendida pelos marginalistas, e fortemente rebatido pelas feministas da época, de que os salários mais baixos das mulheres refletem sua menor produtividade. O segundo, o desenvolvimento da economia do bem-estar e o tratamento outorgado ás mulheres, especialmente de dois destaca-

[7] Pujol, M. (1992), *Feminism and anti-feminism in early economic thought,* London: Edward Elgar Publishers.

dos economistas: Marshall e Pigou.

Marshall aceita e justifica que a idéia burguesa vitoriana sobre a divisão por sexo do trabalho seja estendida á classe trabalhadora: as mulheres da classe trabalhadora devem ficar em casa para criar capital humano masculino, enquanto que os homens devem ganhar um salário no mercado de trabalho.

A economia do bem-estar de Pigou, apesar de ter sido interpretada como provedora de soluções humanas para a pobreza, estabelece uma diferença importante entre homens e mulheres, as quais são consideradas como criaturas débeis, dependentes economicamente do marido ou do estado, tendo a casa como seu lugar natural, justificando, assim, piores condições de trabalho e salários mais baixos que os homens.

Pujol[8] analisando o pensamento de Pigou (discípulo de Marshall) conclui que atrás de uma aparência humanitária se escondem propostas que reforçam os valores patriarcais, a autoridade do estado, o poder do capital e a falta de opções da classe trabalhadora, dos pobres e, particularmente, das mulheres.

[8] Idem, Ibidem.

A escola neoclássica veio consolidar e explicitar no pensamento econômico o viés androcêntrico que marginaliza, oculta e torna invisível a atividade das mulheres. Essa corrente de pensamento que nasceu em 1870 continua hegemônica até os dias atuais. As relações econômicas não permeadas por dinheiro continuam sendo consideradas como "não produtivas".

Construindo a visibilidade das questões de gênero no mercado de trabalho

Somente a partir de 1930, que se introduz o tema da mulher na análise econômica, com o propósito de indagar as razões da existência de diferenças salariais entre homens e mulheres. Este debate promovido por economistas homens, com a notável exceção de Joan Robinson, buscava compreender a desigualdade entre homens e mulheres quase exclusivamente por meio

da dinâmica de mercado — com pouca atenção ao papel específico exercido pelo gênero nessa dinâmica. A construção social do gênero sequer havia nascido enquanto noção — e muito menos o interesse pelas relações entre essa construção e as formas de análise econômica.

Nos anos cinqüenta, os economistas neoclássicos começam a analisar um novo fenômeno: a crescente participação da mulher na força de trabalho. O interesse em analisar esta problemática estava relacionada com o interesse em explicar por que a participação das mulheres na força de trabalho estava crescendo em um período de expansão na renda familiar — expansão que se pressupunha estar negativamente correlacionada à oferta de mão-de-obra feminina.

A resposta oferecida por Jacob Mincer ao paradoxo aparente baseou-se nos crescentes custos de oportunidade de ficar em casa. Em outras palavras, o aumento nos salários, gerado pelo crescimento econômico do pós-guerra, criava um incentivo econômico para que as mulheres buscassem trabalho remunerado.

Mincer escreveria isto na mesma época e no mesmo país — Estados Unidos — em que Betty Friedan[9] lançava seu livro *A mística da feminilidade*, considerado um marco no desenvolvimento do feminismo moderno. Lourdes Benería[10] destaca que enquanto Friedan atribuía o desejo das mulheres de trabalhar fora de casa aos múltiplos e variados custos de permanecer no lar, Mincer[11] o relacionava com custos de oportunidade estritamente econômicos.

O aumento da participação das mulheres de todas as classes sociais no mercado de trabalho, assim como a sua produção doméstica e participação na família, recebeu uma maior atenção dos economistas a partir da década de 60, como o surgimento da corrente teórica denominada Nova Economia Doméstica, formulada por Gary Becker[12], que explica os comportamentos humanos, tais como matrimônio, decisão de procriar, etc., a partir de uma perspectiva econômica.

[9] Betty Friedan nasceu nos Estados Unidos. Fervorosa defensora dos direitos da mulher. Em 1966, criou a Organização Nacional para as Mulheres (NOW). Principais obras: La mística de la femineidad, 1963; e The second stage the fountainof age.

[10] Benería, *op. cit.*

[11] Mincer, Jacob (1980), "Labor force participation of married women" in A. Amsden (ed.), *The economics of women and work*. New York, St Martin's Press, p. 41-51.

[12] Economista americano, professor de Economia na Universidade de Columbia e de Chicago. Em 1992, obteve o prêmio Nobel de Economia, e em sua tese de doutorado analisa as razões da discriminação racial e sexual nos contratos trabalhistas.

Em seu livro Teoria da Destinação do Tempo, Gary Becker introduz nos modelos de escolha dos indivíduos o trabalho doméstico não-remunerado, como uma alternativa ao trabalho pago e ao ócio. As assimetrias na divisão do trabalho e as desigualdades na distribuição do trabalho doméstico são explicadas como escolhas individuais feitas a partir do pressuposto de um comportamento de maximização de utilidade e da busca de um lar harmonioso e sem conflitos de interesse, conforme informa Benería.

Os anos sessenta e o início dos anos setenta foram marcados pela preocupação dos economistas do trabalho, entre os quais havia muitas mulheres, com a discriminação, a segregação e a segmentação do mercado de trabalho na perspectiva de gênero. Os principais argumentos da escola neoclássica para explicar as desigualdades salariais entre homens e mulheres no mercado de trabalho, podem ser assim sintetizados:

· Menor demanda de mulheres para certos trabalhos, devido à "preferências" dos empregadores no que diz respeito a quem deveria desempenhar cada tarefa. A conseqüência desta menor demanda seria uma oferta excedente de mulheres nas ocupações onde são aceitas, que pressionaria para baixo os salários femininos[13].

· Outra explicação atribui os salários mais baixos das mulheres a uma suposta menor produtividade devido ao acúmulo inferior de "capital humano", relacionado com sua menor experiência. Argumenta-se que, devido a seu comportamento reprodutivo, as mulheres têm trajetórias laborais descontínuas, razão pela qual acumulam pouca experiência, além de não terem tempo para se capacitarem. Este enfoque relaciona também a segregação por sexo das ocupações, com a falta de estabilidade das mulheres no trabalho, o que as levaria a escolher os empregos que requerem menos capacitação e experiência.

· Quando o argumento da capacitação não é sufi-

[13] Becker, Gary (1971), *The Economics of Discrimination*. Chicago: University of Chicago Press.

Becker, Gary (1976), *The Economic Approach to Human Behavior*. Chicago: University of Chicago Press.

ciente para explicar a concentração de mulheres em determinadas atividades, os neoclássicos apelam para as "preferências" das mulheres por determinados tipos de ocupações[14].

Economistas feministas, como por exemplo, Bell[15], Ferber e Birnbaum e Sawhill[16], expressaram suas reservas ao desenvolvimento teórico de Becker e dos outros expoentes da Nova Economia Doméstica. Segundo estas economistas, estes teóricos nada mais faziam que descrever o *status quo*, tomando os papéis sexuais como dado. Ademais, estas economistas mostraram o "razoamento circular" que implica sustentar que, por um lado, as mulheres ganham menos no mercado de trabalho devido as suas responsabilidades familiares, enquanto que, por outro lado, se especializavam no trabalho do lar porque ganham menos no mercado de trabalho.

Portanto, a situação das mulheres no mercado de trabalho, foi tratada de maneira oblíqua na economia e na sociologia do trabalho convencional, a partir de uma série de pressupostos influenciados por preconceitos ou estereótipos de gênero acerca do comportamento laboral e aspirações sociais das mulheres. Essa análise não era transformadora — falhava em incorporar as questões mais problemáticas de desigualdade e relações de gênero de forma a compreender e transformá-las.

Rumos alternativos ao paradigma neoclássico também foram seguidos a partir dos anos setenta por economistas que usavam modelos marxianos ou institucionais — ou ambos. Mais especificamente, a ênfase marxiana na exploração, na desigualdade e na tendência sistemática do mercado em gerar hierarquias sociais parecia mais apta a explicar as questões levantadas pelas feministas do que a moldura neoclássica. Também parecia mais aberta a visões interdisciplinares e mais adequada à análise de relações sociais de gênero e de desigualdades de poder.

[14] Becker, Gary (1971), Mincer, Jacob; Polachec, Solomon (1974), "Family Investments in human capital: earnings of women", *Journal Political Economy*, 82.

[15] Bell, Carolyn Shaw (1974), "Economics, sex, and gender", *Social Science Quaterly*, 55, 3.

[16] Feber, Marianne; Bimbaum, Bonnie (1977), "The new home economics: retrospects and prospects", *Journal of Consumer Research*, 4.

Sawhill, Isabel (1977), "Economic perspectives on the family". *Daedalus*, 106(2), 115-25.

Desta forma, o debate sobre o trabalho doméstico no final dos anos sessenta e no início dos setenta tinha como foco a natureza deste trabalho, assim como sua função enquanto aparato de reprodução e manutenção da força de trabalho dentro do sistema econômico. Mais especificamente, o debate enfatizava como o trabalho doméstico não remunerado contribui para reduzir os custos de manutenção e reprodução da força de trabalho[17]. O debate foi útil em legitimar questões feministas dentro do paradigma marxista, mas não conseguiu identificar e analisar as relações de gênero implícitas no trabalho doméstico e na divisão de trabalho. Ele também não conseguiu dar a devida atenção a questões mais específicas de desigualdade de gênero e reprodução. Críticas feministas também ressaltaram as limitações do conceito marxiano tradicional de acumulação, que ignora o papel do trabalho reprodutivo.[18]

[17] Himmelweit, S. (1984), "The real dualism of sex and class", *Review of Radical Political Economics*, 16 (1).

[18] Molyneux, Maxine (1979), "Beyond the domestic labour debate", *New Left Review*, 115, julio/agosto, 3-28.

Mackintosh, Maureen (1978), "Domestic labor and the household" en Kuhn, Annette y Wolpe, Annnemarie (comps.), *Feminism and Materialism*. Londres: Routledge.

O debate sobre mercado de trabalho e as relações de gênero, objeto de grande produção teórica e empírica, foi caracterizado por um pluralismo teórico que teve como conseqüência um avanço considerável na economia feminista. Entre os avanços, verificados a partir dos anos de 1980, Carrasco destaca:

- A generalização entre as economistas feministas da categoria gênero diferentemente do que ocorria nos anos de 1970. Na década seguinte essa categoria vive os maiores êxitos principalmente com implicações para as teorias sobre mercado de trabalho e nos estudos sobre organização do trabalho. É importante lembrar que o conceito de gênero se diferencia do de sexo, que é biológico, por trabalhar com a representação do que é homem e mulher como produtos de processos culturais e sociais.
- Um grande interesse em modificar categorias tais como produção ou trabalho no sentido de eliminar o desvio ideológico que leva a subvalorizar ou não considerar o trabalho das mulheres: qual-

quer conceituação de atividade econômica deve incluir os processos de produção, desde bens e serviços orientados à subsistência e reprodução das pessoas, independentemente das relações sobre as quais se produzam;

· A construção teórica do conceito de reprodução, fruto do debate dos anos de 1970, sai da discussão focada sobre o papel do trabalho doméstico e reprodução da força de trabalho para o conceito de reprodução social. Entende-se reprodução social como um processo dinâmico que implica a reprodução biológica e da força de trabalho, a reprodução dos bens de consumo e da força de trabalho, a reprodução dos bens de consumo e de produção e a reprodução das relações de produção. Isso fez com que esse debate ganhasse novas perspectivas. A divisão do trabalho por sexo deve ser analisada em suas inter-relações dentro de um sistema em movimento, em contínua transformação, rechaçando assim o tratamento tradicional que a economia realiza separando artificialmente a esfera da produção (tida como o principal objeto de estudo) e da reprodução.

· Desenvolvimento de um marco de análise integrador entre o que se designou "esfera familiar", "esfera mercantil" e "esfera pública", entendendo-as como dinâmicas entrelaçadas nas quais não são possíveis captar a problemática do mercado de trabalho sem considerar as restrições e condições familiares e a atuação das políticas sociais.

· Avanços teóricos e metodológicos na explicação dos salários mais baixos das mulheres, especialmente em relação às teorias do patriarcado que buscam explicar os salários das mulheres com referência unicamente ao seu papel familiar. Após intensos debates e estudos empíricos a economia feminista defende a tese de que os níveis salariais femininos estão influenciados tanto pelas características sociais das mulheres como responsáveis do

trabalho doméstico, como pelo sistema geral de determinação salarial e de proteção do emprego que prevalece no mercado de trabalho e que em parte depende do poder de negociação dos distintos grupos de trabalhadoras(es)[19].

[19] Para maior aprofundamento neste aspecto do mercado de trabalho recomendam-se os estudos realizados pelo "Grupo de Cambridge". Rubery, J. (1978), "Structured labour markets, worker organization and low pay", *Cambridge Journal of Economics*, 2.

As feministas economistas questionam, também, o conceito de qualificação e do que é principal ou secundário no processo de produção, posto que estas noções refletem o contexto social que os modela e dependem, basicamente, dos esforços dos sindicatos, onde a massiva presença masculina estabelece uma correlação de forças favorável a essa visão masculina sobre o que é trabalho qualificado e principal.

Dessa forma, os critérios que definem o que é maior qualificação são reservados às tarefas que realizam os homens, pois são eles mesmos que definem e valoram essas tarefas, segregando assim os empregos por sexo como conseqüência das relações de classe e de gênero. Basta observar as profissões exercidas majoritariamente por mulheres tais como o ensino fundamental e secundário, além das áreas de saúde como enfermagem, para constatar como elas são as menos valorizadas em termos de salários.

Com esses estudos sobre o mercado de trabalho, as economistas feministas querem mostrar que o mercado não é uma entidade sexualmente neutra e que as relações de gênero estão na base da organização do trabalho e da produção.

Gênero e macroeconomia

É somente a partir de meados da década de 70 que tem um forte impulso estudos e pesquisas que buscam integrar a dimensão de gênero nos modelos e políticas macroeconômicas. Benería identifica vários motivos para isso, dentre os quais destaca a publicação do livro *Women's role in economic development*, de Boserup, que demonstra que as políticas de desenvolvimen-

to não são necessariamente neutras no que diz respeito às questões de gênero. O volume significativo de pesquisas realizadas desde então não apenas confirmou a tese de Boserup, como foi muito além dela, introduzindo análises que tratavam das relações de gênero e desigualdade.

Quando da realização pelas Nações Unidas da Conferência Década das Mulheres (Nairobi, 1985), as feministas já começavam a dar mais atenção às questões macroeconômicas. Haviam identificado as dimensões de gênero em programas de ajuste estrutural e na degradação ambiental. Da mesma forma, a reestruturação econômica, assim como o virtual desmantelamento do estado de bem-estar social por muitos países, a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, a expansão do trabalho informal, os efeitos da globalização da produção e da liberalização comercial todos forneceram provas adicionais da importância de análises macroeconômicas sensíveis às questões de gênero.[20]

Desde então tem havido um crescente reconhecimento dos efeitos diferenciados sobre homens e mulheres das políticas de ajuste; entretanto, tanto os modelos quanto as políticas macroeconômicas tradicionais continuam cegos ao gênero.

A economia feminista[21] tem desenvolvido diversas linhas de investigação que evidenciam que a reestruturação global está afetando negativamente o padrão de vida das mulheres e suas perspectivas de empoderamento econômico. Carrasco identifica três grandes linhas de pesquisas que vem se consolidando na economia feminista.

A primeira está relacionada com os efeitos específicos das políticas de ajuste neoliberais sobre a vida e o trabalho das mulheres. A literatura que lida com gênero e ajuste estrutural tem realizado uma variedade de estudos em diversos países que revelam os imensos custos sociais impostos às mulheres por tais ajustes[22] Esses estudos mostram os efeitos distributivos

[20] Standing, Guy (1989), "Global feminization through flexible labor", *World Development*, 17(7), 1077-95.

Elson, Diane; Pearson, Ruth (comps.) (1989), *Women's employment and multinationals in Europe*. Londres: Macmillan Press.

MacDonald, Martha (1998), "Gender and social security policy: pitfalls and possibilities", *Feminist Economics*, 4 (1), 1-25.

[21] Uma boa revisão dos distintos trabalhos está em Bakker (1994).

[22] Cornia, Giovanni; Jolly, Richard; Stewart, Francis (comps.) (1987), *Adjustment with a human face,* New York: Unicef/Clarendon Press.

Commonwealth Secretariat (1989), *Engendering Adjustment for the 1990s*, Londres: Comonwealth Secretariat.

Benería, Lourdes; Feldman, Shelley (1992), *Unequal burden: economic crises, persistent poverty, and women's work*. Boulder (Colorado): West view Press.

Folbre, Nancy (1994), *Who pays for the kids? Gender and structured constraint*. New York: Routledge.

dos ajustes, que resultaram em maior desigualdade de renda, no aumento da polarização social, na recomposição das classes sociais, em mudanças no controle sobre recursos e em preconceitos na distribuição dos custos de ajuste no âmbito doméstico. Também apontam para a existência de preconceitos de classe, gênero e raça nos processos de ajuste, levando ao questionamento da suposta neutralidade das políticas macroeconômicas[23]. As mulheres são afetadas tanto como integrantes do lar e de outros grupos sociais específicos quanto como integrantes do mercado de trabalho. As dimensões de gênero inerentes aos custos de ajustes variam da intensificação do trabalho doméstico, do aumento do desemprego entre as mulheres, à retirada de crianças (especialmente meninas) da escola a fim de aumentar o tempo livre necessário para obter ou gerar serviços básicos. Além disso, há outros custos bem menos mensuráveis e tangíveis, como o estresse e a violência doméstica.

[23] Elson, Diane (1992), "From survival strategies to transformation strategies: women's needs and structural adjustment", en Benería, L.; Feldman, S., *Unequal burden: economic crises, persistent poverty, and women's work*. Boulder (Colorado), 26-48.

Em geral, estes estudos evidenciam teórica e empiricamente que os programas de ajuste macroeconômico afetam mais intensamente as mulheres e modificam as relações entre as esferas produtivas e reprodutivas, transferindo para as famílias maior responsabilidade pela sobrevivência familiar. Portanto, há uma forte transferência de custos do mercado para a família e que o fator de equilíbrio é a habilidade das mulheres para desenvolver estratégias que permitam a sobrevivência da família com menos renda e mais trabalho.

Élson argumenta que as políticas macroeconômicas pressupõem uma resistência absolutamente elástica por parte das pessoas por elas afetadas e implicam em transferência de custos do mercado para o lar. O 'fator de equilíbrio' oculto é a capacidade, por parte das mulheres, de absorver o impacto dos programas de estabilização, através de mais trabalho e da capacidade de improviso. Élson destaca também que além da dimensão de gênero, os ajustes estruturais implicam uma dimensão de classe, posto que são as famílias mais

pobres as mais afetadas.

Um segundo campo de investigação, relaciona-se com a crítica aos modelos macroeconômicos de inspiração keynesiana. A critica feminista a esses modelos decorre de serem "cegos ao gênero", ignorando totalmente o trabalho doméstico e de cuidados realizados no lar e sua relação com o desenvolvimento humano, a qualidade da força de trabalho, a atividade econômica e o produto nacional. Para Benería e Sen[24] estes modelos "*ofrecen una visión parcial y tergiversada de la realidad que no colabora en la elaboración e implementación de políticas más neutrales y redistributivas*". As economistas feministas sustentam a tese de que em períodos de crises econômicas, há um aumento da produção doméstica e as mulheres tendem a desenvolver várias atividades simultaneamente (tanto mercantis como não mercantis) e a intensificar sua jornada de trabalho. Isto contribui para o bem-estar das famílias, ainda que tende a diminuir sensivelmente o bem-estar das mulheres.

[24] Sen (1983: 54).

A terceira linha de investigação está relacionada com o argumento de que os mercados são instituições com relações de poder assimétricas na dimensão de gênero[25]. A este respeito é paradigmática a situação nos países europeus em relação ao viés de gênero que manifesta o funcionamento dos programas de bem-estar social. O condicionamento do acesso fundamentalmente por via contributiva ás prestações sociais juntamente com o fato das mulheres possuírem relações mais débeis no mercado de trabalho, são mecanismos que excluem ou diminuem o acesso das mulheres a esses programas, outorgando-lhes uma cidadania social de menor categoria. A articulação de políticas mais adequadas, menos assimétricas, poderia colaborar na construção de uma sociedade e um estado de bem-estar mais igualitário.

[25] Bakker, Isabella (1994), *The strategic silence: gender and economic policy*. London: Zed Books.

A década de noventa abriu, portanto, novas e importantes portas para a integração de "gênero" como categoria de análise econômica. É hora não apenas de continuar o trabalho desenvolvido nos níveis micro e

meso, mas também de integrar as questões de gênero na macroeconomia, área na qual as dimensões de gênero não têm sido analisadas suficientemente.

O que a economia feminista pretende com sua critica à macroeconomia e a concepção de políticas econômicas ortodoxas é descortinar perspectivas que considerem as relações de gênero tanto na elaboração de estruturas conceituais e modelos formais como na investigação empírica e nas estatísticas de países específicos, estudos comparativos entre eles , no diagnóstico de problemas macroeconômicos e na formulação das correspondentes políticas públicas[26].

[26] Çagatay, Nilufer; Elson, Diane; Gown, Caren (1996), "Introduction", Special issue on gender, adjustment and macroeconomics. *World Development*, 23 (11), 1827-1938.

Economistas feministas defendem que os pressupostos de escassez, eficiência e maximização que ancoram o pensamento econômico ortodoxo, sejam substituídos pelo de construção de uma economia mais humana, centrada no atendimento das necessidades humanas. Ressalte-se, que não estão sozinhos nesta luta. Outras vozes têm surgido, como por exemplo, em várias das agências de desenvolvimento internacional. Conforme ilustrado pelos próprios relatórios de desenvolvimento humano publicados nos últimos anos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e conforme indicado pelo trabalho gerado em março de 1995 pela Cúpula Social das Nações Unidas de Copenhague, é hora de colocar as pessoas no centro do desenvolvimento.

Reflexões finais

Por associar a atividade econômica direta e indiretamente com o mercado, a análise econômica tem a tendência de tornar invisível uma grande parte do trabalho feito por mulheres. Além da produção doméstica, figura entre as atividades excluídas o trabalho voluntário em instituições e comunidades. Sendo que uma grande proporção do trabalho de mulheres se dá nessas atividades, o trabalho feminino, fica, portanto, subestimado em estatísticas, permanecendo economi-

camente invisível.

Tal ofuscamento representa uma clara ilustração do que Elizabeth Minnich descreve como "*a realidade eclipsada ou falsificada*" em função de uma "*generalização falha*"[27]. Ou seja, a percepção do mercado como critério central e privilegiado para definir o que é "econômico" provocou (e ainda provoca) a subvalorização das atividades econômicas realizadas por mulheres.

Nos últimos vinte anos, essa realidade mudou de forma considerável graças à tenacidade e insistência de mulheres em várias instituições-chave — especialmente nas Nações Unidas e nos círculos acadêmicos. O trabalho das mulheres tornou-se mais visível tanto teórica quanto empiricamente.

A Nova Economia Doméstica, por exemplo, aplicou critérios de mercado à alocação de tempo, ressaltando assim a importância econômica da produção familiar e do trabalho das mulheres. Também o debate sobre trabalho doméstico dos anos setenta rendeu legitimidade analítica a muitas das questões levantadas pelas feministas. Tais formulações permitiram o desenvolvimento dos trabalhos sobre desigualdades de gênero no tempo dedicado ao lar por diferentes membros da família, um tema de análise com implicações tanto demográficas quanto macroeconômicas[28]. Da mesma forma, a distinção conceitual entre produção e reprodução — assim como a análise de suas interrelações — inaugurou novas possibilidades para compreender o papel das mulheres na reprodução social[29]. Tal forma de análise foi posteriormente utilizada em estudos sobre o papel do trabalho de mulheres e em discussões sobre políticas públicas para promover a família e o bem-estar social[30]. A subavaliação das atividades econômicas das mulheres (e de alguns homens) tem sido um tema de debate desde o final dos anos setenta. Muitos avanços foram obtidos na direção de aperfeiçoar as estatísticas sobre a força de trabalho e incorporar o trabalho não remunerado nas estimativas de renda nacional.

[27] Minnich, Elizabeth Kamarck (1990), *Transforming Knowledge*, Filadelfia: Temple University Press.

[28] Folbre, Nancy (1982), "Exploitation comes home: a critique of the marxian theory of family labour", *Cambridge Journal of Economics*, 6, 317-329.

[29] Benería, Lourdes (1979), "Reproduction, production and the sexual division of labor", *Cambridge Journal of Economics*, 3(3), 203-225.

[30] Amott, Teresa L.; Matthaei, Julie (1991), *Race, gender and work: a multicultural history of womem in the United States*. Boston: South End Press.

Folbre, Nancy (1994), *Who pays for the kids? Gender and structured constraint*. New York: Routledge.

O processo de inclusão exigiu esforços metodológicos e práticos para todas as quatro áreas de trabalho antigamente excluídas — a produção de subsistência, o setor informal, o trabalho doméstico e as atividades voluntárias. No caso das últimas duas, entretanto, ele exigiu ainda uma mudança conceptual importante — mudança duplamente radical no caso do trabalho doméstico. Ainda que não fosse remunerada, a produção de subsistência já era vista como uma fonte de bens passíveis de venda no mercado, tendo sido incluída nas estimativas de renda de vários países ainda nos anos cinqüenta[31]. Da mesma forma, o problema oferecido pelo setor informal não chegava a ser conceitual, uma vez que dizia respeito a atividades pagas, mas surgia das dificuldades técnicas inerentes à tarefa de contabilizar e quantificar uma atividade que reside, por definição, fora do oficial.

[31] Para um resumo destes temas e da literatura que contribuiu para o debate sobre eles, veja Benería (1992).

Este não é o caso no que diz respeito ao trabalho doméstico não remunerado e ao trabalho voluntário, cuja inclusão nas estatísticas nacionais enfrenta muito mais resistência. Tradicionalmente, o trabalho doméstico era considerado parte da esfera da vida cotidiana privada da mulher, sendo contrastado com a esfera predominantemente pública do mercado, dominada pelos homens. As duas eram vistas como separadas e incomparáveis porque o próprio conceito de "trabalho" era definido em relação à esfera do mercado.

Até o final dos anos setenta, a idéia de incluir a produção doméstica não remunerada em estimativas de PIB parecia exagerada e inviável, freqüentemente sendo recebida com hostilidade nos mesmos círculos acadêmicos e profissionais que eventualmente teriam um papel essencial no desenvolvimento dos instrumentos práticos e teóricos necessários para implementá-la. Desde então, foram obtidos avanços consideráveis não apenas na aceitação ideológica de tal mudança, mas também em sua implementação prática.

Esse esforço — que tem ocorrido entre círculos acadêmicos e governamentais de diferentes países, as-

sim como em organizações internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas — resultou no estabelecimento dos fundamentos necessários para um melhor sistema de contabilidade, e no avanço conceitual de "população economicamente ativa" que foi ampliado para incluir a produção não remunerada. O esforço também levou à percepção de que "uma única definição [de trabalho] dificilmente será adequada para todas as funções". Assim, foi sugerida a adoção de um sistema de múltiplas definições para usos múltiplos, o que permitiria a construção de conjuntos de dados específicos segundo o objetivo visado.

Nos países desenvolvidos houve avanços substanciais no tocante aos aspectos metodológico. Dentre estes avanços, merecem destaque duas frentes. A primeira é a coleta, em escala nacional, de estatísticas necessárias para aumentar a exatidão das estimativas sobre a participação das mulheres na força de trabalho. A segunda relaciona-se com o desenvolvimento de métodos para estimar o valor da produção doméstica. Mesmo que algumas dificuldades ainda precisem ser sanadas, duas abordagens principais são particularmente promissoras: um método de entrada baseado em imputações do valor do tempo gasto com trabalho doméstico e um método de saída exigindo a listagem e avaliação dos diferentes serviços e bens produzidos.

O trabalho de acadêmicos e de peritos de diferentes instituições, como a Comissão de Estatística das Nações Unidas, levou à recomendação de que sejam elaborados relatos paralelos que forneçam estimativas quanto à participação do trabalho doméstico não remunerado na renda nacional. Com esse fim, pesquisas de alocação de tempo podem fornecer os dados sistemáticos necessários para medir todas as formas de trabalho não remunerado. A implementação desses esforços é agora principalmente uma questão de vontade política e vários países já introduziram mudanças em sua legislação e suas formas de pesquisa estatística.

Neste campo, o Brasil precisa avançar de forma substantiva, pois, as estatísticas disponíveis em relação às mulheres ainda são bastante embrionárias e insuficientes para subsidiar o processo de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas.

Estatísticas mais precisas e conceitualmente sofisticadas na avaliação de questões de gênero serão úteis não apenas para gerar medidas quantitativas do trabalho das mulheres, tornando-o mais visível. Elas também permitirão uma análise mais detalhada de várias questões econômicas, como: (a) a desigualdade na distribuição do lazer e do trabalho doméstico; (b) mudanças de produtividade na produção não remunerada; (c) alterações em trabalho doméstico e bem-estar familiar provocadas por mudanças na renda familiar e no *status* empregatício de membros da família; e (d) até que ponto é possível evitar medidas fictícias no PIB, como as ocorridas quando a produção é deslocada da esfera familiar para a de mercado.

Finalmente, ainda é possível destacar que a economia feminista não restringe seus estudos apenas às ciências econômicas. Entrelaça a economia com a sociologia, a antropologia e a história, buscando recriar o campo teórico que possa dar conta da crítica à macroeconomia, à concepção de políticas econômicas e à releitura da história do pensamento econômico, construindo novos métodos de análise e investigação.

Referências

Amott, Teresa L.; Matthaei, Julie (1991), *Race, gender and work: a multicultural history of womem in the United States*. Boston: South End Press.

Bakker, Isabella (1994), *The strategic silence: gender and economic policy*. London: Zed Books.

Becker, Gary (1971), *The economics of discrimination*. Chicago: University of Chicago Press.

Becker, Gary (1976), *The economic approach to human behavior*. Chicago: University of Chicago Press.

Bell, Carolyn Shaw (1974), "Economics, Sex, and Gender", *Social Science Quaterly*, 55, 3.

Benería, Lourdes (1979), "Reproduction, production and the sexual division of labor", *Cambridge Journal of Economics*, 3(3), 203-225.

Benería, Lourdes; Sen, Gita (1983), "Desigualdades de clase y de género y el rol de la mujer en el desarrollo económico: implicaciones teóricas y prácticas", *Mientras Tanto*, 15.

Benería, Lourdes (1992), "Accounting for women's work: the progress of two decades", *World Development*, 20(11), 1547-60.

Benería, Lourdes; Feldman, Shelley (1992), "Unequal Burden: Economic crises, persistent poverty, and women's work". Boulder (Colorado): West view Press.

Benería, Lourdes (1995), "Toward a greater Integration of Gender and Economics". *World Development*, 23(11), 1839-1850.

Blackden, C. Mark; Morris-Hughes, Elizabeth (1993), "Paradigm postponed: gender and economic adjustment in Sub-Saharan Africa". Washington, DC: The World Bank, Technical Department, African Region.

Boserup, Ester (1970), *Women's role in economic development*, New York: St. Martin's Press.

Carrasco, Cristina (1999), *Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria Editorial.

Commonwealth Secretariat (1989), *Engendering adjustment for the 1990s*, Londres: Comonwealth Secretariat.

Cornia, Giovanni; Jolly, Richard; Stewart, Francis (comps.) (1987), *Adjustment with a human face*, New York: UNICEF/Clarendon Press.

Elson, Diane (1992), "From survival strategies to transformation strategies: women´s needs and structural adjustment", en Benería, L.; Feldman, S., *Unequal burden: economic crises, persistent poverty, and women's work*. Boulder (Colorado), 26-48.

Elson, Diane; Pearson, Ruth (comps.) (1989), *Women's employment and multitationals in Europe*. Londres: Macmillan Press.

Çagatay, Nilufer; Elson, Diane; Gown, Caren. (1996), "Introduction", Special issue on gender, adjustment and macroeconomics. *World Development*, 23(11), 1827-1938.

Feber, Marianne. Bimbaum, Bonnie (1977), "The new home economics: retrospects and prospects", *Journal of Consumer Research*, 4.

Folbre, Nancy (1982), "Exploitation comes home: a critique of the Marxian theory of family labour", *Cambridge Journal of Economics*,

6, 317-329.
Folbre, Nancy (1994), *Who pays for the kids? Gender and structured constraint*. New York: Routledge.
Himmelweit, S. (1984), "The real dualism of sex and class", *Review of Radical Political Economics*, 16 (1).
MacDonald, Martha (1998), "Gender and social security policy: pitfalls and possibilities", *Feminist Economics*, 4(1), 1-25.
Mackintosh,Maureen (1978), "Domestic labor and the household" en Kuhn, Annette, y Wolpe, Annnemarie (comps.), *Feminism and Materialism*. Londres: Routledge.
Mincer, Jacob (1980), "Labor force participation of married women" in A. Amsden (ed.), *The economics of women and work*. New York, St. Martin's Press, 41-51.
Mincer, Jacob; Polachec, Solomon (1974), "Family investments in human capital: earnings of women", *Journal Political Economy*, 82.
Minnich, Elizabeth Kamarck (1990), *Transforming Knowledge*, Filadelfia: Temple University Press.
Molyneux, Maxine (1979), "Beyond the domestic labour debate", *New Left Review*, 115, julio/agosto, 3-28.
Moser, Caroline (1993), *Gender planningand development: theory, practice and training*, Londres y New York: Routledge.
Pujol, M. (1992), *Feminism and anti-feminism in early economic thought*, London: Edward Elgar Publishers.
Rubery, J. (1978), "Structured labour markets, worker organization and low pay", *Cambridge Journal of Economics*, 2.
Sawhill, Isabel (1977), "Economic perspectives on the family", *Daedalus*, 106(2), 115-25.
Standing, Guy (1989), "Global feminization through flexible labor", *World Development*, 17(7), 1077-95.

O matrimônio nas *Partidas* de Afonso X e estudos de gênero: novas perspectivas pós-estruturalistas

Marcelo Pereira Lima

Resumo: Neste artigo procuramos analisar as relações entre o matrimônio e as fontes de caráter jurídico do reinado de Afonso X (1252-1284), além de investigar as conexões entre História Medieval, Estudos Feministas e Estudos de Gênero. Nosso objetivo é fazer indagações a partir de alguns exemplos qualitativos que, de maneira nenhuma, constituem elementos típicos ou esgotam a multiplicidade, instabilidade e subjetividade de atitudes jurídicas do período e das documentações estudadas.

Palavras-chave: História Medieval, Casamento, Direito, Relações de Gênero, Afonso X.

Abstract: In this article we look for to analyze the relations between the marriage and the sources of legal character of the reign of Alfonso X (1252-1284), besides investigating the connections between Medieval History, Feminists Studies and Gender Studies. Our objective is to make investigations from some qualitative examples that, no way, constitute typical elements or deplete the multiplicity, instability and subjectivity of legal attitudes of the period and the studied documentations.

Keyswords: Medieval History, Marriage, Law, Gender Relations, Alfonso X.

Marcelo Pereira Lima. Prof. Substituto de História Medieval – IFCS/UFRJ, doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense e Membro Colaborador do Programa de Estudos Medievais – PEM/UFRJ.

Introdução

Este artigo é parte de um projeto de doutorado intitulado *Relações de Gênero e casamento nas fontes jurídicas de Afonso X* (1252-1284) e está sendo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Esse projeto visa discutir como as configurações matrimoniais podem ser entendidas como relações de poder e normatizadas por instituições diversas. Sendo assim, elas têm sido pensadas dentro de abordagens sócio-culturais móveis, desnaturalizantes, não essencialistas, cujo foco principal é reler as sutilezas dos processos de construção das práticas discursivas a partir de uma perspectiva pós-moderna.[1]

Gostaríamos de antecipar o que o(a) leitor(a) vai encontrar neste texto. Inicialmente, nosso trabalho conta com algumas reflexões críticas sobre as articulações estabelecidas entre o casamento e a historiografia sobre o período medieval. Da mesma forma, ele inclui também algumas considerações sobre a categoria gênero e suas possíveis correlações com o processo de centralização das instituições monárquicas castelhano-leonesas do século XIII. Por fim, o artigo é completado com uma última seção que tem uma forma mais operacionalizadora, uma vez que está dedicada à aplicação dos aspectos teóricos às informações pontuais presentes na documentação, não dispensando a análise e a crítica textuais. Nessa seção, portanto, faremos indagações a partir de alguns exemplos qualitativos que, de maneira nenhuma, constituem elementos típicos ou esgotam a multiplicidade, instabilidade e subjetividade de atitudes jurídicas do período e das fontes consultadas.

O casamento e a historiografia medieval: algumas considerações

Nas últimas décadas, a História Medieval tem se renovado constantemente com a introdução de novos

[1] Por um lado, em termos mais imediatos, a idéia de formular este trabalho adveio das discussões feitas a partir de uma comunicação apresentada no I Encontro de História Antiga e Medieval do Maranhão: cultura e ensino, realizado entre os dias 8 e 11 de novembro de 2005 na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Por outro, este texto também fora resultado da ampliação e revisão de tal comunicação, principalmente, devido aos debates feitos durante o minicurso *Aproximações historiográficas ao medievo: teorias, métodos e técnicas da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero* ministrado durante o evento pela Prof. Dra. Andréia Frazão da Silva. Essa dupla ocasião faz parte da busca de constituição, desenvolvimento e consolidação das relações estabelecidas entre os campos da História Medieval, dos Estudos Feministas e dos Estudos de Gênero no Brasil, procurando romper não somente com a marginalidade dessa trilogia, como também permitir seu aprofundamento teórico e metodológico.

temas ligados à História das Mulheres e aos Estudos de Gênero. Embora esses campos de investigação não sejam sempre tão distintos como se supõe, a maior parte deles está localizada na historiografia de língua anglo-saxã e francesa especialmente sobre a Inglaterra, Alemanha, França e, em muito menor grau, em outras localidades como a Itália, Espanha e Portugal. Numerosas obras historiográficas podem ser qualificadas como legatárias de diversos tipos de história sócio-cultural, porém há aquelas que reduzem o enfoque sócio-antropológico e enfatizam os aspectos políticos.

As temáticas são variadas no âmbito do medievalismo: relações de gênero, produção de saber, religiosidade e as solidariedades em comunidades religiosas de mulheres, discutindo o quão feminino poderia ser sua espiritualidade;[2] as relações entre patriarcado, mulher e consumo de bebidas;[3] a sexualidade e a vida material das mulheres;[4] o problema de identificar as mulheres escritoras medievais;[5] os diferentes discursos sobre a homossexualidade medieval;[6] as relações entre pais e filhas;[7] os vínculos entre paternidade, maternidade, santidade e gênero;[8] a história do corpo;[9] a construção sócio-cultural da viuvez e da virgindade;[10] as relações entre masculinidade e heroísmo;[11] a questão do espaço da casa como *locus* considerado privilegiado para as mulheres medievais.[12] Há, ainda, trabalhos mais voltados para as biografias de mulheres,[13] as mulheres no mundo islâmico medieval,[14] os papéis das mulheres nas cruzadas,[15] a presença da misoginia nas fontes literárias,[16] entre outros assuntos.

No que se refere às relações entre a História do Direito Medieval e a questão do matrimônio, as abordagens ainda são muito tradicionais. Contudo, isso não significa homogeneidade ou imobilismo de identidades historiográficas, pois as maneiras de enfocar as correspondências entre o campo jurídico e as relações conjugais se alteraram significativamente. Embora haja pontos de contato entre elas, porque nunca são total-

[2] MADERO, M. Saberes femeninos y construcción de la verdad: las mujeres en la prueba testimonial en Castilla durante el siglo XIII, *Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna*, n. 33, p. 153-170. 2000; FRAZÃO DA SILVA, A.C.L. A vida monástica e as diretrizes de gênero na obra berceana. In: V Encontro Internacional de Estudos Medievais, 2005, Salvador. *Anais do V Encontro Internacional de Estudos Medievais*. Salvador: Quarteto, 2003, v. 1, p. 186-191; _____. Hildegarda de Bingen e as Sutilezas da Natureza das Diversas Criaturas. In: IV *Jornada Científica do CMS Waldyr Franco*, 2002, Rio de Janeiro. Atas da 3o e 4o Jornadas Científicas do CMS Waldyr Franco. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Saúde – CMS Waldyr Franco, 2002; _____. Algumas reflexões sobre a santidade, o gênero e a memória. In: VI congresso da SBEC – XV Ciclo de Debates em História Antiga, 2005, Rio de Janeiro. *Memória & Festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, v. 1, p. 308-315; SILVA, V.F.; LIMA, M.P. O poder da fala e a imposição do silêncio: exercício da religiosidade laica e restrições de gênero no século XIII. In: SILVA, S.; SILVA, A.C.L.F.; SILVA, L.R. *Atas do Ciclo A Tradição Monástica e o Franciscanismo*, 2002, Rio de Janeiro, 2002. p. 153-161; SILVA, V.F. Saber e Gênero: Discutindo o lugar do saber intelectual para os franciscanos nos Escritos de Tomás de Celano. *Atas da IV Semana de Estudos Medievais,* Rio de Janeiro, p. 304-309, 2001; _____. Gênero e Discurso: Desconstruindo as Fontes do I Século Franciscano. *Tecendo Saberes*, Rio de Janeiro, 1999; _____. No Limiar da

mente refratárias entre si, podemos classificá-las em pelo menos três tendências. Há trabalhos identificados com uma interpretação predominantemente formalista ou "jurisdicionista", cujo exemplo mais radical é o caso de Esperanza Osaba García.[17] Ainda que menos formalistas e preocupados com as relações entre as formulações jurídicas e as práticas sociais, as obras dos autores José Luis Martín Rodriguez, Federico R. Aznar Gil e Manuel Angel Bermejo Castrillo são marcadas nitidamente por uma análise interna e descontextualizada das fontes jurídicas relativas ao matrimônio.[18] Portanto, esses autores igualmente podem ser situados nessa primeira tendência. Os trabalhos de Michael M. Sheehan, dos membros da *Sheehan School of Social History* e de Diogo Leite de Campos assumem uma feição mais sociológica e, por isso, menos formalista.[19] Algumas dessas propostas possuem um claro intuito de articular as temáticas a uma totalidade, porém outras são mais particularistas. De qualquer forma, o foco principal de análise dessa segunda tendência concentra-se na identificação de um obstáculo ontológico existente entre uma regra e sua efetivação, que Charles Taylor denominou "hiato fronético", esse fosso que separa a norma jurídica da sua aplicação.[20] Por último, os trabalhos de Roberto González-Casanovas e Marylin Stone são amostras das inovações introduzidas nas abordagens dos textos jurídicos, e constituem um exemplo de história sócio-cultural, acompanhando as mudanças no campo historiográfico e suas articulações interdisciplinares, especialmente as ligações com a sócio-lingüística e a antropologia.[21]

No universo historiográfico que se expande e se fragmenta, a temática do casamento nas fontes jurídicas medievais mereceu pouca atenção na perspectiva de gênero, principalmente quando consideramos a História da Espanha Medieval. Quando muito, as articulações são tangenciais e ainda estão vinculadas a determinadas tendências da chamada História das Mulheres

Exclusão: das relações entre as Damianitas e o Papado (1215-1223). *Atas do III Encontro Internacional de Estudos Medievais,* Rio de Janeiro, p. 609-613, 1999; _____. O Discurso Intelectual e a Mulher na Idade Média: um olhar a partir da Historiografia. *Revista do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa Sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia*, Uberlândia, n. 12, 1998; _____. Gênero e Hagiografia: Clara de Assis e a Construção de um novo modelo de santidade feminina no século XIII. In: *IX Seminário Nacional Mulher e Literatura*, 2001, Belo Horizonte. IX Seminário Nacional Mulher e Literatura, 2001.

3 MARTIN, A.L. *Alcohol, sex, and gender in Late Medieval and Early Modern Europe (Early Modern History).* New York: Palgrave, 2001.

4 JOCHENS, J.M. The church and sexuality in medieval Iceland. *Journal of Medieval History*, v.6, n.4, p. 377-392, 1980.

5 CHANCE, J. (ed.) *Gender and Text in the Middle Ages*. Gainesville Tallahassee University: Press of Florida, 1996; CHEREWATUK, K.,WIETHAUS, U. (ed.) *Dear Sister — Medieval Women and the Epistolary Genre.* Filadélfia: University of Pennsylvania, 1993; LARRINGTON, C. *Women and Writing in Medieval Europe.* Londres: Routledge, 1995; PETROFF, E.A. (ed.) *Medieval Women Visionary Literature.* New York: Oxford, 1986.

6 BLACKMORE, J.; HUTCHESON, G.S. (ed.) Queer Iberia: Sexualities, cultures, and crossings from the Middle Ages to the Renaissance. (Review) *Renaissance Quarterly*, v.53, n.2, p. 585, 2000; BURGER, G., KRUGER, S.F. (ed.) *Queering*

de cunho sociológico e/ou literário. Nesse caso, o número de obras ainda é muito escasso, demonstrando não somente a persistência da marginalidade dos estudos hispânicos no medievalismo, como também a pouca penetração das análises de gênero no âmbito das perspectivas ligadas a essa temática e a essa parte da Europa.[22]

Segundo Andréia Frazão da Silva, o uso da categoria gênero nos estudos de História Medieval no Brasil ainda é marginal.[23] Entre 1990 e 2003, momento de incorporação pontual dessa categoria no âmbito do medievalismo brasileiro, a autora somente identifica poucos projetos financiados pelo CNPq e trabalhos, entre teses, dissertações e artigos publicados, que variavelmente aplicam a categoria de gênero em suas obras.[24] No levantamento feito pela autora, percebe-se que, dentre as referências bibliográficas, apenas duas delas privilegiam as fontes jurídicas, mas não têm o casamento como foco principal, já que procuram pensar as relações entre gênero e corpo no *Fuero de Cuenca* em fins do século XII ou procuram fazer uma espécie de história global das mulheres, das relações de gênero e do corpo em fontes de natureza diversas, como o *Fuero real*, as *Siete Partidas*, o penitencial de Martim Perez, o *corpus* satírico delimitado por Manuel Lapa, etc.[25]

O interesse mais amplo de nossa pesquisa é identificar pelo menos duas questões de caráter historiográfico que precisam ser aprofundadas: por um lado, nota-se que as investigações sobre o discurso jurídico ainda estão presas às aproximações descritivas e pouco analíticas e, por outro, percebe-se que elas são refratárias às perspectivas que usam o gênero como categoria-chave de análise. Como se vê, ainda há muito que fazer, visto que não encontramos, até o momento, obras que se preocupam efetiva, sistemática e conjuntamente com as articulações entre os discursos jurídicos, as relações de gênero, o casamento e as políticas monárquica e eclesiástica, principalmente com o contexto de produção e recepção do nosso *corpus*

the Middle Ages Medieval Cultures. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

7 BULLON-FERNANDEZ, M. *Fathers and daughters in Gower's Confessio Amantis: Authority, family, state, and writing. Publications of the John Gower Society, IV*. Suffolk and Rochester: D.S. Brewer, 2000.

8 FRAZÃO DA SILVA, A.C.L. *Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero*. In: *Cronos: Revista de História,* Pedro Leopoldo, n. 6, p. 194-223, 2002; DOR, J.; JOHNSON, L., WOGAN-BROWNE, J. (eds.) *New Trends in Feminine Spirituality: The Holy Women of Liège and their Impact Medieval Woman: Texts and Contexts*. Turnhout: Brepols, 1999.

9 GRAÑA CID, M.M.; SEGURA GRAÍÑO, C. Simbología del cuerpo y saber de las mujeres en el discurso masculino clerical. Dos ejemplos bajomedievales. In: CERRADA JIMÉNEZ, Ana Isabel *et al.* (ed.). *De los símbolos al orden simbólico femenino (ss. IV-XVII)*. Madrid, Asociación Cultural Al-Mudayna, 1998, p. 105-121; JAGGAR, A. (ed.) *Gênero, Corpo e Conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997, p. 19-41; BYNUM, C. W. *Metamorphosis and Identity*. NY: Zone Books, 2001; FRAZÃO DA SILVA, A. C. L. Gênero e descrições corporais na hagiografia mediterrânica no século XIII: um estudo comparativo. In: THEML, N; LESSA, F. S.; BUSTAMANTE, R. M. C.. (Org.). *Olhares do Corpo*. 1 ed. Rio de Janeiro, 2003, v. 1, p. 28-40; ____. Moda, santidade e gênero na obra hagiográfica de Tomás de Celano. In: *Atas do Ciclo A tradição Monástica e o Francisca-*

documental principal, isto é, *El Fuero Real*, *El Espéculo* e as *Siete Partidas*.[26] A maior parte da historiografia que estuda o período de Afonso X se vincula a diversas outras temáticas, como a produção intelectual e poética, os aspectos político-militares e diplomáticos, as leis reguladoras das atividades marítimas e dos jogos de azar, a política econômica relacionada à circulação de moedas e ao fisco, etc.[27] Nesse sentido, a análise das relações conjugais é ainda marginal dentro da perspectiva proposta.

Gênero: uma categoria útil para o medievo afonsino?

Em grande medida, como já é bem sabido, os Estudos de Gênero são legatários dos movimentos feministas das décadas de 60 e 70. Além das preocupações sociais e políticas, eles se voltaram para construções propriamente teóricas. Num primeiro momento, gênero era sinônimo de mulher, tomado no seu sentido singular, distintivo e essencial, servindo especialmente às estudiosas e militantes no debate e crítica às determinações biológicas dos papéis sexuais, das desigualdades, das discriminações, das subordinações e dos silêncios na história e na historiografia. Como diria Guacira Louro, o mérito desse primeiro investimento era transformar as esparsas referências às mulheres — as quais eram usualmente apresentadas como a exceção, a nota de rodapé, o desvio da regra masculina — em algo central para a análise histórica.[28] Segundo essa perspectiva, as mulheres precisavam tornar-se visíveis tanto nos planos social e político como também na esfera do discurso científico.[29]

Num segundo momento, *grosso modo*, principalmente nas décadas de 80 e 90 e no âmbito da historiografia anglo-saxônica, as novas pesquisas e as críticas feitas aos Estudos de Gênero fizeram com que as investigações feministas burilassem suas abordagens e conceitos. Esse processo também colaborou para o desen-

nismo (7 a 11 de out. de 2002). Rio de Janeiro : Programa de Estudos Medievais, 2003, v. 1, p. 230-239.

10 CARLSON, C. WEISL, A.J. (eds.). *Constructions of widowhood and virginity in the Middle Ages (The New Middle Ages, edited by Michael Flamini)*. New York: St. Martin's Press, 1999.

11 COHEN, J.J. *Medieval masculinities: heroism, sanctity, and gender*. Disponível em: <http: //www. georgetown. edu/ labyrinth/ labyrinth-home.htmlEd>. Acesso em: jul. 2005.

12 DINSHAW, C., WALLACE, D. (eds.). *The Cambridge companion to medieval women's writing series: Cambridge companions to literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

13 ROTZETTER, A. *Clara de Assis — A primeira mulher franciscana*. Petrópolis: Vozes/Cefepal, 1994; JOHNSON, Penelope D. Agnes of Burgundy: an eleventh-century woman as monastic patron. *Journal of Medieval History,* v. 15, n. 2, p. 93-104, 1989.

14 HAMBLY, G.R.G. (ed.). *Women in the Medieval Islamic World*. The New Middle Ages, v.6. New York: St. Martin's Press, 1998.

15 MAIER, C.T. The roles of women in the crusade movement: a survey. *Journal of Medieval History,* v.30, n.1, p. 61-82, 2004.

16 SOLOMON, M. *The Literature of Misogyny in Medieval Spain*. Cambridge Studies in Latin America and Iberian Literature: Cambridge University Press, 1997; BLOCH, H.R. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995; SOUVIRON LÓPEZ, B. *Retórica de la misoginia y el antisemitismo en la ficción*

volvimento do diálogo com outras disciplinas e permitiu igualmente que se questionasse a "vitimização" das mulheres ou, em outros momentos, a sua "culpabilização" pelas condições sociais hierarquicamente subordinadas. Sem dúvida, as novas abordagens aprofundaram as pesquisas das relações dos constructos masculino e feminino, tanto em sua relação de oposição quanto em outras possíveis configurações históricas, vinculando-os às formações discursivas e, por fim, discutindo as articulações entre gênero e outras categorias sociais.

Essa crítica e autocrítica fizeram com que o conceito de gênero rompesse algumas amarras teóricas em que se encontrava e pudesse se desenvolver melhor no âmbito das investigações históricas. Como não há consenso entre as(os) especialistas sobre o que o caracteriza, faz-se mister defini-lo. Desse modo, inspirando-nos nas propostas teóricas desenvolvidas por Joan W. Scott, Jane Flax e Judith Butler, entendemos gênero como uma categoria-chave para se compreender como e por que, em diversos momentos e sociedades, os indivíduos, grupos e instituições dão significados múltiplos ao masculino e ao feminino.[30] Nesse sentido, rejeitamos as interpretações que pressupõem uma correspondência necessária, unilateral, natural e essencial entre as diferenças sexuais e a biologia, isto é, seguindo as autoras anglo-saxãs, gostaríamos de acentuar o caráter fundamentalmente sócio-cultural das distinções baseadas no sexo. Não negamos que o gênero atue *com* ou *sobre* corpos sexuados, isto é, não é negada a biologia-anatomia, mas é preciso enfatizar, deliberadamente, as construções históricas das características biológicas. Outrossim, entendemos gênero como uma noção, um saber sobre as diferenças sexuais, que pressupõe que a assimetria e hierarquia entre homem/mulher, masculino/feminino, masculinidades/feminilidades, etc. são construções relacionais, plurais, e também discursivamente situadas num dado tempo, lugar e sociedade.

medieval, Málaga, Universidad de Málaga, 2001; ALBUIXECH, L. Texto y contexto: la construcción de la mujer en la narrativa sentimental. In: GONZÁLEZ, A.; VON DER WALDE, L.; COMPANY, C. (eds). *Visiones y crónicas medievales (Actas de las VII Jornadas Medievales)*. México, El Colegio de México, Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana, 2002, p. 257-277.

17 OSABA GARCÍA, E. *El Adultério uxorio en la Lex Visigothorum*. Madrid: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, 1997.

18 AZNAR GIL, F.R. Penas y sanciones contra los matrimonios clandestinos en la Península Ibérica durante la Baja Edad Media. *Ren. estud. hist.-jurid.*, 2003, n. 25, p. 189-214; BERMEJO CASTRILLO, M. A. Transferencias patrimoniales entre los cónyuges por razón del matrimonio en el derecho medieval castellano. In: IGLESIA DUARTE, J.I. (coord). *La família en la Edad Media: XI Semana de Estudios Medievales*. Nájera, 31 de julio al 4 de agosto de 2000. Logroño: Gobierno de La Rioja, Instituto de Estúdios Riojanos, 2001; MARTÍN RODRIGUEZ, J. L. El proceso de institucionalización del modelo matrimonial cristiano. In: IGLESIA DUARTE, J. I. (coord). *Op. cit.*

19 SHEEHAN, M.M. *Marriage, family, and law in Medieval Europe*. Collected Studies. Toronto-Buffalo: University of Toronto Press, 1996; ROUSSEAU, C., ROSENTHAL, J. *Women, Marriage and Family in Medieval Christendom: Essays in Memory of Michael M. Sheehan*. C.S.B. Kalamazoo: Medieval Institute

O gênero se constitui e é constituído nas e pelas práticas discursivas historicamente definidas num jogo de múltiplas convergências e divergências sem atender a uma finalidade teleológica, pré-discursiva e, normativamente, fechada. Isso significa dizer que essa categoria pressupõe a incorporação de uma complexidade de combinações, uma união de elementos sempre em movimento que constrói identidades e práticas alternadamente instituídas ou deixadas de lado de acordo com os propósitos do momento histórico do qual e para o qual foram elaboradas.[31] Assim, essa orientação teórica nos faz valorizar os múltiplos determinantes em detrimento da busca, num só tempo, por leis rigidamente universais e unilaterais, ou totalidades permanentes e fechadas, tratando, pelo contrário, homem-mulher, feminino-masculino e marculinidades-femininilidades como categorias não fixas, mas continuamente mutáveis.

Se aceitarmos esse pressuposto teórico, negaremos igualmente a sobreposição em camadas estanques dos diversos determinantes das formações identitárias. Nesse caso, o gênero não é o único aspecto relevante para se pesquisar a dinâmica histórica, pois ele vem associado aos distintos vínculos multifatoriais, intercambiáveis, parciais, fraturados e, por isso, nem sempre unitários, tais como a classe social, partido, etnia, idade, religião, parentesco, entre outros.[32] Isso significa dizer que os estudos de gênero podem estar vinculados à História Cultural e procuram distinguir-se de alguns ramos da História das Mulheres ou da História Social das diferenças entre os sexos, ambas, talvez, ainda herdeiras de alguns determinismos biologizantes ou de interpretações rigidamente sociológicas.[33] No Brasil, inclusive, é evidente a oscilação teórica, em numerosos trabalhos, entre os Estudos de Gênero de matiz sociológica e os de caráter filosófico e literário.[34] Diferente disso, entre outros elementos, os Estudos de Gênero procuram descrever, interpretar, problematizar, analisar, explicar e desconstruir as re-

Publications, 1998; CAMPOS, D. L. *A invenção do direito matrimonial: a institucionalização do casamento*. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra: Coimbra, 1995.

20 TAYLOR, C. *Argumentos filosóficos*. Tradução de Udail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 2000, p. 193.

21 GONZÁLEZ-CASANOVAS, R. Gender Models in Alfonso X's Siete Partidas: The Sexual Politics of 'Nature' and 'Society'. In: MURRAY, J., EISENBICHLER, K. *Desire and Discipline, Sex and Sexuality in the Premodern West*. Toronto-Buffalo-London: University of Toronto Press, 1996; STONE, M. *Marriage and Friendship in Medieval Spain: social relations according to the Fourth Partida of Alfonso X*. New York: Peter Lang, 1990. A historiografia sobre as relações conjugais também tem sido influenciada especialmente pelos antropólogos James Casey e Jack Goody. CASEY, J. *História da Família*. São Paulo: Ática, 1992; GOODY, J. *La evolución de la familia y del matrimónio en Europa*. Barcelona: Herder, 1986; GOODY, J. *La família europea: ensayo histórico-antropológico*. Barcelona, 2001; GOODY, J.; THIRSK, J.; THOMPSON, E.P. (dir.). *Family na Inheritance: rural society in Western Europe 1200-1800*. Cambridge, 1976. Sobre a influência da história da família no âmbito da história social do casamento ver também GIES, F. *Marriege and the family in the middle ages*. New York Cambridge, Philadelphia, San Francisco, London, Mexico City, São Paulo, Singapore, Sydney, 1987, p. 3-15.

22 DALCHÉ, J.G. L'historiographie française el le Moyen Age hispanique entre la fin du

lações criadas entre homem-mulher, masculino-feminino, masculinidades-feminilidades, buscando entender as configurações institucionais, as identidades, os papéis sociais, as práticas, as normas, os símbolos, os códigos culturais como também as relações de poder estabelecidas nos processos de dominação.

Normalmente, as relações de gênero são associadas à família, à experiência cotidiana e doméstica, às interações face a face entre indivíduos, ou melhor, aos micro-universos de uma sociedade. A interpretação da categoria gênero como algo situado, *unicamente*, na divisão familiar do trabalho e na esfera da casa pode, talvez, dependendo de como se conduz a pesquisa, não deixar espaço para as(os) historiadoras(es) conectarem essa noção (ou os indivíduos) a outras configurações sociais como a economia, a política, o direito, etc.[35] Sem negar a validade dessas associações e das investigações voltadas para essas esferas cotidianas, consideramos importante também vincularmos as diretrizes de gênero ao direito medieval, e este à política e às relações de poder mais amplas, dinâmicas e complexas. Numa perspectiva mais restrita, a relação entre masculino-feminino admite uma oposição entre um pólo dominante e outro dominado, uma vez que, supostamente, "seria a única e permanente forma de relação entre esses dois elementos".[36] Contudo, seguindo a analítica de Michel Foucault, questionamos essa idéia de relação unilateral e nos preocupamos em observar que as relações de poder se dão em diversas direções, mas também pressupõem que os "sujeitos" dominados são capazes de fazer dos espaços e instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder.[37] Isso não quer dizer que essas relações sejam igualitárias, pois os indivíduos, grupos e instituições podem estabelecer relações desiguais entre si e, muitas vezes, podem contingentemente ou não ter "melhores" condições de exercer o poder em detrimento dos(as) outros(as). Assim, fica muito problemático corroborar com a idéia de que se tem ou não

XIXe siècle et 1980. *Medievalismo. Boletín de la sociedad española de estúdios medievales*. Madrid, año 12, n.12, p. 257-271, 2002; GONZÁLEZ DE FAUVE, Mª E.. El medievalismo en la República Argentina. *Medievalismo... Op.cit.*, p. 273-289; NOGUEIRA, C.R.F. Os estudos medievais no Brasil de hoje. *Medievalismo...Op. cit.*, p. 291-297; RUIZ, T.F. La historia medieval de Espana en el mundo norteamericano. *Medievalismo...Op. cit.*, p. 299-312.

23 FRAZÃO DA SILVA, A.C.L. Reflexões sobre o uso da categoria gênero os estudos de História Medieval no Brasil (1990-2003). *Caderno Espaço Feminino*, v.11, n.14, jan./jul., p. 87-107, 2004.

24 FRAZÃO DA SILVA, A.C.L. *Op. cit.*

25 Verificar as referências bibliográficas de Dulce Oliveira e Milton José Zamboni que, direta ou indiretamente, usam fontes de caráter jurídico. Cf. FRAZÂO DA SILVA, A.C.L. *Op. cit.*, p. 94-95.

26 Devido a uma questão de economia espacial, faz-se mister destacar que somente analisaremos exemplos relativos às Sete Partidas, apesar de nosso projeto de doutorado estar preocupado com um *corpus* documental mais amplo.

27 Só para exemplificar, entre outros títulos, podemos destacar as seguintes referências: FIDALGO, E. Las prosificaciones castellanas de las *Cantigas de Santa María* (algunas hipótesis). *Revista de Literatura Medieval*, v.13, n.2, p. 29-61, 2001; COLLINS, R.; GOODMAN, A. (eds.). Medieval Spain. Culture, conflict, and coexistence. *Studies in Honour of Angus Mackay,* Londres, Palgrave, Macmillan, 2002; ALBER-

poder duradouramente. Em lugar disso, deve-se pensar em *exercício de poder* disposto por "sujeitos" que se constituem e são constituídos por "manobras", "técnicas", "disposições", as quais podem ser "naturalizadas", normatizadas, impostas, assumidas, absorvidas, aceitas, adaptadas, contestadas, resignificadas, resistidas e alteradas.[38]

Nesse último aspecto, é preciso destacar outro fator importante para compor nossos conceitos de poder e relações de poder. Novamente, recorreremos à analítica de Michel Foucault. As concepções tradicionais foram novamente questionadas por esse autor ao perceber que o poder não somente é um mecanismo *coercitivo* e *negativo*, mas também algo *produtivo* e *positivo*. Para esse autor, o poder não apenas nega, impede, coíbe, restringe, esconde, recalca, limita, mas igualmente "faz", produz, provoca, incita, encoraja e legítima.[39] Esse *insight* foucaultiano é importante para nossa análise histórica, porque as relações de gênero medievais certamente são construídas não apenas por meio de mecanismos de repressão e censura, como também através de práticas e discursos que instituem gestos, modos de ser, de pensar e de estar no mundo, maneiras de falar e de agir, comportamentos, atitudes e posturas consideradas adequadas em determinado período, lugar e sociedade.

Essas reflexões levam-nos a pensar sobre as relações desses aspectos com nossa temática de estudo, já que queremos tratar da busca do controle do direito e do casamento pela monarquia castelhano-leonesa. Com efeito, estamos interessados em investigar como e por que as assimetrias e hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas pelas instituições monárquicas e eclesiásticas do governo de Afonso X. Por isso, vale refletir mais detidamente acerca de como a busca pela centralização jurídica coaduna-se teoricamente às relações de poder e de gênero expostas acima.

Em princípio, parece haver um contra-senso, um

TO VEJA, C. La tercera cronica de Alfonso X: "La gran conquista de Ultramar". *Speculum: a Journal of Medieval Studies*, v.72, n. 2, p. 474-483, 1997; CARPENTER, D.E. 'Alea jacta est': at the gaming table with Alfonso the Learned. *Journal of Medieval History*, v.24, n.4, p. 333-345, dec. 1998; CASTÁN LANASPA, G. Política econômica y poder político. Moneda y fisco em el reinado de Alfonso X el Sábio. *Junta de Castilla y Leon, Consejería de Educación y Cultura*, 2000.

28 LOURO, G. L. A emergência do gênero. In: *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozez, 2003, p. 19.

29 LOURO, G.L. *Op. cit.*, p. 16.

30 SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, 1990; SCOTT, J. W. Prefácio a Gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n.3, p. 11-27, 1994; FLAX, J. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, H.B. (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 217-50; BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

31 BUTLER *Apud* CORRÊA, M. A natureza imaginária do gênero na história da antropologia. *Cadernos Pagu*, n.5, 1995, p. 121.

32 Sobre a crítica a um determinismo rígido ver FLAX, J. *Op. cit.*, p. 230.

33 Não se quer aqui polarizar demasiadamente os âmbitos da História das Mulheres e os Estudos de Gênero, tornando-os antitéticos, sendo o primeiro campo algo politicamente engajado e o segundo uma esfera cientificamente validada e domesticada. Muito pelo con-

dito contrário à lógica que estamos delineando. Como pensar em centralização jurídica frente à noção de "micropoderes" dispersos por todo o tecido social? Aparentemente, há um pressuposto ligado à confluência de poderes ou a uma intensa concentração de poder nas mãos de um centro único ou de um grupo reduzido que funciona como ponto convergente: a monarquia. Em nossa perspectiva, a noção de "centralização jurídica" não se opõe ao conceito de poder defendido por Michel Foucault por duas razões: a) em primeiro lugar, estamos sustentando que a realeza castelhano-leonesa no século XIII assumiu uma política cultural e jurídica que buscava se afirmar diante de outras instâncias de poder tais com o *patria potestas*, grupos familiares, senhores laicos e eclesiásticos, entre outras; b) em segundo lugar, trata-se de uma busca, de uma concorrência, um jogo conflituoso, que não dispensa as convergências, negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas, silenciamentos e alianças entre diferentes "sujeitos" de poder. Em ambos os casos, não há disparate teórico entre as noções de centralização e existência de concorrência com poderes patriarcais, senhoriais, monárquicos e eclesiásticos, isto é, entre várias instâncias que produzem discursos jurídicos móveis sobre os gêneros. Estes são produzidos *nas* e *pelas* relações políticas. Enfim, as discussões de Michel Foucault nos fazem perceber que, no jogo das relações de poder, a "guerra" não está estável e continuamente ganha, e, apesar disso, não há, permanentemente, condições igualitárias ou desiguais entre os sujeitos de poder.[40] "Guerra" e tensão são dois elementos fundamentais para entendermos nossas três instituições: a monarquia, o casamento e o direito afonsino.

Casamento e relações de gênero nas *Partidas* de Afonso X: algumas reflexões

Chamadas também de *Código de las Siete Partidas*, as

trário, os atuais Estudos de Gênero, pelo menos no âmbito do medievalismo, nasceram de ramos da História das Mulheres e são receptivos à incorporação de pesquisas que privilegiam as figuras femininas. De qualquer forma, algumas diferenciações entre essas esferas interpretativas não podem ser deliberadamente negligenciadas nas identidades historiográficas dos últimos anos. Pelo menos na área da História Medieval, a primeira está geralmente associada à história social do cotidiano das figuras femininas, cujo objetivo é tornar as mulheres visíveis no discurso historiográfico, privilegiando a dicotomia entre homem/mulher, privado/público, em temáticas ligadas a historia da família, casamento, procriação, sexualidade, etc. Intrinsecamente associados à História Cultural, os Estudos de Gênero tendem a questionar as investigações generalizantes e descritivas, problematizando as categorias de mulher/feminino/feminilidade e homem/masculino/masculinidade como fatores relacionais e construídos, e enfatizando as lutas pelo poder.

34 Cf. FRAZÃO DA SILVA, A.C.L. *Op. cit.*, p. 105.

35 SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria... *Op. cit.*, p. 20.

36 Verificar a crítica desse aspecto em LOURO, G.L. *Op. cit.*, p. 33.

37 FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Petrópolis: Vozes, 1997, p. 29; MAIA, A. Sobre a analítica de poder de Foucault. *Tempo social.* São Paulo, v. 7, n.1-2, p. 89, out., 1995

38 FOUCAULT, M. *Op. cit.*

39 MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Edições Graal,

1979, p. 16.

[40] Sobre a noção de "guerra" no vocabulário de M. Foucault ver REVEL, J. *Le vocabulaire de Foucault*. [s.l.]: Ellipses Édition Marketing, 2002, p. 40-42.

[41] ALFONSO X, Rey de Castilla. *Las siete partidas*... Edición de José Berní y Catalá. Valencia: Imprenta de Benito Monfort, 1767. Edição disponível na Biblioteca Virtual de Pensamiento Político Hispânico Saavedra Fajardo via <http://saavedra fajardo.um.es/WEB/HTML/ iniciop.html?Open>. Acesso dez. 2005.

Partidas de Afonso X foram um dos mais importantes compêndios de normas jurídicas produzidos no início da segunda metade do século XIII.[41] Elaborado pouco tempo depois do *Fuero Real* (1255), é um texto escrito em castelhano que abarca numerosos ramos do direito medieval tanto do ponto de vista legal e prático como doutrinal. Provavelmente, começou a ser redigido por volta de 1256 e, segundo a maioria dos autores, em 1265, foi finalizado, ou seja, cerca de dez anos foram necessários para elaborar um corpo de leis que intentava dar unidade legislativa a um reino fracionado por diversos *fueros* particulares. A obra contém um prólogo e sete partes divididas em 182 títulos, computando um total de 2.802 leis ou regras que pretendem regular o sistema de fontes jurídicas (as leis escritas, os usos, os costumes e os *fueros*) e o direito eclesiástico, político, administrativo, processual, mercantil, civil, penal e matrimonial. Concordamos com os autores Roberto González-Casanovas e Marilyn Stone quanto apontam que esse *corpus* documental é um texto normativo, mas também propagandístico das instituições monárquicas e eclesiásticas. Com efeito, ele combina apreciações de "virtudes" e "vícios" sociais e culturais mesclados aos conselhos e exemplos. Acompanhando, mas igualmente ampliando a ótica de Stone e González-Casanovas, sustentamos que a inovação das Partidas está nos trechos "dicionarizados" e nas muitas explanações incluídas depois das leis que serviam para clarificar os significados das regras.[42] Nesse sentido, em um só tempo, as Partidas seriam um texto legal voltado para o presente, a fim de regulá-lo, como também uma obra utópica que prescrevia exemplos de comportamento e relações humanas para o futuro próximo.

[42] GONZÁLEZ-CASANOVAS, R. Gender Models... *Op. cit.*; STONE, M. *Marriage and Friendship…Op. cit.*

Embora estejam presentes ao longo das *Siete Partidas*, as questões relativas ao casamento estão claramente concentradas na quarta seção dessa fonte. Entre as principais temáticas tratadas encontramos o seguinte: o casamento como sacramento, a publicidade

do matrimônio, a questão da autoridade da Igreja na resolução das questões conjugais, o papel do rei e dos juizes seculares nos pleitos judiciais, o casamento entre pessoas de religiões e status social considerados distintos (cristãos, judeus e muçulmanos), o concubinato, as testemunhas, o consentimento das partes, a influência da *patria potestas*, o "noivado", o adultério, o divórcio, o incesto, a bigamia, etc.

Logo nas primeiras páginas da Quarta Partida, o matrimônio emerge em sua conotação medieval inspirada tradicionalmente no discurso bíblico: o casamento fora um bem instituído por Deus no Paraíso, um dos sete sacramentos que uniu seres naturalmente diferentes que deveriam permanecer juntos e unos por toda a vida.[43] A indissolubilidade é o princípio básico defendido pelo discurso jurídico quando associa casamento e sacramento. Representante dos propósitos de Deus, a Igreja seria aquela que garantiria a vida conjugal ordenada e sem pecado, já que isso era a condição para que os outros seis sacramentos fossem mantidos e guardados. Portanto, para o prólogo afonsino, o casamento possuía uma centralidade essencial e natural, visto que fora instituído pela própria divindade e mantido pela *Sancta Eglesia*. Não é fortuito que essa lógica convergente da Quarta Partida, dedicada a vários itens relacionados ao matrimônio, seja justificada pela posição nuclear na composição de uma estrutura textual relativamente planejada e associada aos saberes anatômico, astronômico e religioso da época.[44]

Mas por que o casamento seria algo tão primordial? Qual o motivo de se reservar um longo espaço textual e estabelecer uma correspondência metafórica com o coração, considerado o meio do corpo onde está o espírito humano, ou com o Sol, núcleo dos "sete céus". A razão não deve ser procurada somente na sacralização do casamento, mas também em sua temporalização. Ou melhor, se, inicialmente, as relações conjugais do pólo binário homem-mulher fora visto como algo edênico e essencialmente bom,[45] logo

[43] Primeira Partida, Título IV, Lei I, p. 33.

[44] "*E por esso lo pusimos en medio de las siete Partidas deste libro; assi como el coraçon es puesto en médio del cuerpo, do es el spiritu del ome, onde va la vida a todos los miembros. E otrosi, como el Sol que alumbra todas las cosas, e es puesto en medio de los siete Cielos, do son las siete estrellas, que son llamadas Planetas. E segund equeste, pusimos la Partida que fabla del Casamiento, en medio de las otras seys Partidas deste libro*". Quarta Partida, Prólogo, p. 2.

[45] Nesse aspecto estamos longe das visões restritivas, negativas e subordinantes sobre o casamento cristão de Agostinho e de Jerônimo, ambos, em maior ou menor grau, influenciados por práticas e valores ascético-maniqueístas das relações conjugais. Considerados figuras emblemáticas para a autoridade patriarcal e doutrinal da Igreja, eles sustentavam visões muito diferentes. Para o primeiro, o matrimônio legítimo era considerado um mal menor, tolerável apenas para a procriação, como uma solução paliativa frente à *concupiscentia carnis* e, por isso, estava situado abaixo do celibato e da virgindade feminina. Esta e aquele seriam caminhos importantes para alcançar a Cidade de Deus. Para o segundo, o casamento e as relações sexuais seriam tão estranhos ao ideal de vida cristã ascética que seria difícil defendê-los como algo existente desde a "origem" dos primeiros tempos no Éden ou para a reprodução humana. BROWN, P. *Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 318-351.

a documentação estudada desloca essa instituição para interpretações mais sociais, retomando argumentos bíblicos, patrísticos e do direito romano-canônico. A Quarta Partida vai além do casamento edênico, localizando-o no interior de uma espécie de perspectiva teológico-religiosa, moral, eclesiástica e também social. Portanto, o casamento possuiria quatro papéis primordiais muito claros que demonstrariam a necessidade de sua existência.[46]

O primeiro aspecto é uma associação lacônica ao episódio bíblico referente às uniões entre "os filhos de Deus" e as "filhas dos homens", que foram reinterpretadas a partir de mitos orientais da união entre mortais e seres celestes, isto é, entre as filhas de seres mortais e os heróis famosos de tempos antigos (superhomens considerados insolentes).[47] O Judaísmo posterior e uma parte considerável dos primeiros escritores cristãos viram esses "filhos de Deus" como anjos culpados. Durante o século IV, devido o desenvolvimento de uma noção mais espiritual dos anjos, a patrística interpretou normalmente a expressão "filhos de Deus" do texto bíblico como a linhagem de Set, filho de Adão e um dos patriarcas bíblicos, e as "filhas dos homens" como a descendência de Caim. É possível que a referência feita pelos Padres da Igreja (filhas = Caim/filhos = Set) seja a explicitação de diretrizes "genderizadas" sobre a procedência mitológica do casamento. De qualquer forma, na ótica afonsina, a relação com essas tradições da Antigüidade é muito lacônica, mas remete às "origens" atribuídas às uniões conjugais e à condição inferior dos anjos caídos dos escritos judaico-cristãos dos primeiros tempos da nossa era. A presença das mulheres, das "filhas dos homens", é obviamente silenciada num primeiro momento.

Os outros três aspectos são menos "mitológicos" e apontam para a busca de uma ordem que ultrapassa a vinculação das relações conjugais a interesses meramente familiares e privados. Eles explicam e justificam a existência do casamento, já que elas evitariam o

[46] "*Pero los Santos Padres muestran otras, spiritualmente, por que tienen que lo fizo. La primera fue, para cumplir la dezena orden de los Angeles, que menguaron, quando cayeron del Cielo por su soberuia. La segunda, por desuiar pecado de luxúria; lo que puede fazer el casado, mas que outro ome, queriendo biuir derechamente. La tercera es, por auer mayor amor a sus fijos, seyendo cierto dellos, que son suyos. La quarta, por desuiar contiendas, e homezillos, e soberuias, e fuerças, e otras cosas muy tortizeras, que nascerian por razon de las mugeres, si casamiento non fuesse*". Quarta Partida, Título II, p. 13.

[47] Verificar Gênesis 6:1-4 e sua correspondente nota crítica da tradução da Bíblia de Jerusalém. GORGULHO, G. S., STORNIOLO, I., ANDERSON, A. F (ed.). *Bíblia de Jerusalém*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 1995, p. 39.

pecado da luxúria, permitiriam o amor aos filhos legítimos e subtrairiam os conflitos gerados entre os homens pela disputa por mulheres. Em primeiro lugar, semelhante a outras representações sociais agostinianas, o texto afonsino assevera a tradição de que o casamento era remédio para a concupiscência, isto é, sem desconsiderar as reservas que o texto atribui à força destrutiva das relações sexuais entre homens e mulheres, a Partida corrobora com o discurso que vê a conjugalidade como uma tática de controle e autocontrole dos impulsos da carne, dos excessos dos prazeres corporais, enfim, do "o pecado da luxúria". Em segundo lugar, mais do que o preceito bíblico do "*Crescei e multiplicai-vos*", o texto analisado procura também ver o matrimônio como instância legitimadora da hereditariedade e garantidora do afeto à descendência: as relações conjugais continentes geram proles desejadas, porque consideradas legítimas. Obviamente, essa determinação estava a serviço dos interesses masculinos e patriarcais, na medida em que se procurava controlar a transmissão de status, honras e propriedades aos filhos e às filhas através da imposição do domínio da reprodução feminina. Por último, as atribuições do casamento interessam às autoridades monárquicas e eclesiásticas, porque eram consideradas como tendo claras implicações de ordem pública naturalmente instituída. Afinal, o casamento evitaria as "*contendas*", "*homicídios*", "*soberbias*", "*violências*" e "*outras coisas muito torpes, que nasceriam por razão das mulheres, si não houvesse o matrimônio*".[48] A princípio, isso poderia ser interpretado somente como a releitura de idéias bíblicas sobre a cobiça da mulher do próximo e a restrição ao adultério, um dos pecados capitais, mas isso desconsideraria as outras nuances que a Partida apresenta na política cultural e social do governo castelhano-leonês. De fato, é difícil não notar o evidente papel civilizatório do matrimônio, pois, como deixa implícita a fonte, as mulheres gerariam instabilidade, desordem, morte, violências e todo tipo de infortúnios aos homens. A

[48] Quarta Partida, *Op. cit.*

união legítima cumpriria seu papel na ordem pública desordenada, em última instância, devido à natureza disruptiva do feminino. Em outros termos, com o perdão do jogo patrístico das palavras, as mulheres eram vistas como filhas de Caim. Talvez, esse jogo de palavras seja um tanto artificial, mas procura demonstrar, aqui, por meio de uma metáfora forçada, a "presença silenciada" de uma tradição que via a mulher como a razão de infortúnios e desordens sociais. É difícil não ver essa associação silenciosa da crescente violência dos descendentes de Caim com a violência ampla gerada no tecido social pelas mulheres não-casadas. Ou as mulheres são passivamente representadas como o objeto sujeito às disputas masculinas ou elas por si só seriam forças desestabilizadoras. Portanto, é uma hipótese plausível conjeturar que os juristas afonsinos tiveram em mente alguns resquícios dessa tradição cultural ao discorrerem sobre o casamento.

Examinemos uma outra questão. É interessante notar que a Primeira Partida passeia sobre o sentido da palavra "natura". Para essa fonte, "natura" é qualquer obra criada "segundo a ordem certa que pôs Deus."[49] Assim, a noite e o dia, o frio e o quente, o tempo, o movimento regular do céu e das estrelas, a força que faz com que os elementos pesados desçam e os leves subam, etc., tudo isso seria a obra divina "que sempre guarda uma maneira, e ordem certa".[50] A fonte atribui a Aristóteles essa noção de irreversibilidade da natureza, isto é, a noção de "que a *natura* não age de forma contrária: e isto quer muito dizer que sempre guarda uma maneira, e ordem certa, porque age".[51] E outrossim, "não se pode fazer algo do nada, mas tudo o que for feito por ela, convém que se faça de alguma coisa".[52] Então, a "natura" por si só possuiria uma ordem que se efetua numa direção exclusiva, sem possibilidade de retornar ao sentido anterior. Entretanto, para a documentação, o único ser capaz de tornar o irreversível em reversível e gerar tudo do nada é Deus.[53]

Mas qual a relação desse discurso do ato criador

[49] Primeira Partida, Título IV, 71-72.

[50] Primeira Partida, *Op. cit.*

[51] Primeira Partida, *Op. cit.*

[52] Primeira Partida, *Op. cit.*

[53] É a atuação de Deus, entendido, aqui, por meio de uma interpretação da lógica aristotélica misturada ao discurso bíblico, que faz o Sol nascer no Oriente e se pôr no Ocidente, "*que se torne a Oriente por aquella misma carrera, ante que se ponga, segund fizo por ruego de Ezechias, quando torno el Sol quinze grados atras*". Deus ainda "*puede fazer Eclipsi quando el Sol e la Luna han aposicion, assi como fue el dia de la Passion de Jesu Christo*". Pode também fazer "*del muerto, biuo, e del que nunca vido, que vea, assi como quando resuscito a Lazaro, e fizo ver al que nascio ciego*". Outrossim, ele "*puede fazer todas las cosas de nada: assi como fizo el Mundo, e los Angeles, e los Cielos, e las Estrelhas, que non fueron fechas de Elementos, nen de otra manera, e faze cada dia las almas de entendimiento, que son en los omes: e este poder es apartadamente de Dios...*" Primeira Partida, *Op. cit.*

de Deus que produz a ordem no cosmo com as questões de gênero? Segundo a Quarta Partida, há distinções e inter-relações entre as noções de "natura" e "naturaleza".[54] O primeiro termo em latim designaria "uma virtude, que faz existir todas as coisas naquele estado em que Deus as ordenou".[55] Já o termo em vernáculo medieval significaria uma coisa que se assemelha a *natura* e que auxiliaria esta na existência e manutenção de tudo o que descende dela.[56] Assim, "*naturaleza* quer dizer um débito que têm os homens uns com os outros, por alguma direita razão, para se amar, em se querer bem".[57] Aparentemente, tal como a criação do céu, da terra e do entendimento humano, a ordem social deveria estar em consonância com a harmonia da ordem divina, visto que esta seria perfeita por ter sido criada por Deus num ato criador. Ela deveria ser modelo para nortear universalmente as relações humanas no mundo. Por conseguinte, fariam parte da "naturaleza" a reverência devida pelo vassalo ao senhor, pelo clérigo ao abade, pelo liberto ao seu libertador, pelo convertido ao seu pastor, pelos filhos ao pai e à mãe, pela mulher a seu marido, etc.

Como podemos constatar, essa aparente harmonia das relações humanas é associada aos valores claramente hierárquicos, suprimindo o múltiplo contido no "nós" social que fica reduzido a um binário de diferentes esferas de relações políticas, prevendo também certa estabilidade a partir do modelo divino. Diversas instâncias de relações de poder são discursivamente construídas na esfera da prática legislativa. O âmbito do *status hominus*, isto é, "a força do estado dos homens" afeta o direito das pessoas, tornando-as desiguais: são mais honrados e melhor considerados os nobres do "que os outros de menor guisa", os clérigos do que leigos, os filhos legítimos do que os de "ganancia",[58] os cristãos do que os mouros e judeus. Outrossim, enfatiza a fonte, "de melhor condição é o varão do que a mulher em muitas coisas, e em muitas maneiras, assim como se mostra claramente nas leis

[54] Quarta Partida, Título XXIV, Lei I, p. 141.

[55] Quarta Partida, *Op. cit.*

[56] Quarta Partida, *Op. cit.*

[57] Quarta Partida, *Op. cit.*

[58] Nos trechos consultados os filhos de "ganancia" seriam aqueles que nasceriam fora da constância do casamento cristão e, por isso, seriam considerados ilegítimos. Apesar disso, não eram excluídos do direito à herança, e a documentação hierarquiza as formas consideradas mais harmoniosas de filiação com o plano sócio-familiar desejado por Deus.

dos Títulos deste nosso livro, que tratam de todas essas razões sobreditas".[59] A Quarta Partida não destaca diretamente que "coisas" e "maneiras" são essas, sugerindo a reprodução de um *tópos* discursivo sobre a inferioridade feminina, na medida em que a "mulher" é entendida aqui como um grupo distinto e concentrado em torno de si mesmo. As desigualdades sociais que se desejavam estáveis, embora não o fossem no plano do cotidiano, conviviam com hierarquias e assimetrias de gênero no plano do discurso. A organização social seria fundada sobre uma ordem de prioridade entre os elementos de um conjunto ou sobre relações de subordinação entre os membros de grupos eclesiásticos, aristocráticos, devocionais, parentais e de gênero.

[59] Quarta Partida, Título XXIII, Lei I e II, p. 139.

Reflitamos sobre mais um exemplo. O dote feminino, definido pelas Partidas como "algo que a mulher dá ao marido por razão do casamento", fora retomado durante os séculos XII, XIII e XIV.[60] A historiografia tem debatido fortemente sobre os elementos considerados relevantes para explicar o processo de renascimento do dote tradicional feminino no âmbito do direito castelhano de recepção de bens. Entre numerosas visões, há aquelas que apontam que o acesso das mulheres ao dote e as doações significariam, mais do que uma pura exclusão das mulheres, mas sim a possibilidade significativa de participação delas na partilha da herança.[61] Alguns outros autores, ainda, destacam as mudanças no "mercado" de alianças matrimoniais e mostram que a "deteriorização" da condição das mulheres no seio do grupo familiar fora o resultado de mudanças sócio-econômicas sensíveis nos sistemas dotais. Assim, dentro do impacto das mudanças sociais e econômicas na posição das mulheres dentro do núcleo doméstico, aponta-se que o desenvolvimento das atividades mercantis, artesanais e financeiras no medievo desse período havia determinado, tanto nos meios aristocráticos como populares, a desvalorização de sua atuação nas atribuições administrativas e "pro-

[60] Quarta Partida, Título XI, Lei I, p. 65.

[61] GOODY, J. *The Development of the Family and Marriage in Europe.* Cambridge University Press, 1993, p. 255-261.

dutivas", fazendo, inclusive, com que a tarefa de sustentar as filhas se tornasse uma atividade considerada de grandes gastos.[62] Contraditoriamente, numa perspectiva mais normativista e interna às fontes, defende-se também outras possibilidades interpretativas para o restabelecimento do dote feminino tais como a força-da implantação de uma "institución foránea", visto que se detectaria antecedentes jurídicos bem dignos de atenção.[63] Além disso, as pressões patrilineares,[64] as práticas sucessórias de indivisibilidade patrimonial, rigidamente delineadas pela via da progenitura masculina e que excluiria as filhas no patrimônio principal e familiar,[65] bem como as ações da Igreja,[66] são alguns ingredientes problematizados pela historiografia na interpretação da afirmação do dote feminino.[67] Sem corroborar completamente com as hierarquias explicativas defendidas pelos(as) autores(as) citados(as), muitas vezes, generalizantes demais para serem aplicáveis, acreditamos que esses elementos contextuais sejam minimamente importantes para se pensar sobre a questão do dote feminino, mas, mesmo assim, não podemos ignorar a desconstrução da prática discursiva e as suas nuances compreendidas numa perspectiva de gênero.

É sabido que as Partidas discorrem sobre diversos tipos de dotes, diferenciando-os das doações ou arras. Apesar da ambigüidade medieval dessas palavras, é possível precisar alguns dos seus sentidos. No Título XI da Quarta Partida, os dotes chamados de *aduentitia* são os que as próprias mulheres eram juridicamente proprietárias, porque teriam sido obtidos ou repassados por elas mesmas, pelas mães, por certos parentes colaterais (tio, primo) ou por indivíduos estranhos ao seu parentesco, isto é, eles seriam concedidos ao marido, porém eram provenientes de outros bens, os quais não fossem do pai, avô ou outros parentes de descendência direta.[68] Os tipos de dotes chamados de *profectitia* seriam aqueles que pertenceriam inicialmente aos bens patriarcais (pai, avô ou quaisquer outros parentes "que

[62] HERLIHY, D. The Medieval Marriage Market. *Medieval and Renaissance Studies*, Duke University, 6, XIV, p. 3-27, p. 1976.

[63] BERMEJO CASTRILLO, M.A. *Op. cit.*, p. 133).

[64] Pelo menos para os grupos nobiliárquicos, a transmissão de signos de identidade, a riqueza, a honra, o status e o prestígio político e social sofriam as influências de práticas e concepções patrilineares. RIVERA GARRETAS, Mª.M. "La legislación del "Monte delle Doti" en el Quatrocento florentino", *Las mujeres medievales y su âmbito jurídico*. Madrid, Universidad Autónoma, 1983. p. 157.

[65] OWEN HUGHES, D. From Brideprice to Dowry in Mediterranean Europe. *Journal of Family History*, n.3, p. 262-296, 1978.

[66] BRUNDAGE, J.A. *Law, sex and christian society in Medieval Europe*. Chicago University Press. 1987, p. 190; GOODY, J. *The Development... Op. cit.*, p. 325-330.

[67] Para uma síntese dessas visões, ver BERMEJO CASTRILLO, M. A. *Op.cit.*, p. 132-133.

[68] Quarta Partida, Título XI, Lei I.

sobem por linha direta"), e, devido a celebração do casamento, dados posteriormente ao pretendente. Além disso, de uma forma geral, as Partidas igualmente definem e especificam dois tipos "donacion" ou "arras". Uma que o marido concede à mulher, "por razão do dote que recebeu dela".[69] A outra é o que o esposo dá a esposa francamente, que em latim chamava-se *sponsalitia largitas*, que quer dizer "donadio de esposo".[70] A última forma de doação seria a que o marido faz a mulher, e a mulher ao marido, depois que o matrimônio fora celebrado.[71]

De qualquer forma, o que nos interessa aqui é apontar alguns aspectos importantes sobre as relações de gênero vigentes no direito afonsino. Em primeiro lugar, apesar do discurso lacunar do direito afonsino (por exemplo, que não fixa tempo, lugar e atos permanentes e específicos ao dote), é necessário dizer que as mulheres podiam ser, ao menos do ponto de vista jurídico, proprietárias de bens maternos ou paternos (roupas, toda sorte de utensílios domésticos, ocasionalmente gado, cavalos, para as famílias mais abastadas, jóias, vestidos luxuosos, moedas, terras, etc.).[72] Em segundo lugar, como demonstram outros trechos da legislação, tanto em ocasião do dote quanto das arras, esse direito não se estenderia a prerrogativa de conservar, administrar e receber os frutos das propriedades concedidas, função essa assumida prioritariamente pelo marido, já que sobre ele recairia os encargos econômicos do casamento. O marido é visto como aquele que "governa a si mesmo" e sua mulher, proporcionando a manutenção do casamento.[73] Em terceiro lugar, no caso de dissolução dos laços contraídos, e somente nesse caso, a atribuição do marido também deveria ser a de alienar e dissipar o bens e devolvê-los a concedente ou aos seus herdeiros.[74] Talvez, devido ao caráter reversível das arras, que possibilitava facilmente o rompimento dos compromissos do ponto de vista unilateral, não se negava a capacidade das mulheres na gestão nesse tido de concessão. Porém,

[69] Quarta Partida, Título XI, Lei I, p. 65.

[70] Num primeiro momento, o termo *sponsalitia largitas* aparece associado somente ao noivo, mas, num segundo momento, em outro trecho, há também o reconhecimento marginal da noiva na concessão desse tipo de doação. Retornaremos a esse aspecto nos próximos parágrafos. Vale lembrar aqui que os termos "esposa" e "esposo" aproximam-se significativamente dos nossos termos "noiva" e "noivo", já que a *sponsalitia largitas* se refere às fases inicias do casamento cristão e medieval.

[71] Segundo Bermejo Castrillo, a longa atenção dedicada às transferências patrimoniais entre os cônjuges nas Partidas, especialmente a partir do Título XI da Quarta Partida, traduz um influxo de discursos jurídicos sobre o dote e doações femininas baixo-imperial, romano-tardios, presentes no Digesto e Código de Justiniano, bem como de assimilações jurídicas anteriores a obra afonsina. Corroboramos com parte da tese desse autor ao dizer que, a partir dos séculos XII e XIII, o dote e doações femininas, isto é, os bens concedidos ao marido por ocasião do casamento, equiparavam-se às cessões masculinas, mas progressivamente estas são superadas por aquelas. BERMEJO CASTRILLO, M. A. *Op. cit.*, p. 138-139. Cf. também Quarta Partida, Título XI, Leis I, II e III, p. 66-67.

[72] É necessário apontar que a parte dedicada a Quarta Partida é lacu-nar quanto a especificação dos bens, mas é possível inferir algo a partir de outras documentações. Por exemplo, no *Poema del Cid* podemos fazer algumas

como sugere Maria Collantes de Terán, isso não suprime o papel secundário atribuído às mulheres e o conseqüente protagonismo do marido, claramente recuperado pelas Partidas a partir da releitura do direito justiniano.[75] Pelo menos para as famílias aristocráticas, das quais temos mais notícias, o dote e as arras femininas eram palco de prescrições legais que significavam igualmente a exclusão das filhas do principal quinhão dos bens familiares: diferente dos primogênitos, caberia somente determinados bens transitáveis a elas.[76] Como se vê, apesar das matizações, o discurso jurídico sobre o dote e as arras apresenta diretrizes "genderizadas" em suas dimensões explicitamente hierárquicas e assimétricas.

Além disso, as *Partidas* discorrem sobre o termo latino *sponsalitia largitas,* cuja tradução em romance seria *donadio.* Tratava-se de uma espécie de presente ou "doação" francamente feita pelo noivo a sua prometida e vice-versa, antes mesmo da celebração do casamento propriamente dito. Sugere-se aqui uma fase espontânea do vínculo matrimonial distante das rígidas obrigações mútuas geradas pelas influências das famílias de ambas as partes. Porém, contraditoriamente, embora não haja a explicitação de condições contratuais pré-estabelecidas, imaginemos que essas "doações" (dada sua crescente importância) também podiam servir de estratégia de poder com vistas à manutenção dos acordos iniciais de grupos parentais sobre a vida do casal: era preciso que o enlace fosse garantido e se efetivasse num futuro próximo. Era um dom e um contra-dom mútuos que poderiam ser potencialmente recuperados se o vínculo malograsse. Sem dúvida, a *sponsalitia largitas* insinua uma igualdade de condições jurídicas entre homens e mulheres: inicialmente, ambos são vistos como casal portador de estatutos jurídicos para compor o noivado, fazer doações mútuas e vincular heranças aos seus herdeiros.

A transmissão de bens por razão da *sponsalitia largitas* seria consolidada pela efetiva ritualização do enlace.

inferências sobre a domesti-cidade dos bens relacionados às mulheres, bem como seu caráter relacionado às sociedades ainda ligadas fundamentalmente as atividades agropecuárias medievais. HINOJOSA, E. El derecho en el Poema del Cid. *Obras*, n.13, v. 183-215.

[73] Quarta Partida, Título XI, Lei VI, p. 70.

[74] Quarta Partida, Título XI, Lei VI, p. 70.

[75] CALLANTES DE TÉRAN DE LA HERA, Mª. *El regimen econômico del matrimonio en el Derecho territorial castellano.* Valencia, n.22, p. 228-229. Quarta Partida, Título XI, Lei VII, p. 70.

[76] É interessante destacar o esforço das famílias em prover suas filhas de dote. Isso constituía não somente uma estratégia matrimonial de grupos nobiliárquicos ou menos favorecidos de "valorizar" as mulheres e torná-las partidos desejados pelos homens e outras famílias. Em determinados casos, essa estratégia se relacionava com a busca de um casamento considerado digno. Diversos historiadores sociais atestam a progressiva preocupação das famílias medievais de dotarem suas filhas para o casamento, inclusive, gerando dívidas crescentes. Além disso, as pressões sócio-culturais e econômicas para dotar as mulheres em idade núbil incentivavam a imposição do celibato sobre elas, servindo às manobras das relações de poder claramente patriarcais e patrilineares. Fica fácil entender a proliferação de instituições assistenciais em diversos reinos hispânicos voltadas especialmente para procurar recursos para mulheres sem dote. Sobre esse aspecto ver VINYOLES, M. T. Ajudes a donzelles pobres a maridar. In:

RIUS, M. *et al. La pobreza y la asistencia a los pobres em la Cataluña medieval*. Barcelona, 1980; ASENLO GONZÁLES, M. La mujer y su entorno social em el Fuero de Soria. *Las mujeres medievales*, n. 141, p. 45-57; LOPEZ ALONSO, C. Mujer medieval y pobreza. *La condición de la mujer*, n. 112, p. 261-272.

Se as bodas fossem rompidas por algum motivo imputável ao donatário, este teria que reintegrar tudo quanto fora antes recebido. Do ponto de vista jurídico, tanto homens e mulheres teriam potencialmente a mesma obrigação. Todavia, na ocasião de falecimento de uma das partes, há a possibilidade do retorno total ou parcial dos bens.[77]

[77] Quarta partida, Título XI, Lei III, p. 67.

Mas um detalhe nos chama a atenção. Por um lado, no caso de falecimento do marido, a legislação afonsina prevê a devolução de tudo aos herdeiros do morto caso não tivesse beijado a noiva. Se a tivesse beijado, os bens não retornariam integralmente aos herdeiros do noivo, salvo a metade que seria de propriedade jurídica da noiva. Todavia, esse aspecto inicial, acompanhado de certo reconhecimento de direitos às mulheres na recepção de propriedades, logo é subtraído e substituído por uma distinção mais evidente, pois as figuras femininas são vistas também como "naturalmente cobiçosas e avarentas".[78] A suposição de que a mulher "fizesse dom ao seu esposo", isto é, concedesse seus bens aos homens em ocasião do noivado, é entendido como atitude ocasional, pouco comum diante do desejo ardente de possuir ou conseguir alguma coisa, ou do apego excessivo às riquezas assumidas pelas mulheres. Portanto, diferente dos homens, supostamente mais virtuosos, elas se inclinariam menos à generosidade, uma vez que, na relação "mútua" com seus futuros maridos, não estariam propensas a conceder solicitamente seus bens.

[78] Quarta partida, *Op. cit.*

Para a fonte, caso a mulher morresse, esse *don* interpretado como ocasional retornaria aos herdeiros da noiva e, ao contrário do que ocorreria com os noivos, não haveria a exigência da efetiva ritualização do beijo anterior e selador do compromisso. É possível buscar algumas relações com o processo de descrédito sócio-cultural das figuras femininas, não extensíveis aos indivíduos masculinos. Essas disparidades de operações tocam diretamente na inferiorização do feminino quanto à legitimidade jurídica de tal externalização

emotiva. Se a cessão de bens era vista como ocasional para as mulheres devido a sua cobiça e avareza, a carência de validade da virtualidade ou não do critério do beijo torna-se uma espécie de ato compensatório pela condição deteriorada da fama feminina. Ritual aparentemente banal, beijar tem dois pesos dependendo das relações de gênero no discurso jurídico.

De fato, alguém poderia argumentar que a cobiça não era entendida sempre como um vício vinculado às mulheres. No texto bíblico (1 Timóteo 6:10), o amor pelo dinheiro é considerado a raiz de todos os males, por cujo desejo desenfreado muitos se afastariam da fé e a si mesmos se afligiriam com múltiplos tormentos.[79] Os que querem enriquecer caem em tentação e cilada, os desejos insensatos e perniciosos mergulham os homens na ruína e na perdição.[80] Apesar do tom aparentemente universal, que procurava afetar a todos, o trecho bíblico referia-se diretamente aos considerados falsos doutores, "os homens de espírito corrupto e desprovidos de verdade", que alienavam a piedade em busca de lucro.[81] Nos outros trechos bíblicos a universalização se refere evidentemente aos "homens" de poder, proprietários, os que buscam riquezas e liderança: obviamente silencia-se as referências diretas às mulheres. Longe da fé, distantes da verdade divina, fadado à ruína e à autodestruição, o "homem" cobiçoso contribui para romper com o equilíbrio, a contenção e a mansidão que levam a verdadeira vida em direção a Deus.

Seguindo a tradição bíblica, mas relendo-a à luz das mudanças sócio-políticas, religiosas e intelectuais do século XIII, as *Partidas* igualmente consideraram a cobiça "a raiz de todo o mal", porque era algo universalmente assumido e exercido pela humanidade, levando o "homem" à ruína e à perdição. Aliás, associando cada pecado ao seu contraponto, a documentação afonsina a considera como a terceira maneira de se pecar, pois a cobiça que o "homem" tem em si estaria naturalmente associada aos impulsos da carne,

[79] Diversas passagens bíblicas dedicam-se à questão da cobiça, enquadrando-a no rol dos vícios humanos. Um dos techos mais conhecidos é 1 Timóteo 6:10. GORGULHO, G. S., STORNIOLO, I., ANDERSON, A. F (ed.). *Op. cit.*, p. 2230-2231.

[80] GORGULHO, G. S., STORNIOLO, I., ANDERSON, A. F (ed.). *Op. cit.*

[81] GORGULHO, G. S., STORNIOLO, I., ANDERSON, A. F (ed.). *Op. cit.*

somente remediável através do sacramento do matrimônio.[82] Além disso, segundo o discurso das *Partidas* estipulado fora do direito matrimonial, o rei converte-se em "servo" quando levado a cobiçar grandes riquezas,[83] e, como soberano, ele igualmente não deveria cobiçar as coisas que contradissessem as leis.[84] São cobiçosos os clérigos sacerdotes que vendem bens espirituais. Da mesma forma, os prelados não podem ser cobiçosos, porque precisam ser virtuosos para repreender e castigar seus subordinados, ou defender os outros dos cobiçosos.[85] Um servidor do rei, o alcaide, teria que ser de boa linhagem, leal, dedicado, sábio e não cobiçoso.[86]

Se homens e mulheres podem pecar por desejar algo, sobretudo, riquezas materiais, onde estaria a assimetria? A primeira vista, em lugar nenhum e em todo lugar, pois, segundo a fonte, a cobiça faz parte da natureza humana. Todos estão sujeitos potencialmente a ela. Todavia, numa segunda leitura mais atenta, a cobiça tem nome e endereço: reis, clérigos sacerdotes, prelados, alcaides, etc., poderiam ser cobiçosos ao desejarem desmedidamente algo, alguém ou alguma coisa. Neste último caso, a cobiça é vista como uma contradição frente aos cargos monárquicos e eclesiásticos, ou melhor, às obrigações inerentes ao *status* da *ordo* ideal a qual pertence tais homens. Ser monarca, pertencer ao clero, servir ao rei, etc. são condições funcionais de liderança que implicariam deveres públicos nas diferentes esferas sociais e políticas. Assim sendo, não são cobiçosos por serem "homens", num sentido marcado do termo. No entanto, no caso descrito anteriormente, sobre *sponsalitia largitas,* a cobiça das mulheres não é associada ao cargo de rainha, abadessa, monja, ou outra atribuição pública, mas sim à condição feminina: elas são naturalmente inclinadas à ambição, a uma falta de generosidade, por serem mulheres.

A história do Ocidente medieval naturaliza as relações atribuídas às mulheres e homens, re-criando-as e

[82] A fonte destaca que "*La tercera manera de pena es cobdicia que ome ha en fi, para complir su voluntad, segund le manda la carne naturalmente: e contra esto fue fallado el sacramento del casamento*". Primeira Partida, título IV, Lei I, p, 34. As Partidas seguem aqui as restrições religiosas agostinianas quanto às inclinações consideradas perniciosas da carne. Todavia, é relevante notar que durante o período medieval as noções de "corpo" e "carne" não eram necessariamente negativas ou correspondentes, adquirindo significados diferentes de acordo com os contextos históricos. SCHMITT, J-C. Corpo e alma. In: SCHMITT, J-C.; LE GOFF, J. *Dicionário temático do Ocidente Medieval.* Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, v.1, p. 253-267.

[83] Segunda Partida, Título III, p. 21.

[84] Segunda Partida, Título V, p. 32.

[85] Primeira Partida, Título V, p. 114.

[86] Primeira Partida, Título XVIII, 137.

desenvolvendo uma política do esquecimento, que apaga o plural e o múltiplo do humano.[87] De fato, se a cessão recíproca é citada inicialmente no item reservado a *sponsalitia largitas*, logo a mutualidade é apagada e configurada em outros termos, o que confirma a política do esquecimento inicial ligada à caracterização de "donadio de esposo". Agora se entende melhor porque a *sponsalitia largitas* fora categorizada como "doação do esposo": essa identidade atribuída ao "esposo" demonstra o esforço de fazer reconhecer, instituir e manter a atitude jurídica das doações do noivado no âmbito masculino, tornando-as não ocasionais, freqüentes. Não há a terminologia "doação de esposa" nos trechos consultados, mas existe a atribuição do caráter supostamente esporádico das concessões femininas. Desse modo, a identidade e prática jurídicas são alternadamente instituídas ou deixadas de lado de acordo com os propósitos "genderificados" das doações.

[87] Sobre a política de esquecimento ver SWAIN, T. N. (org.). *Textos de História.* Revista de Pós-Graduação em História da UNB, v.8, n. 1/2, 2000. p. 49.

Considerações finais

O caminho trilhado por nós nesse artigo fora o de pontuar algumas reflexões sobre diversos saberes e práticas legislativas relacionadas ao casamento medieval sob uma perspectiva de gênero. Priorizamos exemplos documentais muito particulares que, de maneira nenhuma, podem ser facilmente generalizáveis para outros contextos medievais. Estávamos interessados em analisar os modos como as *Partidas* de Afonso X ordenavam o mundo social, tentando mostrar que a Idade Média desenvolveu práticas e discursos misóginos, mas que o fez a partir de representações sociais muito menos simples do que se imagina.

Christiane Klapisch-Zuber em certa ocasião dissera que na "Idade Média não se concebe a ordem sem hierarquia".[88] Para essa autora, a construção da relação feminino/masculino respeita essa noção e se empenha em articular os princípios de polaridade e da super-

[88] KLAPISCH-ZUBER, C. Masculino/feminino. In: SCHMITT, J-C.; LE GOFF, J. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval.* Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, v.2, p. 139.

posição hierarquizada, ou melhor, uma atribuição binária e horizontal, baseada na antinomia, e uma interdependência vertical, que pressupõe uma espécie de complementaridade desigual entre categorias.[89] De certa forma, as Partidas estabelecem encaixes complexos desses princípios. Por um lado, a mutualidade, ou a aparente paridade entre homens e mulheres no casamento, fora vista como categoria situada na ordem social. Em parte, esse esquema decorre da incorporação de certas tradições jurídicas e romano-canônicas que tratavam o casamento como algo decorrente do consentimento das partes, mas, contraditoriamente, também como um vínculo público e regulado pela Igreja e a Monarquia. Por isso, o relacionamento entre homens e mulheres estava também associado à repressão e censura de vícios (luxúria e cobiça, por exemplo), mas também ao encorajamento explicito ou não de virtudes desejadas para o casal, tais como a continência e a generosidade.

[89] KLAPISCH-ZUBER, C. *Op. cit.*

Por outro lado, se, em um só tempo, as *Partidas* seriam um texto jurídico voltado para o presente, a fim de regulá-lo, como também uma obra utópica que prescrevia exemplos de comportamento e relações humanas para o futuro próximo, não podemos esquecer que, num ou noutro caso, os vícios e virtudes não eram eqüidistantes para homens e mulheres, e a complexidade das relações de gênero não aparecem dissociadas de outras distinções e desigualdades sociais. Onde surgem as antinomias e hierarquias sociais (senhor/vassalo; nobre/não-nobre; clérigo/leigo; abade/monge; pastor/convertido; filho legítimo/filho ilegítimo; libertador/liberto, etc., são mencionadas as relações de oposição, subordinação e interdependência supostamente geradas entre "varon" e "muger".

Quando as relações de gênero não são representadas em termos claros, é a política do esquecimento que funciona como estratégia de afirmação de poder. As Partidas caracterizam a *sponsalitia largitas* como "doação de esposo", silenciando a posterior mutualidade

desse ritual, porque as concessões femininas são encaradas como eventuais devido a sua suposta natureza. Por isso, doa-se mutuamente, e homens e mulheres concedem bens como dons, mas, contraditoriamente, as mulheres eram vistas como avarentas e cobiçosas. Além disso, apesar de ambos fazerem parte do plano divino, da harmonia desejada por Deus, do amor que ligava cada ser humano entre si, as mulheres poderiam ter status jurídico tido como inferior aos homens. De forma semelhante, podiam ser proprietárias de bens, mas prioritariamente a conservação, administração e recepção dos frutos das propriedades concedidas seriam funções assumidas pelo marido. No caso das arras, as mulheres não foram excluídas em absoluto, porém, evidentemente, vinham em segundo plano.

Na análise histórica, é muito importante declarar que há outras formas de relações de gênero que nos permitem não domesticá-las, porém também não podemos deixar de lado os vínculos considerados binários vistos e revistos nas suas configurações medievais. Afinal, se, por um lado, existem discursos que valorizam o casal, o consentimento mútuo e a aparência de acordos jurídicos complementares sem a influência da parentela, há, por outro, assimetria, "assujeitamento" e subordinação do feminino ao masculino, e também aproximações com outras desigualdades sociais.

Dizer que a Idade Média produziu discursos misóginos já se tornou um *tópos* historiográfico, embora continue sendo interessante saber como as naturalizações são construídas, mantidas e legitimadas. No século XIII, o pensamento misógino tornou-se mais complexo. Para as fontes as quais nos dedicamos, esse pensamento ganhou um viés mais "científico" e fundamentado dentro de parâmetros culturais e teológico-jurídicos que mesclaram os discursos bíblicos, patrísticos, romano-canônicos, feudo-contratuais, agostinianos, aristotélicos, eclesiásticos e monárquicos. Tudo isso estava envolvido por uma aura de dignidade e autori-

dade que servia tanto às universalizações, que diluía as mulheres na categoria de "homem", como também às desigualdades e distinções do feminino no plano das representações sociais.[90]

[90] Gostaria muito de agradecer as professoras Carla Pereira Lima e Valéria Fernandes da Silva por terem lido e sugerido diversas modificações nas versões originais desse artigo. Os debates com elas têm servido de referência para os meus estudos sobre as diretrizes de gênero e para a crítica feminista do cotidiano.

DOSSIÊ

Gênero e Literatura

A Nova Literatura Brasileira: personagem masculina, escritura de mulher*

Eliane Ferreira de Cerqueira Lima

Resumo: Esta análise crítica da antologia organizada por Luiz Ruffato, 25 mulheres que estão fazendo a nova literatura brasileira, examinam a construção de uma personagem masculina sob um olhar artístico de uma mulher, explicitamente presente ou de forma encoberta, de seu perfil e dos vários níveis de relacionamentos estabelecidos entre ela e as personagens femininas.

Palavras-chave: Antologia, Masculino, Perfil, Relacionamentos, Mulheres.

Abstract: In this critical analysis of an anthology organized by Luiz Ruffato, 25 important women of the new Brazilian literature, examine a masculine character's construction under an artistic view point of a woman, which is sometimes explicit and other times not. Profiles and several levels of relationships that are established between the woman and the characters are as well examined.

Keywords: Anthology, Masculine, Profile, Relationships, Women.

O presente artigo é uma leitura atenta da coletânea *25 mulheres que estão fazendo a nova literatura brasileira*, or-

Eliane Ferreira de Cerqueira Lima. Doutoranda em Literatura Brasileira pela UFRJ, ligada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Mulher na Literatura (NIELM) da mesma universidade.

* Texto apresentado como conclusão no curso regular (Doutorado) da Professora Doutora Rosa Gens — "Narrativas em exame: ficção brasileira contemporânea" — na UFRJ, no primeiro semestre de 2005.

ganização de Luiz Ruffato, especificamente, no que ela pode representar de um olhar artístico de mulher como delineador de um perfil masculino.

O tema foi sugerido, indiretamente, pelo comentário de Regina Dalcastagnè[1], aposto nas contracapas da referida coletânea, quanto ao fato de que "ainda se possa distinguir um tom mais confessional" e "o predomínio de protagonistas mulheres, como se falar dos homens não lhes coubesse". Onze contos desta coletânea são enunciados em primeira pessoa, com um narrador feminino e outros seis têm, ainda, a mulher como centro de seu interesse direto. Esta análise se constitui, então, em prova da contestação formulada pela estudiosa ao final de sua afirmativa, demonstrando como, em quase todos os textos, de forma clara ou tangencial, esses homens narrativos são "falados" por suas criadoras, sem deixar, entretanto, de fixarem as próprias mulheres como objetos de seu interesse.

[1] Professora do Dep. de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília.

Deve-se salientar, todavia, que não há nenhuma presunção de que esse perfil seja uma verdade antropológica para as escritoras aqui analisadas e que se mantém sempre o entendimento de que ficção é uma licença para vôos imaginativos, sem compromisso estrito com a crença ou a verdade pessoal do escritor. Escrever é empreender uma viagem dentro de uma nave chamada fantasia.

A análise se inicia com uma visão mais superficial e abrangente dessa personagem masculina em seus aspectos comuns, mas parte, aos poucos, para um aprofundamento desse perfil e do relacionamento feminino-masculino que surge desse exame: há contos em que a presença do homem é encoberta parcial ou inteiramente ou em que o homossexualismo feminino ou masculino inviabilizam a contraparte sexual; há contos em que a voz masculina assume a narrativa e se autodefine ou aqueles em que o embate dos gêneros apresenta-se sob uma alomórfica relação mãe-filho.

Em tramas dramáticas ou francamente humorísticas, o homem, de uma forma mais geral, é caracteriza-

do negativamente: indeciso e sensível a ponto de chorar, como nos contos "*Psycho*" e "*Uma alegria*"; infantil — nomeadamente "um moleque um menino", no citado anteriormente —; meio maníaco e superficial, como em "*Flor roxa*"; capaz do estupro e da tortura, como em "*Mundos paralelos*"; alcoólatra, como se vê em "*D.T.*"; inseguro, mal-humorado e solitário, como se apresenta em "*Nós, os excêntricos idiotas*"; "tristonho", "enfadonho", "entediado", "bobão", como o príncipe que se vê em "*Silver Tape*", ou simplesmente incluído no rol dos "homens idiotas", enunciados em "*Bondade*", até a extrema caracterização das personagens de "*O sétimo mês*": o "hipocondríaco", "macho predador", "homem hipersentitivo" (sic), "dado a rompantes histéricos tão femininos", no caso de Fred, ou com "surto psicótico", caso de Otto, que "Parecia mais uma mulher tendo surto de parto, só que era um homem...". E é de tal conto o trecho hiperbólico destacado a seguir, o qual, se por um viés gozador, radicaliza uma visão feminina, mesmo levada em consideração a intenção satírica, pode ser significativo do discurso geral com que esse homem é surpreendido nos textos: "...se viraria contra ela como um bicho-papão de pesadelo infantil, uma hidra de sete cabeças, um crocodilo esfomeado. E o réptil abriria a sua tremenda bocarra esverdeada, cheia de algas e dentes pontiagudos, à cata de carne jovem e de sangue, e a comeria viva."(p.102).

Descer a algumas considerações mais detalhadas, no entanto, é possível em vários contos.

Pode-se começar pelo estudo de dois textos que, apesar de não contrariarem o perfil genérico do homem esboçado em toda a coletânea, são aqui referidos de forma particular por anexarem uma presença feminina com uma função especial no relacionamento de gênero.

Se no conto "*Um oco e um Vazio*", de Cíntia Moscovich, a narrativa, aparentemente, delimitava, através da protagonista, a figura feminina como dependente, submissa, em última análise, inferior, na economia signifi-

cativa do texto, resgatada por uma aprendizagem que se visualiza como sexual, mas que amplia suas fronteiras, a posição se clarifica e, ao final, se inverte conforme se depreende por "Cobriu-o com o lençol, protegendo-o", posição que se resume, de forma conclusiva, naquele "piedosa" final (p.273).

Em "*Uma alegria*", de Cláudia Lage, a protagonista, mesmo em uma idade que a afasta, extremamente, no tempo, da personagem do conto anteriormente aludido, movimenta-se, narrativamente, dentro da mesma posição hierárquica de gênero, o que põe em relevo a absorção, no universo representativo da literatura, do já tão discutido papel da mulher na sociedade. Mas aqui a aprendizagem sexual se extrema, porque além de ser empreendida de forma solitária pela própria mulher, revela um homem inseguro, atônito, infantil, que desequilibrado e destituído de seu pedestal apolíneo, é conduzido, já agora, pela experiência feminina, embora de forma não intencional, para uma posição de eqüidade que, ao contrário do que se poderia supor, os faz atingir, juntos, finalmente, a felicidade.

Caminhando na sondagem da figura do homem, pode-se localizar alguns contos em que tal presença é praticamente eclipsada, como o texto de Nilza Rezende, "*Por acaso*": essa figura aparece pulverizada na idéia genérica do "amor", do "casamento", no aproveitamento da trilogia bíblica, resgatada para "pai, mãe e filho" ou, aprisionada em um interlocutor mudo, sem opinião ou reação, possivelmente, apenas um elemento do fluxo de pensamento que domina o conto, vê-se, praticamente, desmaterializada.

No conto "*Mãe, o cacete*", de Ivana Arruda Leite, a importância do masculino, pelo menos em seu papel parental, se estabelece na pergunta derradeira — "— E pai... o que é um pai pra você?" —, cuja resposta reveladora imaginada pelo leitor deve preencher um não-discurso, que, como vazio narrativo, magistralmente, termina por se configurar, então, em um recurso enunciativo ficcional judicativo, o que, por sua vez,

suaviza e libera a figura materna de todas as suas qualidades negativas enumeradas... mas presentes, afinal.

No conto "*Desalento*", de Tatiana Salem Levy, identifica-se uma figura de pai, absolutamente sem qualificações, par de um relacionamento desfeito, cujo único indício é aquele "mulher do pai" (p.216), a respeito de uma fotografia, sem registro de emoção ou sentimento da protagonista, impossibilitados, em última análise, pela presença colossal da dor maior da perda do filho, a qual, como uma avalanche, preenche todos os espaços.

O extremar desse afunilamento do masculino se traduz no sétimo conto, cujo sugestivo título "*Gertrudes e seu homem*", de Augusta Faro, profetizaria a quebra de uma tendência geral do coletivo dos contos, induzindo o leitor a conjeturas de um homem perfeito em um amor perfeito, sedução e mistério mantidos na trama textual e ampliados até suas personagens. Urdida pela personagem principal, dominando o imaginário ficcional como símbolo de homem ideal, desejado por todas as mulheres e odiado pelos homens, tal personagem masculina revela-se, ao final, uma impossibilidade, um logro, um desejo irrealizável, como já se vinha pressentindo pelas "amarguras" da protagonista, enfaticamente reiteradas e seu "olhar cor de chuva, de tormento, de desvario e de profunda solidão", metáfora de enorme beleza plástica e poética. No entendimento desta análise, deve ser entendida como a alegoria desse masculino, um juízo de valor simbolizado na ação das mulheres que, ao despedaçarem o boneco/amante, despedaçam a fraude e o sonho, juízo de valor que perpassa muitos outros dos vinte quatro contos.

São poucos os textos em que a fixação dos caracteres da personagem masculina é feita sob uma ótica relaxada e benevolente. Dessas, podem ser destacadas as da família de Emília em "*O sétimo mês*" — "Seu pai e irmãos eram homens de voz mansa, calmíssimos, carinhosos, homens que nunca, nunca gritavam, de ótima índole."(p.97) — e o auto-resgatado Fred. Se ao final do conto, este se transforma no "transbordante

de carinho", "Mais macho do que nunca, bicho-homem, parceiro" (p.113), no princípio é caracterizado como "dado a achaques meramente imaginários", "homem-criança que mamou no seio mau", "sátiro letrado", descrito sempre em uma linguagem deliciosamente exagerada, prenhe de graça, recurso, aliás, que encaminha todo o texto e mantém o leitor como refém de um tom espirituoso, que submete até o ar de tragédia, estrategicamente tocado em alguns momentos para lhe servir de reforço, mas num humor que jamais resvala para o puramente cômico, ao contrário, realiza-se dentro de uma linguagem bastante cuidada, cheia de recursos artísticos e, compondo um todo poético, cujo plano inicial, cuidadosamente desenvolvido, revela e utiliza, com maestria, uma cultura humanística eficientemente aproveitada no texto.

É importante ser citado o Ângelo, de sugestivo nome, em "*A um passo*", da escritora Rosa Amanda Strauss. Inserindo-se na atmosfera de quase irrealidade em que se movimenta a personagem central, que tem como cenário, paradoxalmente, uma realidade bastante concreta visual e socialmente falando, a personagem masculina compõe com aquela a intangibilidade de uma origem e de um futuro, pleno de ambigüidade — ladrão e doce parceiro, latino e europeu, macho e filho, homem e mulher.

Também deve ser apreciado o conto "*O morro da chuva e da bruma*", o qual, imbuído de um clima de "paz e amor" dos anos setenta, motivo principal da intriga, traz duas personagens masculinas. O primeiro, um pai de empréstimo, que vai além de suas funções paternas, dilatando-as em mãe e guru: "Era velho, monocromático, de olhos acastanhados como toda a sua pele, cabelos escuros onde serpenteavam fios brancos e honrados, de voz mansa e fala sábia." (p.331-332) e que ensinou à protagonista "a calma de viver um dia de cada vez". E é, ainda, o depoimento da narradora que restaura a positividade da presença viril subvertida nas narrativas estudadas: "O Destino foi sábio ao

dar-me um pai e não uma mãe." (p.333). Completando o tom de apaziguamento com a figura masculina do conto, o qual, talvez, por isso, encerre a seleção, surge o Poeta, por quem a personagem nuclear se apaixona, figura de artista, com seu riso manso e seu "rosto de Jesus", elevado, então, o homem a uma posição um pouco acima dos mortais, em uma zona meio mística.

Há, ainda, um outro aproveitamento da personagem masculina nesta seleção de contos, introduzida de uma forma oblíqua, por um viés de discussão bastante atual, presa a criação literária a seu tempo, tendência pós-moderna: o homossexualismo.

A observação do elemento masculino no conto "*No céu, com diamantes*" — Luci Collin — leva à percepção de uma indeterminação ou anulação de limites preestabelecidos, recurso utilizado de todas as formas possíveis, inclusive na própria estrutura do texto ou na definição do gênero literário. Essa indecisão, proposital embora, se faz notar, indiretamente, na qualificação do vocábulo "personagem" na pseudo-nota 3 (pé-de-página, p.70): o "dois ou mais gêneros", inviável gramaticalmente em português, quebra, desse modo, o encaminhamento lógico pelo qual a leitura estava sendo conduzida, desviando-o para a única noção significativa possível, a sociocultural. Nos diversos segmentos justapostos que compõem o texto da escritora, é a admissão desses "dois ou mais" que vai se realizando, desde o "talvez eu seja apenas um rapaz" (p.72) e a citação do travesti famoso Luizelena Trintade até o "eu" do segmento denominado "Tudo mentira", que cobiça a "mulher do próximo e do antecedente", mas também "o marido da minha melhor amiga" ou "a amiga do meu melhor marido", transitando, sem cerimônia, entre as várias alternativas de gêneros.

Despreocupadamente, como em "*Bondade*", de Simone Campos — "Aqui e ali, soltava pistas da minha admiração pelas meninas." (p.32) — ou envolta no culpado sentimento místico de "*Madrugada*", de Heloísa Seixas, que traz do conto de horror a expectativa, en-

volvendo o conto de outra categoria na mesma atmosfera de medo, a assunção, pela personagem feminina, de uma preferência amorosa pelo mesmo sexo descarta o relacionamento com o oposto.

São as próprias palavras da protagonista do segundo conto que servem como testemunho da superficialidade dessa relação anterior:

> *"Tinha tido homens, muitos, na minha vida errante, solitária. Mas sempre passei por eles como um navio em águas profundas, flutuando ao largo, incólume diante dos rochedos espalhados ao longo da costa. Nunca um deles me rasgou o cascou, me fez soçobrar".* (p.290).

Dois outros contos do livro ora abordado utilizam, igualmente, a temática homossexual em seus enredos, já agora no que diz respeito aos homens. Um, de forma colateral, ao caracterizar, descontraidamente e com certa leveza humorística, o professor de inglês Glauco, personagem secundária, em "*Um elefante*" — Állex Leilla — e o outro, colocando o foco em um dramático enredo de amor, em "*Considerações sobre o tempo*" — Adriana Lunardi. O tratamento dado ao homossexualismo masculino, nos dois textos, mantém sempre uma posição bastante neutra, sem emissão de julgamentos e, no segundo texto, aproveita o tema para compor uma comovente história de amor, que, se termina com um final não feliz, se deve, estritamente, a um descompasso de relacionamento, que se insere em qualquer convivência humana. Mas, ao optar pela temática referida, o segundo conto varre, inteiramente, a relação amorosa com o feminino da construção narrativa.

Outro aspecto bastante relevante é o da enunciação feita em primeira pessoa, com um narrador assumidamente masculino. A estratégia, como um discurso que autocaracterizaria esse sujeito, transmite a validade da verossimilhança e camufla, na verdade, uma autoria de mulher e um posicionamento crítico desta em relação ao sexo oposto.

Se em "*Um elefante*", de Állex Leilla, o narrador, inseguro, solitário, se movimenta "dentro de um mar imaginário (p.201), traduzida a avaliação da mulher amada sobre ele no trecho "Plástico tão barato, teu olhar me empurrando pro fundo do esgoto" (p.201), em "*Glória*", de Guiomar de Grammont, um escritor, que confessa que "Não conseguia deixar de ser garoto" (p. 149) e classifica a si mesmo como "azarão" e "filho da puta" (p.145), sob um discurso posto em dúvida por toda a narrativa, apresenta-se como crédulo, manipulável e, profissionalmente, uma fraude.

Em "*Minha flor*", o discurso em primeira pessoa, enfaticamente grosseiro, machista, acaba se constituindo em um discurso polifônico, dialogal, em que a palavra feminina chega ao leitor através de um filtro masculino. Através do discurso direto, essa voz caracteriza o masculino, o feminino e a própria enunciação.

O conto "*Pão físico*" se configura em dois textos anteriormente postos, para culminar, de modo significativo, em um terceiro, sob a forma de uma carta de um sujeito masculino, de profunda emotividade, pelas relações estabelecidas com uma irmã, onde se percebe uma submissa idolatria, de amor incestuoso, de mágoa e rancor, que acentua um sentimento agudo de desvalorização de si mesmo: "... no fundo soube-me pequeno como sou, com a arrogância dos homens pequenos." (p.64).

Em grandes linhas, estes são os dados sobre personagens que, pontilhados aqui e ali, compõem um retrato descontínuo do masculino.

Mas há, além desses, um fato que pode ser observado e vale ser comentado: a oblíqua vinculação maternal, embora variante em muitos aspectos, que se estabelece em alguns contos com uma personagem masculina adulta.

Em "*Considerações sobre o tempo*", sobre uma presença narrativa que "era fundamentalmente um menino que gostava de desenhar." e que "Preservara, não sei a que custo, a fome da criança diante de folhas de

papel e lápis de cor." (p.232), a ligação com a mãe é estabelecida, significativamente, como a origem, não só da vida biológica do filho, mas também, de forma relevante para o enredo, como metáfora de um cordão umbilical que se realiza em arte: "Um novelo de lã, tirado do cesto da mãe, eis o mistério de sua arte. O formato, o colorido e o enredo de fios sendo tecidos até virar outra coisa nas agulhas que a mãe regia eram o substrato lírico de Guilherme, sua infância perdida, seu rosebud." (p.232).

Em "*Um elefante*", a figura da mãe, citada duas vezes, acaba sendo quase como uma marca, como se vê em "As violetas, as calancóis, todas as flores que enfeitam meu pequeno espaço são coisas que minha mãe deixou em mim e nunca saem" (p.182). É necessário se observar que, em ambos os textos, não há uma efetivação de relacionamento amoroso posterior, que interfira nesse contato primeiro com a mulher: o apenas projeto de ligação afetiva no segundo — "... um elefante que ama estrelas improváveis, ilúcidas, intangíveis" (p.187) — e completa anulação no primeiro.

Se nos dois textos citados anteriormente a figura genitora é explicitamente trazida para a tessitura narrativa, "*Pão físico*" pode ser estudado como o primeiro dentro de um grupo de contos em que essa figura é dissimulada e disseminada em personagens femininas de naturezas relacionais outras no que se refere à personagem masculina. O protagonista, em carta à irmã, confessa "... tentar sem nenhum heroísmo seguir o seu lema" (p.56), o que pode ser equiparado a aquelas "coisas que minha mãe deixou em mim e nunca saem", mencionado no parágrafo anterior, abrindo um leque maior de significados para a ligação fraterna no conto e precisando-lhe o valor, além dos já identificados anteriormente neste trabalho, cuja origem é, incipientemente, pressagiada nos trechos "condição de órfãos" ou na "falta do carinho da mãe que não conhecêramos..." (p.60). E tal desvirtuado sentimento começa, realmente, a se definir em "Sua figura me inspira-

va, falava de você num tom mítico, você era plena, sol do meio-dia e lua cheia." (p.61). Contudo é o trecho "Criatura mítica, você, espécie de Deméter, majestosa..." (p.62) que, finalmente, interpreta um dos aspectos da verdadeira disposição afetiva de Eleno por Carminha.

A recorrência do ângulo mítico-materno da mulher, no texto anterior traduzido no mito grego, está sempre presente no imaginário humano, porque agora surge modernizado e metamorfoseado em entidade afro-brasileira, em "*A um passo*" e vai sendo lançado, discursivamente, aos poucos: "Mas que sabia que uma mulher iria salvá-lo" (p.307). "Sempre que alguém tenta me matar, aparece uma mulher e me salva, diz ele. Então, vejo a guia de Iemanjá no pescoço dele e digo que vamos ver o mar" (p.307). Contudo a protagonista, mesmo confusa em seu trajeto de desmemoriada, compreende o processo, junto com o leitor, e verbaliza: "Não sou sua mãe" (p.307). Como nos demais contos ora avaliados, esse sentimento é envolvido em emoções erótico-amorosas.

A personagem Lúcia de "*O sétimo mês*" é uma das responsáveis mais fortes pelo emaranhar de sentimentos, social e culturalmente considerados de espécies diferentes, que se ilude completamente ao se apaixonar por um homem que ela acredita "tão forte e tão frágil, tão sem defesas" (p.115), transformando-o, assim, em um menino de sua mãe: "Como queria estreitar contra seus seios maternais aquela cabeça de homem..." (p.115-116).

O conto "*Mãe, o cacete*", de Ivana Arruda Leite, explicitamente, problematiza e subverte o senso comum sobre a questão materna — "Mãe é sinônimo de atraso, degradação. Mãe deforma a cabeça da gente." (p.205) —, no que diz respeito à protagonista. Mas é no comentário capcioso rejeitado pela personagem central — "Praticamente uma mãe" — para o enumerar das características daquele binômio mulher-homem construído no texto — "— Sou a mulher que dorme

com ele, que faz a comida dele, que cuida da roupa dele, da casa dele."(p.208) —, que a sacralização materna é ironicamente desconstruída.

Para fechar este último aspecto do relacionamento de que tratam os parágrafos anteriores, deve-se examinar no conto "*D.T.*", o vínculo que prende a infeliz menina Francilene a seu pai, vínculo que ultrapassa o amor filial, principalmente se comparado às outras duas filhas que, mais velhas, porém amedrontadas, abandonam a casa. Contrariando toda a lógica de uma menina de sete anos que deveria ter ido com as irmãs, esse vínculo a mantém em casa, assumindo as tarefas da mãe, a qual, como companheira, não tolera o sofrimento. Suportando a fome, a solidão, lavando sua roupa, fazendo sua comida, protegendo o pai, velando por ele, ou seja, invertendo as posições, a pequena personagem apresenta cuidados de mãe, diante de um pai cujo discurso ignora sua dedicação e presença inteiramente, em uma indiferença de filho ingrato. Mais do que os outros, o conto oferece ao leitor uma interpretação artística do comportamento viril diante da pobreza e do desamparo, mas, sobretudo, de uma personagem feminina que realiza, plenamente, no presente, aquilo que deveria ser apenas uma promessa do futuro.

Sem juízo de valor quanto à qualidade dos textos, este exame da seleção de contos, se prendeu à verificação da construção de uma personagem masculina sob a ótica ficcional feminina.

Oscilando, em todas as possibilidades gradativas, entre o tom dramático e o francamente cômico: assumindo inteiramente a ação do homem na ficção — o amante desejável, o companheiro amigo, o machão castrador, o estuprador ou o assassino — ou apagando-o do embate narrativo, sob as mais variadas estratégias — ausência ou homossexualismo — ou, ainda, revelando uma conexão afetiva que traz embutida a metamorfose do sentimento materno-filial, os contos que o silenciam, falam, ainda, do homem, mesmo quan-

do, como bem disse Regina Dalcastagnè, o tom discursivo é confessional e investigativo da condição da mulher.

Referências

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou O que é fictício no texto ficcional. In LIMA, Luiz Costa (Sel., introd. e ver. técnica.), *Teoria da literatura em suas fontes*. 2 ed. (revista e ampliada). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. 2 v. p. 384-416.MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica*: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 1991.

RUFFATO, Luiz (org.). *25 mulheres que estão fazendo a nova literatura brasileira*. Rio de janeiro: Record, 2004.

SILVA, Rebeca Peixoto da et al. *Redação técnica*. Porto Alegre: Formação, 1974.

Luizinha e Vidinha: protótipos femininos na literatura brasileira do séc. XIX

Edwirgens Aparecida Ribeiro Lopes de Almeida

Resumo: Este estudo tem o propósito de examinar a postura feminina no século XIX na obra literária *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, e tem como referência o comportamento, respectivamente, passivo e transgressivo, das personagens Luisinha e Vidinha.

Palavras-Chave: Mulher, Transgressão, Subordinação, Casamento, Patriarcalismo.

Abstract: This study has the purpose to examine feminine profile in the 19th century in the literary work '*Memorias de um Sargento de Milícias*' by Manuel Antônio de Almeida, and has as reference behavior, respectively, passiveness and transgression, of the characters '*Luisinha*' and '*Vidinha*'.

Keywords: Feminine, Transgression, Literary work.

> *Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo.*[1]

A chegada dos portugueses ao Novo Mundo trouxe consigo tradições e formas particulares de uma or-

Edwirgens Aparecida Ribeiro Lopes de Almeida. Mestranda em Literatura Brasileira pela UFMG. Bolsista da CAPES.

[1] BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2 A experiência vivida. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 9.

ganização social. Essa organização fazia-se, especialmente, no campo da organização familiar e do controle da sexualidade.

As relações sociais e amorosas eram regulamentadas pela orientação ética, pela catequese e pela educação espiritual, além de exercer severa vigilância doutrinal e de costumes pelo sermão dominical, pela confissão e pela ação da Santa Inquisição, que por aqui passou entre os séculos XVI e XVIII, explica Mary Del Priore[2]. A mentalidade patriarcal, de superioridade do homem sobre a mulher, foi intensificada pela ação da igreja, que explorou as relações de dominação entre os sexos. Essa relação de poder marcou o convívio familiar e condenou... "a esposa a ser uma escrava doméstica exemplarmente obediente e submissa. Sua existência justificava-se por cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa e servir ao chefe da família com seu sexo".[3]

Várias particularidades havia nas relações familiares da Colônia, acrescenta a historiadora. O hibridismo cultural, a vida rural da maioria da população, a ausência de escolas e de bibliotecas, os valores e hábitos diversos de famílias mestiças agirão sobre os afetos e amores. A falta de privacidade e a precariedade do cotidiano em que vizinhanças de parede-meia, casas dos senhores com muitos agregados, escravos e parentes, enfim, uma real falta de liberdade. Mesmo assim, a metrópole incentivava o aumento da população e o abrandamento das regras que dificultassem o casamento, delegando regras civis ou religiosas que controlassem o instinto sexual.

> *"O instinto sexual não controlado pelas regras do casamento se transformava em luxúria e paixão nas páginas de moralistas. Ou em doença grave, nas teorias médicas da época. Ao ordenar as práticas sexuais pelos campos do certo ou errado, do lícito e do ilícito, a Igreja procurava controlar justamente o desejo. E a luta pela extinção ou domesticação do amor-paixão vem na rabeira dessa onda".*[4]

[2] PRIORE, Mary Del. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

[3] Idem, Ibidem, p. 22.

[4] Ibidem, p. 23.

Na Colônia, o casamento de razão era superior ao casamento de emoção. Principalmente para as mulheres, o casamento era uma tarefa a ser suportada. Esse, dentre outros motivos, fazia com que a maioria da população vivesse em concubinato ou em relações consensuais, não legitimadas pela Igreja. É certo que, nessa época, apenas membros de classes subalternas tinham liberdade para escolher seus companheiros. O fluido amoroso nessa camada da população era intenso, isto é, trocava-se facilmente de amores. Essa espontaneidade era decorrente da ausência de interesses políticos e econômicos a serem preservados. Foram nessas circunstâncias que se formou a família brasileira, pela presença masculina no campo do confronto e da vingança e a mulher moldada para a passividade e subserviência.

No transcorrer dos anos, vários acontecimentos dessa sociedade patriarcal tradicional foram reproduzidos, escritos e pintados através da arte. Em meados do século XIX, sob o correr da pena de Manuel Antônio de Almeida, é escrita a obra *Memórias de um sargento de milícias*. Essa narrativa, embora venha a público em 1852, refere-se aos primeiros anos do mesmo século, e nos revela, com sentimento de realidade, como eram estabelecidas as relações de gênero no Rio de Janeiro do dado período. A organização urbana e familiar precária dessa sociedade carioca no tempo do rei D. João VI, é retratada através dos amancebamentos, concubinatos, malandragens, favores, transgressões e pela inversão dos comportamentos femininos e masculinos no período patriarcal.

Numa sociedade sob a hegemonia do patriarcalismo, a distinção de papéis sociais é derivada, principalmente, do sexo. A educação familiar e a ação da Igreja fizeram com que homens e mulheres se distanciassem e exercessem funções definidas. Assim, desde crianças, homens e mulheres vão se habituando ao que é "certo ou errado" para cada sexo. Sendo menino, era preciso buscar sua independência, e não expressar tris-

teza através do choro, pois poderia ser compreendido como sinal de fraqueza. Para as meninas, a afetividade e a doçura eram imprescindíveis, pois simbolizavam a obediência. Devido a esse comportamento, na vida adulta, a mulher tende a passar da tutela do pai para a do marido. A transgressão dessa obediência, comenta Maria Beatriz Nader, pode acarretar em sentimento de culpa para algumas mulheres[5].

[5] NADER, Maria Beatriz. *Mulher:* do destino biológico ao destino social. 2. ed. Vitória: Edufes, 2001.

Diferentemente do que ocorreu com as meninas, o menino era estimulado a sair do ambiente doméstico, a pular, a se machucar e se envolver com outros meninos a fim de criar mais autonomia e independência. Já a menina, era orientada a seguir o papel da mãe nos afazeres domésticos, brincar de boneca e de casinha, preparando-se para a vida adulta de doméstica, esposa e mãe. Nesse contexto, o homem passaria a ser definido pela autonomia e pela capacidade de produção, enquanto a mulher teria como características fundamentais, o acolhimento da família e a maternidade. Ocupando-se do marido e dos filhos com proteção, fidelidade, renúncia, cuidados com o futuro social, afetividade pessoal, carinho e entendimento, a mulher estaria representando um modelo de sociedade centrado na submissão feminina.

Contudo, o que a recente historiografia tem demonstrado é que, nem sempre, a mulher e o homem ocuparam esses papéis predefinidos. Interessa-nos ressaltar que, desde a Antigüidade, conhecemos relatos de resistências femininas a essas condições de subordinação e acolhimento ao sexo masculino. Conforme exposto, centramos nossa atenção nas personagens femininas Luisinha e Vidinha, criações de Manuel Antônio de Almeida, presentes na obra *Memórias de um sargento de milícias* para, sucintamente, examinarmos a postura feminina nos primeiros anos do século XIX. Como constatou Ivete Walty, nessa obra, é possível identificar "... duas faces das mulheres daquele tempo: a de vida livre e a de comportamento recatado"[6]. Representadas, respectivamente, neste estudo, por

[6] WALTY, Ivete. Implicações sociais do elemento picaresco nas Memórias de um sargento de milícias. Belo Horizonte: FALE, 1980, p. 56.

Vidinha e Luisinha, convém conferir a análise do crítico Antônio Cândido para essa representação feminina na obra:

> *"Luisinha e Vidinha constituem um par admiravelmente simétrico. A primeira, no plano da ordem, é a mocinha burguesa com quem não há relação viável fora do casamento, pois ela traz consigo herança, parentela, posição e deveres. Vidinha, no plano da desordem, é a mulher que se pode apenas amar, sem casamento nem deveres, porque nada conduz além da sua graça e da sua curiosa família sem obrigação nem sanção, onde todos se arrumam mais ou menos conforme os pendores do instinto e do prazer".*[7]

[7] CÂNDIDO, Antônio. Dialética da malandragem. In: *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993, p. 40.

É perceptível, na exposição do crítico, essa reiteração da presença marcante de dois tipos de mulheres da época. Uma tem deveres a cumprir e satisfações a dar à sociedade, enquanto à outra tudo é permitido, pois não faz parte de uma sociedade organizada, mas sim, simboliza o descompromisso, a ilegalidade e a ilegitimidade.

Luisinha era uma donzela "insossa, feia e esquisita", que nem conseguiu entrar para o rol das mais conhecidas mocinhas românticas, como constata Massaud Moisés[8]. Segundo observações do próprio narrador:

[8] MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1985.

> *"... era alta, magra, pálida; andava com o queixo enterrado no peito, trazia as pálpebras sempre baixas e olhava a furto; tinha os braços finos e compridos; o cabelo, cortado, dava-lhe apenas até o pescoço, e como andava mal penteada e trazia a cabeça sempre baixa, uma grande porção lhe caía sobre a testa e olhos, como uma viseira".*[9]

[9] ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. 36. ed. Rio de Janeiro, 1999, p. 53.

Através da fala do narrador, podemos deduzir, pelas características físicas da personagem, que essa teria a incapacidade de reivindicação de seus direitos, a submissão e o medo de olhar as pessoas e as coisas de frente a fim de enfrentar seus problemas. Sendo esse protótipo de mulher burguesa, submissa, paciente e

delicada, Luisinha casa-se com José Manuel para agradar sua tia, Dona Maria. Como era costume do tempo, o casamento entre duas pessoas de classe média rendia alguns interesses, daí a intenção de Dona Maria no casamento, pois o noivo era bem apatacado. Dessa forma, a união legítima dos dois agradou à Tia, "... porque enfim, segundo alegava, José Manuel era um homem sisudo e de juízo, tinha corrido mundo, e não era nenhuma criançola (...) que não fosse capaz de tratar bem de uma moça[10].

[10] ALMEIDA, *op. cit.*, p. 85.

No entanto, a união não ocorreu de acordo com os sonhos de Dona Maria. Conforme observação de Massaud Moisés, o casamento de Luisinha e José Manuel representa o modelo de casamentos à moda romântica. Legítimo, porém dotado de interesses e insensibilidades. Como destaca o próprio narrador da obra *Memórias de um sargento de milícias,* após o casamento:

> *"Nunca mais Luisinha vira o ar da rua senão às furtadelas, pelas frestas da rótula: então chorava ela aquela liberdade de que gozava outrora; aqueles passeios e aquelas palestras à porta em noite de luar; aqueles domingos de missa na Sé, ao lado de sua tia com o seu rancho de crioulinhas atrás; as visitas que recebiam, e o Leonardo de quem tinha saudades, e tudo aquilo enfim a que não dava nesse tempo muito apreço, mas que agora lhe parecia tão belo e tão agradável. Tendo-se casado com José Manuel para seguir a vontade de D. Maria, votava a seu marido uma enorme indiferença, que é talvez o pior de todos os ódios. Pois a vida de Luisinha, depois de casada, representava com fidelidade a vida do maior número das moças que então se casavam: era por isso que as Vidinhas não eram raras".*[11]

[11] MOISÉS, *op. cit.*, p. 216.

De acordo com o próprio narrador, o estilo de vida imposto à mulher casada fazia com que as transgressões ocorressem, por isso era crescente o número de mulheres namoradeiras. Comumente, as mulheres casadas não cultivavam sentimentos amorosos pelo cônjuge, já que esse tinha, na esposa, o seu objeto de prazer e de procriação da sua espécie, além de ser ela

a pessoa responsável pelos deveres da casa e pelos cuidados com seus objetos pessoais. Assim era caracterizado o casamento por arranjos e acomodações. Nessa condição, Luisinha não demonstrou sofrimento diante da morte do marido, enfim o seu choro demonstrou apenas que era uma pessoa sensível aos acontecimentos trágicos ocorridos com qualquer ser humano. Essa análise, também foi percebida por Mário de Andrade ao se referir ao anti-romantismo de Luisinha, na ocasião da morte de José Manuel. Eis o trecho das *Memórias* extraído pelo escritor e crítico moderno:

> *"Estavam presentes algumas pessoas da vizinhança, e uma delas disse baixinho à outra, vendo o pranto de Luizinha: — Não são lágrimas de viúva... — E não eram, nós já o dissemos: o mundo faz disso as mais das vezes um crime. E os antecedentes? Porventura ante seu coração fora José Manuel marido de Luizinha? Nunca o fora senão ante as conveniências; para as conveniências aquelas lágrimas bastavam".*[12]

[12] ANDRADE, Mário. Introdução à edição das *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Martins, 1941, p. 311.

Nessa forma de casamento, é comum a preocupação com as provações sociais. Diante do público, o homem se fazia presente, procurando demonstrar seu papel de esposo, carinhoso e participativo da vida familiar. Essas características, muitas vezes, não faziam parte do cotidiano do casal.

Voltando nossa atenção para o memorando Leonardo, na ocasião do "fogo no campo", quando ainda eram crianças conheceu Luisinha, e apesar das "esquisitices" da menina, percebeu que estava amando. Porém, o destino os havia separado e ela se casado com José Manuel. Nesse ínterim, Leonardo conhece Vidinha. As características distintas dessas mulheres fazem o herói Leonardo pensar acerca do sentimento nutrido pela primeira. Vidinha se fazia encantar. Ao contrário de Luisinha, ela tocava modinhas, cantava, falava alto, enfim, participava do meio social. Leonardo então, admirava-se "... de como é que havia podido

inclinar-se por um só instante a Luisinha, menina sensaborona e esquisita, quando haviam no mundo mulheres como Vidinha. Decididamente estava apaixonado por esta última"[13]. Vidinha era o oposto de Luisinha e seu encanto pelos homens era muito efêmero. Vejamos a descrição do narrador:

> *"Vidinha era uma rapariga que tinha tanto de bonita como de movediça e leve: um soprozinho, por brando que fosse, a fazia voar, outro de igual natureza a fazia revoar, e voava e revoava na direção de quantos sopros por ela passassem; isto quer dizer, em linguagem chã e despida dos trejeitos da retórica, que ela era uma formidável namoradeira, como hoje se diz, para não dizer lambeta, como se dizia naquele tempo. Portanto não foram de modo algum mal recebidas as primeiras finezas do Leonardo, que desta vez se tornou muito mais desembaraçado, quer porque já o negócio com Luisinha o tivesse desasnado, quer porque agora fosse a paixão mais forte..."*[14]

[13] ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. 36. ed. Rio de Janeiro, 1999, p. 81.

[14] Idem, Ibidem.

Pode-se perceber, também, no excerto acima, que a recepção dos galanteios de Leonardo foi diferente para cada uma das mulheres. Como Vidinha tinha uma vida mais livre, trocava de companheiros com muita facilidade. Então recebia com atenção e interesse as "finezas" masculinas, enquanto Luisinha, na ocasião dos primeiros olhares de Leonardo, saiu sem nada dizer, de cabeça baixa, indiferente aos acontecimentos. Contudo, essa indiferença não simbolizava a ausência de sentimento, mas a incapacidade de ação. Luisinha era uma moça manipulada e dominada. O casamento com José Manuel foi um "arranjo" da sua Tia.

Como constatou o narrador, Vidinha trocava constantemente de namorados. Era disputada por seus primos, e com a chegada de Leonardo, havia outro motivo para as brigas entre eles. Porém, nas discussões, Vidinha sempre tomava partido de Leonardo. Mas, Leonardo era dotado, também, do fluido amoroso, e se envolveu com a mulher do Toma-Largura. Então, Vidinha sente-se enciumada e ofendida pela traição.

Relata o narrador:

> *"Vidinha era ciumenta até não poder mais; ora, as mulheres têm uma infinidade de maneiras de manifestar este sentimento. A uma dá-lhe para chorar em um canto, e choram aí em ar de graça dilúvios de lágrimas: isto é muito cômodo para quem as tem de sofrer. Outras recorrem às represálias, e nesse caso desbancam incontinenti a quem quer que seja: esta maneira é seguramente muito agradável para elas próprias. Outras não usam da mais leve represália, não espremem uma lágrima, (...), resmungam um calendário de lamentações. (...)*
> *Outras entendem que devem afetar desprezo e pouco caso: essas tornam-se divertidas, e faz gosto vê-las. Outras enfim deixam-se tomar de um furor desabrido e irreprimível; praguejam, blasfemam, quebram os trastes, rompem a roupa, espancam os escravos e filhos, descompõem os vizinhos: esta é a pior de todas as manifestações, a mais desesperadora, a menos econômica, e também a mais infrutífera. Vidinha era do número destas últimas".*[15]

[15] ALMEIDA, *op. cit.*, p. 97/98.

Nesses diferentes comportamentos femininos diante da traição, podemos identificar a manifestação do pensamento patriarcal da época. Se "... choram aí em ar de graça dilúvios de lágrimas: isto é muito cômodo para quem as tem de sofrer..." esse fragmento denota a preferência masculina pelas mulheres de comportamento recatado, ou seja, aquelas mulheres que, mesmo nos momentos de ciúme, raiva ou tristeza, guardam o sofrimento para si próprias, não o deixando atingir outras pessoas.

Ciente da traição, Vidinha se enfurece, mesmo com as promessas de Leonardo "... de comedir-se dali em diante, e de lhe não dar mais motivos de desgosto. Vidinha, porém a nada atendia, e caminhava sempre. O Leonardo recorreu a ameaças; Vidinha redobrou os passos: voltou de novo a rogativas; Vidinha caminhava sempre"[16]. Percebe-se aí, o temor masculino diante da ação feminina. Decidida a vingar-se da atitude de Leonardo, Vidinha vai até a casa do Toma-Largura. Deparando-se com ele, "... Vidinha não recuou um

[16] Idem, p. 99.

passo, não desfez uma ruga da testa, antes pareceu mostrar que a sua presença ali favorecia suas intenções; tanto que dirigindo-se a ele o foi apostrofando também pela seguinte maneira: — É vossemecê um homem que eu não sei para que traz barbas nessa cara..."[17]. É perceptível que, diferentemente da passividade de Luisinha, Vidinha interfere nas ações a fim de transformá-las em seus próprios interesses. E ainda, questiona a repreensão de que teria feito alguma asneira: "— Asneira... qual... fiz o que faz qualquer mulher que tem sangue na guelra..."[18]

Reagindo à traição de Leonardo, Vidinha se envolve com o Toma-Largura, marido da amante de Leonardo. Pois, o Toma-Largura, após ser ofendido e agredido por Vidinha, se interessa por ela. Essa seria uma evidência de que, muitos homens se sentem atraídos pelas mulheres que transgridem as normas ditadas pela sociedade patriarcal tradicional. Essas relações não eram normalmente legitimadas, uma vez que, para a realização do casamento, era costume do tempo os homens buscarem as mulheres mais submissas. Com seu sentimento ofendido por Leonardo, ela buscava, em sua atitude, vingar-se da traição. "Em certos corações o amor é assim, tudo quanto tem de terno, de dedicado, de fiel, desaparece depois de certas provas, e transforma-se num incurável ódio"[19]. Comentando a respeito dessas resistências femininas, Simone de Beauvoir, constata: "Ela [a mulher] se irrita por ser freada pelas regras da decência, embaraçada por suas roupas, escravizada aos cuidados da casa, detida em todos os seus impulsos"[20].

Para Leonardo, o enfurecimento e a vingança de Vidinha a tornou uma mulher desinteressante. "Tudo quanto em Vidinha havia de requebro, de languidez, de voluptuosidade tinha desaparecido; estava feia, e até repugnante"[21]. Sofrendo as conseqüências da postura ativa de Vidinha, Leonardo desperta as intenções de casamento com a pacata Luisinha que, agora, encontrava-se viúva.

[17] Idem, Ibidem, p. 100.

[18] Ibidem, p. 101.

[19] Ibidem, p. 102.

[20] BEAUVOIR, Simone de. *op. cit.*

[21] ALMEIDA, *op. cit.*, p. 98.

Então, logo que se seguiu a viuvez, a preocupação de Dona Maria em casá-la de novo denota que, o propósito do casamento, nessa época, era uma forma de proteção e amparo às mulheres. Durante a missa do sétimo dia, já se passava por Dona Maria "... à idéia casar de novo a fresca viuvinha, que corria o risco de ficar de um momento para outro desamparada num mundo em que maridos, como José Manuel, não são difíceis de aparecer, especialmente a uma viuvinha apatacada"[22]. A voz do narrador revela que, para as moças de vida recatada, o destino seria o casamento. E nessa união estaria a conotação da proteção e da estabilidade. O crítico Antônio Cândido prevê o futuro de ambas as mulheres relatadas e acrescenta, ainda, que, Luisinha virá a ser uma esposa caseira e fiel, e provavelmente, Leonardo seguirá as normas dos maridos tradicionais da época, formando um casal suplementar com Vidinha ou outra mulher, isto é, mesmo vivendo na ordem, continua perpassando pela desordem.

[22] Idem, Ibidem, p. 119.

Nessa educação de subserviência, Luisinha aceita as escolhas de sua madrinha, sua tutora e representante de seu pai, e não luta para mudar a seu destino. Como já nutria um sentimento por Leonardo desde a adolescência, com o amadurecimento, passaram a se ver de forma diferente. Como já havia passado pelos "deleites" e "sufocos" com uma mulher ativa, Leonardo, neste momento, busca a estabilidade através do casamento com Luisinha, já que essa possui todas as qualidades de uma companheira legítima. Esse casamento, por amor, ainda é contemplado pelas heranças dos dois, fator que, também, aproxima essa união dos padrões burgueses.

Abordando as diferenças de representações femininas na literatura do século XIX, Massaud Moisés constata que, por ser retratada ao natural, Vidinha roubou o papel da personagem principal, Luisinha. Nesse sentido, a personagem secundária "... se incorporou para sempre à galeria feminina da Literatura Brasileira, enquanto Luisinha se perde no *mare magnum* das donze-

las insossas que passeiam pela ficção romântica. (...) Vidinha nos mostra a face oculta, e mais próxima da realidade dos fatos, das Isauras e Rosauras"[23]. Acrescenta, ainda, que pode ser percebida, em Vidinha, a antecipação da personagem Gabriela, de Jorge Amado, uma vez que emergem do mesmo fundo social, trazidas por semelhante visão do mundo.

[23] Moisés, *op. cit.*, p. 218.

Com isso posto, vale ressaltar que tanto Luisinha, quanto Vidinha são criações que, juntamente com as outras representações femininas da obra, podem revelar algumas manifestações do comportamento e do caráter das mulheres da sociedade carioca, e do Brasil, dos primeiros anos do século XIX, período, ainda, sob a hegemonia do sistema patriarcal.

Referências

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. 36. ed. Rio de Janeiro, 1999.

ANDRADE, Mário. Introdução à edição das *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Martins, 1941.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2 A experiência vivida. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CÂNDIDO, Antônio. Dialética da malandragem. In: *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993. p. 123-152.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1985.

NADER, Maria Beatriz. *Mulher:* do destino biológico ao destino social. 2. ed. Vitória: Edufes, 2001.

PRIORE, Mary Del. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

WALTY, Ivete. *Implicações sociais do elemento picaresco nas Memórias de um sargento de milícias*. Belo Horizonte: Fale, 1980.

Cartografias literárias em devir: mulheres, escrita e subversão

Olívia Candeia Lima Rocha

Resumo: No poema "A mulher", Luísa Amélia de Queirós evidencia que o fazer literário constituía-se em uma prática interditada às mulheres piauienses, da mesma maneira em que elas eram excluídas de obterem reconhecimento social pela "prática escriturística", ou por meio de outras atividades sociais, culturais e políticas. Dessa forma ela sentia que as mulheres eram lançadas para além das margens da História, visto que esta, no final do século XIX, preocupava-se em registrar apenas os feitos dos homens na esfera pública. Assim, as mulheres não só estavam silenciadas, bem como, a História silenciava sobre elas.

Palavras-chave: Práticas literárias, Mulheres piauienses, História.

Abstract: The literature was a male field of action forbidden to women. Thus, we tried to analyze the Piauiense women actions between 1875 and 1940 to achieve literary spaces, highlighting the creation of the Butterfly Newspaper, the use of pseudonym, the pursuit of male agreement for the preface of books and the candidacies to literary academies.

Keywords: Scriptors' Practice, Piauienses women, History.

Olívia Candeia Lima Rocha. Mestranda em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

A mulher que toma a pena
Para lira a transformar,
É, para os falsos sectários,
Um crime que os faz pasmar!
Transgride as leis da virtude
A mulher deve ser rude
Ignara por condição!
Não deve aspirar a gloria!
Nem um dia na história
Fulgurar com distinção!

Mas eu que sinto no peito,
Dilatar-me o coração,
Bebendo as auras da vida,
Na sublime inspiração:
Eu que tenho uma alma grande,
Uma alma audaz que s'expande
No espaço a voejar.
Não posso curvar a fronte
Nesse estreito horizonte
E na inércia ficar!
Luísa Amélia de Queirós

Luísa Amélia de Queirós ousou não se conformar com os estreitos horizontes que a sociedade piauiense reservava às mulheres na época em questão, lançando mão da pena e publicando suas poesias em jornais, como *Telefone* (1883-1889), e editando os livros, *Flores Incultas* (1875) e *Georgina ou os Efeitos do Amor* (1898). Ela ressaltou, ainda, que as mulheres que assim procedessem eram vistas como criminosas, pois transgrediam as normas de conduta ditadas para a vida feminina no período, que devia voltar-se para o espaço privado.

Com o título *Flores Incultas* Luisa Amélia de Queirós denunciava o restrito acesso das mulheres à instrução, utilizando uma das imagens construídas sobre as mulheres no período, vistas como flores, belas e incultas.

Ao fazer essa crítica em seu livro de estréia, ela pretendeu mostrar que se as mulheres tivessem as mesmas oportunidades que os homens, seriam igualmente capazes de desempenhar papéis atribuídos ao espaço público.

Luísa Amélia de Queirós desejava que as mulheres alcançassem prestígio social e escrevessem seus nomes na História. Sua ousadia fez com que ela se revelasse como representante feminina no cenário literário da época sendo laureada Princesa da Poesia Romântica do Piauí e tida como primeira poetisa piauiense.

A atitude de Luísa Amélia de Queirós pode ser considerada feminista, segundo a definição de Duarte[1], que classifica como feministas, as ações individuais ou em grupo que questionam a discriminação da mulher e reivindicam a ampliação de seus direitos. Segundo ela, o acesso ao aprendizado da leitura e da escrita consistiu no primeiro direito básico reivindicado pelas mulheres brasileiras. A reivindicação da instrução feminina foi apresentada nos primeiros jornais fundados e dirigidos por mulheres a partir de meados do século XIX, como *Jornal das Senhoras* (1852) e *O Belo Sexo* (1862), ambos editados no Rio de Janeiro, sob a liderança respectivamente de Joana Paulo Manso e Júlia de Albuquerque Aguiar.

No início do século XX, também se registra a criação da revista *O Lírio* em 1903 (Recife – PE), pela piauiense Amélia Bevilaqua, Edwirges Sá Pereira[2], Úrsula Garcia[3], entre outras, constituindo-se na primeira iniciativa de uma publicação feita por mulheres no Nordeste. Essa publicação contava com a participação de mulheres de diversos estados, encontrando-se no exemplar n. 21 em 1904, um poema da parnaíbana Francisca Montenegro. Esse fato mostra-se relevante porque evidencia que escritoras radicadas no Piauí, como Francisca Montenegro, procuravam ultrapassar as fronteiras geográficas para divulgar seus trabalhos e evidencia que essas publicações configuravam-se

1 DUARTE, Constância Lima. MACÊDO, Diva Maria Cunha Pereira de (estudo, organização e notas). *Via-Láctea:* de Palmyra e Carolina Wanderley: Natal, 1914-1915. Edição Facsimilar. RN: Editora NAC, CCHLA/Nepam, Sebo Vermelho, 2003.

2 Ferreira (1996) informa que Edwirges de Sá Ferreira nasceu em Barreiros 1885 e faleceu em Recife 1958. Apresentou no Congresso Feminista do Brasil, realizado no rio de Janeiro, o discurso-tese, "Pela Mulher – Para a Mulher", que foi publicado no jornal a Época em 1912. Ingressou na Academia de Letras de Pernambuco em 1920, atuou intensamente na imprensa e publicou os livros, Campesinas (1901), Impressões e Notas, Influências da Mulher na Educação Pacifista do Após Guerra, Um Passado que Não Morre, Horas Inúteis (1960), publicação póstuma e deixou inéditos Eva Militante e Jóia do Turco.

3 Segundo Ferreira (2004), Úrsula Garcia nasceu no Ceará em 1864. Publicou artigos, poemas, crônicas e contos em jornais de Recife, onde faleceu em 1905. Escreveu os romances, O romance de Áurea (1904) e o Livro de Bela (1901), inédito.

como redes femininas de expressão cultural e literária.

A criação de jornais possibilitando a participação de mulheres de diversos estados, atuava na expansão da atuação literária feminina, instalando uma micro-revolução que forjava a criação de espaços e evidenciava a apropriação da prática escriturística pelas mulheres. Sendo plausível considerar que a criação da revista *O Lírio*, possa ter incentivado a fundação do jornal *Borboleta* na cidade de Teresina em 1904.

O jornal *Borboleta* (1904-1906) foi o primeiro periódico editado por mulheres no Piauí, redigido por Alaíde Burlamaqui, Helena Burlamaqui e Maria Amélia Rubim, que era gerente do mesmo. Esse jornal era editado mensalmente, trazia notas sociais, poesias, artigos e contava com colaborações de ambos os sexos. Suas redatoras criaram esse veículo como um instrumento no qual poderiam ter um espaço para expressar suas idéias, consistindo essa ação em uma tática, pois como ressalta Certeau[4], a tática é o jogo do fraco que por não possuir um lugar próprio age para constituí-lo. Ao constituir espaços próprios para sua atuação literária as mulheres adquiriam uma maior autonomia quanto aos temas a serem abordados, tornando-se possível questionar os papéis sociais que as mulheres vinham ocupando e encetar novas cartografias de possibilidades para o feminino.

Essa prática configurava-se como um processo de singularização[5], no qual as mulheres buscavam constituir um devir feminino, procurando tabular as configurações dos novos papéis e espaços que desejavam ocupar na sociedade, como ilustra o texto de Alaíde Burlamaqui:

> *"A mulher, como todos sabem, deve ser instruída, não só porque a instrução lhe dá mais realce como também porque a habilita para todos os misteres da vida, para o bom desempenho dos deveres que lhe são inerentes. Muitos pensam que a mulher deve esmerar-se mais na educação doméstica, eu porém não penso as-*

[4] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1 – artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

[5] Noção apresentada por Guattari e Rolnik (1996), no qual os grupos sociais ao implementara ações de resistência ao processo de homogeneização, articulam um processo de singularização, configurando um devir de autonomia a partir da diversidade de vontades.

sim, acho que ela não deve conquistar títulos que não estejam ao seu alcance mais deve estudar e trabalhar muito com o fim de ter certos conhecimentos seguindo assim o exemplo de Maria Amália Vaz de Carvalho, Julia Lopes de Almeida, Ignez de Sabino e tantas outras que têm sabido se impor pela sua vasta ilustração. A instrução é a base da vida, a mulher instruída tem entrada franca em toda parte, e finalmente a instrução e um tesouro que todos devem buscar" (A.B., 1905, p. 1).

Alaíde Burlamaqui, além de argumentar que a instrução se constituía em fator de refinamento cultural, ampliava as possibilidades femininas, abrindo as portas, pois "a mulher instruída tem entrada em toda parte". Ela se opõe à restrição das mulheres ao espaço privado e às atividades domésticas, mencionando como exemplos a serem seguidos escritoras atuantes na época, como, Maria Amália Vaz de Carvalho, Inês Sabino e Júlia Lopes de Almeida. Júlia Lopes de Almeida conseguiu enriquecer com a venda de seus livros e de ingressos para suas conferências literárias, feito alcançado por poucos artífices da palavra, especialmente no final do século XIX e primeiras décadas do período seguinte, conforme Sharpe [6]. Segundo Muzart[7], Inês Sabino mostrava em sua produção literária e nos artigos de jornais, uma reflexão constante sob a conquista de direitos pelas mulheres, tendo se preocupado em evidenciar a ação feminina no livro *Mulheres Ilustres do Brasil* (1899). Um ponto de convergência entre os trabalhos de Inês Sabino e Júlia Lopes de Almeida, é a defesa de um aperfeiçoamento intelectual feminino, justificado pela sua missão junto à família e a formação dos cidadãos. Sendo relevante observar a citação desses perfis, por Alaíde Burlamaqui, pois se tratam de escritoras que alcançaram reconhecimento intelectual na sociedade da época.

A organização de revistas e jornais, como *Borboleta,* configurava-se como uma tática de adaptação que visava possibilitar e assegurar às mulheres espaços para a publicação de seus textos, opiniões, reivindicações,

[6] SHARPE, Peggy. Júlia Lopes de Almeida. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia, v. II. Florianó-polis: Mulheres, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004, p. 188-238.

[7] MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX:* antologia, v. II. Florianópolis: Mulheres, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

em virtude de serem as publicações sobre controle masculino resistentes à participação feminina. Por meio dessas ações elas jogavam com a interdição de maneira a deslocar as fronteiras que delimitavam os territórios prescritos para sua atuação, ampliando-os lentamente pela constituição de alternativas na construção de lugares próprios, que lhes permitissem protagonizar no cenário literário.

Nesses espaços, segundo a noção de "prática escriturística" de Certeau, as mulheres interagiam para a apropriação e afirmação de novos lugares sociais. Posicionando-se como agentes discursivos, elas procuravam agregar o sexo feminino em prol de questões específicas, buscando operar transformações sociais por meio do convencimento, e também angariar simpatizantes para as causas levantadas.

A apropriação feminina da prática escriturística era margeada pela força da interdição e da censura moral, o que fazia com que muitas mulheres buscassem ocultar suas identidades sob o escudo protetor dos pseudônimos. Sem o uso desse estratagema elas estariam sujeitas, a criticas e repreensões da família e da sociedade[8].

O uso de pseudônimos constituiu em uma prática que marcou a iniciação escriturística e de muitas mulheres, perpassando gerações, em vários países ocidentais entre o século XIX e início do século XX, como, Charlote Brontë – Inglaterra; George Sand e Marie d'Agout (Daniel Stern) – França, Lucila Godoy Alcaya (Gabriela Mistral) que publicou seu primeiro livro em 1922, sob o título de *Desolação* – Chile; Juana Fernández Morales (Juana de Ibarbourou) — Uruguai; Clarinda de Grimanesa Martina Mato (Usandivas Matto de Turner) que publicou *Aves sem ninho* em 1889 – Peru; as brasileiras, Dionísia de Faria Rocha (Nísia Floresta), Maria Benedita Bormann (Délia), Emília Moncovo Bandeira de Melo e sua filha, Cecília Bandeira de Melo (Mme. Chrysanthème).

As irmãs Brontë adotaram pseudônimos masculi-

[8] MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura piauiense:* horizontes de leitura e crítica literária (1900-1930). Terezina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1998.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Leituras de mulheres no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

nos, mas que davam pistas de pertencerem à mesma família, assim, Charlotte Brontë ocultou-se sob o pseudônimo Currer Bell, Anne Brontë adotou Ellis Bell e Emily Brontë, Acton Bell. Wanderley (1996) observa que o uso de pseudônimos masculinos confundia os leitores, pois era conferido à voz masculina um prestígio discursivo que não era atribuído à autoria feminina. Segundo ela a sociedade vitoriana se escandalizava com os personagens femininos retratados em *Jane Eyre* (1848), romance de estréia de Charlotte Brontë, pois os mesmos rompiam com os estereótipos da mulher submissa, maternal, dedicada às atividades domésticas. Ressaltando-se que o sucesso desse romance levou Charlotte Brontë a revelar-se como escritora, abandonando o uso do pseudônimo.

No Brasil, também na década de 1840, Dionísia Faria da Rocha, publicando em jornais cariocas fez o caminho inverso de Charlotte Brontë, pois foi levada ao uso de pseudônimo para proteger-se das críticas que sofria, por defender idéias republicanas, abolicionistas e de emancipação feminina, com destaque para a reivindicação de instrução para as mulheres. Assim ela adotou o pseudônimo Nísia Floresta Brasileira Augusta, tornando-se mais conhecida como, Nísia Floresta[9].

Essa atitude de Dionísia Faria da Rocha buscava evidenciar que se tratava de uma mulher pela referência lançada em seu pseudônimo como um nome feminino. Verifica-se em Emília Moncovo Bandeira de Melo a passagem do uso de pseudônimos masculinos para o feminino, publicando como, "Júlio de Castro" em *O País*, na *Tribuna* assinou artigos de crítica literária como, "Leonel Sampaio" e como "Célia Márcia" publicou no jornal *Étoile du Sud*. Entretanto tornou-se conhecida como Carmen Dolores, publicando crônicas na coluna dominical A Semana, na primeira página de *O País*, no período de 1905 até 14 de agosto de 1910. Sendo *O País,* o jornal de maior tiragem da América do Sul, na época[10].

[9] TELLES, Norma. Escritoras, escritos, escrituras. In: *História das mulheres no Brasil*. DEL PRIORE, Mary (Org.). 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

[10] VASCONCELOS, Eliane. Carmem Dolores. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. 2. ed. Ver. Florianópolis: Mulheres, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000, p. 500-533.

Duarte[11]observa que as escritoras brasileiras de forma mais recorrente adotaram pseudônimos femininos. Ela observa que na revista *Via-Láctea - Religião, Arte, Ciências e Letras* (1914-1915), fundada por mulheres em Natal-RN, apesar dos nomes das redatoras constarem na primeira página da publicação, os textos quase sempre vinham assinados com outros nomes, que faziam referências às preocupações políticas, teóricas e referências culturais das escritoras.

Além da semelhança em revelar o nome das redatoras mais ocultar a autoria discursiva por pseudônimos, o jornal *Borboleta* como a revista *Via-Láctea,* exigia que as colaboradoras revelassem sua identidade ao editorial. Segundo Duarte e Macêdo (2003, p. 24), "essa condição era necessária principalmente porque alguns rapazes na época costumavam também adotar nomes femininos".

O jornal *Borboleta* contava com colaborações masculinas, que vinham assinadas com iniciais que apontavam à relação de gênero da autoria. Pode-se especular que as redatoras também almejassem conhecer outras mulheres simpatizantes da proposta dessa publicação, que claramente se posicionava pela inserção feminina nas cartografias literárias, intelectuais e de saber. Verificando-se a emergência de um anseio feminino por se fazer representar e evidenciar pela formação de agremiações literárias, como uma alternativa adotada para contornar exclusão feminina dos espaços institucionais sob domínio masculino. Essas iniciativas configuravam espaços próprios para a expressão feminina, como a criação da Liga Feminista Cearense em 1904, e a Ala Feminina da Casa Juvenal Galeno fundada em Fortaleza na década de 1930.

Segundo Morais[12] "os jornais femininos definiam sua fórmula editorial com preocupações de ordem intelectual por meio do incentivo para que as mulheres divulgassem suas produções literárias". A autora observa ainda, que uma das características dessas publicações eram seus títulos sugestivos que remetiam à

[11] DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, set./dez., 2003.

[12] MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Leituras de mulheres no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 69.

figura feminina. Nesse aspecto, Buitoni[13] explicita que essas referências constituiam-se de "nomes de flores, pedras preciosas, animais graciosos, mencionando a mulher e seus objetos".

Ao referendar metáforas associadas ao feminino, seja por títulos de jornais e revistas, ou pelos pseudônimos adotados, as mulheres imprimiam contornos nítidos à sua presença na cartografia literária, a qual tinha suas fronteiras alteradas por meio das táticas femininas.

Na década de 1920, observa-se o surgimento de mulheres publicando em jornais locais com nomes florais, como, Acácia, Bonina, Camélia, Magnólia e Violeta. É plausível que esse fato tenha sido influenciado pela escritora Cecília Bandeira de Melo ter adotado o pseudônimo, Chrysanthème que significa Crisântemo em francês.

Mme. Chrysanthème também fazia referência ao romance homônimo de Pierre Loti publicado em 1887, no qual a protagonista "é descrita pelo narrador como uma boneca, que ele toma para se distrair sem se preocupar com seus sentimentos"[14].

Chrysanthème criticava a restrição feminina à cultura dos salões, a mulher devia superar o "status" de boneca, adorno e distração, buscando uma instrução que lhe abrisse possibilidades de realização para além do casamento percebido como uma relação de opressão masculina sobre a mulher[15]. Deduz-se ainda que ao apresentar suas personagens como vítimas dos homens, ela buscava exortar suas leitoras a não entregarem-se as ilusões do amor e a sair da condição de passividade e marionete para protagonizar suas histórias.

Berenice que publicava no jornal *O Piauí* em 1926, compartilhava da perspectiva de Chrysanthème sobre o casamento, considerando que as mulheres que dele prescindiam, "deixam-se ficar numa situação que não é esquerda e nem humilhante, livres de qualquer tutela, donas da sua venta, como se costuma dizer, e sem

[13] BUITONI, Dulcília Schoroeder. *Imprensa feminina*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1986, p. 40.

[14] XAVIER, Elódia. O pseudônimo Chrysanthéme e a personagem de Pierre Loti: um simples empréstimo? In: *Boletim do GT: Mulher e Literatura da Associação Nacional de Pós Graduação em Letras e Lingüística (ANPOLL)*, n. 8, 2000.

[15] MALUF, Marina, MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 367-421.

a pressão esmagadora do homem".

Há indícios que apontam para o fato de que as mulheres teresinenses tinham acesso às idéias de Chrysanthème e de Júlia Lopes de Almeida, pois ambas publicavam na *Revista Feminina* durante a década de 1920, ressaltando-se convergência de opinião no que concerne à necessidade da instrução feminina. Encontrando-se referência de que em 1924, a publicação mencionada fosse representada em Teresina por Corina Cunha, esposa do intelectual piauiense Higino Cunha.

Nesse período registra-se a presença de mulheres escrevendo em jornais e revistas locais, discutindo o papel social feminino, o feminismo, o casamento, retratando o cotidiano, bem como, eram publicados discursos proferidos em eventos escolares. A publicação desses discursos, especialmente de professoras e alunas da Escola Normal em periódicos com direção de redação masculina põe em evidência que a palavra feminina conquistava uma credibilidade associada à aquisição de saberes, como destaca a fala de Cristino Castelo Branco "a Normal distendeu-lhe os horizontes. A mulher entre nós, deixou de ser 'o animal de cabelos compridos e idéias curtas'. A moda cortou-lhe os cabelos, e os professores alargaram-lhe as idéias. Iniciou-se uma nova era..." (BRANCO, 1926, p. 56).

Verifica-se a publicação de textos de autoria feminina em publicações ligadas à Igreja como o jornal *A Imprensa*, bem como a livre-pensadores, destacando-se o jornal *O Piauí*. É possível observar diferenciação da participação feminina nesses jornais, pois se no primeiro o nome das mulheres aparece com mais freqüência identificando a autoria, nota-se que estes exortavam os papéis femininos tradicionais e criticavam a moda. Enquanto os textos publicados no jornal *O Piauí* aparecem sob pseudônimos, mas posicionam-se questionadores e como reflexo de um debate, que ao contrário de espelhar certezas, mostrava uma realidade múltipla, fragmentada diante um leque de questões levantadas pelo movimento feminista, como pelas pos-

sibilidades que emergiam com as transformações que a época vivenciava. Eram dias de incerteza em que as configurações tradicionais estavam ameaçadas de ruína pela maior liberdade feminina no espaço público, pela dinamização do cotidiano social, o cinema, a diversão e o vestuário que sinalizavam novos tempos.

Os debates femininos marcam o início da década de 1920 alavancado pela reivindicação do sufrágio feminino e no contexto local com evidência de que o espaço político consistia em uma esfera decisória que poderia disciplinar e restringir a participação social das mulheres, como demonstra a proposta de impedir a atuação de mulheres casadas no magistério público apresentada em 1921.

O grupo de mulheres, que utilizava os pseudônimos, demonstrava conhecer-se partilhar de convívio social em bailes, no passeio público e reunirem-se para chás, como relatam em suas crônicas. Ocasiões essas em que deviam debater as questões levantadas pelas revistas femininas que liam, sobre os filmes que assistiam, e as maneiras que usariam para inserir-se no cenário literário. Configurando-se como um grupo, por utilizarem codinomes de flores pelos quais se reconheciam, relacionando seu pertencimento ao "jardim social" de Teresina, criando um mistério em torno dessas identidades, remetem a uma articulação feminina que poderia ser denominada, Sociedade Secreta das Flores.

Uma tática utilizada por essas mulheres para fomentarem sua presença nos veículos de publicação era a mútua citação, troca de elogios, solicitação da emissão de opinião sobre os temas abordados e dedicatórias às amigas nos textos publicados. Como exemplificam os textos publicados na coluna "Vida Social" no jornal *O Piauí*, citando-se a conclusão de uma crônica assinada por Berenice (1926), que reporta, "ainda hei de falar sobre o assunto. Aguardo primeiro a opinião de Violeta e Acácia. A elas dou a palavra" e Acácia (1926) devolvendo o assunto à Berenice, "eis aí a mi-

nha opinião sincera. O assunto é bastante complicado e o entrego novamente à Berenice que o melhor sabe julgar".

Essa prática também pode ser percebida no debate entre Dolores e Magnólia no jornal *Correio do Piauí* já no início da década de 1920:

> *"Tenho lido com o maior prazer o que Magnólia tem publicado em vossa conceituada folha, agradando-me sobre modo dos assuntos por ela defendidos.* [...] *Ao talento de Magnólia entrego a idéia esperançada que ela frutifique e dê resultados compensadores"* (DOLORES, 1922).

Dolores (1922) havia sugerido a Magnólia, que "era de estimar que nos reuníssemos e formássemos um bloco, uma sociedade que cuidasse dos interesses de nosso sexo, a guisa do que se há feito em outros estados". A sugestão de Dolores remete à fundação de instituições, como a Sociedade Brasileira pelo Progresso Feminino criada em São Paulo em 1922, verificando-se a fundação de associações semelhantes em outros estados, a exemplo, da Bahia, onde segundo Alves[16], foi criada a Liga Baiana pelo Progresso Feminino.

As mulheres vinham organizando-se em grupos, fundando jornais e revistas, utilizando-as como tribunas de expressão literária e feminista. A distinção que marca as associações da década de 1920 é a ênfase dada à reivindicação do sufrágio feminino, considerando-se esse como período da segunda onda feminista[17]. Os debates realizados pela imprensa, difundiam idéias, questionamentos e ampliavam a ressonância das discussões que deixavam de ficar restritas aos encontros femininos realizados nas residências das participantes ou por ocasião de eventos sociais. Esse processo ganha visibilidade em Teresina com a configuração da Sociedade Secreta das Flores, que pode ser resultado da proposta de Dolores, estando esse grupo de mulheres relacionado a uma significativa discussão de temas de inspiração feminista, abordados nas revis-

[16] ALVES, Ivia. Os difíceis caminhos percorridos pelas escritoras baianas (1880-1950): mapeamento e temáticas. In: *Boletim do GT: Mulher e Literatura da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Lingüística (ANPOLL), n. 8, 2000.*

[17] DUARTE, *op. cit.*

tas femininas da época como a *Revista Feminina e Fon-Fon*, publicação que aparecia no reclame da Agência de Revistas em jornais teresinenses.

É possível perceber que as mulheres estavam preocupadas em definir-se, discutindo o que cabia ao sexo feminino, seu lugar na sociedade. A mulher devia votar? Por que devia instruir-se? Que outros caminhos podia ambicionar além do casamento? Qual a importância do trabalho e a sua relação com o casamento? Esses são algumas das questões que podem ser levantadas a partir da discussão desenvolvida por meio das crônicas publicadas.

Pergunta-se por que essas mulheres tendo conhecimento dos debates feministas, da organização das mulheres em grupos em outros estados, não se desvencilharam de suas máscaras? Por que precisavam delas para realizar esses debates? Provavelmente devido à existência de uma rígida censura moral.

Orlandi[18] observa que a censura impede o sujeito de identificar-se com certas regiões de sentido, afetando a relação com o dizível, ou seja, o que é possível de ser enunciado, mas proibido, em certas condições. Dessa forma, os pseudônimos constituiam-se em mecanismos capazes de burlar essa interdição sobre sentidos, que a sociedade considerava inadequados às mulheres, pois elas estavam questionando os fundamentos de modelos historicamente construídos como naturais. Os modelos femininos de submissão, instrução inexistente ou elementar, o casamento e a maternidade como principal perspectiva da vida das mulheres, estavam desmanchando-se diante as transformações da modernidade, enquanto eram solapados pelas críticas e reivindicações feministas. Esse cenário desterritorializava-se e os debates buscavam o encontro de uma nova configuração capaz de incluir o desejo feminino e a perspectiva das mulheres de constituírem-se por si mesmas, delineando um devir balizado por seus anseios.

[18] ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1995 (Coleções Repertórios).

A década de 1920 sinaliza o início da atuação lite-

rária das mulheres em jornais e revistas locais, identificando a autoria dos textos. Mas sem o escudo dos pseudônimos silenciava-se sobre as idéias ditas feministas. Nessa perspectiva, Orlandi observa que "a função enunciativo-discursiva do autor é a mais sujeita às coerções sociais", pois sobre a dimensão pública se estabelece a responsabilização e a repreensão pelo que é dito. As mulheres passaram a dar evidência a suas identidades, assinando poesias, prosas e artigos, em contrapartida a sociedade normatizava o dizível pelo afastamento dos sentidos não-desejados. Podendo-se perceber ainda que aquelas mulheres estivessem ainda muito atreladas à visão de fragilidade feminina, a exemplo de Eglantine, ao afirmar que o feminismo devia se empenhar na reivindicação da instrução feminina, pois segundo ela "esse sim, deveria ser o ideal de todas nós. Um outro seria mais duro e nos abateria no primeiro pungir de espinhos".

Esse período marca também o ingresso feminino nas agremiações literárias locais. Amélia de Freitas Bevilaqua tem seu nome aprovado para o quadro da Academia Piauiense de Letras, em 1921, e o Cenáculo Piauiense de Letras (1927-1932), teve Júlia Gomes Ferreira, Otilia Carvalho e Silva, Helena Silvia, Zenobia Ribeiro da Silva e Maria Iara Neves Borges de Melo, como integrantes.

Acredita-se que relações de parentesco com intelectuais das agremiações literárias citadas estavam presentes em ambas as situações, sabendo-se que Lucídio Freitas e Clodoaldo Freitas do rol de fundadores da Academia Piauiense de Letras e na época dirigentes da mesma, eram respectivamente primo e tio de Amélia de Freitas Bevilaqua. Coincidências de sobrenomes nos levam a cogitar que essa relação também ocorria no Cenáculo Piauiense de Letras, especialmente em relação à família Neves Melo, representada por, Osires de Neves Melo, Antônio Neves de Melo e Maria Iara Neves Borges de Melo, filha de Abdias Neves; e o sobrenome Ferreira representado por, Álvaro Alves

Ferreira e Julia Gomes Ferreira. Ressaltando que segundo Adrião Neto (1995), o poeta Antônio Neves de Melo foi o principal articulador da fundação do Cenáculo Piauiense de Letras.

Essa hipótese reforça-se, na perspectiva de que Queiroz[19] observa que a relação de parentesco com os proprietários e redatores de jornal favorecia a projeção feminina na imprensa local por meio de noticias sobre suas apresentações musicais, sua presença no jardim público e nos diversos acontecimentos sociais. Sendo plausível considerar que a atuação feminina na imprensa local sofresse influência do seu círculo de relacionamentos. Cabe citar a relação estabelecida entre Íris, pseudônimo de um dos redatores do jornal *O Piauí* que exigia que as mulheres para publicar sobre pseudônimo naquele periódico revelassem suas identidades a ele, sobre as quais prometia guardar segredo. Configurando-se uma relação marcada como uma concessão masculina, que situa Íris como um aliado que impõe regras, que por conhecer identidades colocadas em segredo, possuía o poder de desmascaramento e na condição de redator detinha controle sobre o que seria publicado. na condição que seria publicado.laiante dor da saudadea que nos preces dos crentes.

[19] QUEIRÓZ, Terezinha. *Os literatos e a república:* Clodoaldo Freitas e Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2. ed. Terezina: Edufpi/ João Pessoa: UFPB, 1998.

Perrot[20] ressalta que o deslocamento das linhas que limitavam a vida feminina também era movido pelas relações que envolviam homens e mulheres, fossem de aliança, cumplicidade, amizade ou amor. Muitas escritoras contaram com o apoio de familiares e companheiros para se enveredarem pelas cartografias literárias, citando-se Clóvis Bevilaqua, esposo de Amélia Bevilaqua, Felinto de Almeida, esposo de Júlia Lopes de Almeida, intelectuais renomados e membros da Academia Brasileira de Letras. Entidade que não permitiu o ingresso dessas mulheres, mesmo diante o prestígio de seus esposos e o reconhecimento de seus trabalhos pelo público e por conceituados críticos literários da época.

[20] PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Edunesp, 1998.

A relação entre a produção literária feminina e o

aval masculino, é percebida em pesquisas que adotam recortes semelhantes, compreendendo final do século XIX e décadas da primeira metade do século XX, como a desenvolvida por Alves[21] ao trabalhar publicações de escritoras baianas, e Bezerra[22] ao analisar a trajetória de escritoras mineiras. Alves [23]observa que esse aval posicionava-se na figura do pai, irmão, marido, ou por um grupo de poetas e críticos.

Averigua-se que o prefaciamento de livros por literatos e intelectuais renomados, constituía-se em tática recorrente para as publicações, especialmente de estréia literária, sendo uma forma de atrair o reconhecimento atribuído à voz masculina. No que se refere às escritoras locais podem ser citados os livros, *Georgina ou Os Efeitos do Amor* (1898), de Luísa Amélia de Queirós; *Alcione* (1902), de Amélia Bevilaqua; As *Três Gotas de Sangue*, de Francisca Montenegro; *Seara Humilde* (1940), de Isabel Vilhena; respectivamente prefaciados por, Dias Carneiro, Araripe Júnior, Alarico Cunha e Martins Napoleão. Esses exemplos, compreendidos entre o final do século XIX e meados do século XX, testemunham a significância dessa prática, pois se a mesma perdurou é porque as escritoras continuaram considerando-a válida e necessária.

No intuito de inserirem-se nas cartografias literárias as mulheres procuraram angariar espaços nas agremiações literárias. O deslocamento das fronteiras mostrou-se mais flexível nas academias regionais, talvez favorecida pelas relações de parentesco e amizade. Na década de 1920, registra-se a inclusão feminina nas agremiações piauienses, Academia Piauiense de Letras e Cenáculo Piauiense de Letras, verificando-se que esse processo desenrolava-se em outros locais, citando-se o ingresso de Alba Valdez na Academia Cearense de Letras, em 1922.

Em contraponto ao deslocamento das fronteiras realizado em publicações e agremiações regionais, a Academia Brasileira de Letras colocava-se resistente à inclusão feminina nos seus quadros. A tentativa de

[21] ALVES, *op. cit.*

[22] BEZERRA, Kátia da Costa. A busca pelas mulheres oitocentistas mineiras: recuperando trajetórias de vida. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. BRANDÃO, Isabel (Org.). *Refazendo nós*: ensaios sobre mulher e literatura. Florianópolis: Mulheres, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 85-96.

[23] Idem, Ibidem.

deslocamento dessa resistência fica evidente na notícia de uma possível candidatura de Júlia Lopes de Almeida à ABL:

> *"Está se tratando de levantar a candidatura da ilustre escritora D. Júlia Lopes de Almeida a uma das vagas existentes na Academia Brasileira de Letras. O movimento nasce no seio da própria Academia e realmente está tomando proporções, tal a convicção que lá impera em todo nosso meio intelectual, de que não pequena parte dos seus membros tem obra inferior em número e em qualidade a da festejada autora da 'Intrusa' do 'Eles e Elas' e de tantos outros volumes que indiscutivelmente enriquecem as letras nacionais"* (A mulher na academia, 1926, p. 2).

A matéria se mostra entusiasta, e afirma que a produção de Júlia Lopes de Almeida era superior em qualidade e quantidade a grande parcela dos intelectuais que compunham a Academia Brasileira de Letras na época. A nota dava como certa a vitória da candidatura de Júlia Lopes de Almeida, que não veio a se concretizar, provavelmente pressentindo que as resistências não poderiam ainda ser contornadas. Essa notícia apresentava ainda as dificuldades colocadas ao ingresso feminino naquela instituição:

> *"Estão em jogo os dispositivos regimentais da Academia; uns pretendem o belo sexo, outros acham que não. Um simples caso de interpretação idêntico ao da nossa constituição política que concede o direito de voto aos 'indivíduos' sem que até hoje a mulher tivesse podido exercê-lo apesar de ser indivíduo"* (A mulher na academia, 1926, p. 2).

Essa questão remete a discussão de que os termos colocados na desinência masculina não compreendiam as mulheres, verificando-se que cinco anos depois, em 1931, essa questão veio a ser argumento para a rejeição da candidatura de Amélia Bevilaqua à Academia Brasileira de Letras, argumentando-se que o termo, brasileiros, só fazia jus ao sexo masculino. Outro

fato que ilustra a forte oposição à presença feminina na Academia Brasileira de Letras, ocorreu em 1927, tratando-se da frustrada tentativa do presidente, Laudelino Freire, de abrir aquela instituição às mulheres, "seguindo o exemplo da Academia Fluminense, que havia eleito, como correspondentes, as senhoras Ibrantina Cardoso e Mercedes Dantas, mas a reação de seus colegas obstaculizou tal abertura"[24].

[24] ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino*: uma invenção do falo — uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió, AL: Catavento, 2003, p. 59.

A candidatura de Isabel Vilhena à Academia Piauiense de Letras também sofreu resistência, verificada em ações como pedido de rejeição de sua inscrição, mesmo tendo sido efetuada dentro do prazo previsto, sob alegação de que o candidato Álvaro Ferreira já possuía a quantidade necessária de votos. Essa afirmação foi desmentida, pois o estatuto da entidade previa a proporção de dois terços, e como em duas eleições nenhum dos candidatos obteve essa representação, o regimento foi alterado para maioria simples de votos.

O processo foi tumultuado, constando à ocorrência de uma sessão, que excluiu ao presidente da entidade, Higino Cunha, os direitos de pronunciamento e voto. Culminou na eleição de Álvaro Ferreira e em sua posse imediata, atitude essa que só era adotada quando o acadêmico eleito residia em outra cidade. Esses atos foram considerados arbitrários por Higino Cunha que declarou inválida essa eleição.

Registra-se ainda, o impedimento de voto a alguns acadêmicos, os quais não constavam posse de fato ou declaração expressa de aceite do mandato, entre eles, João Cabral, Pires Rebelo, Breno Pinheiro, Antônio Bona de Castro Cavalcanti e Amélia Bevilaqua. No que se refere à Amélia Bevilaqua ela faz menção ao fato de pertencer ao quadro da Academia Piauiense de Letras, no livro que publicou artigos e monções de apoio à sua candidatura, intitulado *Amélia de Freitas Bevilaqua e a Academia Brasileira de Letras* (1932), além de publicar textos na *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Verificando-se que esses impedimentos estavam dire-

tamente relacionados à disputa eleitoral e a favorecer um dos candidatos.

Depreende-se que por ação do grupo que apoiava Álvaro Ferreira e o nome do mesmo, conseguiram arregimentar em torno dele, o maior número de votos favoráveis. A diferença de três votos na primeira eleição foi ampliada na segunda para seis, permanecendo Isabel Vilhena com seus fiéis oito votos contra catorze que elegeram Álvaro Ferreira.

Um outro aspecto a ser considerado é que Amélia Bevilaqua era a única mulher, a ter seu nome no quadro da Academia Piauiense de Letras. Esse fato não causava incomodo aos acadêmicos que considerassem que a agremiação devia continuar como um nicho masculino, pois a mesma residia no Rio de Janeiro. A inclusão de uma mulher que vivia em Teresina, obrigaria os acadêmicos a conviver com uma desterritorialização provocada pela presença feminina, pois segundo Albuquerque Júnior (2003, p. 34), as mudanças que solapavam os lugares tradicionalmente reservados para homens e mulheres na sociedade, "pareciam ameaçar a dominação masculina de forma insuportável para homens que teriam sido educados numa ordem patriarcal". Ressaltando-se que a Academia aceitava a presença das mulheres enquanto ouvintes atentas dos discursos e conferências proferidos pelos acadêmicos, muitos dos quais poderiam sentir-se desconfortáveis em ouvir as interferências de uma voz feminina e assistir sua ascensão à tribuna.

O processo de transformação das cartografias sociais e literárias era vivenciado sob o signo do conflito e da ambigüidade. Os subterfúgios femininos como, os pseudônimos, a publicação de periódicos e a busca do aval masculino provocavam micro-fissuras que tornavam fluídas as configurações dos espaços de prática escriturística e reconhecimento intelectual. Diante a ameaça de desordenamento desses territórios, afloravam resistências a essa desterritorialização. Essas reações eram claramente evidenciadas, quando as interdi-

ções eram confrontadas, com as tentativas femininas de penetrar nos nichos de poder sob controle masculino.

Referências

ADRIÃO NETO. *Dicionário biográfico escritores piauienses de todos os tempos*. Teresina: Halley, 1995.

AIRES, Félix. *Antologia dos sonetos piauienses*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1972.

_____. *Evocação de Abdias Neves:* no primeiro centenário de seu nascimento. Teresina: s.ed., 1976.

ALBURQUEQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino:* uma invenção do falo — uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió, AL: Catavento, 2003.

ALVES, Ivia. Os difíceis caminhos percorridos pelas escritoras baianas (1880–1950): mapeamento e temáticas. In: *Boletim do GT: Mulher e Literatura da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Lingüística (ANPOLL),* n. 8, 2000. Disponível em: <http. //www. mulhernaliteratura.ufsc.br> Acesso em: 08 mai. 2005.

BEVILAQUA, Amélia de Freitas. *A Academia Brasileira de Letras e Amélia Bevilaqua.* Documento histórico–literário. Rio de Janeiro: Bernard Fréres, 1930.

BEZERRA, Kátia da Costa. A busca pelas mulheres oitocentistas mineiras: recuperando trajetórias de vida. In: MUZART, Zahidé Lupinacci, BRANDÃO, Isabel (Org.). *Refazendo nós:* ensaios sobre mulher e literatura. Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 85-96.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1986.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1 – artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DUARTE, Constância Lima. MACÊDO, Diva Maria Cunha Pereira de (Estudo, organização e notas). *Via-Láctea:* de Palmyra e Carolina Wanderley: Natal, 1914–1915. Edição Fac-similar. RN: Editora NAC, CCHLA/Nepam, Sebo Vermelho, 2003.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. *Estudos Avançados,* v.17, n. 49, set./dez., 2003. Disponível em: <htpp.//www.scielo.br> Acesso em: 28 mai. 2005.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves (Org.). *Em busca de Thargélia:* poesia escrita por mulheres em Pernambuco no segundo oitocentismo: 1870-1920. Tomo II. Recife: Fundarpe, 1996.

_____. Úrsula Garcia. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX:* antologia, v. II Florianópolis: Mulheres/ Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004, p. 334-339.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. *Micropolítica:* cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

LOBO, Luiza. *A Literatura de Autoria Feminina na América Latina.* Registros SEPLIC: Seminário Permanente de Literatura Comparada, n. 4. Rio de Janeiro: Departamento de Ciência da Literatura, Faculdade de Letras–UFRJ, 1997.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura piauiense*: horizontes de leitura e crítica literária (1900-1930). Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1998.

MALUF, Marina. MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 367-421.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Leituras de mulheres no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX:* antologia, v. II. Florianópolis: Mulheres, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio:* no movimento dos sentidos. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1995. (Coleção Repertórios).

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Edunesp, 1998.

QUEIRÓS, Luísa Amélia. *Flores incultas*. Parnaíba, PI, s.n., 1875.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas e Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2 ed. Teresina: Edufpi/ João Pessoa: UFPB, 1998.

SHARPE, Peggy. Júlia Lopes de Almeida. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX:* antologia, v. II Florianópolis: Mulheres/ Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004, p. 188-238.

TELLES, Norma. Escritoras, escritos, escrituras. In*:* DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil.* 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

VASCONCELOS, Eliane. Carmem Dolores. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX:* antologia. 2

ed. rev. Florianópolis: Mulheres/ Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000, p. 500-533.
VILHENA, Maria Isabel Gonçalves de Vilhena. *Seara humilde.* 2 ed. Teresina: Comepi, 1975.
XAVIER, Elódia. O pseudônimo Chrysanthème e a personagem de Pierre Loti: um simples empréstimo? In: *Boletim do GT: Mulher e Literatura da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Lingüística (ANPOLL)*, n. 8, 2000. Disponível em: <http. //www.mulher naliteratura.ufsc.br> Acesso em: 08/05/05.
WANDERLEY, Maria Cavendish. *A voz embargada*: imagem da mulher em romances ingleses e brasileiros do século XIX. São Paulo: Edusp, 1996.

Fontes Hemerográficas

A.B. O adorno da mulher. *Borboleta,* Teresina, p.1, 29 dez. 1905.
ACACIA. O meu ponto de vista. *O Piauí*, 24 de fev. de 1926. Vida Social, p. 4.
A MULHER NA ACADEMIA de Letras. *A Imprensa*, Teresina, ano I, n. 72, 03 abr. 1926, p. 2.
BERENICE. O meu ponto de vista. *O Piauí.* Teresina, 13 fev. 1926. Vida Social, p. 4.
BRANCO, Cristino Castelo. Discurso de Cristino Castelo Branco em 15/05/1926 – Aniversário da Escola normal. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, n. 10, p. 56-57, jul. 1926.
BULAMARQUI, Alaíde. Adorno de mulher. *Borboleta*, Teresina, p.1, 29 dez. 1905.
DOLORES. Correio Elegante. *Correio do Piauí*, Teresina, p. 4, 10 mar. 1922.
EGLANTINE [s.t.]. *O Piauí.* Teresina, 30 mar. 1926. Vida Social, p. 4.

A Revista (1927-1928)
Revista da Academia Piauiense de Letras (1924 – 1943)
O Piauí (1926)
Correio do Piauí (1922)
A Imprensa (1925-1926)

O discurso argumentativo e polifônico de *Celestina*

Eleni Nogueira dos Santos

Resumo: Com o intuito de mostrar as inúmeras vozes que "falam" no discurso da personagem Celestina, analisamos, nos XII primeiros atos da obra de Fernando de Rojas intitulada *La Celestina,* o uso de alguns provérbios que caracterizam o fenômeno da polifonia.

Palavras-Chave: Provérbios, Polifonia, Personagem.

Abstract: With the objective to show the several voices that "speak" in the discourse of Celestina's character we analyze the use of some sayings which characterize the phenomena of polyphony in the first twelve acts of Fernando de Rojas' work '*La Celestina*'.

Keywords: Sayings, Polyphony, Character.

1. Introdução

Este trabalho tenta aplicar no discurso da personagem Celestina, que está presente nos XII primeiros atos da obra *La Celestina* de Fernando Rojas, a teoria polifônica baseada em Maingueneau detectando locutor (es) e enunciador (es), apontando os mecanismos utilizados através de provérbios como marcas de polifonia. Tentando recuperar as vozes que "falam"

Eleni Nogueira dos Santos. Mestranda pela FFLCH–USP em Literatura Espanhola.

através deles e mostrar que a personagem, utiliza-se dos provérbios, para argumentar a fim de atribuir maior credibilidade e aceitação em seu discurso.

Com esse intuito, recorremos à obra da qual utilizaremos como *corpus* recortes do texto escrito que compõem o discurso da personagem Celestina, serão analisados os XII primeiros atos da obra que é composta por XXI atos entre esses XII atos, excetuam se, para essa análise, os Atos II e VIII nos quais não há participação direta desta personagem. Utilizaremos dentre outros, autores como Dominique Maingueneau, Mario Miguel González, Ingedore Grunfel Villaça Koch e Paulo Bezerra.

Provérbios, aquelas "frases feitas", que, na maioria dos casos, não são aceitas como introdução ou conclusão de raciocínio nas redações escolares, principalmente, nas dissertações, porque demonstrariam "pobreza" de raciocínio ou falta de argumentação por parte do estudante.

Por sua própria definição o provérbio é, comumente, atribuído ao caráter popular, entretanto o que se percebe é que, sua utilização não se restringe ao meio popular, pelo contrário, verifica-se uma ampla utilização desse termo, tanto na língua falada, que vai desde conversas do dia a dia aos discursos políticos, quanto na língua escrita onde são amplamente empregados em textos considerados objetivos como o jornalístico e também nos subjetivos como a música, a poesia, romances, etc.

Talvez seja por seu caráter de verdade "incontestável", que o provérbio resiste ao tempo e ganha aceitação dos diversos públicos. É devido a ampla aplicação de provérbios na obra *La celestina* de Fernando de rojas, sobretudo no discurso da personagem Celestina que despertou-nos a atenção.

La Celestina, obra pertencente à literatura espanhola, escrita no final do século XV, datada de 1499 (Burgos, Espanha), uma tragicomédia, considerada pela critica literária como uma das mais importantes obras

da literatura espanhola. Obra atribuída a Fernando de Rojas.

Selecionamos a personagem Celestina, entre tantas outras presentes na obra, devido ao seu sucesso, sucesso esse que mereceu a atribuição do seu nome à obra, mesmo que a *posteriori,* e a seu discurso habilidoso que conforme Mario Miguel González no seu texto *Celestina: O diálogo paradoxal* (1996:16), ... "a ação da sabedoria de Celestina e a intervenção das forças sobrenaturais por ela invocadas faz com que seu discurso seja suficientemente hábil".

2. Pressupostos teóricos

Para analisarmos a presença dos provérbios como manifestação de polifonia no discurso da personagem Celestina, consideramos as seguintes definições:

2.1 Polifonia

Sabe-se que polifonia, foi um conceito elaborado inicialmente por Bakhtin (1929) que se aplicava, sobretudo, aos textos literários, definido conforme Paulo Bezerra:

> *"pela convivência e pela interação, em um mesmo espaço do romance, de uma multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis, vozes plenivalentes e conscientes eqüipolentes, todas representantes de um determinado universo e marcada pela peculiaridade desse universo"* (BEZERRA, 2005:194).

Assim, podemos dizer também que a polifonia é a manifestação simultânea e conflituosa de várias vozes em um enunciado, ou seja, o fato de todo discurso estar entrelaçado pelo discurso do outro.

Maigueneau (1997) baseando se em Ducrot afirma que "há polifonia quando é possível distinguir em uma enunciação dois tipos de personagens denominados de enunciadores e locutores." Onde, por "Locutor entende-se como um ser que, no enunciado, é apresen-

tado como seu responsável", ou seja, aquele que fala e que só existe no seu papel enunciativo que, no caso de textos literários, esse papel é atribuído ao narrador, como a obra em questão carece de narrador, essa função é exercida pela personagem Celestina, já que é ela a responsável pelo enunciado que pretendemos analisar, então Celestina doravante (locutor). E "Enunciador (es) são seres que cujas vozes estão presentes na enunciação sem que lhes possa, entretanto, atribuir palavras precisas; efetivamente, eles não falam, mas a enunciação permite expressar seu ponto de vista.", são as vozes que são postas em cena, na maioria das vezes, representadas pelos discursos relatados, principalmente, o indireto livre e a ironia.

Ingedore Koch (2002:58), afirma que "O termo polifonia designa o fenômeno pelo qual, num mesmo texto, se fazem ouvir "vozes" que falam de *perspectivas ou pontos de vista* (grifos do autor) diferentes com os quais o locutor se identifica ou não".

Segundo a autora há algumas "formas lingüísticas" que fazem com que a presença da outra voz se manifeste no texto, como por exemplo o operador argumentativo " pelo contrário" como neste enunciado: *Hilton não é um mentiroso. Pelo contrário, tem sido muito verdadeiro comigo.* "Onde se faz ouvir uma 'Outra' voz que afirma que Hilton é um mentiroso".

2.2 Provérbios

Em Salamanca Diccionario de lengua española (1996), encontramos o seguinte: "Proverbio: s.m. *Dicho de origen popular que contiene uma enseñanza, um consejo o una critica: ditado popular.*"[1]

[1] Provérbio: dito de origem popular que contem um ensinamento, um conselho ou uma crítica: ditado popular.

Dominique Maingueneau (1997), considera o provérbio um fenômeno de heterogeneidade, e o define da seguinte forma:

> ... *O provérbio representa um enunciado limite: o "locutor" autorizado que o valida, em lugar de ser reconhecido apenas por uma determinada coletividade,* tende a coincidir com o con-

> junto de falantes da língua*, estando aí incluído o individuo que o profere. Este último toma sua asserção como eco, retomada de um número ilimitado de enunciações anteriores do mesmo provérbio. Verdades imemoriais por definição, os provérbios, com muita justiça, fazem parte do dicionário de língua.* (MAINGUENEAU, 1997:101-102).

Diante desta afirmação, pode se inferir que o caráter coletivo, de verdade incontestável e conseqüentemente polifônico.

Aurélio (1999) traz a seguinte definição acerca do provérbio: "Máxima ou sentença de caráter prático e popular, comum a todo um grupo social, expressa em forma sucinta e geralmente rica em imagens, adágio, ditado, refrão, etc."

Em *Análise de Textos de Comunicação* (2002) Maingueneau, melhor define os provérbios que são classificados como um tipo de polifonia, ainda que menos visível do que os casos de polifonia presentes nos discursos relatados (direto, indireto, indireto livre) por se manifestar no discurso como um tipo de heterogeneidade constitutiva que, segundo ele "a enunciação proverbial é fundamentalmente polifônica." Isso se deve ao fato de: ao proferir um provérbio haver uma retomada das inumeráveis enunciações anteriores de todos aqueles locutores que o havia proferido antes.

Koch (2002:58-59) em seu livro *A Inter-ação pela linguagem* no capítulo intitulado *Linguagem e Argumentação*, trato o provérbio como um "operador conclusivo", pois apesar de não ser apresentado no enunciado um argumento, a fim levar o interlocutor a conclusão que se deseja, por se tratar de uma máxima ou provérbio aceitos como "verdade" dentro da cultura, se faz ouvir uma voz que "ressoa" no discurso. Assim "o locutor concorda com a premissa que se apresenta polifonicamente argumentando no mesmo sentido". Sob essa perspectiva percebemos que os provérbios se apresentam, ou melhor, funcionam como um modelo de argumentação.

3. Análise dos dados

Tentaremos apresentar agora, alguns dos mecanismos causadores de polifonia, no discurso da personagem Celestina, decorrentes do uso de provérbios, considerando as definições anteriores, na obra *La Celestina*.

Para isso, citaremos alguns exemplos a fim ilustrar o emprego proverbial abordando os mecanismos utilizados pelo locutor/personagem. Na tentativa de recuperar as vozes que "falam" no discurso da personagem Celestina, apesar de considerarmos evidente a presença do locutor (aquele que fala) na figura de Celestina, marcaremos a mudança de vozes nos enunciados destacando (quando possível) em negrito a voz do locutor e em itálico a do enunciador.

3.1 Citação de autoridade

Através da citação, considerada um exemplo clássico de heterogeneidade mostrada e conseqüentemente polifonia, o locutor/ personagem introduz a "voz do outro", o enunciador, aqui representado pelos filósofo e poeta, respectivamente. Utilizando o discurso direto, como marca lingüística, o enunciador, não se responsabiliza pelo enunciado, no entanto, deixa transparecer sua adesão, respeitosa, ao enunciado do outro, atribuindo, assim, maior prestígio e credibilidade ao seu discurso.

Percebe se, pelas marcas lingüísticas, as palavras citadas evidenciando as "vozes" que se manifestam nestes enunciados.

(1) Página, 121 – **Que, como Séneca**[2] **dize**, *los peregrinos tienen muchas posadas y pocas amistades, porque en breve tiempo con ninguno* [*no*] *pueden firmar amistad.*
(2) P.145 – **Digo que** la mujer o ama mucho a aquel de quien es requerido, o le tiene grande odio.[3]
(3) P.123 – **Mas di, como mayor <Marón>**[4]**, que** *la fortuna ayuda a los Osados.*

Ao considerarmos o contexto em que estão inseridos

[2] Sêneca Lúcio Aneu, filósofo e dramaturgo latino nascido em Córdova, Espanha, no ano. 4 a.C, autor das obras: Da Brevidade da Vida, Medeia, Fedra, As Troianas, etc.

[3] Provérbio atribuído também a Sêneca.

[4] Virgilio Marão Público, (70 – 19 a.C) considerado o maior poeta épico latino, é autor das obras: Bucólicas, Geórgias e Eneida.

os enunciados acima, percebe se que o locutor tenta convencer seu interlocutor, usando os provérbios como argumento, tentando com isso ganhar sua adesão.

3.2 Discurso direto

Através do discurso direto, no qual é possível perceber duas vozes distintas que são introduzidas pelas marcas lingüísticas ou marcas tipográficas, aqui representadas pelos dois pontos, vírgula e ou por intermédio do verbo que indica que há uma enunciação direta. Assim, o locutor/ personagem ao proferir os provérbios, se apresenta como "porta voz" da sabedoria popular. Ele não se responsabiliza pelo enunciado, mas o utiliza como argumento aderindo se ao que foi dito, colocando em cena um coro de vozes, através da heterogeneidade e da polifonia, que se fazem presentes tanto pelo discurso direto quanto pelo uso dos provérbios que conforme Maingueneau (2002) já é por si só polifônico.

(4) P. 107 – **Porque como dicen**, *el esperanza luenga aflige el corazón...*
(5) P.159 – ... **que como dicen**: *pan y vino anda camino...*
(6) P.186 – **Refrán viejo es**: *quien menos procura, alcanza más bien.*
(7) P.254 – **Como dizen**: *no da paso seguro quien corre por el muro...*

3.3 Discurso indireto

O discurso Indireto, onde as falas relatadas se apresentam sob forma de uma oração subordinada substantiva objetiva direta, introduzidas por um verbo *discendi*, aqui, predominantemente, o verbo dizer. Neste tipo de discurso, há uma espécie de absorção de uma voz pela outra, assim o locutor/personagem se coloca como um tradutor, usando suas próprias palavras para remeter a uma fonte conhecida, o já dito, nos quais são inseridos as vozes dos enunciadores que

falam pelos sábios ou pela sabedoria popular, que aparecem em alguns dos enunciados como sujeitos indeterminados, tornando se, mais uma vez, evidente pelo uso do provérbio.

(8) P.185 – **Que dicen que** *ofrecer mucho al que poco pide es especie de negar.*
(9) P.159 – **Y dicen los sabios que**... *nunca peligro sin peligro se vence... Y un clavo con otro se expele y un dolor con otro.*
(10) P.233 – **Que los sabios dicen que** *vale más una migaja de pan con paz, que toda la casa llena de viandas con renzilla.*

Por meio do discurso indireto, o locutor/personagem ao mesmo tempo em que ele tenta se isentar da responsabilidade do enunciado, trazendo em cena as vozes dos sábios ele se inclui aí através do provérbio. E é pela presença dessas vozes que se manifesta a polifonia tornando possível perceber o caráter argumentativo no discurso.

3.4 Interrogação

Através desta marca lingüística, a interrogação, o locutor /personagem deixa claro que o enunciado não é seu, mas concorda com ele, por isso o toma como argumento. Ao questionar o seu interlocutor, empregando um provérbio, ele o faz de forma irônica uma vez porque sendo o provérbio pertencente ao conjunto de falantes da língua, deveria, portanto, o seu interlocutor conhecê-lo da mesma forma que conhece a termos de sua língua. Por isso, podemos inferir se que nestes enunciados se manifestam a polifonia, também argumentativa.

(11) P.197 – ¿**No sabes que dice el refrán que** *mucho va de Pedro a pedro?*
(12) P.87 – ¿**Tú no ves que es necesidad o simpleza** *llorar por lo que con llorar no se puede remediar?*

Ao agir de modo irônico o locutor/personagem, mostra ao seu interlocutor que é mais experiente do que ele e que por isso, ele deve aceitar seus argumentos como "incontestáveis".

3.5 Conselho

Ao proferir um provérbio para aconselhar seu interlocutor, o locutor/personagem confirma sua presença na comunidade de falantes a qual pertencem os provérbios, justificando a afirmação contida no dicionário Salamanca (1996), ao mencionar que o provérbio é um dito que contém um ensinamento ou um conselho. Está presente aqui a, marcada, mais vez, pela diversidade de vozes, ou seja, a presença do locutor e do enunciador.

(13) P.157 – *Tan presto*, **señora**, *se va el cordero como el carnero.*
(14) P.206 – ... *Una alma sola ni canta ni llora. Una golondrina no hace verano...*
(15) P.297 – *No ha de ser oro cuanto reluce...*
(16) P.270 – **Porque virtud nos amonesta sufrir las tentaciones y** *no dar mal por mal.*
(17) P.204 – **Pero** *el amor nunca se paga sino con puro amor y las obras con obras.*

Percebemos que, em alguns dos enunciados acima, o locutor faz um jogo de palavras, com os provérbios, dando lhe um trato de argumentatividade mostrando para seu interlocutor que o provérbio é uma verdade incontestável, já consagrada pelo público.

3.6 Introdução/Conclusão de raciocínio

Aqui ao proferir o provérbio, seja como introdução ou conclusão de raciocínio, a polifonia torna se menos visível, uma vê que o locutor/personagem não explicita a fonte do enunciado, cabendo assim, ao interlocutor interpretá-lo, dentro ou fora de qualquer contexto, já que ele pertence a um estoque de enunci-

ados conhecidos pelos falantes da língua, da mesma forma que eles conhecem o léxico de sua língua. Isso confirma a definição de provérbios dada por Maingueneau (1997).

Nestes casos em que não há uma separação nítida entre a fala do locutor e a fala do enunciador, para percebermos a polifonia é preciso considerar às afirmações de Maingueneau (2002) que "proferir um provérbio... significa fazer com que seja ouvida, por intermédio de sua própria voz, uma outra voz, a da 'sabedoria popular' à qual se atribui a responsabilidade pelo enunciado". Assim, fica evidente o caráter polifônico do provérbio.

(18) P.128 – *De los hombres es errar, y bestial es la porfía.*
(19) P.143 – *Todo lo puede el dinero.*
(21) P.143/144 – ... *no hay lugar tan alto, que un asno cargado de oro no le suba.*
(22) P.125 – *Da Dios havas a quien no tiene quixadas.*

A partir dos enunciados acima, considerando o momento da enunciação, podemos depreender que o locutor / personagem, ao mesclar o provérbio em seu discurso, tomando-o como seu e utiliza o como argumento de autoridade de acordo com Koch (2002) ao dizer que o provérbio representa uma forma de adesão e argumento, ao fazer isso o locutor torna mais hábil e sustentável o seu discurso.

Diante da análise feita no discurso de Celestina, na obra de Fernando de Rojas, percebe se que ao mesclar provérbios em seu discurso foi possível, na maioria dos casos, notar as presenças do locutor e enunciador (es) e da polifonia. Considerando que, ao interagimos através da linguagem temos objetivos a serem alcançados; provocar algum efeito sobre o outro e, neste caso, entendemos que o objetivo do locutor era convencer seu interlocutor e para isso, usava provérbios colocando em cena a polifonia ("coro de vozes"), que valida o discurso do locutor/personagem. Nesse

sentido, a "verdade" explorada pelo uso dos provérbios cuja origem está na sabedoria popular e nos poetas e filósofos é o que contribui para a habilidade argumentativa no discurso da referida personagem.

Referências

BAKHTIN, M. (V.N.VOLOCHINOVI). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005, p.191-200.

BRAIT, Beth. Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo. In: BRAIT, Beth (Org.). *Estudos enunciativos no Brasil e perspectivas*. Campinas, SP/Pontes, SP: Fapesp, 2001, p.7-25.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 8. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

ROJAS, Fernando de. *La Celestina* (Ed. e introd. de Dorothy S. Severin). 14. ed. Madrid: Cátedra, 2004.

FRANÇA, Júnea Lessa. *Manual para normalização de publicaçõe técnico-científicas*. 6. ed. rev. amp. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

GONZÁLEZ, Mario M. *Celestina:* o dialogo paradoxal. Cuadernos de Bienvenido n. 2: São Paulo: Depto. de Letras Modernas/FFCH/USP 1996. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dlm/espanhol/cuadernos>. Acesso em: 09 mar. 2005.

KOCH, Ingedore Grunfel Villaça. Linguagem e argumentação In: *A inter-açao pela linguagem*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2001, p.29-65.

_____. As marcas lingüísticas da argumentação, In: *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2002, p.33-157.

MAIGUENEAU, Dominique. A heterogeneidade Mostrada, In*: Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3 ed. Campinas, SP: Unicamp. 1997, p.75-105.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002. 238p.

Proverbio In: CUADRADO, Juan Gutiérrez, RODRÍGUEZ, José Antonio Pascual. *Salamanca, Diccionario de la lengua española*. Madrid: Santillana, 2002, p. 1726.

Provérbio In: HOLANDA, Aurélio Buarque de: *Novo dicionário da língua portuguesa.* 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SEVERIN, Dorothy S. Introducción. In: ROJAS, Fernando de. *La Celestina*. Madrid: Cátedra, 2004, p. 11-44.

BIOGRAFIA

Maria Dirce Ribeiro

Jane de Fátima Silva Rodrigues

A candidatura de Maria Dirce Ribeiro à edilidade local, em 1954 pelo Partido Social Progressista (PSP) que levou à vitória Afrânio Rodrigues da Cunha, surgiu entre os próprios funcionários da prefeitura municipal de Uberlândia, principalmente os lixeiros e varre-dores de ruas, com os quais trabalhava diretamente, uma vez que era funcionária municipal.

Lançou-se em campanha, durante as comemorações do 1º de maio de 1954, quando discursou para centenas de trabalhadores. Em seu pronunciamento, mostrou a necessidade de se escolher bem os candidatos, assim como a responsabilidade que o voto implicava: ... *o voto daquele que luta e sofre anonimamente não tem preço, pois ele é o único direito que o pobre tem.*[1]

Em seu discurso historiou as condições de trabalho no Brasil, relembrando a escravidão e as atuais aflições a que se sujeitava a classe proletária. Deu ênfase ao progresso da civilização humana, que só se fez com o labor incansável de milhões de trabalhadores anônimos:

> *Vocês meus amigos, são generais sem medalhas e suas esposas heroínas esquecidas que não têm o nome nas ruas ou nas praças da cidade... Trabalhadores venho lhes trazer em nome da mu-*

[1] DISCURSO pronunciado pela candidata a vereadora pelo PSP, Srta. Maria Dirce Ribeiro. *Jornal Correio de Uberlândia*, 05 maio 1954, n. 3922.

Jane de Fátima Silva Rodrigues. Doutora em História Social pela USP e integrante do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, da Universidade Federal de Uberlândia. É estudante do 2º período do Curso de Direito da Uniminas, Instituição onde também é professora e Coordenadora da Pós-Graduação.

lher-progressista, o mais profundo agradecimento pela honra da presença a esta festa toda ela amizade e carinho.[2]

[2] Idem.

No pleito de novembro de 1954, Maria Dirce Ribeiro, recebeu expressiva votação, tendo ficado em 6º lugar entre os quinze vereadores eleitos e o 2º na legenda do seu partido.

Sobre sua vida pessoal obteve-se informações de duas de suas sobrinhas: Claurita Silveira Costa[3] e Claurides Silveira[4], que viveram mais próximas à tia. De uma prole numerosa de quatorze irmãos, nasceu Maria Dirce aos 7 de julho de 1909. O curso primário,

[3] ENTREVISTA com Claurita Silveira Costa realizada em 03 dez. 1993.

[4] ENTREVISTA com Claurides Silveira Costa realizada em 19 dez. 1993.

Maria Dirce Ribeiro

ela, fez no antigo Grupo Escolar Bueno Brandão, tendo recebido o diploma de normalista pela Escola Normal de Uberlândia. Durante anos lecionou no próprio Grupo no qual concluíra o primário e, em fins dos anos 30, foi convidada, pelo prefeito Vasco Giffoni, para trabalhar na Prefeitura Municipal de Uberlândia.

A sua adolescência, passou ao lado dos pais e dos (as) irmãos(ãs) que viu casados um(a) a um(a). O falecimento da mãe, nos anos 40, levou-a a tomar conta dos(as) irmãos(ãs) mais novos(as), e depois o pai, que veio a falecer aos 92 anos de idade.

Leitora assídua de diversos jornais de circulação nacional conhecia a situação política e econômica do Brasil, com a qual se afligia, principalmente em relação ao grau de extrema pobreza de grande parte da população do país. Embora sem se lembrar dos títulos dos livros que a tia lera, Claurita afirmou em seu depoimento que eram tidos como socialistas, e que as idéias neles contidas, influenciaram Maria Dirce em questões como a desigualdade social e as condições de miséria que atingiam a classe trabalhadora no país.

Tanto quanto a leitura, gostava de música clássica que ouvia com assiduidade. Aprendera a tocar piano e tinha paixão pela natureza. Em uma de suas criações poéticas, em posse de Claurita Silveira, essa paixão se fazia presente:

> *... Ouvindo ao longo o lamento da siriema, enquanto a linda fogueira da queimada chove cinzas no chão. As perdizes piam tristes, voando sobre o capim seco...*
> *À tarde deitada na rede, os sabiás cantam em côro Bethoven, a água — Debussy — e as saracuras pedem na beira do córrego, quase seco, três potes de chuva.*
> *Andar nos caminhos ao sol na chuva, dentro da neblina... quando o orvalho é o mais cintilante cristal.*

Elegante no trajar, procurava o corte tradicional dos vestidos e dos tailleurs, mostrando preferência pelo azul e branco. Usava pouca maquiagem e dispen-

sava as jóias. Viajar constituía um dos lazeres preferidos, mas pouco usado em decorrência da assistência que dava aos pais, já idosos. Seu passeio predileto era à Estância de Águas de Araxá. Ali se hospedava no Grande Hotel ou no Hotel Colombo.

Apreciadora da boa poesia, no pouco que restou de seus pertences, foram encontradas algumas de sua autoria: *Meia Hora*; *Dor*; *Silêncio e Estradas* (Anexo 5).

Sem recursos financeiros para a campanha eleitoral, enviou às famílias uberlandenses inúmeras cartas manuscritas, solicitando apoio. Claurides acredita que Maria Dirce tenha sido eleita pelo carisma que a ligava à sociedade e pela seriedade que tratava os trabalhadores municipais, ex-alunos, amigos e familiares.

Fez-se um levantamento completo dos projetos e emendas (anexo 1) que encaminhou durante a sua gestão, bem como as indicações (anexo 2) e comissões internas de que participara (anexo 3) e cargos que ocupara na vida pública (anexo 4).

Em fevereiro de 1955, chegou a declarar que os vencimentos dos vereadores eram exagerados, razão pela qual propunha doar 50% dos seus a instituições e casas de caridade[5]. Nesse mesmo ano, o *Jornal Correio de Uberlândia*, denunciava que a vereadora acumulava o cargo de secretária da prefeitura municipal, o que era inconstitucional. Mas, em que pesasse tal acusação, o Jornal elogiava o seu desempenho:

> *Destas colunas é que partiu, antes do pleito de 1954, a mais calorosa saudação à candidatura da inteligente e graciosa pessepista Maria Dirce Ribeiro... Era o primeiro elemento feminino que se atirava galhardamente à luta dispondo de credenciais positivas para conquistar os sufrágios de seus conterrâneos, sem que até agora tenha surgido qualquer restrição contra o acerto desse preferência... Não nos é defeso articular sobre Maria Dirce senão os elogios mais sólidos, quer como funcionária quer como órgão do legislativo.*[6]

Inconstitucional ou não a acumulação de cargos

[5] A CÂMARA em foco. *Jornal O Repórter*, 10 set. 1955, n. 2210.

[6] ACUMULAÇÕES. *Jornal Correio de Uberlândia*. 1º set. 1955, n. 4222.

exercidos por Maria Dirce, ela cumpriu o seu mandato, tendo, porém, no ano de 1958, passado quase todo ele de licença, em decorrência da grave enfermidade do pai.

Pelos projetos, indicações e requerimentos apresentados, Maria Dirce mostrou uma profunda preocupação com dois problemas básicos do município: a educação e o plano de cargos e salários dos funcionários públicos, que eram mal remunerados, tinham seus vencimentos atrasados e careciam de assistência. Essas preocupações, principalmente com a classe trabalhadora, podem ser verificadas pelos depoimentos de Claurides e Claurita:

Maria Dirce Ribeiro

Ela tinha idéias avançadas, idéias socialistas... porque a tia Dirce era muito humanista, ela achava que a desigualdade era tão grande, ela conviveu com a classe trabalhadora vendo os sacrifícios que o povo levava... Ela era a favor do socialismo democrático.[7]

Ela tinha idéias muito avançadas para a melhoria do povo mais humilde. Ela achava que tinha que renovar e que as pessoas tinham que ter mais igualdade social.[8]

[7] ENTREVISTA com Clauri-des, *op.cit.*

[8] ENTREVISTA com Claurita, *op.cit.*

Sempre atuante nas várias comissões que integrou, revidava enfaticamente, com apartes, os pontos de vista dos colegas vereadores. Em inúmeras vezes recebeu elogios pelos diversos partidos que compunham o Legislativo, pelos relevantes trabalhos prestados àquela Casa.

Em fevereiro de 1957, Maria Dirce, desligava-se do PSP, argumentando que:

Com o decorrer do tempo cheguei à conclusão, um pouco tardiamente, talvez, que venho constituindo um impasse às atuações da Coligação nesta Casa, pela falta de meus conhecimentos desta ciência ou arte difícil e sutil que é a Política... Todos aqueles que me honraram com a confiança de seu voto que mesmo sem legenda partidária, Uberlândia conta mais que nunca com o meu modesto trabalho em prol de seu engrandecimento e pela glória de seu futuro.[9]

[9] SALA das Sessões, 18 fev. 1957.

No transcorrer do ano de 1957, Maria Dirce apresentou vários projetos e emendas, mostrando-se preocupada com o aspecto urbano da cidade, principalmente o paisagístico. Algumas vezes, foi à Tribuna para garantir a preservação da área verde das praças que, constantemente, estavam sendo remodeladas. Durante o ano seguinte, afastou-se dos trabalhos da Câmara, devido ao agravamento do estado de saúde de seu pai. Na última sessão da legislatura 1955/1958, usou a palavra para se despedir dos colegas e reiterar o carinho e o respeito com os quais havia sido tratada nos quatro anos de serviços prestados ao povo uberlandense.

Até que ponto, teria Maria Dirce, despertado na

consciência das mulheres uberlandenses, o interesse pela política? Lycidio Paes já havia escrito que a mulher uberlandense ainda era bastante tímida para penetrar no lócus dos debates políticos:

> *Na última eleição (1954/1958) como um caso singular, foi eleita Dirce Ribeiro, pelo PSP. Nunca representou má figura no exercício de sua cadeira; ao contrário, desempenha com dignidade e altaneira o honroso mandato. Mas não percebo que a sua eleição tenha despertado, como seria de prever, maior interesse entre as eleitoras.*[10]

[10] PAES, Lycidio. Sugestões políticas. *Jornal Correio de Uberlândia*, 06 mar. 1958, n. 5643.

Com o findar de seu mandato, Maria Dirce Ribeiro, deixava definitivamente a vida política, dedicando-se apenas ao trabalho como secretária na Prefeitura Mu-

Maria Dirce Ribeiro

nicipal e ao pai que veio a falecer em 1960. A partir daí, passou a viver só e, em fins da década de 70, foi acometida de uma grave doença. Rodeada pelos parentes, faleceu em sua residência, no dia 21 de abril de 1981. Deixara preparada uma poesia que deveria compor o texto para a lembrança da missa que seria celebrada em sua memória:

Quando a morte chegar ...
levarei nos ouvidos do meu sono
adormecido a voz do mar, a
voz do céu, a voz do vento, a
voz da terra.
Atravessarei nuvens de todas
as cores e chegarei ao Porto
Sereno — esquecerei para sempre
da guerra, da fome, da miséria.
obrigada, meu Deus, porque
me ensinaste desde menina a
alimentar a alma da beleza pura
do Teu Universo.

Somente duas décadas mais tarde, a Deusa do Progresso, voltou a dividir o seu reinado soberano com outra mulher, Nilza Alves, integrante do PMDB, mas com uma trajetória de militância, no então ilegal PCB. A política enquanto um substantivo feminino, parece que não encontrou ressonância entre as mulheres uberlandenses. Como observara o jornalista Lycidio Paes, em fins da década de 50, a participação feminina na política local era bastante acanhada:

A mulher de Uberlândia tem revelado timidez em ingressar na vida política, conforme a lei permite depois de uma campanha longa e tenaz, em 1945 e 1946, quando o Brasil começou a respirar livremente com o exigio da ditadura, apareceram nos comícios vozes femininas entusiasmadas. Eram geralmente comunistas, pugnando galhardamente pelos seus ideais. Mas o PCB foi posto fora da lei e essas vozes emudeceram.[11]

[11] PAES, Lycidio. Sugestões políticas, *op.cit.*

A jornalista e escritora uberlandense, Ruth de Assis, constatou, após uma pesquisa realizada em 1958, que 50% do eleitorado uberlandense era feminino e se fazia necessário que a mulher se preparasse para o destino político que não fosse o de mera espectadora dos acontecimentos eleitorais. Para ela, o sexo feminino deveria aproveitar a chance e propor alterações políticas para melhor, pois:

> *"Uma coisa pode-se garantir: mulher não gosta de desordem em casa ou na rua, e gosta de escolas para os filhos. De início teríamos a Escola Técnica acabada de vez. As ruas limpas. As vilas varridas. As obras terminadas para não enfearem a cidade. Até o pó de agosto seria enfrentado. E é bem provável que a água saísse da demagogia pessedista para os encanamentos... Não seria bom?"* [12]

Ao reivindicar o voto feminino no início da década de 1920, Antonieta Villela Marquez (biografada na edição passada deste caderno) não assistiu em vida, à eleição de Maria Dirce Ribeiro ao legislativo municipal, em 1954.

Embora esta pesquisa não tenha conseguido detectar se ambas se conheceram ou não, é possível afirmar

Maria Dirce Ribeiro

que, em seus respectivos tempos compartilharam experiências similares. Tiveram trajetórias de vida próximas no que se refere à justiça e à dignidade do ser humano; viveram em família até as suas mortes; simpatizaram-se com os ideais socialistas; ficaram solteiras; foram inteligentes e bonitas; eram discretas e elegantes; gostavam de ler e viajar; apreciavam a música e, foram consideradas avançadas para as suas épocas. Pelo relato de suas vidas, estiveram, ao mesmo tempo bem longe de se constituírem na imagem idealizada da mulher, projetada na esposa-mãe, mas próximas aos valores divulgados para uma mulher de bem e honesta, de acordo com a ideologia dominante.

Anexos

Anexo 1. Projetos de leis e emendas apresentados

Data	Projeto
01/02/55	Modificação sobre o pagamento de taxa de água. Redução da taxa objetivava beneficiar as camadas mais pobres da população.
18/08/55	Emenda ao Projeto que modifica a lei de férias prêmios aumentando-a.
14/11/55	Emenda aos Projetos que pedem subvenções.
20/05/56	Emenda ao Projeto de Lei que cria cargos públicos.
20/08/56	Projeto de Lei autorizando a criação de escolas municipais na Vila Brasil e Presidente Roosevelt.
31/10/56	Projeto de Lei dando nova denominação a duas ruas da cidade.
15/02/57	Emenda ao Projeto de Lei que regulamenta o uso de auto-falantes.
20/02/57	Emenda à Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio.
21/08/57	Projeto de Lei autorizando o pagamento de abono de Natal aos servidores municipais.
15/10/57	Projeto de Lei sugerindo modificações na Lei que contém o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.
05/11/58	Projeto de Lei autorizando auxílio de vinte mil cruzeiros para a realização da Semana Pedagógica.
20/11/58	Emenda à Proposta Orçamentária para o exercício de 1959.
24/11/58	Emenda elevando o cargo de Tesoureiro para o padrão "V".

Anexo 2. Indicações apresentadas

Data	Assunto
07/02/55	Canalização do Córrego Patrimônio. A população do Bairro Patrimônio tem se utilizado desta água.
11/05/55	Pede ao Prefeito relação das concessões feitas como abatimentos de impostos, perdão de multas. Prejuízo para a renda do município.
12/05/56	Moção de apoio à Câmara dos Deputados ao projeto relativo à anistia ampla para os crimes políticos.
22/05/56	Ofício ao Secretário de Educação do Estado solicitando colaboração para o Ensino Rural no Município.
25/05/56	Ofício ao Presidente da República para equipar a cidade com uma Unidade do Corpo de Bombeiros.
22/08/56	Indicação ao Prefeito para autorizar a limpeza trimestral no Córrego do Bairro Patrimônio.
27/08/56	Indicação para liberação de verbas para o ajardinamento da Praça Rui Barbosa.
18/08/56	Indicação ao Prefeito para o cumprimento de medidas em prol da Educação na Zona Rural.
08/12/57	Indicação para o Secretário de Educação do Estado para colocar à disposição do município a orientadora rural Luci Oliveira Teles.
27/08/57	Indicação ao Prefeito para o pagamento dos diaristas, funcionários e professores, sem atraso.
04/11/58	Requerimento-telegrama de felicitação pelo aniversário do Dr. Paulo Pinheiro Chagas, ex-Secretário de Segurança — (doou uma rádio patrulha para o município).
04/11/58	Seja constado em Ata um voto de louvor à comissão promotora da Semana Pedagógica.
04/11/58	Seja constado em Ata um voto de louvor a Tito Teixeira por sua valiosa contribuição dada ao Patrimônio Histórico do Município.
11/11/58	Indicação sugerindo que os engenheiros da cidade sejam convidados a assistir na Câmara a explanação do Prefeito a respeito do novo Plano de melhoria de abastecimento de água da cidade.

Anexo 3. Comissões

Data	Comissão
fev. 1955	Comissão de Obras Públicas.
ago. 1955	Comissão de Visita ao casal Paulo Lisboa e Costa, pela comemo-ração de Bodas de Prata.
ago. 1955	Comissão de Visita à Cia. Prada de Eletricidade, representando as donas-de-casa.
dez. 1955	Comissão de Viação e Obras Públicas.
maio 1956	Comissão para obter dados de interesse do município junto à Agência de Estatística.
maio 1956	Comissão para a conclusão dos trabalhos sobre as escolas muni-cipais.
maio 1956	Comissão para introduzir no recinto da Câmara a srta. Marlene De Gasperi, uberlandense eleita Miss Mato Grosso.
ago. 1956	Comissão para introduzir no recinto da Câmara o Cel. Albino Silva, do Estado Maior da Zona Leste e representante do Ministério da Guerra e o Ten. Evandro G. de O. Silva, chefe do Serviço de Obras da 4ª Região Militar.
out. 1956	Comissão para acompanhar o processo de indiciamento policial do vereador Walter Testa.
out. 1956	Comissão para homenagear o Lyceu de Uberlândia.
fev. 1957	Comissão para cooperar com o ensino Municipal.
fev. 1957	Comissão para verificar sobre a rua denominada Travessa Cristo Rei.
fev. 1957	Comissão de Educação e Saúde.
mar. 1957	Comissão de Finanças, Legislação e Justiça.
out. 1957	Comissão sobre o fornecimento de água através de caminhões-tanque.
out. 1957	Comissão para assistir a posse da 1ª Diretoria da Associação Profissional dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e Similares de Uberlândia.
fev. 1958	Comissão de Finanças, Justiça e Legislação.
out. 1958	Comissão de Educação e Saúde.

Anexo 4. Cargos ocupados

Ano	Cargo
1930	Comissão da Cruz Vermelha do Batalhão Feminino João Pessoa.
1940/46	Bibliotecária Pública
1942	Secretária da Legião Brasileira de Assistência – LBA.
1946/48	Agente Municipal de Estatística.
1947/48	Oficial de Gabinete
1948/49	Contadora da Prefeitura Municipal.
1948/49	Chefe do Serviço de Obras da Prefeitura Municipal.
1949	Escrituraria da Prefeitura Municipal
1951	Participação na Organização das Voluntárias
1954/57	Integrante do Partido Social Progressista – PSP
1954/58	Vereadora
1955/58	Secretária da Prefeitura Municipal
01/02/57	Eleita Secretária da Câmara Municipal, com 13 votos, mas renunciou em 18/02/57.
?	Professora Primária de alguns estabelecimentos de ensino da cidade
1978	Aposentadoria

Anexo 5. Poesias de Maria Dirce Ribeiro

Meia hora

Ante a passagem do tempo,
Registre o calor do "agora"
Na benção de meia hora
Quanto bem a realizar!
Trinta minutos apenas
No espaço de cada dia
São plantações de alegria
Para quem busca ajudar.

Agora é a vez da coragem
Ao irmão que chora e luta
Coração que pensa e escuta
Podando aflição e dor!...
Em outro ensejo é o socorro
Que se oferece a criança
Que vaga sem esperança,
À mingua de paz e amor.

Depois o amparo ao doente,
Em visita mesmo breve
A página que se escreve
Para consolo de alguém!
O apontamento otimista
A frase sincera e boa
A conversa que abençoa
A prece em louvor do bem!...

MEIA HORA — patrimônio
De expressão indefinida,
Que o céu nos concede a vida
A todos, crentes e ateus!
Irmãos, elevai o tempo
Para serviço fecundo,
Tempo é tesouro no mundo
Que verte do amor de Deus.

Dor

Obrigada, meu Deus pela dor que me
Fez calar o riso, o coração e a alma...
Mas, depois, tu mesmo emendaste com ela mesma,
As minhas asas partidas
E eu fiquei alegre como os teus pássaros alegres!
E você liberta da corrente da vida e da morte como as
[tuas aves tranqüilas,
Do mar,
Do céu,
Da terra!

Silêncio

Silêncio que dá força à alma cansada
Silêncio que consola
Silêncio que protesta
Silêncio que perdoa
Silêncio — aplauso
Silêncio — homenagem ao ontem que já não é hoje!
Silêncio que o progresso destruiu.

Estradas

Por certo, se eu fosse uma engenheira, poetiza
Eu escreveria todo um poema inspirado nas estradas!
ESTRADAS! Que me fascinam desde menina.

ESTRADAS no céu ... riscadas, pela asa do pássaro-preto
Pela asa da pomba do bando, do bem-te-vi, do sabiá,
[da gaivota
Dos pássaros metálicos do homem — os aviões.

ESTRADAS no mar ... traçadas pelos grandes navios de
[luxo,
Pelos navios cargueiros, petroleiros ...
Pela estria da lancha, pelo balanço da jangada
Pelo soluço da canoa do pescador, em noites de
[tempestade.

ESTRADAS na terra feitas pelos cérebros e mãos seguras
[de artistas — os engenheiros!
Feitas de asfalto brilhante ao sol, na chuva ou prateadas
[de luar...

ESTRADAS na terra, cavadas pela enxada, pela foice,
[pela picareta do lavrador
Cercadas de arame farpado, de arame sangrado, de arame
[enferrujado,
Mas orladas como canavial,o capim em flor, com o
[arrozal dourado,
Pelo cafezal em fruto ou em flor...
Perfumada de todas as essências da mata e do campo
Perfumada de terra arada, de terra molhada, de mãos
[calejadas de suor de sol,
Todas elas ESTRADAS da vida, todas elas ESTRADAS da morte,

Levando cada uma o seu destino
Mas a mais feliz é a ESTRADAS que não foi desenhada no papel

E nem aprendida nos livros!
É a estrada do engenheiro, lavrador ...
À sua espera ao entardecer
Luz de lamparina... penacho de fumaça do fogão à lenha,
Traçando arabescos no céu...
Crianças que andam descalças e não sentem nos pezinhos
As pedrinhas do caminho.
Rezam na capelinha do Arraial, enfeitada de bandeirinhas
[de todas as cores.
A escola só tem uma sala e um quadro-negro,
Mas compensando a carência de tudo, o ideal, a força,
[o amor
Da jovem professora da cidade, herói na anônima de
[várias gerações
Completando tudo, a mãe e esposa velando tudo, com
[o amor e a abnegação!
ESTRADAS, ESTRADAS da vida! ... ESTRADAS da morte! ...

Entrevista com Martha Azevedo Pannunzio

Giselle Pereira Vilela

Entrevista realizada com a escritora uberlandense Martha Azevedo Pannunzio, premiada no Brasil e no exterior pela excelência de suas estórias infanto-juvenis, concedida à Giselle Pereira Vilela, em jan. 2006.

***

O que ainda encanta as crianças no livro infantil?

Olha a criança se encanta com tanta coisa, porque a criança é uma página em branco; você pode escrever o que você quiser. A criança se encanta com o Harry Potter que é uma impossibilidade: menino que voa, vassoura que voa, isso é o absoluto mundo da magia. Mas criança se encanta também com a verdade, com o cotidiano; e eu acho que nos meus livros, no caso, o que o meu leitor aprecia muito é que tudo que está dito ali pode acontecer com ele de repente, com o primo, com o colega, na rua dele, na família dele, aquela avó da estória pode ser que seja até parecida com a avó dele. Então eu tenho que dar um "choque", eu só sei trabalhar, dramatizar a verdade, algum fato importante que tenha me sensibilizado. O que tem me trazido também algumas complicações é que as pessoas retratadas, elas ficam tão evidenciadas no meu trabalho que elas ficam magoadas comigo, e elas não gostam que eu diga uma coisa que me pareceu importante mesmo quando a atitude tomada não foi bonita, não

Giselle Pereira Vilela. Bacharel do Curso de Pedagogia – Gestão e Tecnologia Educacional, da Uniminas.

foi de aplausos, e sim de censura, mas a gente só se constrói assim não é. Eu acho que sou verdadeira até quando eu sou personagem e esse personagem pratica um ato falho. Se eu pratiquei, eu conto! Por exemplo, "Bruxa de Pano" é a estória de uma menina que não tinha irmã, só tinha irmãos e que mijava na cama porque estava infeliz. Eu conto!

Porque eu fui uma menina mijona. Mas só eu no mundo? Cadê os outros? Então eu não tenho nenhum constrangimento em dizer para quem decodificar o meu recado, e entender que em Bruxa de Pano, a Ritinha sou eu mesma em alguns momentos. Eu fui uma menina mijona e ninguém me acudiu, acho que ninguém percebeu; isso podia ser solucionado. E sofri muito por isso. As crianças que têm essa deficiência e dificuldade, elas sofrem muita humilhação. Da irmandade, dos familiares, dos tios, dos primos, e é muito difícil sair de casa. São aqueles que nunca vão dormir na casa das tias, na casa da avó. Então é aquele constrangimento, e que dependia apenas de um entendimento. Então mesmo quando o personagem não está num momento de beleza, de poderio e de auto-aceitação, eu conto! Eu conto porque isso não tem importância para mim e eu sou gente igual a todo mundo né. Acho que esse ingrediente de verdade também, a criança gosta muito de encontrar. Ela se encontra, é singelo, um recado só, não complico, a minha estória é uma só, e eu quero até fazer um depoimento de um menino que me visitou, nesse segundo semestre na fazenda, junto com a escola dele, uma escola pública, estadual, e ele me disse: "Gosto dos seus livros por três motivos: primeiro porque eles são finos, depois porque a letra é grandona, terceiro porque a Senhora não complica, é uma estória só, acabou, acabou". E eu perguntei: Mas você não gosta dos meus livros porque eles são bons de ler? "É... eles não são ruins não, eu até acho legal, tipo, você não inverte, eu gosto dos seus livros porque são bons de ler, e depois te digo o resto,

a Senhora quer que eu minta? Eu vejo na biblioteca o livro que é fino, claro, para começar! Então eu estou falando para a Senhora, a verdade". E eu aprecio muito o depoimento daquela criança porque mesmo com treze anos não negociou comigo, mesmo estando se beneficiando do meu espaço, na fazenda, passeando, matando aula aquele dia, ele não negociou. Ele disse: "Primeiro porque é fino, e depois o resto". Então isso é muito bom. O meu personagem é esse aí, que se assume. O Gutinho amava o rio mesmo que alguém diga: Nossa, um menino que ama o rio, o que é isso?! Que menino esquisito né! E que menino bobo. E existe menino que fala com o rio? Eu conheço crianças que falam com o rio, que falam com a lua, com as estrelas. Então, o meu Gutinho fala com o rio... e o rio fala com ele, que foi a grande descoberta que me perturbou muito ao escrever aquilo, porque o rio aceitou aquele monólogo e o transformou num diálogo. E que fez muito bem pra mim, Martha adulta, com mais de sessenta anos, escrevendo aquela estória. Então essa interação maravilhosa, que eu acho que ocorre quando não se abre mão do delírio, do devaneio, do que é bom para a alma da gente, da fantasia... de personalizar os objetos que não têm personalidade, os seres, sei lá, inertes ou não... é uma fuga, mas ela também é saudável, faz parte da cura, do processo de cura que a humanidade toda precisa permanentemente.

Com esse maior acesso da criança às informações, há necessidade de uma mudança na temática da literatura infantil?

Não, eu acho que não existe uma temática de literatura infantil, bom, eu acho que não existe nem literatura infantil, e acho uma pena que tenham consagrado este rótulo. Não é literatura infantil, é literatura boa para a criança ler. A literatura de qualidade, a produção e a escrita de qualidade, ela serve para qualquer idade. A crítica literária mesmo, eu converso com eles, quando leu o meu "Era uma vez um rio" para prefaciar, ela

disse: "Bom para leitores dos nove aos noventa". E ela com mais de oitenta, se emocionou muito. Portanto, quando o texto é trabalhado com felicidade, porque é uma felicidade trabalhar um tema ou um texto que possa servir para o autor e para mais alguém. Então quando isso acontece, não tem idade; uma criança ouve por exemplo a fofoca feia da família com uma atenção incrível, não é da conta dela, mas ela gosta de ouvir nem que seja atrás da porta, interessa a ela. Então, mudar a temática, eu acho que não tem temática infantil, tudo é a descoberta que é importante, a confirmação de valores é importante, sem fazer livro que seja moralizante, isso tudo tem que acabar: não faça, não é bom, não é bonito, você não deve; o livro do não, eu sou absolutamente contra; cuidado, você pode se estrepar, você tem que cuidar da sua vida, olha o futuro, olha depois, olha o pecado, esse pecado horroroso que a humanidade, a população cristã do planeta carrega, o pecado original: você tem que batizar o menino porque senão ele fica com o pecado, ele não tem culpa de nada mas já nasceu devendo, então tem uma literatura moralizante que eu acho execrável: literatura religiosa, literatura política, o que é muito ruim. Literatura é arte, e arte é beleza e emoção e ponto final, acabou. Eu não sou uma escritora de literatura infantil, sempre que me dizem isso, até para as críticas, até nas bienais de livro, a feira do livro, eu sempre disse: "Me recuso a ser considerada uma escritora de literatura infantil"; não existe esse gênero. Existe um livro que pode ser bom também para o leitor mais exigente do mundo, que é a criança. Criança não lê mais do que dez páginas. E se ela não gostou, ela larga mesmo não é?! E que bom que ela seja assim, bem seletiva, bem exigente, bem criativa, mas quando ela gosta, ela ama. E ela reproduz, ela encena, dramatiza, ela canta, ela conta para os amigos, ela se apropria daquilo na sua produção, na redação da escola, na sua vida, no comportamento, ela quer ser aquele em algum momento; e tem o livro que é bom para a criança, porque senão

fica parecendo que é um gênero, e como gênero corre o risco de ser um gênero menor, e como pouca gente consegue escrever alguma coisa que seja bom para a criança, há uma tendência de se considerar literatura infantil como um gênero menor, e não é não! Eu desafio todos os bons que escrevem para adultos, que venham escrever para criança. Por que eles não vêm, não é?! Então, é uma literatura feita com muito cuidado, com muita responsabilidade, de tal maneira comovente que ela possa cercar uma criança, envolvê-la naquele carinho, naquela sedução, naquele desafio, naquela descoberta. Querer ler mais, de novo, presentear um amigo, guardando especialmente, perto de sua cabeceira da cama. A criança faz do livro que ela ama, um objeto de companhia. Ela guarda, ela leva na hora de dormir, na hora da mesa do café, pinga leite, a mãe fica brava, as vezes rasga, estraga, é isso mesmo! Livro é um objeto de consumo, ele pertence ao leitor. Por isso é que eu; não é sua pergunta, mas eu vou dizer, não permito que a editora faça a produção de um texto meu com luxo, porque luxo você compra na joalheria não é?! Livro é para consumo. A gente compra arroz, feijão e alimenta o corpo. E a gente lê, pinta, dança e canta para consumo espiritual. Você tem que alimentar essa parte que não é o corpo; é outra coisa. E alimentar dessa energia que só a arte dá! Então o livro não precisa ser ricamente ilustrado, encadernado luxuosamente, não precisa custar um absurdo, eu dispenso até ilustração nos meus livros... porque o meu leitor, ele é capaz de criar, imaginar na cabecinha dele: que rio ele quer?! É o dele, que ele conhece, é esse que está ali, não é aquele que está desenhado. Agora, no livro "Você já viu gata parir?", eu solicitei da editora, da Universidade Federal de Uberlândia, o direito de trazer o ilustrador. Primeiro porque eu gosto muito do trabalho do Hélvio Lima, que é um artista plástico autor-didata, e segundo que eu imaginei que aquele fato de crianças de cinco e sete anos; ele poderia ser beneficiado pelo apoio que se sofre da ilustração como

recurso. Então, quando eu digo: ele estava na cozinha, e a avó e estava arrumando o fogão, e a gata no rabo do fogão... o menino não sabe que o fogão tem rabo, ele sabe que o gato tem, mas o fogão não, talvez ele não tenha visto um fogão a lenha. Então, Hélvio veio assim, para complementar aquele fogão, o rabo do fogão, o gato por ali tomando aquele leite, as coisas singelas que eu não disse porque eu já sei que não preciso, mas que a pintura poderia trazer. Então, em "Você já viu gata parir?", eu achei que o trabalho do Hélvio possibilitou uma segunda leitura, uma opção muito boa, de conhecer a nossa realidade. Eu não disse que os ipês estavam floridos, que eram amarelos; ele simplesmente desenhou uma porteira, uma árvore tom de amarelo e se a criança quiser saber se algum dia ela enxergar uma árvore, ela vai saber que aquilo é um ipê, uma vegetação brasileira. Então, eu não disse, mas o ilustrador disse. Mas, no geral, "Veludinho" vem ilustrado. O Concurso Nacional, que eu era membro nata, da comissão avaliadora, e eu bati o pé para que nenhuma daquelas ilustrações, eram dezessete artistas plástico da melhor qualidade, treze ilustradores do eixo Rio – São Paulo, e eu bati o pé e não deixei. Porque "Veludinho" é uma tragédia, eu estou falando de uma vida que corre perigo, e de um grupo infanto-juvenil que quer salvar, quer consertar o erro que produziram. "Veludinho" estava ferido, mas naquele dia eles já haviam assassinado uma porção de passarinhos. Então, salvar aquela vida foi um curativo naquele momento. Contar isso aí, não comporta nenhuma cor... é bico de pena; preto sobre branco, é uma tragédia! Então eu amo a ilustração de "Veludinho", são só cinco pranchas, mas bico de pena. Nunca; em vinte e cinco anos encontrei nenhuma criança, em nenhum lugar que eu fui, que me pedissem um autógrafo no livro dela e que tivesse tido necessidade de colorir. Ele permanece. Intocado. Eu acho maravilhoso, porque o que eu achei que era, era mesmo, a criança entende que tragédia é tragédia, não precisa.

Há espaço para a divulgação de livros na internet?

Eu acho que nós temos que tomar essa iniciativa rapidamente, mas há um obstáculo muito grande aí. Primeiro, o livro, desde que ele cai nas mãos da editora, ele pertence à editora. Nós firmamos um contrato de publicação, que tem uma duração talvez de cinco anos. Então o livro é nosso, mas não nos pertence! Ele está cedido; os direitos de autoria são da editora. E a editora não vai de maneira nenhuma perder essa possibilidade de ganho, de um produto que ela trabalhou, pelo qual ela se esforçou, que investiu na divulgação, para disponi-bilizar para a humanidade. É uma pena que seja assim. Tem um tempo, eu não sei qual é esse tempo, até preciso me informar, que, alguém com quem eu já conversei, diz que quando o livro faz trinta anos, ele não pertence mais nem ao autor, nem a ninguém. Ele é domínio do público, ele é da humanidade. Então se for, muito bom. Trinta anos é um tempo enorme! Porque seria muito bom se todo mundo pudesse acessar e ter gratuitamente aquilo, não é?!. Mas o Brasil está muito longe disso. Não sei quando isso vai acontecer, mas, eu quero que isto aconteça. Assim que os meus contratos vencerem, eu já constituí um advogado no Rio para ver se isto é possível; porque "Veludinho" daqui a pouco faz trinta anos. E quando fizer, se ele puder sair na internet, eu vou achar muito bom. Porque também, o que se ganha, eu, por exemplo, que tenho só seis livros publicados, nem cogito de sobreviver de literatura, porque o direito autoral é uma porcentagem irrisória que se paga, e que se paga seis meses depois, que o ano passado terminou. Então a receita quando chega, chega defasada, parcelada e não significa nada. Bom, quem produz muito, que vive só para isso: escrevendo, muitas editoras; talvez possa sobreviver de literatura e possa dar um depoimento melhor que o meu. Eu torço por um sim, para que os meus cheguem nesse momento, na esperança de que mais pessoas possam compartilhar. As estórias, elas

são tão singelas, mas elas são realmente ternecedoras.

Como a senhora avalia a concorrência do livro infantil com os outros meios midiáticos, principalmente os programas de TV, a internet e o videogame?

Não é o livro que concorre, são os outros que concorrem porque o livro é anterior. A produção, quer dizer, essa arte gráfica e o livro, que é uma conquista muito sofrida e demorada da humanidade; imagina o tempo da pedra: gravar em pedra. Eu me lembro de ter visto na "Via Ápia", quando visitei Roma, e fiquei muito emocionada de ver: eu vi uma lápide fúnebre com o nome da rodovia onde se enterravam as pessoas mais importantes do Império Romano; imagina, porque quanto texto, uma pedra talhada com o símbolo assim: "*I quí dorme Núlia, que vive citibunda com biro sule*". Aquilo queria dizer: "Aqui jaz Júlia, que viveu fiel ao seu marido". Eu fiquei pensando não só na mensagem de fidelidade que o marido achou que houve, porque foi ele que mandou fazer; mas o trabalho de lapidar aquela pedra, de fazer aquilo perene para a humanidade saber que um dia existiu uma Júlia, que depois de morta mereceu esta homenagem, que linda deve ter sido a vida dela com esse marido; mas que esforço para deixar esse recadinho. E da pedra, do papiro para cá, a humanidade pelejou muito. A internet, que maravilha! Você digita, clica e chegou... Então eu acho que nós temos que fazer desse limão, uma limonada. Deixar tudo dito e impresso para todo mundo saber, se tem que jogar fora, que jogue, não tem importância. E acho que, a informatização, ela tem que ser disponibilizada ao alcance da humanidade como um todo, servido antes da sobremesa, porque o conhecimento... se a globalização não fizer isso, pode acabar com a globalização! Então, quando eu, hoje, acesso o "Museu do Louvre", junto os meus netos, e a gente vai passear pelo "Louvre", pela telinha, pela internet... a minha geração, há cinqüenta anos atrás, teve que

comprar uma passagem, teve que ir lá, viajar, caríssimo, visitar, dia por dia, ficar em pé, não dava para fotografar, não podia voltar para ver porque não dava tempo... Não, hoje, quantas vezes eu quiser ver a "Monalisa", eu trago a "Monalisa" para mim. Ela me pertence naquele momento. Então, quando isto estiver disponível para todos, nós vamos sair do terceiro mundo, claro! E eu vejo assim, com uma grande ansiedade, o fato de que as crianças japonesas, quando completam oito anos, elas ganham um presente do governo japonês. A natalidade do Japão é pequena, eles têm um absoluto controle disto aí porque nem cabe... lá é um arquipélago cheio de vulcão... mas aos oito anos, no dia do aniversário, o governo japonês presenteia cada japonesinho com um *site* na internet. Este é um presente de cidadania. O menino passa a desfrutar de tudo que o mundo adulto tem, se ele quiser. E eu fico pensando: quando que o Brasil, hein... quando que nós vamos ter isto daí? não vai ter... vai ter isto aqui lógico, um dia vai ter... mas tomara que seja assim, o mais breve possível, não é?! Mas está andando... rápido até. Podia ser pior. Eu vejo as escolas se movimentando, o governo, tentando equipar as escolas, o governo federal dizendo que vai fazer um computador de R$100,00, eu estou louca para ver como é que é esse computador aí, não é?! Porque o meu custou muitos mil e ele vive quebrando, dando vírus, e eu preciso chamar o técnico, mas; que bom! Tudo acima de zero é positivo. Então, hoje, o livro está em desvantagem, porque a internet traz para o menino aquilo que a família não traz; ela traz companhia, lazer, erotismo. As crianças estão disponíveis para serem envolvidas, seduzidas, deturpadas, estupradas intelectualmente, pelo que há de pior na internet. Porque é prazeroso... o sexo que a internet mostra, ele interessa para a criança pré-adolescente, para a criança pequena, a mãe saiu de casa e só vai voltar mais tarde, o pai também e a avó também e todo mundo. O menino só tem aquela companhia; primeiro como uma babá, de-

pois como um companheiro e depois porque ele não tem mesmo outra opção, então ele se arrebenta sentando mal, comendo porcaria e entrando num mundo virtual que pode ter seríssimas conseqüências. Eu vi, a pouco tempo, num programa de internet, uma medida, não sei se posso acreditar, mas acho que sim, de que psicólogos japoneses já estão se disponibilizando para atender crianças doentes já; com sério compromisso intelectual pelo excesso de exposição aos raios ultra-violetas que são emitidos para formar a imagem. E também a dosagem excessiva, uma overdose de informação, que de uma formação que desperta nele um sentido de perversidade, de egoísmo, de poderio, de super-herói, de luta corporal, de uso de qualquer meio para sobreviver, para sobressair, para comandar o grupo, então, esse momento, eu acho que é muito ruim; em que a internet vai para o banco dos réus e nós vamos botar de castigo, e vamos botar também o pai e a mãe que não estão prestando atenção no filho, no que está acontecendo. A livraria Siciliano ao dar o meu nome à loja de Uberlândia, uma gentileza muito grande, me pediu um pensamento para colocar em uma placa. Naquele momento eu não queria falar de livro, eu queria falar de limite: "Limite, essa é a palavra de ordem da educação contemporânea, os pais responsáveis que quiserem ajudar os filhos a se preparar para o futuro, deverão estabelecer limites: de tempo para os estudos, para o lazer, para os amigos, para a internet e para a leitura". Ler é fundamental, e as crianças não estão lendo. Elas têm preguiça de ler, não têm acesso a livros interessantes, a escola se equivoca muito, quando a escola propõe um livro, ela não é bem sucedida porque muitas vezes propõe livros de páginas muito numerosas, a criança fica cansada, desanimada, não lê. Livros de temas complexos, que não interessam; livros que não dizem nada ao cotidiano da criança; então, elas não querem transpor aquela dificuldade de compreender um universo completamente diferente do dela. Eu imagino que muitas vezes a professora

não lê o livro que ela indica; ela vê os mais vendidos, ou gostou do título, não sei, e a criança fica com uma certa carga de obrigatoriedade a cumprir e ler aqueles títulos, e ela pode depois fazer resumo por capítulos, muitas vezes é a mãe que faz a noite na véspera de entregar, de qualquer maneira, ou o menino cata uma frasesinha em cada capítulo e põe ali, mas ele não leu. E isso é uma doença que se alastra, porque os próprios livros do vestibular; os cursinhos fornecem a resenha dos livros indicados, contam a estória, resumem, dão os macetes, as perguntas mais prováveis que poderão cair, com as respostas. Então todo mundo é responsável por essa geração que não lê, que não sabe falar, que não se expressa com facilidade e nem se expressa de jeito nenhum. Você está vendo aí, o código lingüístico que a internet criou. Você ensina o português para o menino, desde a pré-escola até a oitava série, ele é incapaz de escrever uma frase sem erro, por menor que ela seja, ele erra na concordância, na sintaxe, na colocação, ele erra tudo. E agora vem um código abreviado, cheio de novidades, que é uma escrita gutural, fonética, e ele abreviou tudo, e todo mundo aprendeu rapidamente. De repente, a comunidade infanto-juvenil brasileira aprendeu, se comunica, e menino do Brasil inteiro fala a mesma coisa, pelas metades, e acha aquilo um grande prazer. Aí, a vírgula, a reticências, os dois pontos, o travessão, a letra maiúscula, todo o discurso direto, tudo foi pelo ralo. Beleza! Eu mando o recado para os meus netos, para alguém na internet, de três linhas, eles me respondem: um "t", que cansa, que me irrita profundamente, e um "azinho" sem acento "ta", pronto! E está respondido. É uma pena, porque ao vivo também ele não fala nada. Mas isso é passageiro, eu imagino, que todo mundo vai crescer, assim como vai aposentar a calça curta, o topete, o gel no "cabelinho", a "cristinha de galo", é claro que vai passar; e um dia todo mundo vai ter que escrever um bilhete, mandar uma cartinha para o namorado (a), pedir um emprego, escrever um curriculum,

e receber um recado. As pessoas vão ter que falar e escrever no código aceito, concedido e consagrado; porque todo mundo se quiser ter um mínimo de oportunidade vai ter que se inserir e se enquadrar na normalidade, só que eu como avó, na minha contagem já regressiva, fico muito ansiosa, mas eu me repito o tempo todo: "Calma Martha, vai passar. Vai ter que passar!". Mas nesse momento eu acho uma tragédia. E a escola não está fazendo o seu papel à norma culta, e tem que fazer. O menino não faz mais ditado, menino pega uma composição de três ou quatro linhas e fica por isso mesmo, eles não passam a limpo, eles não consultam o dicionário, eles não consultam a gramática, mas estudam inglês... o Brasil está cheio de escolas de inglês, como se essa fosse a nossa língua pátria. É preciso cessar essa coisa, porque nós temos que dar ênfase a nossa língua, que é a garantia de soberania nacional, e é uma língua lindíssima! Nós somos um país continental, extenso demais, que tem muito paralelo e trópico; e manter a integridade nacional através da língua; porque cantar o hino nacional já não se sabe mesmo, as cores da bandeira ninguém usa, porque não curte; qualquer biquíni tem uma bandeira estrangeira, americana, quer dizer, ninguém está percebendo isso? Por que há esse consumo exacerbado, esse modismo, essa macaquice de estar copiando uma cultura importada? Por que... porque poderia cair na mão de um país insolente, predador, escravocrata, que tem uma moeda forte e eu tenho um mundo inteiro, um presidente que não assina um contrato internacional de proteção ambiental e fica por isso mesmo; que joga bomba num país porque quer, sem nenhum motivo, porque quer destruir a possibilidade de sobrevivência com o petróleo, e a humanidade consente isso, eu fico apavorada! Então olha, a mídia toda disponível, ela é e espera só o que quer. O que não pode é deixar o menino escravo da internet como ele está agora, porque esse menino vai ter problema de coluna, problema de cultura e problema de convívio; quanto mais

ele se fecha sozinho na salinha, no computador, mais ele está cortando os caminhos de possibilidades de ser uma pessoa que se relaciona fácil, e esse dano, depois não tem mais jeito. Eu vejo, por exemplo, os meus netos, eles dizem: "Vó, mas do que a gente vai brincar agora?", e quinze minutos depois: "E agora, o que é que a gente vai fazer?"; como se eu tivesse um condão, a responsabilidade de fornecer ectoplasma para o lazer deles, eles não tem fixação de meia hora com nada, e eles não conseguem elaborar uma brincadeira ao sol, no grupo; não conseguem... eles não sabem, ficam perdidos; e a culpa é de todos nós, não é culpa deles não. Precisamos recuperar o cancioneiro, a brincadeira, o espaço aberto, o grupo, o quarteirão, conviver com os coleguinhas da rua: um te ajuda, um te atrapalha, um te bate, o outro você bate nele, e vamos crescer assim, com muita saudade depois.

Escrever para crianças é mais difícil que escrever para adultos? Por quê?

Então; eu escrevo para adulto (risos), mas a crítica e a editora me colocam na sessão infanto-juvenil, no catálogo deles. E... eu não sei como é escrever para adulto e escrever para criança, não sei. Mas, eu sei que toda vez que eu escrevo, eu escrevo a respeito de criança e de adolescente. Porque eu tenho um convívio muito grande com criança e adolescente; eu nasci numa família que tinha muitos primos na casa de todos os tios tinha muito menino, a gente conviveu ali curiando, cozinhando, brincando, pulando corda, e depois, na minha casa também nós éramos cinco filhos, eu fui mãe de cinco; e quando os meus filhos estavam entrando na vida escolar, a escola inventou essa coisa que eu acho cretina: a tarefa em grupo. E aí, na tarefa em grupo, eu tinha cinco filhos, e cada um numa idade seqüencial, e meu marido não gostava de filho na rua ou na casa dos outros, então, nós abrimos a nossa casa para que os colegas viessem. Então, cin-

co meninos, vezes, mais quatro ou cinco colegas, todo dia eu tinha que assar dois bolos para o lanche, porque era muito menino. Então, eu me preparei, era professora, e sei a importância das coisas. Eu comprei tudo o que era preciso; do tesouro da juventude até todas as enciclopédias científicas e de conhecimento geral, bastante papel, lápis de cor, tinta guache, pincel de todas as espessuras. Minha casa era uma oficina de produção de conhecimento; porque era um investimento que meu marido e eu fazíamos. A gente tinha certeza de que o que a gente podia deixar pronto para esses meninos, era possibilitar para eles beber nessa fonte maravilhosa que é o conhecimento. Então, vieram os amigos, foi uma brincadeira muito grande; porque claro que eles se dispersavam muitas vezes. E eu acho que os meus filhos se lembram de mim como aquela mãe bem megera, bem bravona e de chinelo em punho, porque eu botava preceito mesmo nos grupos de trabalho. E enquanto eles não terminavam, não lanchavam. E só depois de lanchar eles podiam jogar bola no quintal, pular corda, balancinho, o que quisessem; mas primeiro, deixar pronto: folhas e folhas de papel almaço. E ainda percebendo que eu ajudava pouco, eu me matriculei na Faculdade de Artes; na terceira turma. Eu fui porque eu não tinha esse conhecimento de artes plásticas, essa aptidão; aptidão nenhuma; mas eu tinha muito traquejo para isso. E eu queria que o trabalho deles fosse mais sedutor, diversificado. Então, eu cursei uma Faculdade de Artes baseando enquanto os meus meninos estavam entrando na escola, para poder ajudá-los a confeccionar. E aí, descobri a sucata, que foi para nós um ponto de partida maravilhoso! Hoje, todos nós somos sucateiros, a gente gosta muito. E a gente descobriu antes de todo mundo, a importância de cuidar do lixo, porque o lixo é uma fonte de beleza, talvez; de riqueza... isso é muito interessante. Eu censuro até hoje o trabalho em grupo; acho que é uma bobagem; porque um pesquisa e todo mundo assina. Todo mundo vai passando de ano,

vai conquistando diploma de mentira; porque não se esforçou por nada, não adquiriu aquele conhecimento. Mas como naqueles grupos os meus meninos estavam sempre linha de frente na pesquisa, na leitura, nos livros, desenhando, recortando, colando, encapando tudo; eles lucraram muito. E se saíram e estão se saindo muito bem na vida; só não sei se estão fazendo isso com os filhos... Não adianta ter um carro bonito na garagem e um sofá na sala, onde ninguém possa se sentar, e o menino não ter um dicionário em casa. Eu pergunto para esses meninos que me visitam: "Como chama seu avô?" ele diz: "Tião". De que? "Ah... não sei não!". Ele não sabe quem foi o seu bisavô (pai do seu avô). Nem a própria origem, a família não está explicando para a criança. Até menino de aldeamento indígena sabe. Essa geração é mediatista, eu vejo isto com bastante restrição. É muito preocupante; o Brasil não sabe nada do Brasil. Ninguém sabe por que na rua puseram aquele nome. Quem é aquela pessoa que nomeia a rua que a gente mora. Ninguém tem curiosidade.

A vida adulta e a adolescência chegam cada vez mais cedo para as crianças de hoje. De que forma isso se reflete na literatura infantil?

Eu acho que há uma oferta cada vez maior de livros muito erotizantes. E... os adolescentes preferem livros que tenham ingredientes que tangenciem experiências sexuais, com droga, de meninos rebeldes, que fogem de casa. Eles acham isso muito interessante. Eles preferem... é mais provável que eles leiam isto aí do que um livro com outra formatação. Mas isso tudo também, é natural até, que o jovem queira saber mais a respeito do que se faz silêncio na família. Mas... eu vejo hoje, nas bancas de revista, as chamadas são só para o erotismo. Escândalos e escândalos sexuais, conjugais, tudo revelado. E a venda que está escrita: "Proibida para menores"; aquilo não vigora, menores com-

pram e gostam. Então, eu nem censuro mulher pelada. É lindo! Uma mulher, linda, nua, tomara que todos tirassem a roupa mesmo não é?! O corpo é uma coisa muito linda. Mas, quando a revista deixa isso veicular na mão de todo mundo, ela só quer vender. Ela quer esvaziar a prateleira. E a editora que fez; ela sabe que este produto se vende bem. Maurício de Souza, que faz a série da "Turma da Mônica", ele que é o que mais vende no Brasil, ele diz: "A concorrência, que eu, com os meus personagens infantis e ingênuos é enorme com as revistas de sacanagem. Porque a meninada pode comprar aquilo. E aí passa de mão em mão no empréstimo assim escondidinho, pra ler no banheiro, na escola, pra ler de noite escondido da mãe, no banheiro da casa, pra mostrar para o irmão pequeno... isso tem uma força muito grande". Então, eu sou contra a literatura moralizante, mas a literatura que mente, também ela é muito criminosa.

Qual a melhor técnica para elaborar um livro infantil de sucesso/prazer para as crianças?

O sucesso de venda, com uma máquina de fazer publicidade e bastante dinheiro, você faz. Veja por exemplo, essas produções européias, dessa série: "Harry Potter", que menino espera o próximo livro. A autora nem cogitou ainda, e já estão na lista de espera... isso é uma loucura internacional, uma coisa desta. Por quê? Porque a mídia produz aquela ansiedade, aquela expectativa, e a criança cai naquela armadilha, e ela quer. E sorte do autor, que tem essa máquina funcionando. Mas ela é profundamente desonesta, porque ela pode estar ensinando alguma coisa, que depois vai se ver que não tem mesmo grande importância. Mas, eu não sei o que faz sucesso. Neste momento as coisas chegam e caem no gosto popular. E, sem publicidade, elas dificilmente cairão. O livro brasileiro tem muita dificuldade de ser conhecido ou adotado, porque o professor tem um salário tão ruim, que não sobra pra

ele comprar livro. E a editora não tem suporte financeiro para presentear os professores, com o livro que eles poderiam conhecer, gostar ou não. Então, quando o livro brasileiro, ele sobrevive, e sai da primeira edição, isso já é um milagre editorial, porque ele tem que sair sozinho. Nós temos alguns escritores consagrados: Monteiro Lobato, Ruth Rocha, maravilhosa, que tem uma Editora Abril junto com ela. Ela trabalhava na Editora Abril, Editora poderosa, que faz revistinha de tudo quanto é coisa, inclusive revistinhas infantis com os ilustradores charmosos, simpáticos; e é São Paulo... São Paulo é o pilar da literatura cultural brasileira. Ana Maria Machado, inteligentíssima, uma mulher politizada, que transporta para os seus temas uma vivência elitizada, o livro dela é politizante, menino gosta muito de ler... nós temos muitos escritores bons... e temos aquela doçura também, de Cecília Meireles, aquela coisa maravilhosa que a criança ama, teatraliza e musicaliza... muito bom. Mas nesse momento, no Brasil, a produção literária está muito desatualizada e muito distrital. Por exemplo, os escritores de Belo Horizonte, que tem à sua disposição, uma grande oferta de mão de obra muito qualificada para produzir ilustração; eles fazem de qualquer nada, de qualquer poema, um livro lindíssimo. Os ilustradores estão lá, a escola "Guinhard" vem de Belo Horizonte, e concentra o interesse de pelo menos os mineiros mais talentosos. Então, há uma efervecência. E um rasga seda, eu adoto o seu, você adota o meu, e fica naquela... então, a literatura mineira, em Belo Horizonte, nesse momento está muito viva. Se nosso trabalho cai no gosto da grande crítica, e no conceito da Fundação Nacional do livro infanto-juvenil, nos organismos de crítica literária, se o seu posto é apreciado e premiado pela Câmara Brasileira do Livro – São Paulo, pelo Circuito Nacional do Livro – Brasília, então, você também fica com portas abertas. Por exemplo Ziraldo, ele é um furacão de produção, mas ele ilustra, ele vai para a televisão, para passeatas, ele briga com o Presidente

da República; ele é um intelectual diferenciado. Fala alto, fala grosso... então, Ziraldo para nós, é uma locomotiva, ele puxa a composição inteira, não é?! Que bom que ele está vivo neste tempo... E o livro do Ziraldo, "O Menino Maluquinho", gerou uma porção de maluquinhos, a professora maluquinha e outros. Ziraldo vai longe! Como ele ilustra com muita graça, muita vivacidade, e escreve de forma hilariante e inteligente; o menino adora ler. Pela capa, o prefácio, ele se comunica imediatamente com a criança, e é rapidinho, um recado só! Acho que Ziraldo tem a receita do bolo que dá certo. Porque ele é publicitário, editor, jornalista, crítico literário, partidário, filiado a partido político, e tem uma história de contestação. Então ele produz um livro pragmático; não desperdiça tema. Ele vai direto ao assunto e convoca o menino a tomar atitude. Então, alguns escritores rompem o ambiente distrital onde estão inseridos, e são de grande aceitação no país. Eu tenho uma sorte enorme, porque o meu primeiro livro "Veludinho", nasceu assim: premiado com maior prêmio de literatura nacional. Então, "Veludinho" chegou no primeiro concurso literário na década de setenta, em Brasília; o governo federal decidiu que era preciso ser mais do que Monteiro Lobato e Cecília Meireles... Alguém sabe fazer alguma coisa que possa ser interessante; para o governo bancar a edição e divulgar? Então, "Veludinho", num concurso onde participaram 76 escritores, e onde pretendia-se conferir 5 prêmios, a comissão julgadora ficou tão emocionada com o livro, porque é um livro que falava de morte de uma maneira simples, verdadeira; e de que um grupo de meninos que provocou a morte de um passarinho e foram capazes de sobreviver àquela tragédia, e prosseguir, usando a espingarda, se divertindo, sem matar passarinho. Uma mudança de comportamento a partir da tragédia. Acho que foi isso que sensibilizou, porque esse é o ponto de apoio deles; pois era uma literatura que não tinha rei, não tinha fada, não tinha poção mágica, varinha, vassoura, nada

disso! Não era erótico, escandaloso, nada! E de repente trazia uma mensagem forte que vinha de onde? da Província... Gente, de onde que é essa cidade? Quem é essa pessoa? De onde que ela apareceu? E emocionado naquele momento; eles deram todos os prêmios para "Veludinho"... Ele ganhou sozinho todas as colocações! Foi um prêmio único naquele momento, que eu nem sei se foi certo ou se foi errado. Mas eles acharam que a distância entre o "Veludinho" e o resto, era completamente desaconselhador. E aí, esse livro já nasce ungido de graça, porque ele trouxe o aplauso, o publique-se e a premiação dos professores das Universidades de São Paulo e Rio de Janeiro, assim, dez com louvor! Ele já nasceu pronto! A primeira edição teve dez mil exemplares e se esgotou num minuto. Fez badalação de jornal, de coluna, dos melhores... eu na época, fiquei tão assustada, porque eu pensei: "Gente, o que é isso?!" Levei um susto. Porque o que é "Veludinho"? Não é nada... é só umas horas passadas com aquelas crianças do meu convívio, no meu quintal, e eu nem sabia que uma experiência desta podia ser prazerosamente recebida. E fui recebida no Brasil inteiro e "Veludinho" é uma surpresa atrás da outra; as crianças não se cansam de ler, os professores não se cansam de adotar! Só que agora, quando a legislação ambiental em vigor no Brasil, que cada vez vai ficando mais rígida; o que é "Veludinho"? A estória de meninos que matam passarinho. Mas ele gera e provoca uma discussão sobre a importância da vida: você tem o direito de matar o outro? Não... mas é só um passarinho... Mas eu tenho direito de matar, mesmo que seja só um passarinho? Esse passarinho faz falta! Ele precisa ser respeitado, sobreviver e continuar no ecossistema. A minha atitude prejudica o ecossistema? Se prejudica, prejudica o planeta. Então, os desdobramentos que a leitura do "Veludinho" traz, são muito saudáveis. Eles constroem naquilo que era um leitor, um menino que foi ler só por prazer, e que ficou tristinho, que fica torcendo para o passarinho não mor-

rer, ele não quer que morra! Aquele menino, depois, na sala de aula, ele se torna um cidadão de primeira grandeza, porque ele se coloca ao lado do passarinho, ele vai ajudar, ele não vai nunca mais dar uma pedrada ou uma estilingada num passarinho, na vida dele. Então, isso é uma força que a arte tem, que eu não sabia, eu fiquei sabendo depois, e fiquei sabendo agora, nesses vinte e cinco anos depois, quando isso perdura, e os professores continuam fiéis à importância de "Veludinho". E por isso, nós vamos tentar fazer com ele, o que nós fizemos com "Era uma vez um rio": a peça teatral para as crianças de Uberlândia.

Qual a avaliação que a senhora faz da literatura infantil brasileira em relação a outros países?

Olha, eu acho que no Brasil se escreve muito bem. Eu sou suspeita para dizer, porque eu acho que a língua portuguesa é lindíssima; e o brasileiro, sendo produto de uma miscigenação étnica muito grande; tem componentes emocionais que são surpreendentemente bons. Ao mesmo tempo que a gente é de uma franqueza explosiva e inconveniente, também a gente é de uma ternura comovente. O brasileiro é corajoso, sobrevive em qualquer circunstância, é amistoso, solidário... Então, esses ingredientes, eles são muito bons. A criança é curiosa, é inventiva. Nós temos uma população muito pobre; o Brasil é um país de pobres... a renda per capta está na cabeça de poucos, a massa é falida. E a criança inventa o seu brinquedinho, ela cria... então, a nossa literatura brasileira tem que estar majoritária, porque está no período da era! Se o assunto é, por exemplo, a copa do mundo, vai e faz; quinhentos anos do Brasil, todo mundo vai escrever... então esse modismo, essa urgência de se aproveitar de qualquer iniciativa para produzir. Mas existe uma produção literária muito solene, muito bem verde-amarelo, que o regionalismo traz e que se preocupa em preservar. Nós ainda não mergulhamos no nosso univer-

so ficcional do medo, o Brasil ainda não devassou, a literatura também não registrou. Porque saci-pererê de uma perna só, vivendo na mata, fazendo estripulia, ele ainda não caiu no gosto. Nós não compartilhamos do mundo afro, do mundo da selva e do mundo branco... a gente não trouxe isso para o conhecimento, a gente não sabe nada do menininho lá da aldeia de não sei aonde... com o que brinca, sei lá, os índios xavantes? Recentemente, alguém me chamou a atenção: "Onde é que você pôs os negros na sua literatura?" Ué, aí eu fui reler, realmente, eles não estão, e deveriam estar, assim como eles deveriam estar na minha vida também... Mas eu fui criada numa família muito grande que tinha muitos primos, e a gente se bastava ali naquele convívio. Mas, pelo carinho e pelo respeito que eu tenho por eles, e pelo quanto eu gosto da contribuição que eles deram, eu vou me dedicar a produzir alguma coisa que seja em homenagem a eles. Pode ser que demore, eu levei dez anos para escrever "Era uma vez um rio", porque eu queria homenagear o rio.

Quantos livros de literatura infantil de sua autoria já foram vendidos?

"Veludinho" (35ª edição) — as primeiras edições eram de dez mil exemplares, agora a editora faz edição de três a cinco mil, e eu estou um pouco perdida nisso (mais ou menos 100 mil exemplares em 25 anos; fora as edições institucionais, que o governo faz para distribuição gratuita — o escritor abre mão dos direitos autorais).

"Os três capetinhas" (12ª edição) — integrou uma coleção que se chama ciranda do livro, que teve uma edição de quarenta mil exemplares, que foram distribuídos amplamente no Brasil (mais ou menos 20 ou 30 mil exemplares).

"Bicho do Mato" (6ª edição) — é um livro que seria ideal para alunos da 8ª série, porque ele é fora da

norma culta. É uma linguagem regionalista, um triângulo amoroso de gente jovem, uma estória com a escrita enfocando uma realidade de 100 anos atrás. Porque eu queria contar dos pagodes; os pagodes estão muito prostituídos hoje... não é mais o pagode que eu conheci: que era uma "peça" com sanfona, com viola... isso foi se perdendo, e eu queria resgatar todo o tempo do pagode roceiro mesmo; que se dançava na cocheira, rezava terço, tinha mutirão, todo mundo vinha companheiro ajudar o dia inteiro trabalhar e a noite comemorar alguma coisa. Então eu resgatei uma estória de época, que remonta o Brasil de 100 anos; intrito com toda a coragem que eu pude ter na minha vida, fora da norma culta. Foi um produto de gravação; eu coletei informação numas nove fitas, que posteriormente, doei até para o museu da imagem e do som; e precisei pensar um milhão de vezes para frente e para trás, para ver se eu publicava ou não; porque como professora de português, eu também tinha assim, um certo escrúpulo de veicular uma linguagem tão rural, que agride um pouco o que está definido hoje como gramática de língua portuguesa. Mas falou mais forte, e eu mandei para a editora assim mesmo. É um livro muito premiado e pouco lido. Os professores tem muito cuidado em adotar, porque é preciso revelar para o menino que existe um outro Brasil, que é rural, onde as pessoas só sabem aquele tanto, se comunicam com aquele vocabulário. Então, eu escrevi "Bicho do Mato" assim, fiel ao que a fita me contava, uma viagem bastante oral, e esse livro tem umas premiações incríveis porque ele ganhou um ótimo concurso, na câmara brasileira de livro, uma bienal do livro em São Paulo, e ele é muito premiado em Portugal, porque ele ilustra e confirma as transformações que a língua portuguesa sofreu nos países de fala ultramarinha (mais ou menos dez mil exemplares).

"Era uma vez um rio" (6ª edição) — chega numa hora boa, ele chegou quando esta preocupação não tinha

começado, mas começou explosivamente: a defesa ambiental. Então, há no Brasil inteiro, por aí, acho que, levantando mais adeptos para o engajamento nesta luta de conscientização, da qualidade de vida, dos nossos mananciais hídricos, da coleta seletiva do lixo e do interesse das pessoas por isso aí (mais ou menos doze a quinze mil exemplares).

"Bruxa de Pano" (2ª edição) — é um livro mais denso, uma estória mais complexa, a personagem é a uma menina; tudo são complicadores para a adoção. Os meninos dificilmente pegam o livro cujo personagem principal é uma menina, eles são ainda bem machistas, eles gostam de estórias de menino. Mas isso não tem importância, porque quando a escola indica, eles acabam lendo. Mas, é um livro que trata da menina, da alma da menina, do desenvolvimento, do sofrimento, do convívio familiar; as famílias são constituídas para serem mais benevolentes com os meninos, ainda, no Brasil. Infelizmente, mas é verdade. E se coloca então no centro do universo de preocupação, psicológico: menina (mais ou menos cinco a seis mil exemplares).

"Você já viu gata parir?" (1ª edição) — é uma publicação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que fez dois mil exemplares na primeira edição, e tomara que faça mais, porque mil exemplares se esgotaram na semana que ele foi publicado. Então, esse é o livro que eu escrevi com menos esforço, não deu trabalho nenhum, é o produto de uma gravação que eu fiz na minha fazenda com netos. É um momento que uma neta de cinco anos que está beijando um gatinho insistentemente, e é advertida pela priminha de sete anos que ela não deve fazer isso porque gato é um animal sujo, que dá doença na gente, que pode desenvolver alergia e que ela não deve beijar o gato. Especialmente porque gato é muito nojento, quando ele nasce, ele nasce cheio de tripa, cheio de sangue, todo melado, e a mãe dele muito porca, lambe e come tudo aquilo. Então, o que mais chocou essas crianças foi

esse fato de ter sido testemunha de um parto de uma gata... a mais velha ficou muito chocada com aquilo, porque ela assistiu. O que ela conseguiu ver naquele momento, é que era sujo, sem higiene, era nojento... No momento, ela não quis o gatinho dela, porque nasceu naquelas condições que ela julgou terríveis. Mas ao relatar esse fato posteriormente para a prima pequena em outras férias, ela concluiu que mesmo sendo nojento... é lindo! E o pai e a mãe, então contam pra ela que todo o bichinho que mama nasceu do mesmo jeito; inclusive ela. Ela fica horrorizada: "Eu não! Eu nasci linda. Eu vi as fotos; eu estou vestida, bonita e arrumada". Mas na foto, na verdade você nasceu igualzinho esse gatinho. Então, por que eu deixei que isso passasse de um texto da minha gaveta, um original só, para um livro? Porque acho que nós temos que fazer elogio do parto normal. As mulheres hoje são reféns de médicos que estão muito ocupados ou com pressa, e que para resolver um atendimento mais amplo a mais clientes, eles interferem com o parto científico e cheio de anestesias e tudo que é o parto cirúrgico; a cesariana. Então aqui; eu que sou mãe de cinco filhos, nasceram todos por parto normal, não tenho sido avó de menino que nasceu de parto normal; quase todos os meus netos nascera com intervenção. E é uma pena, porque o parto normal tem que ser praticado. A mãe está aí para ser mãe, dentro da naturalidade que isso pode ter, e que toda mulher, ou quase toda, seja capaz de produzir a sua cria, num ambiente de normalidade, de calma, de paciência para esperar que a natureza cumpra o seu papel. Então, a gatinha Pérola para mim, depois de escrito, hoje, agora e sempre fica o meu elogio para as mães que tiveram paciência e coragem para enfrentar um parto normal. A gatinha aqui é só uma parábola; na verdade a mamãe. E o carinho da gata pelo filho, a amamentação, a paciência com aquela situação: tantas crias ao mesmo tempo (dois mil exemplares).

Quando começou a escrever para o público mirim?

Quando eu comecei a escrever, eu não comecei escrevendo literatura, eu comecei a escrever artigos para jornal; coisas que me incomodavam muito, eu levava para o jornal e dizia: "Será que dá para publicar isso aqui?". E ainda era na linotipo, a caldeira fervendo, letra por letra sendo produzida naquela linhazinha, e se saísse errado tinha que fundir de novo, fazer outra linha, e convivi muito com redação de jornal produzindo assim, alguma poesia, dia do professor, dia das mães, é Natal; essas contribuições que a gente fica emocionada e participa... Daí, a participar trazendo uma discussão política da cidade foi um pulo. Coisa que me incomodava muito na cidade... Tomei muita bordoada por conta disso; porque é claro, quem fala o que quer, escuta o que não quer. Eu escrevo com todo o prazer, escrevo pouco, mas eu escrevo como diz a minha professorinha de "Era uma vez um rio", temos que escrever com a alma... Eu não quero ensinar ninguém a fazer nada, nem corrigir como ela faz, nem censurar. Eu quero deixar a minha experiência de vida, que é muito pequena, é incompleta, claro; mas é a que eu tenho. Não escrevo; eu nunca escrevi um livro. Eu escrevo para mim uma confidência. Já queimei dois textos, que eu achei que estava uma bobagem; não me interessava; queimei e não tenho nenhum remorso disso, e o que está aí, está aí... e é para quem quiser compartilhar.

"Veludinho" — porque essas crianças praticaram esse ato e se transformaram muito.

"Os três capetinhas" — porque eu tinha um sobrinho que mudou do terreiro para um apartamento e um dia saltou a janela, porque ele precisava de um espaço.

"Bicho do Mato" — porque as mulheres faveladas de Uberlândia, elas se encontravam sempre maltratadas, machucadas pelos companheiros, submissas e humildes.

"Era uma vez um rio" — quinze anos depois, como uma agricultora que joga veneno no cerrado; vendo o meu rio Uberabinha, onde tanta gente morreu afogada de tanta água que tinha, agora ele está com as pedras afloradas como a gente vê! Esse é até um pedido de desculpa para o cerrado.

"Bruxa de Pano" — foi um encontro meu com um paninho; bordado no ano 1900... e veio toda essa avalanche de lembranças e de saudade; de um momento em que criança e velhinho podem muito bem, trilhar por um tempo juntos.

"Você já viu gata parir?" — é uma brincadeira; eu tinha isso gravado... e transcrevi em homenagem ao parto normal, à vida na luz do sol, na natureza, gente e bicho é tudo a mesma coisa, é uno... uma brincadeira de criança.

AOS COLABORADORES(AS)

Das normas para apresentação de originais

O *Caderno Espaço Feminino* é uma revista **multidisciplinar** que mesmo possuindo seu Conselho Editorial, não se responsabiliza pelos conteúdos de cada texto publicado, à medida em que o objetivo é polemizar e nunca enquadrar os artigos dentro de uma única perspectiva teórico-metodológica.

Seguindo a premissa anterior da multidisciplinaridade, é necessário que cada colaborador(a) trabalhe conceituando em nota de rodapé, ou no próprio texto, esclarecendo o(a) leitor(a) o que necessariamente não pertence à área do(a) autor(a).

Ao aceitarmos artigos inéditos para a publicação, exigimos que os mesmos venham revisados quanto à ortografia e sintaxe.

O material para publicação deverá ser encaminhado para a Coordenação do Setor de Publicações do CDHIS em duas vias impressas em papel A4, digitadas em **espaço 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 12** e obedecendo, para **margens**, as **medidas: direita e inferior: 2,5cm; superior: 3cm; esquerda: 4cm;** acompanhado de diskete ou encaminhado para o e-mail: **cdhis@ufu.br**.

Os trabalhos digitados devem estar de acordo com aspectos formais segundo técnicas e procedimentos científicos, bem como padrões atualizados da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

As colaborações a serem publicadas na Revista

Caderno Espaço Feminino poderão ter os seguintes formatos:

a) Artigos que apresentem contribuição inteiramente nova ao conhecimento e que estejam relacionados com trabalhos na área de gênero e afins. Incluem-se aqui os resumos de trabalhos com resultados parciais e/ou finais originados de projetos de pesquisa. Devem conter: Títulos, Referências Bibliográficas.

b) Os trabalhos devem conter resumo em português e em espanhol ou inglês, com o máximo de 04 linhas; palavras-chave em português e em espanhol ou inglês (mínimo de três e máximo de cinco); referências bibliográficas e notas no pé de página. Os trabalhos não devem exceder a vinte e cinco laudas, incluídos anexos.

c) Artigos considerados de relevância para a área ainda que não tenham caráter acadêmico.

d) Resenhas que devem conter um mínimo de 03 e um máximo de 05 páginas e respeitar as seguintes especificações técnicas: dados bibliográficos completos da publicação resenhada no início do texto, nome(s) do(s) autor(es) da resenha com informações, no pé da página, sobre a formação e a instituição a que esteja vinculado; referências bibliográficas e notas no pé de página.

e) Biografias

f) Entrevistas

Em folha à parte, em envelope lacrado, o(a/s) autor (es/as) deverá(ão) apresentar as seguintes informações:

a) título de trabalho;

b) nome completo do(a)(s) autor(a)(es/as);

c) titulação acadêmica máxima;

d) instituição onde trabalha(m) e a atividade exercida na mesma;

e) endereço completo para correspondência;

f) telefone para contato;

g) endereço eletrônico, se for o caso;

h) apontar(caso julgue necessário) a origem do trabalho, a vinculação a outros projetos, a obtenção de auxílio para a realização do projeto e quaisquer outros dados relativos à produção do mesmo.

Ao enviar o material para publicação, o(a)(s) autor(a)(es) está(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, concordando com as diretrizes editoriais.

Todos os artigos serão apreciados pelo Conselho Editorial. A simples remessa dos originais, implica em **autorização para a publicação** do mesmo.

Os originais submetidos à apreciação do Conselho Editorial não serão devolvidos. A Revista *Caderno Espaço Feminino* compromete-se a informar os autores(as) sobre a publicação ou não de seus textos.

Imprensa Universitária/Gráfica UFU